

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO - UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**PROTEÇÃO SOCIAL PARA PRESERVAÇÃO DE “MODOS DE VIDA”:  
O caso dos atingidos pelo Porto do Açú em contexto de conflitos sociais no norte do estado  
do Rio de Janeiro**

**ROSANGELA MARIA AMORIM BENEVIDES-GUIMARÃES**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ  
Dezembro - 2021**

**PROTEÇÃO SOCIAL PARA PRESERVAÇÃO DE “MODOS DE VIDA”:  
O caso dos atingidos pelo Porto do Açú em contexto de conflitos sociais no norte do estado  
do Rio de Janeiro**

**ROSANGELA MARIA AMORIM BENEVIDES-GUIMARÃES**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais.**

Orientadora: Profa. Dra. Denise Cunha Tavares Terra

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
Dezembro - 2021**

**PROTEÇÃO SOCIAL PARA PRESERVAÇÃO DE “MODOS DE VIDA”:  
O caso dos atingidos pelo Porto do Açú em contexto de conflitos sociais no norte do estado  
do Rio de Janeiro**

**ROSANGELA MARIA AMORIM BENEVIDES-GUIMARÃES**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais.**

**Orientadora: Profa. Dra. Denise Cunha Tavares Terra**

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Edma do Socorro Silva Moreira (Ciências Sociais – UFPA e Université Paris XIII)  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

---

Prof. Dr. José Luis Vianna da Cruz (Planejamento Urbano e Regional - UFRJ)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos (História Social da América - UFF)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Pedlowski (Planejamento Regional – Virginia Polytechnic Institute  
and State University)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Profa. Dra. Denise Cunha Tavares Terra (Geografia - UFRJ)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
(Orientadora)

**Aos que me inspiram com seu legado**

Meu pai João (in memoriam).  
Exemplo de fé em Deus em todo o tempo. Mente e espírito inquietos.

Meu irmão que partiu tão jovem. Cheio de coragem e determinação.  
Sei que ficaria orgulhoso de mim e diria: Parabéns, maninha!

## **Devolvam nossas terras**

Hoje trago a nossa história  
em forma de um poema,  
pois sei que a nossa luta  
com certeza vale a pena.

Meu nome já é conhecido  
pelas bandas de São João da Barra,  
por enfrentar esta luta  
e luto com toda garra.

Acredito na justiça  
e sei que vamos vencer.  
A terra que nasce um povo  
é sempre seu bem querer

Já passamos muitas coisas.  
Muito medo e humilhação,  
mas o que sustenta um homem  
é a crença em seu coração.

Famílias precisam deste solo  
para cuidar da plantação,  
e tomando sua terra  
vai junto seu coração.

Na terra que é produtiva  
se tira o sustento do dia,  
mas além do alimento  
também produz a alegria.

[...]

Este povo humilde e valente,  
que faz da terra sua aliada,  
não precisa destruí-la  
nem tampouco maltratá-la.

O Porto do Açú  
só pensando em riqueza,  
causa erosão no solo  
e a água... Que tristeza!

Sofre com a salinização  
nosso bem tão precioso  
e tudo o que queremos  
é cuidar do nosso povo.

[...]

Deixa meu povo em sua terra  
produzir seu alimento,  
cuidar de suas famílias,  
tirar o seu sustento.

[...]

Eu, Noêmia Magalhães,  
em nome de todo este povo  
vou ecoar meu grito  
em pedido de socorro.

Devolvam as terras do Açú.  
Ouçam o clamor dessa gente.  
Não deixem morrer o sonho  
de quem plantou a semente!

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu coragem e inspiração nessa jornada difícil e desafiadora.

À minha querida mãe Lúcia, pela sua fé, coragem, alegria e sabedoria. Pelas orações e palavras de ânimo.

Ao meu marido Luciano. Pelo companheirismo e as conversas provocativas que estimularam insights.

Aos meus irmãos e irmãs. Roberta e Risinha, pelas orações e torcida. A JR, que se aventurou pelas estradas do 5º Distrito e a Row, pela leitura da Tese.

Aos meus sobrinhos Pedro, Gabi e Rafael. Meus amores e alegrias. Ao cunhado Eliab e à cunhada Renata, pela torcida.

À querida profa. Dra. Denise Terra, pela competência, compromisso, partilha de conhecimentos e sensibilidade. Por me orientar nessa jornada tão desafiadora!

À querida profa. Dra. Antenora Siqueira, pela participação na banca de projeto de tese.

Ao prof. Dr. Marcos Pedlowski, meu orientador no mestrado, e ao prof. Dr. Marcelo Gantos. Agradeço por aceitarem o convite para acampanhar o fazimento desta Tese, como integrantes das bancas de projeto, de qualificação e de defesa de doutoramento, e pelas valiosas contribuições.

Ao prof. José Luis Vianna da Cruz, por aceitar o convite para a banca de qualificação e de defesa, e pela generosa e fundamental contribuição para esta Tese.

À profa. Dra. Edma Moreira, por aceitar o convite para a banca de defesa de doutoramento e pelas oportunidades de aprendizado nas atividades do Procad Amazônia/Capes, sob sua coordenação geral.

À UFF, na pessoa do prof. Dr. Hernan A. Mamani, à época diretor do ESR, pelo deferimento de meu pedido de afastamento para qualificação.

À Luísa Barreto, bolsista de iniciação científica, pela colaboração.

À UENF, pela oportunidade. Aos docentes e secretária do PPGPS, pela dedicação.

Aos colegas de turma, pelas trocas e o compartilhar do café da tarde trazido por Jonadable. Pelo reencontro com Pollyana e Natália, e com Sandra, colegas de profissão.

Aos atingidos do 5º Distrito, pelo exemplo de resistência.

Aos meus cães. Principalmente ao pinscher que às vezes incomodava com seus latidos nos encontros de orientação remotos, mas em grande parte ficou quietinho, ao meu lado, durante toda a escrita desta Tese.

## RESUMO

Esta Tese tem como objetivo investigar se as medidas sociais e ambientais preservam social, econômica, ambiental e culturalmente os atingidos pelo Porto do Açú, no 5º Distrito de São João da Barra, norte fluminense, no período de 2011 a 2021. O parâmetro é a definição de “preservação de modos de vida territorializados”, um mecanismo estatal constituído de um conjunto de medidas sociais e ambientais, vinculado às políticas sociais e lastreado na cidadania, que pode/deve proteger socialmente os modos de vida que têm no território sua base de existência material, a fim de que sejam sustentáveis. São João da Barra, com suas águas e terras abundantes, e um ecossistema de restinga do bioma da Mata Atlântica com uma rica biodiversidade, vivendo da agricultura familiar, pesca artesanal, pequena pecuária, do extrativismo vegetal e do turismo, tem cerca de 40% do seu território sob o controle de empreendimentos portuários e energéticos vinculados ao extrativismo petrolífero, que além de ameaçarem modos de vida são nocivos ao clima global. Ao cenário se somam os conflitos, que manifestam a contestação e a resistência dos atingidos contra o Estado e o Porto do Açú. Partindo do pressuposto, com base nas normativas social e ambiental e na literatura, de que medidas sociais e ambientais buscam compatibilizar desenvolvimento econômico com proteção social e ambiental, problematiza-se até que ponto elas protegem, preservando de forma sustentável os “modos de vida territorializados” do 5º Distrito. Teoricamente referenciada no novo imperialismo e no estado de exceção, metodologicamente adotou o enfoque qualitativo, com uso de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa documental foram acessadas fontes como jornais, blogs, sites e relatórios técnicos, visando obter dados e informações sobre as medidas sociais e ambientais, imagens e informações sobre os atingidos e seus modos de vida, e sobre os conflitos sociais. No campo foram realizadas entrevistas com atingidos e utilizado a técnica “itinerário de captação de paisagem” (ICP), criada com o objetivo de captar a paisagem de localidades mais afetadas do 5º Distrito. Na compreensão desta Tese ocorreu uma articulação entre a dinâmica do novo imperialismo e o paradigma do estado de exceção, que modificou estruturalmente as condições territoriais objetivas e influenciou as medidas sociais e ambientais. Assim, passados mais de dez anos das primeiras expropriações no 5º Distrito, modos de vida de agricultores familiares e de pescadores artesanais atingidos permanecem negligenciados.

**Palavras-chave:** políticas sociais; território; modos de vida; conflitos sociais; grandes projetos de investimento

## **ABSTRACT**

This thesis aims to investigate whether social and environmental measures socially, economically, environmentally and culturally preserve those affected by Porto do Açu, in the 5th District of São João da Barra, north of Rio de Janeiro, from 2011 to 2021. The parameter is the definition of “preservation of territorialized ways of life”, a state mechanism consisting of a set of social and environmental measures linked to social policies and backed by citizenship, which can/should socially protect the ways of life they have in the past territory their basis of material existence, so that they are sustainable. São João da Barra, with its abundant waters and lands, and a restinga ecosystem of the Atlantic Forest biome with a rich biodiversity, living on family farming, artisanal fishing, small livestock, plant extractivism and tourism, has about 40% of its territory under the control of port and energy projects linked to oil extraction, which in addition to threatening ways of life are harmful to the global climate. To the scenario are added the conflicts, which manifest the contestation and resistance of those affected against the State and the Port of Açu. Based on the assumption, based on social and environmental regulations and on the literature, that social and environmental measures seek to make economic development compatible with social and environmental protection, the question is to what extent they protect, sustainably preserving the “ways of life territorialized” of the 5th District. Theoretically referenced in the new imperialism and in the state of exception, it methodologically adopted a qualitative approach, using bibliographic, documentary and field research. In the documentary research, sources such as newspapers, blogs, websites, and technical reports were accessed, in order to obtain data and information on social and environmental measures, images and information about those affected and their ways of life, and about social conflicts. In the field, interviews were carried out with those affected, and the “landscape capture itinerary” (ICP) technique was used, created with the objective of capturing the landscape of the most affected locations in the 5th District. In the understanding of this Thesis there was an articulation between the dynamics of the new imperialism and the paradigm of the state of exception, which structurally modified the objective territorial conditions and influenced the social and environmental measures. Thus, more than ten years after the first expropriations in the 5th District, the ways of life of affected family farmers and artisanal fishermen remain neglected.

**Key-words:** social politics; territory; lifestyle; social conflicts; large investment projects



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa dos municípios da região norte fluminense .....	38
Figura 2: Grandes investimentos no ERJ entre 2000 a 2013 .....	40
Figura 3: Mapa do mineroduto Minas-Rio .....	51
Figura 4: Localização do Porto do Açú (ZIPA) e do DISJB .....	52
Figura 5: Conexões do Porto do Açú com <i>hubs</i> concentradores .....	55
Figura 6: Projeto do traçado da Ferrovia Transcontinental .....	57
Figura 7: Distritos de São João da Barra .....	64
Figura 8: Áreas mais afetadas no 5º Distrito.....	72
Figura 9: Localização do DISJB .....	73
Figura 10: Plantações de banana e abacaxi.....	76
Figura 11: Animais no quintal de casas em Vila da Terra.....	78
Figura 12: Procissão fluvial em homenagem a São João Batista (em 06/2009) .....	81
Figura 13: Procissão fluvial em homenagem a Nossa Senhora da Penha (28/04/2019) .....	81
Figura 14: Trajeto do 1º ICP, em 01/12/2019.....	86
Figura 15: Visita ao sítio do Birica .....	87
Figura 16: Vista aérea do Sítio do Birica.....	87
Figura 17: Terras expropriadas para o DISJB.....	88
Figura 18: Trajeto do 2º ICP, em 21/01/2021.....	89
Figura 19: Rua principal de Mato Escuro (RJ-240) .....	90
Figura 20: Trechos da Estrada de Água Preta.....	91
Figura 21: Fachada e interior do CREAS de Mato Escuro.....	92
Figura 22: Fachada do ESF de Mato Escuro .....	93
Figura 23: Instalações portuárias na estrada entre Mato Escuro e Barra do Açú .....	93
Figura 24: Portaria Sul do Porto do Açú .....	94
Figura 25: Chegada a Barra do Açú e conjunto habitacional .....	95
Figura 26: Fachadas do ESF e do CRAS do Açú.....	96
Figura 27: Lagoa do Açú .....	97
Figura 28: Praia do Açú (2012 e 2013) .....	98
Figura 29: Praia do Açú afetada pelo processo erosivo.....	99
Figura 30: Praia do Açú (imagens recentes – 08/2021).....	100
Figura 31: Pier do Porto do Açú em Barra do Açú .....	100
Figura 32: Trajeto do 3º ICP, em 26/05/2021.....	101
Figura 33: Vila Abreu.....	102
Figura 34: Chegada à Vila da Terra .....	102
Figura 35: Casa em Vila da Terra aparentemente sem morador.....	103
Figura 36: Pequeno comércio em Vila da Terra .....	103
Figura 37: Trajeto do 4º ICP, em 26/05/2021.....	105
Figura 38: Aprovila .....	106
Figura 39: Escola Municipal João da Silva Ribeiro .....	107
Figura 40: UBS (frente e lateral) em Palacete .....	107
Figura 41: Pequeno núcleo urbano .....	108
Figura 42: Grandes propriedades .....	108
Figura 43: Torres e cabos de alta tensão em terras de Água Preta.....	109

Figura 44: Pequenas casas em construção .....	110
Figura 45: Estufa de Mudas desativada no núcleo urbano de Água Preta .....	110
Figura 46: Cancela e valas laterais em estrada de acesso ao Porto .....	111
Figura 47: Escombros da antiga casa de um agricultor de Água Preta .....	112
Figura 48: Conhecendo as terras expropriadas de um agricultor .....	112
Figura 49: Trecho do aterro hidráulico do Porto do Açú na Estrada de Água Preta.....	113
Figura 50: Outras imagens do aterro hidráulico do Porto do Açú .....	114
Figura 51: Aterro hidráulico margeando a Lagoa de Iquipari .....	114
Figura 52: Estrada e portão de acesso a RPPN Caruara.....	115
Figura 53: Áreas adquiridas por Eike Batista e áreas desapropriadas pela CODIN no 5º Distrito .....	117
Figura 54: Expectativa de receita das terras pela Prumo em 2014.....	118
Figura 55: Valores dos contratos de cessão e uso de firmas pela Porto do Açú S/A.....	118
Figura 56: Reivindicação de anulação das desapropriações no Açú, em 06/08/2021.....	125
Figura 57: Protestos em frente à Câmara de Vereadores de São João da Barra, em 27/08/2009. ....	125
Figura 58: Manifestações de agricultores contra as desapropriações (2011 a 2018) .....	126
Figura 59: Gado morto por falta de água e abordagem de agricultor por segurança da Prumo .	127
Figura 60: Boletim de Ocorrência com o depoimento do Sr. Reginaldo Toledo.....	128
Figura 61: Limpeza dos tanques de água acompanhada de PM e seguranças da Prumo .....	129
Figura 62: Imagem da reunião da ASPRIN, em 19/02/2017. ....	129
Figura 63: Imagens do acampamento de reocupação Aloisio e Maura, em 25/04//2017.....	130
Figura 64: Serviços e ações ofertados pelo ESF do Açú .....	144
Figura 65: Vila da Terra em vídeos do Porto do Açú.....	182
Figura 66: Mapa das compensações ambientais – unidades de conservação .....	184
Figura 67: Lagoa de Grussaí e ao fundo a Lagoa de Iquipari .....	185
Figura 68: Lagoa de Iquipari margeada por taboas e ao fundo o aterro hidráulico .....	185
Figura 69:Desova das tartarugas marinhas e RPPN Caruara em vídeo do Porto do Açú em mandarim .....	187
Figura 70: Placa em uma casa em Barra do Açú e convite para feira da agricultura familiar do projeto Rede de Hortas Urbanas.....	193
Figura 71: Placa com menção a UENF em frente ao Sítio do Birica no 5º Distrito .....	194

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Localidades e instituições visitadas nos ICPs.....	31
Quadro 2: Fontes orais.....	32
Quadro 3: Principais impactos negativos/efeitos nos grupos atingidos .....	116
Quadro 4: Síntese da representação dos conflitos sociais no 5º Distrito.....	126
Quadro 5: Principais programas/ações e valores executados na Saúde em São João da Barra (2015 a 2020) .....	142
Quadro 6: CRAS e CREAS referência para o 5º Distrito.....	147
Quadro 7: Principais programas/ações e valores executados na Assistência Social em São João da Barra (2015 a 2020) .....	148

Quadro 8: Principais serviços e equipamentos educacionais no 5º Distrito .....	155
Quadro 9: Principais programas/ações e valores executados na Educação em São João da Barra (2015 a 2020) .....	156
Quadro 10: Principais programas/ações e valores executados na Cultura em São João da Barra (2015 a 2020) .....	159
Quadro 11: Principais programas/ações e valores executados no Meio Ambiente em São João da Barra (2015 a 2020).....	161
Quadro 12: Resumo das principais medidas para a Agricultura em São João da Barra e 5º Distrito .....	168
Quadro 13: Principais programas/ações e valores executados na Agricultura em São João da Barra (2015 a 2020).....	169
Quadro 14: Resumo das principais medidas para a Pesca Artesanal em São João da Barra e 5º Distrito .....	173
Quadro 15: Principais programas/ações e valores executados na Pesca Artesanal em São João da Barra (2015 a 2020).....	174
Quadro 16: Principais medidas sociais e ambientais dos GPIs portuários em São João da Barra e 5º Distrito .....	179
Quadro 17: PEAs identificados em São João da Barra e 5º Distrito .....	188
Quadro 18: Principais ações de extensão universitária em São João da Barra e 5º Distrito .....	191
Quadro 19: Principais ações de RSC em São João da Barra e 5º Distrito .....	197
Quadro 20: Perspectiva dos entrevistados sobre as principais medidas sociais e ambientais em São João da Barra e 5º Distrito.....	206
Quadro 21: Trabalhos acadêmicos sobre o Porto do Açú defendidos nas universidades de Campos dos Goytacazes (2009 a 2021).....	238

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Evolução das receitas dos royalties e de outras de São João da Barra (MR\$) .....	61
Tabela 2: Produção de abacaxi pelos principais municípios produtores do NF (2011 a 2020)....	76
Tabela 3: Área colhida - lavouras temporárias e permanentes em São João da Barra (hectares). 77	
Tabela 4: Principais equipamentos de saúde em São João da Barra e 5º Distrito.....	143
Tabela 5: PBF e Auxílio COVID - 19 em São João da Barra (2017 a 21/09/2021) .....	150
Tabela 6: Valores do SuperaRJ para São João da Barra (julho a dezembro/2021).....	151
Tabela 7: Número de pescadores beneficiados com o Seguro-Defeso em São João da Barra (2017 a 21/09/2021) .....	170

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIA - Avaliação de Impacto Ambiental

AL - América Latina

ASPRIM - Associação dos Proprietários Rurais e Imóveis de São João da Barra

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CLIPA - Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú

CODIN - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

COP-21 - Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

DISJB - Distrito Industrial de São João da Barra

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ERJ - Estado do Rio de Janeiro

ESF - Estratégias de Saúde da Família

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FCP - Fundação Cultural Palmares

GPI - Grandes Projetos de Investimento

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFF - Instituto Federal Fluminense

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

IPHAN - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MIDAs - Maritime Industrial Development Area

MPRJ - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

MPF - Ministério Público Federal

NF - Norte Fluminense

NOAS-SUS - Norma Operacional de Assistência à Saúde

NOB-SUS - Norma Operacional Básica do SUS  
NOB RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família  
PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos  
PBA - Plano Básico Ambiental  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNAB - Plano Nacional de Atenção Básica  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente  
PRUMO - Prumo Logística Global  
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental  
RSC - Responsabilidade Social Corporativa  
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SUS - Sistema Único de Saúde  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
TEPOR - Terminal Portuário de Macaé  
TUP - Terminal de Uso Privado  
UBS - Unidades Básicas de Saúde  
UC - Unidade de Conservação  
UCAM - Universidade Cândido Mendes  
UE - União Europeia  
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
UFF - Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
Apresentação .....	16
Justificativa .....	21
Questão de pesquisa .....	26
Objetivo geral.....	26
Objetivos específicos .....	26
Procedimentos metodológicos .....	26
Pesquisa bibliográfica .....	27
Pesquisa documental.....	27
Pesquisa de campo: os “Itinerários de captação de paisagem” (ICP).....	30
Pesquisa de campo: as fontes orais - os atingidos pela espoliação das terras e águas.....	31
Tratamento e apresentação dos dados e informações.....	33
Estrutura da tese .....	33
CAPÍTULO 1 – PORTO DO AÇU: UM NEGÓCIO DO NOVO IMPERIALISMO NA PERIFERIA E OS MODOS DE VIDA DOS ATINGIDOS .....	34
1.1. PORTOS E EXTRATIVISMO NA REGIÃO SUDESTE.....	34
1.2. UM GPI PORTUÁRIO NO 5º DISTRITO.....	41
<b>1.2.1. Dispositivos estatais de exceção na implantação do Porto do Açú .....</b>	<b>59</b>
<b>1.2.2. Os atingidos e seus modos de vida no 5º Distrito.....</b>	<b>67</b>
CAPÍTULO 2 – O 5º DISTRITO APÓS 10 ANOS DE CONTROLE PRIVADO DE SUAS TERRAS E ÁGUAS .....	82
2.1.EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO SOCIAL	82
2.2.UMA LEITURA DOS CONFLITOS SOCIAIS: CONTRA A <i>VIDA NUA</i> .....	119
<b>2.2.1.Os expropriados do 5º Distrito não são <i>homines sacris</i> .....</b>	<b>123</b>
<b>2.2.2.O Estado no 5º Distrito: administrador ou gerador de conflitos sociais? .....</b>	<b>131</b>
CAPÍTULO 3 – PROTEÇÃO SOCIAL E A “PRESERVAÇÃO DOS MODOS DE VIDA TERRITORIALIZADOS” NO 5º DISTRITO.....	135
3.1. MEDIDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS UNIVERSAIS E FOCALIZADAS .....	135
<b>3.1.1. Saúde.....</b>	<b>141</b>

<b>3.1.2. Assistência Social.....</b>	<b>145</b>
<b>3.1.3. Educação.....</b>	<b>153</b>
<b>3.1.4. Cultura.....</b>	<b>158</b>
<b>3.1.5. Meio Ambiente .....</b>	<b>160</b>
3.2. MEDIDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL .....	164
3.3. MEDIDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS DE GPIS PORTUÁRIOS E PETROLÍFEROS ..	175
<b>3.3.1. Principais medidas do licenciamento dos GPis portuários.....</b>	<b>178</b>
<b>3.3.2. Principais medidas do licenciamento dos GPis petrolíferos .....</b>	<b>188</b>
3.4. AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	191
3.5. AÇÕES DE GESTÃO SOCIAL CORPORATIVA .....	195
3.6. MEDIDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA ÓTICA DOS ATINGIDOS .....	199
3.7. PROTEÇÃO SOCIAL PARA PRESERVAÇÃO DOS MODOS DE VIDA DOS ATINGIDOS PELO OLHAR DO NOVO IMPERIALISMO E DO ESTADO DE EXCEÇÃO	207
CONCLUSÃO .....	214
REFERÊNCIAS .....	219
APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTAS .....	233
APÊNDICE B - TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE O PORTO DO AÇU .....	238
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	240

## INTRODUÇÃO

### Apresentação

Com inserção na área de concentração “Participação e Regulação”, e na linha de pesquisa “Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território”, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da UENF, esta Tese lança luz sobre a proteção social como mecanismo estatal de preservação econômica, social, cultural e ambiental dos atingidos pelo Porto do Açú, no 5º Distrito de São João da Barra, na perspectiva da cidadania.

Para a incursão na proposta investigativa buscou-se compreender o Porto do Açú como um grande projeto de investimento (GPI) na geopolítica do novo imperialismo, favorecido por relações político-empresariais regional-global, e o papel do estado de exceção no 5º Distrito.

A partir da década de 1970, o capitalismo adentra em uma nova fase, orientado pela financeirização, que marca a transição para o que a literatura denomina de imperialismo contemporâneo. Duménil e Lévy (2007) chamam de neoimperialismo ou imperialismo neoliberal, pela relação com o capitalismo global neoliberal, enquanto que Harvey (2005) designa de novo imperialismo, com os EUA no controle hegemônico global.

Essa fase do imperialismo possui uma nova configuração geopolítica, com o papel da China e da Rússia nas relações internacionais, produzindo uma multipolaridade, conforme Amin (2006) ao tratar do que chama de “geopolítica do imperialismo contemporâneo”, que compreende o movimento entre o poder político e geográfico-espacial das relações e estratégias dos países imperialistas na contemporaneidade.

Harvey (2005), na escrita de sua obra intitulada “O novo imperialismo”, teve em mente a invasão norte-americana do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003, mas não deixou de identificar que as origens do novo imperialismo estão nos anos 1970, e que decorrem de soluções para o excedente de mão de obra e de capital, em face da superacumulação. Soluções que associadas ao neoliberalismo e a hegemonia do capital financeiro dão o tom da expansão capitalista pelas grandes corporações, estatais e privadas, grandes bancos e fundos de investimentos de estados imperialistas, em uma corrida para recompor a lucratividade do capital. Esta, realizada, sobretudo pela via da espoliação, *i.e.*, da expropriação direta de riqueza, do roubo, saque ou da pilhagem, da mercadificação e da privatização.

Para Harvey (2005), a espoliação ocorre a partir da interação de duas lógicas: a lógica territorial do poder e a lógica capitalista do poder, que são distintas, mas que “se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias”, uma vez que “os processos político-econômicos



são guiados pelas estratégias do Estado e do império, e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas” (p. 34).

Do ponto de vista da lógica capitalista, as práticas imperialistas

referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação de capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de ‘assimetrias’ inevitavelmente advindas das relações de troca. Estas últimas se expressam em trocas não-leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas. A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica. A riqueza e bem estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios (HARVEY, 2005, p. 35).

Enquanto que as práticas imperialistas, quanto à lógica territorial do poder, dizem respeito ao papel dos Estados, que no novo imperialismo agem para preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca, mantendo a vantagem para si e mostrando forte ligação com a estrutura geográfica do capitalismo e com as práticas de acumulação, além de ser a instituição que formaliza a espoliação ao manter arranjos institucionais e constitucionais necessários para a produção e circulação (SCOTELARO, RAMOS e TEIXEIRA, 2018).

Dado o fato de o Estado moderno concentrar o poder político e o monopólio legítimo do uso da força, este detém a capacidade de manter arranjos institucionais e constitucionais necessários para as atividades capitalistas se desenvolverem em cada uma das esferas – produção ou circulação. Por um lado, o Estado é capaz de realocar os investimentos em torno de organizações espaciais específicas dinamizando o espaço da acumulação. Ademais, é igualmente capaz de criar espaços físicos para absorver esses excedentes a partir de investimentos em infraestrutura (SCOTELARO, RAMOS e TEIXEIRA, 2018, p. 164).

Ocorre que o Estado, ao manter “arranjos institucionais e constitucionais” favoráveis à acumulação no novo imperialismo, quase sempre o faz aplicando a exceção. Com base na Teoria Geral do Estado, a razão de Estado (que o mantém íntegro) está balizada no Direito Moderno, onde por ele o poder político é limitado, sendo o estado de exceção uma deformação da razão de Estado, conforme compreendem Martinez e Scherch (2020), o que é paradoxal, já que o Estado, em caso de ameaças, rompe com as leis a fim de salvaguardar a sua integridade.

Entretanto, assumindo que o Estado burguês é a forma política do capital, que em alguns momentos históricos apresentou certa autonomia, como no Estado social, no novo imperialismo é apropriado pelo capital financeiro neoliberal. Nesse sentido, tanto a forma política quanto a forma jurídica do Estado aplicam permanentemente o estado de exceção em favor não da integridade do Estado, mas da acumulação.

O estado de exceção é um instituto jurídico-político, que aparece expresso pela primeira vez na Constituição de Weimar, de 1919, que dá ao soberano, no caso ao chefe do executivo - conforme Carl Schmitt, jurista alemão -, a prerrogativa de suspender excepcionalmente o direito a fim de salvaguardar o Estado, mantendo a ordem e o controle do território em momentos de crise, estando presente em grande parte das Constituições burguesas, conhecido como estado de sítio, de defesa ou de emergência. No entanto, intrínseco às democracias, o estado de exceção passa a ser permanente e transformado em uma prática de governabilidade visando o controle em situações de conflitos sociais, suspendendo a norma em nome da norma, portanto excluindo-incluído no Direito se localiza em uma zona cinzenta.

Frequentemente utilizado em favor de interesses econômico-financeiros e/ou políticos, encontrado em países como os Estados Unidos da América - que se considera a maior democracia do mundo -, mas, sobretudo na periferia do sistema, o estado de exceção suspende direitos fundamentais de uma determinada população, grupo social ou pessoa, com base na ideia de inimigo do interesse público e/ou da segurança, que, passível de banimento social vivenciará a condição de *homo sacer* (AGAMBEN, 2007).

Em Foucault, a biopolítica diz respeito ao controle e regulação da vida humana (biológica) de populações, que passam a ser objeto da política por meio de mecanismos e tecnologias que exercem o poder do Estado, escolhendo quem vive e quem deixará morrer (os mais “fracos” morrem para que os “fortes” vivam). Esse poder político se intensifica na fase neoliberal do capitalismo, com o aumento do poder do “mercado” e de suas corporações econômico-financeiras, exacerbando a precarização da vida.

Bebendo de Foucault, Agamben (2007) ressignifica do direito romano arcaico a figura do *homo sacer*, e biopolítica refere-se à vida humana, que no estado de exceção é desprovida da proteção do direito e controlada pelo soberano. Nesse sentido, a vida do *homo sacer* é uma *vida nua (zoé)*<sup>1</sup>, em contraposição à *bíos* (vida qualificada pela cidadania), portanto, sem qualquer pertencimento ao *corpus* político, e onde a identidade de cidadão (identidades jurídico-políticas) perde sentido, ficando fora da esfera política, por conseguinte, matável por não existir vida fora da política.

Seguindo esse raciocínio, esta Tese refere-se ao termo atingido, que com base em Vainer (2008) explicita a condição de sujeitos possuidores de direitos, e como tal com a prerrogativa de reclamá-los.

---

<sup>1</sup> “Os gregos do mundo clássico não possuíam um termo único para designar a palavra *vida*, valendo-se de dois termos: *zoé* e *bíos*. O primeiro exprimia o simples fato de viver, [...], deuses, homens ou animais; o segundo indicava a forma de viver de um grupo ou indivíduo. Enquanto *zoé* designava, portanto, a vida animal ou orgânica, *bíos* indicava a vida qualificada de cidadão, a vida politicamente qualificada” (MARTINS, 2015, p. 188).

Outros termos encontrados são “modos de vida territorializados”, que designa um conjunto constituído de dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, que forma a identidade dos grupos sociais que têm no território sua forma de existência material, e Grande Projeto de Investimento (GPI), como os portos, que são empreendimentos de infraestrutura da cadeia do extrativismo exportador, e que de acordo com Vainer (2007) foram retirados do controle do Estado, não possuindo compromissos com o desenvolvimento regional, mas com interesses em grande parte globais.

Além desses foram utilizados os conceitos de território como condição de existência material, na perspectiva de Porto-Gonçalves (2002), e que tem sua produção inscrita nas relações de poder (RAFFESTIN, 1993); e conflitos sociais como resistência ao processo de destruição de modos de vida, de acordo com Guevara e Moreira (2020), e como manifestação contra as tentativas de imposição de uma *vida nua*, à luz da questão social, com base em Iamamoto (2008) e Yasbek (2018).

Sobre o termo “preservação de modos de vida territorializados”, esta Tese convida seus leitores a considerá-lo como um mecanismo estatal, formado por um conjunto de medidas sociais e ambientais, que vinculado às políticas sociais e lastreado na cidadania pode/deve proteger socialmente os “modos de vida territorializados”, que são aqueles que possuem sua base de existência material no território, assegurando que sejam sustentáveis.

Além das políticas sociais de saúde, assistência social, educação e cultura, e as ambientais, as destinadas à agricultura familiar e à pesca artesanal tomam parte no conjunto das políticas de proteção social para preservação dos “modos de vida territorializados”.

A investigação sobre as medidas sociais e ambientais existentes no 5º Distrito foi realizada sob uma perspectiva interdisciplinar, ao se apropriar de conceitos teóricos da filosofia política, da economia política e da geografia política para análise do problema, enquanto que metodologicamente recorreu a uma abordagem qualitativa combinando pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Em um trabalho de pesquisa de mais de quatro anos não faltariam desafios/dificuldades. Entre eles a pandemia de COVID-19, que no primeiro momento parecia ser contornável, no entanto inviabilizou as atividades de campo no ano de 2020. Enquanto aguardava que fosse minimamente controlada foram redigidos os primeiros capítulos desta Tese, que depois passaram por adequações conforme recomendações da banca de qualificação, e realizado a escrita e publicação de cinco artigos. Porém, o maior desafio foi vivenciar o luto pelo falecimento súbito de um irmão muito amado no final de 2016, quando no início de 2017 iniciaria o processo seletivo e posteriormente as atividades acadêmicas do doutorado.

Outros desafios/dificuldades são próprios de uma pesquisa - um processo de busca por achados importantes, que pode ser comparado ao trabalho de um escavador à procura de evidências sobre um objeto. Ele analisa o terreno, separa as ferramentas - podendo acontecer de ir para a forja criar uma. Inicia a escavação com afinco e quase sempre diuturnamente, retirando os achados, e só para quando a cava está profunda. Depois de manipular e analisar meticulosamente, é hora de divulgar os resultados dos seus achados, que serão avaliados por escavadores experimentados.

De forma geral, esta Tese espelha a trajetória profissional e acadêmica da autora, graduada em Serviço Social, com atuação nas áreas da Saúde e Educação, e no magistério superior no curso de bacharelado em Serviço Social, e curtas inserções em cursos de especialização em políticas sociais e ambiental. No âmbito acadêmico com a defesa da dissertação de mestrado no PPGPS/UENF em 2012, com o tema do acesso a água em área urbana da periferia de Campos dos Goytacazes.

Nessa trajetória o tema da proteção social sempre esteve direta ou indiretamente presente, em uma tentativa ainda não sistematizada de compreendê-lo de maneira integrada e não fracionada, como se cultura e natureza não formassem a existência material, pelo contrário, como se houvesse uma dicotomia como quer o pensamento hegemônico.

A escolha do tema ocorreu antes mesmo da candidatura ao processo seletivo para o doutorado. Foi após o primeiro contato com os atingidos do 5º Distrito, em abril de 2012. Na ocasião houve uma caminhada pela terra e outras atividades coletivas, junto com movimentos sociais, conselhos de classe e entidades da sociedade civil, e com docentes e discentes de instituições universitárias da região. Nesse momento despertou o interesse em investigar o que estava acontecendo com aqueles homens e mulheres, a maioria de meia idade, e com suas famílias.

Aquelas pessoas tiveram suas condições de existência espoliadas com a conivência e ação do Estado, mas acessavam esse mesmo Estado para garantir-lhes proteção social. Como, se o Estado era o violador? Também era o garantidor de direitos? Seria esse papel dúbio do Estado a razão dos conflitos sociais? E as políticas sociais e ambientais? Elas atendiam às expectativas de proteção social dos atingidos? A partir dessas indagações deu-se início, de forma ainda muito embrionária, a essa investigação, que avançou na problematização das medidas sociais e ambientais para preservação dos modos de vida dos atingidos, em um território impactado e em conflito decorrente de um GPI portuário.

## Justificativa

Um território possui sua particularidade, seja pela sua formação sociohistórica e econômica, como pelas territorialidades que o constroem e o reconstroem, alterando formas anteriores. Este é o caso do 5º Distrito (Pipeiras), unidade territorial da pesquisa, um distrito rural, mas com áreas transformadas em industriais para atender ao Porto do Açú, pertencente ao município de São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro.

No território do 5º Distrito há lagoas, brejos, canais, e são desenvolvidas pluriatividades, como as agrícolas, da pesca e da pequena pecuária, além do extrativismo vegetal, como a extração da taboa (*Thypha domingensis*) para confecção de esteiras e outros produtos artesanais, e a coleta da aroeira.

Dentre os seis distritos de São João da Barra, o 5º Distrito (Pipeiras) é o mais afetado pelo empreendimento portuário, pois é onde se localiza o Porto do Açú e o Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), e onde ocorreram as expropriações das terras e das águas desde 2009, intensificadas no auge das expropriações em 2011.

O norte do estado do Rio de Janeiro, ou norte fluminense (NF), é uma importante região do país pela sua alta produção de petróleo e gás, e São João da Barra é um município de pequeno porte, com uma população estimada em 36.423 habitantes em 2020 (TCE-RJ, 2020), que além das atividades econômicas tradicionais e do turismo tem como uma das principais fontes de recursos os royalties do petróleo, e mais recentemente as receitas provenientes do Porto do Açú, podendo ser considerado um município petrorrentista<sup>2</sup> e portuário.

O 5º Distrito foi escolhido para construir o Porto do Açú pelas suas terras e águas abundantes, pela sua costa marítima propícia ao recebimento de grandes navios, e pela sua posição geográfica estratégica para os negócios portuários, como a proximidade com a principal bacia petrolífera do país, a Bacia de Campos, com as minas de minério da região central de Minas Gerais e com a capital do estado do Rio de Janeiro, além de com a oferta de rodovias e o interesse do poder público e de frações da classe dominante.

Nos anos 2000, identifica-se que os estudos e pesquisas sobre o NF passaram a tratar do controle corporativo do território pelas atividades da cadeia petróleo-porto, bem como sobre os

---

<sup>2</sup> Os municípios petrorrentistas são municípios produtores, conforme os critérios técnicos do IBGE, mas que não se caracterizam pela produção, mas, por concentrarem o recebimento de rendas petrolíferas que vai compor o orçamento municipal e que seu gasto é decidido pela administração municipal, como o caso de Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, no NF, que são produtores e petrorrentistas (IPEA/CODE, 2011).

conflitos associados ao Porto do Açú, como podem ser vistos em AGB (2011; 2012), Pedlowski (2012; 2013; 2017a e 2017b), Quintslr (2014), Prado e Rocha (2015), Cruz (2016), Monié (2016a), Pessanha (2017), Costa (2018); Cruz e Terra (2020), Almeida e Cruz (2021), entre outros. Entre os temas são abordados os novos impactos introduzidos com a chegada do Porto do Açú - “O Estranho”- em referência a obra do sociólogo José de Souza Martins, intitulada “A Chegada do Estranho” (1993).

Outras pesquisas sobre o Porto do Açú foram desenvolvidas nos programas de pós-graduação das instituições públicas e privadas localizadas em Campos dos Goytacazes. Foram identificadas 32 pesquisas, entre teses e dissertações, no período de 2009 a 2021 (Apêndice B), ressaltando que a identificação não teve a pretensão de ser exata na quantificação, mas de apresentar um estado da arte sobre as pesquisas referentes ao empreendimento, salientando que certamente há muitas outras em diferentes programas de pós-graduação fora das universidades locais e do NF.

De natureza privada, o Porto do Açú é uma das estruturas do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú (CLIPA), juntamente com o DISJB, e que foi concebido como parte do Projeto Minerário Minas-Rio, lançado em 2006 pelo empresário Eike Batista. Além do CLIPA, formava o projeto a mina Sapo-Ferrugem, uma unidade de beneficiamento, e um mineroduto de 525 km de extensão, considerado o maior do mundo, estando as duas primeiras estruturas localizadas nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, no estado de Minas Gerais e o CLIPA em São João da Barra/RJ.

Em 2013 o CLIPA foi vendido para o Energy and Information Group (EIG), um fundo de investimentos norte-americano nos setores de infraestrutura e energia, passando a ser controlado pela Prumo Logística Global, antiga LLX, enquanto que as demais estruturas foram vendidas para a mineradora sul africana Anglo American em 2007.

Além do DISJB, instalado na retroárea do Porto, o CLIPA possui outras estruturas, como termelétricas, torres e linhas de transmissão de energia elétrica, e em fase de licenciamento estão os oleodutos e os gasodutos, além da construção de um heliporto, hotel e centro de convivências. O Porto do Açú funciona como apoio às operações logísticas do minério de ferro extraído do estado de Minas Gerais e às operações de petróleo extraído do NF, enquanto que o DISJB foi criado para abrigar indústrias, mas não possui nem 10% de sua área de 70 km<sup>2</sup> em uso.

Apesar do não desenvolvimento industrial do Porto do Açú, ele se insere na tipologia de portos *Maritime Industrial Development Area* (MIDAs), ou em português Áreas de Desenvolvimento Industrial Marítimo-portuário, que são portos-indústrias que agregam

estruturas e operações, e que unem indústria e comércio exterior em espaços como as zonas de processamento de exportação (ZPEs).

Os portos-indústrias são grandes projetos de investimentos (GPIs), por mobilizar com grande intensidade capital, recursos naturais, território e força de trabalho, porém, de forma geral não contribuem para a redução das desigualdades regionais, ao contrário, produzem desestruturação econômica e social e degradação ambiental nos territórios, geram baixos encadeamentos locais e regionais e são considerados enclaves.

O Porto do Açúcar consome cerca de 40% da área territorial de São João da Barra, que tem 452.396 km<sup>2</sup> de extensão, sendo dentre os portos-indústrias brasileiros o que possui a maior extensão de terras<sup>3</sup> mesmo sem a presença de um parque industrial. O fato em si possibilitaria imaginar o que vem ocorrendo no 5º Distrito. Expropriações de terras, controle de áreas de pesca, salinização de solo e água, agravamento de erosão costeira, desmatamento de áreas de restinga, - importante ecossistema que integra o bioma da Mata Atlântica e uma das áreas remanescentes do estado do Rio de Janeiro -, e afugentamento da fauna, violações de direitos humanos e conflitos sociais, que fazem parte da recente história do empreendimento, contada pelos expropriados e registrada em farta documentação<sup>4</sup>.

O que ocorre no 5º Distrito é característico do movimento de recolonização de territórios no século XXI, voltado à integração global capitaneada pelas potências mundiais sob a hegemonia do capital financeiro, que na América Latina, inclusive no Brasil se inscreve no contexto geopolítico do novo imperialismo e das mudanças sociais e econômicas ocorridas na China.

As infraestruturas são, na visão de Gudynas (2021), suportes ao extrativismo exportador, podendo servir a outros interesses além dos do extrativismo. Elas conectam pontos de extração aos de consumo, como hidrelétricas, minas, plataformas de petróleo, aeroportos, ferrovias, hidrovias, portos marítimos e fluviais, estradas e infraestruturas de apoio, como as redes de telecomunicações e de energia, formando corredores de integração territorial e voltados ao escoamento externo de grãos, minério, carne, petróleo e outros produtos intensivos em recursos naturais.

Nesse contexto há o aprofundamento da dependência externa e de uma burguesia interna cada vez mais adaptada às exigências do capital financeiro global, ao mesmo tempo em que progressivamente é corroída a possibilidade de relação entre capitalismo, equidade e soberania

---

<sup>3</sup> <https://mst.org.br/2017/07/23/nao-ha-justificativas-tecnicas-e-nem-economicas-para-manter-o-disjb-no-acu-com-70-km%C2%B2/>

<sup>4</sup> Que podem ser acessadas nos Blog do Pedlowski, Blog do Roberto Moraes, e em teses e dissertações.

popular, produzindo um processo de reversão neocolonial, conforme Sampaio Jr. (2012a), que ameaça “modos de vida territorializados”.

Como em outros territórios onde grupos tradicionais são compulsoriamente deslocados para ceder o lugar a grandes projetos, no 5º Distrito foram expropriados 7.200 hectares (ha) de terras e removidas 1.500 famílias que desenvolvem a agricultura familiar, a pesca artesanal e outras atividades, com violência, intimidação e assédio moral, e com mais de 60% dos expropriados sem terem ainda recebido a indenização.

São João da Barra se diferencia da maioria dos municípios brasileiros, por além de oferecer a seus munícipes programas, serviços e benefícios nas áreas da saúde, assistência social, educação, cultura, meio ambiente, agricultura e pesca, e programas de transferência de renda federal, estadual e municipal, ainda contar com a implantação de medidas do licenciamento ambiental e ações de responsabilidade social corporativa (RSC) - por ter no seu território GPIs portuários e energéticos -, e com ações de extensão universitária.

Quanto aos conflitos sociais, eles se manifestam publicamente em forma de fechamento de estrada, abaixo-assinados, cartas de repúdio, denúncias no Ministério Público e de outros atos contestatórios e de resistência. São organizados pela Associação dos Proprietários Rurais e Imóveis de São João da Barra (ASPRIN), que contou com o apoio de movimentos sociais e entidades da sociedade civil, e de intelectuais pertencentes a instituições acadêmico-científicas da região (BARCELOS, 2013).

A agricultura familiar no Brasil corresponde a 77% dos estabelecimentos agrícolas, porém, ocupa uma área menor, 80,89 milhões de hectares, equivalente a 23% da área agrícola total, comparando com os estabelecimentos de produção para exportação. O setor é essencial para a segurança alimentar do país, apesar de responder por 23% do total do valor da produção, isso novamente comparando com a produção de commodities agrícolas, como soja e milho. Entre os produtos, 69% do valor da produção de abacaxi vem da agricultura familiar (CENSO AGRO, 2017)<sup>5</sup>.

São João da Barra, além de outros cultivos direcionados à renda e subsistência, é importante produtor de abacaxi do estado do Rio de Janeiro, mantendo-se em segundo lugar, apesar de possuir baixa quantidade de área colhida - 400 ha - se comparado com o município vizinho, São Francisco de Itabapoana, primeiro produtor do fruto no estado, com 4.000 ha de área colhida. Além do abacaxi, o município de São João da Barra se destaca na produção de maxixe e quiabo.

---

<sup>5</sup> <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>



No 5º Distrito, que teve grande parte do seu território expropriado, conseguiu se destacar como o maior produtor de abacaxi de São João da Barra em 2014<sup>6</sup>. Isso se deve aos agricultores desapropriados, que além de arrendarem terras para a manutenção do cultivo do abacaxi podem ter se utilizado das áreas que antes eram destinadas a plantação de outras culturas. Conforme dados do IBGE referentes às áreas colhidas com culturas temporárias e permanentes, apresentados na Tabela 3, ocorreu uma redução expressiva de áreas antes destinadas a outras culturas.

Quanto à pesca extrativa marinha, considerada uma atividade tradicional, atende ao consumo interno e gera trabalho e renda, e é a principal fonte de abastecimento de pescado no país e do estado do Rio de Janeiro. Em 2010 a produção de pesca extrativa marinha no país foi de 533.455 t e em 2011 de 803.270 t. Em 2010 e 2011, na região Sudeste, o Rio de Janeiro teve a maior produção, com 54.113 t e 78.991 t, respectivamente<sup>7</sup>.

São João da Barra é um importante centro dessa atividade pesqueira, gerando trabalho e renda locais, e com parte de sua produção comercializada na capital do estado. Em 2014 estimou-se que 1.200 famílias tiraram seu sustento dessa atividade, conforme informação da Prefeitura<sup>8</sup>. Com predomínio de embarcações de pequena escala, a produção de pescado foi de 1.515 t e 1.042 t, em 2011 e 2012, respectivamente (FIPERJ, 2013).

No município são desenvolvidas a pesca marítima, oceânica e a de interior, esta predominantemente desenvolvida pelos pescadores de lagoas, que além da redução dos estoques tiveram o acesso às lagoas restringido pelas Unidades de Conservação (UC). Quanto à pesca marítima, pesquisa de Bonfim, Santos e Beneditto (2017) com pescadores que trabalhavam no terminal de Atafona, 2º distrito de São João da Barra, apontou as atividades portuárias como geradoras de impactos na pesca.

O futuro é incerto, mas a esperança, do “verbo” esperar, é que de forma modesta esta Tese contribua com a administração pública de São João da Barra e com a memória e a resistência dos atingidos do 5º Distrito, e cientificamente, no campo das ciências sociais e humanas, sobretudo nos estudos sobre Políticas Sociais e Território, estimule a problematização crítica sobre a função das políticas sociais em territórios capturados por GPIs. Além disso, que instigue reflexões sobre a relação entre preservação dos “modos de vida territorializados” e proteção do clima.

---

<sup>6</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3506/sao-joao-da-barra-se-destaca-na-producao-deabacaxi>

<sup>7</sup> [https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est\\_2011\\_bol\\_bra.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2011_bol_bra.pdf)

<sup>8</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3098/poder-publico-desenvolve-aco-es-direcionadas-a-pesca>

## Questão de pesquisa

O problema está em responder à seguinte questão: Até que ponto, as medidas sociais e ambientais no 5º Distrito de São João da Barra preservam os modos de vida dos atingidos, com base na definição de “preservação de modos de vida territorializados” apresentada nesta Tese?

## Objetivo geral

Investigar quais são as medidas sociais e ambientais e se elas atuam na preservação social, econômica, ambiental e cultural dos atingidos pelo Porto do Açú, no 5º Distrito de São João da Barra, norte fluminense, no período de 2011 a 2021.

## Objetivos específicos

1. Analisar a interferência nos modos de vida dos atingidos a partir dos principais elementos geopolíticos, políticos e econômico-financeiros relativos ao Complexo Portuário do Açú.
2. Identificar a expropriação territorial e a proteção social na paisagem do 5º Distrito.
3. Averiguar a existência de uma relação entre os principais conflitos sociais e os modos de vida dos atingidos.
4. Identificar as medidas sociais e ambientais e a perspectiva dos atingidos do 5º Distrito.

## Procedimentos metodológicos

O recorte temporal da pesquisa se inicia em 2011, no auge das expropriações no 5º Distrito, e se encerra em 2021. A opção pela abordagem qualitativa se fez por considerar que ela se preocupa com um “nível de realidade que não pode ser quantificado” e reduzido à “operacionalização de variáveis”, em convergência com o objetivo da Tese.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa das medidas sociais e ambientais no 5º Distrito volta-se para a compreensão do significado do fenômeno em seu contexto, e onde o pesquisador é o instrumento principal para captar as informações, com uso de diferentes técnicas de coleta de dados para atingir o objetivo desejado, predominando os dados descritivos, como documentos, situações, fotografias e a perspectiva dos entrevistados (LAKATOS e MARCONI, 2009). Para tal foram desenvolvidas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, realizadas em nove fases.

### Pesquisa bibliográfica

A primeira fase da pesquisa foi um aprofundamento da literatura sobre os conflitos sociais em sua relação com o extrativismo na América Latina, inclusive no Brasil e no NF nos anos 2000. A segunda fase realizou um aprofundamento da literatura sobre a história e os fundamentos das políticas sociais, seu padrão atual e sua configuração em territórios de GPIs, principalmente os petrolíferos no NF. A terceira fase fez uma revisão de literatura sobre novo imperialismo e o estado de exceção e uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de território, territorialidade, paisagem, proteção social e modos de vida.

Com o levantamento e seleção das referências e elaboração de fichamentos, a pesquisa bibliográfica foi fundamental por fornecer as teorias e os conceitos analíticos para responder ao problema de pesquisa. Assim, para a construção do desenho metodológico foi realizado um levantamento bibliográfico em publicações, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, em base de dados computadorizadas, apropriando-se da literatura latino-americana e nacional, e de referências bibliográficas de pesquisadores do NF, possibilitando uma abordagem interdisciplinar do objeto de investigação.

### Pesquisa documental

Realizada concomitante com a primeira fase da pesquisa, a quarta fase mapeou as manifestações conflituosas relativas ao Porto do Açú, ocorridas nos anos de 2015 a 2019, nos jornais Folha da Manhã e no O Debate, principais periódicos da mídia tradicional de abrangência regional.

A proposta inicial era realizar o mapeamento dos anos de 2011 a 2019 nos referidos jornais, porém, os exemplares do Jornal Folha da Manhã do ano de 2011, e os dos meses de janeiro a setembro de 2014 não estavam disponíveis na web, mas no Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, em Campos dos Goytacazes, mas devido a COVID-19 e o fechamento da instituição não foi possível acessá-los. O não acesso devido à pandemia também ocorreu com os exemplares do Jornal O Debate, período de 2011 a 2013, não disponíveis na web.

O acesso aos demais exemplares dos periódicos foi feito na íntegra, na rede mundial de computadores. O Jornal Folha da Manhã por meio de assinatura eletrônica paga e o Jornal O Debate gratuitamente.

Apesar de ser uma importante fonte documental houve pouca cobertura dos jornais às manifestações conflituosas referentes ao Porto do Açú, o que pode ser uma escolha editorial. Assim, optou-se por acessar outros meios, como os blogs, principalmente o Blog do Pedlowski e

o Blog do Roberto Moraes, idealizados por reconhecidos professores e pesquisadores do NF. Dessa forma, a quinta fase da pesquisa foi o mapeamento, do período de 2011 a 2021, dos conflitos sociais, informações sobre os atingidos e os impactos no 5º Distrito, nos blogs, com a utilização de palavras-chave.

O Blog do Pedlowski<sup>9</sup>, criado em 2011 e idealizado pelo professor e pesquisador doutor Marcos A. Pedlowski, do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA/UENF), é especializado em ciência, política e sociedade, e segundo post datado de 28/10/2015<sup>10</sup>, entre outros temas tem se ocupado em “narrar as agruras vividas pelos agricultores do V Distrito de São João da Barra, após o início da instalação do Complexo Industrial Portuário do Açú”. O Blog do Roberto Moraes foi criado em 2004, pelo doutor Roberto Moraes, professor titular do IFF, pesquisador, membro da Rede Latinoamericana de Investigadores em Espaço-Economia (ReLAEE), e é um “espaço para apresentar e debater questões e opiniões sobre política e economia”<sup>11</sup>.

Segundo Marques (2012, p. 15), os blogs são um meio de comunicação social que se popularizou nos anos 1990, e que mostrou sua importância colhendo e transmitindo informações locais sobre o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, nos EUA. No entanto, sua expansão se deve à ameaça de invasão do Iraque pelos EUA, “com notícias que a maior parte dos meios de comunicação tradicionais não transmitia”, surgindo, a partir de 2003, os blogs de especialistas.

Assim, sendo uma página autoral na web, pessoal ou coletiva, o blog pode servir com um diário pessoal ou ter a função de apoio político e social, jornalística e empresarial. No caso dos blogs acessados, alguns são jornalísticos e monetizados, enquanto que o Blog do Pedlowski e o Blog do Roberto Moraes não possuem finalidade mercantil e podem ser classificados como “blogs de especialistas” (MARQUES, 2012).

Por trazerem informações que não foram transmitidas na mídia tradicional, os blogs contribuíram para a recuperação dos conflitos, dos impactos, de histórias pessoais de atingidos, de documentos, registros de denúncia policial (B.O), notas de repúdio, abaixo-assinados; aquisição de imagens e outras informações pertinentes à pesquisa.

Nesta quinta fase também foram mapeados os trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) produzidos nos anos de 2009 a 2021, pelos programas de pós-graduação stricto sensu das universidades de Campos dos Goytacazes que tiveram como tema o Porto do Açú.

<sup>9</sup> <http://pedlowski.blogspot.com/>  
<https://blogdopedlowski.com/>  
<https://blogdopedlowski.com/2017/07/27/conflito-agrario-no-porto-do-acu-ate-hoje-faltavam-os-presos-politicos-agora-nao-mais/>

<sup>10</sup> <https://blogdopedlowski.com/2015/10/28/justica-lebre-para-uns-tartaruga-para-outros-o-caso-da-salinizacao-como-exemplo-lapidar/>

<sup>11</sup> <http://www.robertomoraes.com.br/>

Para isso foram acessados os repositórios institucionais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e as páginas virtuais do programa de Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP/UFF/Campos) e do programa de Geografia (PPG/UFF/Campos), ambos em nível de mestrado.

Da mesma forma, para acesso as teses e dissertações dos programas de Políticas Sociais (PPGPS), Sociologia Política (PPGSP) e Ecologia dos Recursos Naturais (PPGERN) da UENF, e ainda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal Fluminense (PPEA/IFF), campus Campos dos Goytacazes, e do programa de Planejamento Regional e Gestão das Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM), foram acessadas as páginas virtuais dos respectivos programas. Esse mapeamento teve como objetivo conhecer o estado da arte dos trabalhos produzidos nas instituições acadêmicas locais.

A sexta fase da pesquisa se concentrou no levantamento das medidas sociais e ambientais, estatais e empresariais, e de informações sociais, econômicas, ambientais e culturais sobre São João da Barra e o 5º Distrito. Para isso foram acessados portais de órgãos e instituições governamentais, federais, estaduais e municipais, tais como: Transparência da União, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Cidades), IBGE/Censo Agro 2017, Ministério da Cidadania, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); relatórios do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Fundação Instituto de Pesca do estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), SuperaRJ; portais da Prefeitura, da Câmara Legislativa e da Transparência de São João da Barra, redes sociais de secretarias municipais, documentos como Plano Municipal de Saúde, Plano Municipal de Educação, Plano Diretor, Planos Plurianuais, leis federais, estaduais e municipais.

Além de buscar informações sobre o Porto do Açú no portal da Prumo Logística para o levantamento das ações de Responsabilidade Social Corporativa, também foram acessados os portais das empresas subsidiárias, vídeos e outros materiais de marketing corporativo na web com uso do buscador Google.

Sobre o mapeamento das ações de extensão universitária, além das identificadas no campo foi solicitado via e-mail à coordenação de extensão do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR/UFF), lista dos projetos de extensão, e com o buscador Google foram mapeadas mais informações na web.

Na web ainda foram acessados documentos técnicos, como os EIA/RIMAs dos empreendimentos portuários; atas de audiência pública de licenciamento, transcritas e em vídeo;

estudos técnicos da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB), seção Rio-Niterói e outros; os projetos de Educação Ambiental da Bacia de Campos nos respectivos portais; vídeos documentários (Narradores do Açu, Ignorados e O preço do desenvolvimento), portais de Portos da região Sudeste e outros relativos ao estudo.

Desta forma, com base na compreensão de Sá-Silva et al. (2009) de que os documentos elucidam, provam e registram um acontecimento, a pesquisa documental contribuiu para identificar os modos de vida dos atingidos, os principais conflitos sociais, as principais medidas sociais e ambientais, dados sobre a agricultura familiar e a pesca artesanal, e outras informações pertinentes ao estudo.

#### Pesquisa de campo: os “Itinerários de captação de paisagem” (ICP)

Devido a necessidade de uma técnica de campo que coletasse informações sobre a paisagem das áreas mais afetadas, a disposição territorial dos equipamentos de proteção social e os “modos de vida territorializados”, criou-se a técnica que foi denominada de “itinerário de captação de paisagem” ou ICP.

A técnica ICP pode ser aplicada para investigar outras paisagens rurais e também urbanas, alteradas por eventos naturais e por atividades humanas, como desastres climáticos e impactos de grandes empreendimentos. Ela consiste no uso de mapas, de aparelho receptor de informações por satélite (GPS), de equipamentos fotográficos e de filmagem, anotações em diário de campo e de guia local caso não conheça a área, podendo ser realizado a pé, de automóvel ou outro meio de locomoção que possibilite a coleta de informações.

Utilizados com o objetivo de captar a paisagem do 5º Distrito afetada pelos empreendimentos portuários, os ICPs, sétima fase da pesquisa, ocorreram concomitante com a terceira, sexta e oitava fases. Foram realizados quatro ICPs, que devido às longas distâncias foram feitos de automóvel, por rodovias estaduais e estradas vicinais municipais (as SBs), com os percursos (rotas) anteriormente traçados com o apoio do *Google Maps*<sup>12</sup>, e em algumas ocasiões com uso de GPS automotivo, sem guia local, buscando informações com transeuntes quando existia, e com o registro de imagens e filmagens feito por aparelho celular, e de anotações no diário de campo. Nessa fase foram realizadas visitas as instituições de proteção social, e de forma geral cada ICP iniciou aproximadamente às 15h e finalizou às 19h.

Além de possibilitar informações sobre a paisagem do 5º Distrito, após mais de dez anos de controle privado de suas terras e águas, os ICPs, juntamente com a pesquisa documental e as

---

<sup>12</sup> Serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélites da Terra, disponibilizado gratuitamente na *web* pela empresa Google.

entrevistas, forneceram as condições para melhor captar *in loco* os impactos, os modos de vida dos atingidos e a disposição dos equipamentos de proteção social.

**Quadro 1:** Localidades e instituições visitadas nos ICPs

Itinerário	Data	Localidades	Instituições/Unidade de Conservação
1º ICP	01/12/2019	Sítio do Birica e arredores (Estrada do Galinheiro)	
2º ICP	21/01/2021	Água Preta, Mato Escuro, Barra do Açu e Lagoa do Açu	PU, CREAS e ESF de Mato Escuro CRAS e ESF do Açu
3º ICP	26/05/2021	Vila Abreu e o reassentamento Vila da Terra	
4º ICP	26/05/2021	Palacete, Pipeiras, Água Preta, Aterro Hidráulico, Estrada do Galinheiro	UC RPPN Caruara

A partir do 2º ICP foram tomadas todas as precauções seguindo as recomendações sanitárias para controle da COVID-19. As barreiras sanitárias entre Campos dos Goytacazes e São João da Barra foram uma dificuldade, fazendo com que buscasse um trajeto mais longo para realizar o 2º e o 3º ICPs. O 2º, realizado sob o forte calor dos meses de verão nas terras sanjoanenses, por estradas asfaltadas e estradas vicinais de chão, e o 4º com a companhia de um agricultor que mostrou as terras onde viveu com sua família antes da expropriação.

Os ICPs contaram com apoio da bolsista Luísa A. F. Barreto, do projeto de iniciação científica “Atividade Petrolífera e Portuária no Norte Fluminense e Conflitos Sociais”, coordenado pela profa. Dra. Denise Terra.

#### Pesquisa de campo: as fontes orais - os atingidos pela espoliação das terras e águas

As entrevistas foram a oitava fase da pesquisa, que ocorreu concomitante com a terceira fase, que é da pesquisa documental, e com a sétima fase, a dos ICPs. Para a realização das entrevistas foram elaborados roteiros individuais, mas considerando o padrão das perguntas (Apêndice A).

A primeira fonte foi contatada pessoalmente, por ser de conhecimento público seu envolvimento contra as desapropriações no 5º Distrito. As demais fontes foram indicadas pela primeira a pedido da autora. A escolha das fontes levou em consideração os seguintes critérios: ser atingido, ter alguma participação nas ações de contestação e resistência, e por considerar que expressam a visão do grupo de atingidos do qual faz parte.

**Quadro 2:** Fontes orais

Fonte	Data da entrevista
Entrevistado 1 – aposentado, atingido pela expropriação, tomou parte nas ações contras as desapropriações.	01/12/2019
Entrevistado 2 - pescador aposentado, atingido pelo controle da pesca em lagoa e comunitário do Projeto de Educação Ambiental Pescarte.	21/01/2021
Entrevistado 3 – agricultor familiar, morador do reassentamento Vila da Terra, atingido pela expropriação, tomou parte nas ações contra as desapropriações.	26/05/2021
Entrevistado 4 – pequeno comerciante, filho de agricultor e pequeno pecuarista expropriado, fez parte da mobilização contra a erosão da Praia do Açú.	12/06/2021

As entrevistas aconteceram no local de moradia dos entrevistados, exceto uma em que o entrevistado optou pela modalidade virtual, através do *Google Meet*, um aplicativo gratuito de vídeo chamada que se tornou meio de comunicação comum em tempos de pandemia de COVID-19, e que também passou a ser utilizado nas pesquisas acadêmicas. Para o registro fidedigno as entrevistas foram gravadas em áudio e imagem, em arquivo digital, com permissão dos entrevistados.

A duração das entrevistas foi de no mínimo 40 e no máximo 90 minutos, realizadas no horário da tarde por escolha dos entrevistados, exceto a entrevista realizada em 01/12/2019, ocorrida no horário da manhã. Com exceção da dificuldade de encontrar a casa de um dos entrevistados, precisando do auxílio de um morador, e da dificuldade de contato telefônico com outros dois entrevistados por problema no sinal da operadora no local, as entrevistas transcorreram sem contratemplos e em um ambiente de confiança entre entrevistado e entrevistadora.

Mesmo com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1), para uso de fala e imagem dos entrevistados, optou-se por referenciá-los por números, a fim de resguardá-los de possíveis constrangimentos e/ou retaliações, uma vez que alguns ficaram conhecidos na mídia impressa e virtual por ocasião das expropriações, porém outros não têm costume de dar entrevistas para meios de comunicação.

Tendo como objetivo “construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa” segundo Minayo (2010, p. 64), as entrevistas contribuíram para compreender a perspectiva dos atingidos sobre as medidas sociais e ambientais e conhecer seus modos de vida.



### Tratamento e apresentação dos dados e informações

A nona fase da pesquisa foi a tabulação dos dados e/ou informações, organização e classificação das medidas sociais e ambientais, a comparação entre as fontes, a transcrição das entrevistas e as análises desenvolvidas a partir da inspeção dos dados e/ou informações, à luz da teoria, a fim de buscar evidências sobre o papel das medidas sociais e ambientais na preservação dos modos de vida dos atingidos.

Desta maneira foram analisados os elementos da paisagem de Mato Escuro, Água Preta, Vila da Terra e Barra do Açu, e de outras localidades nos trajetos dos ICPs, em sua relação com os modos de vida dos atingidos e com o Porto do Açu. Ainda foram analisados os seguintes aspectos relativos às medidas sociais e ambientais, tais como público-alvo, objetivos, data de implementação, instituições ofertantes, disposição territorial, recursos orçamentários, duração da oferta/continuidade/descontinuidade, número de beneficiados, condições de acesso, uso corporativo e governamental, perspectiva dos atingidos e influência nos conflitos sociais.

Depois de tratados, os resultados foram apresentados por meio de imagens, tabelas, quadros e da transcrição de trechos das falas dos entrevistados.

#### Estrutura da tese

Esta tese está estruturada em três capítulos, além da introdução e da conclusão. Cada capítulo apresenta, discute e analisa resultados atendendo ao objetivo geral e aos específicos. O Capítulo 1 trata dos principais fatores internos e externos que conformaram a implantação do Complexo Portuário do Açu no âmbito da geopolítica do novo imperialismo, em articulação com o estado de exceção, a fim de analisar a interferência nos modos de vida atingidos.

Quanto ao Capítulo 2, aborda a expropriação territorial e a disposição dos equipamentos de proteção social, bem como a relação entre conflitos sociais e os “modos de vida territorializados” no 5º Distrito. Assim, visa identificar a expropriação territorial e a proteção social na paisagem, e a associação entre modos de vida e os principais conflitos sociais.

O Capítulo 3 apresenta, discute e analisa as medidas sociais e ambientais, que são os principais resultados desta Tese, à luz do novo imperialismo e do estado de exceção, a fim de saber até que ponto elas preservam os modos de vida dos atingidos do 5º Distrito, respondendo ao problema de pesquisa.

## CAPÍTULO 1 – PORTO DO AÇU: UM NEGÓCIO DO NOVO IMPERIALISMO NA PERIFERIA E OS MODOS DE VIDA DOS ATINGIDOS

A associação entre novo imperialismo e o Porto do Açú aparece pela primeira vez em um artigo da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB, 2012), seção Rio-Niterói, desafiando este capítulo a avançar nessa discussão.

O capítulo trata dos principais fatores internos e externos que conformaram a implantação do Complexo Portuário do Açú no norte fluminense, e que refletiram nos “modos de vida territorializados” no 5º Distrito, com base nos resultados da pesquisa documental e de campo, especialmente sobre os portos da região Sudeste e o extrativismo exportador; sobre os portos da Ásia, África e América Latina, inclusive do Brasil e o Porto do Açú em sua relação com a China, além de dados e informações econômicas, sociais, ambientais, culturais e territoriais, leis e decretos relativos ao Porto do Açú e ao 5º Distrito.

### 1.1. PORTOS E EXTRATIVISMO NA REGIÃO SUDESTE

A região Sudeste é formada pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. É uma região economicamente diversificada, mas historicamente vinculada às atividades econômicas extrativas desde tempos coloniais, como o ciclo do ouro e de outras pedras preciosas, o da cana-de-açúcar e o do café.

A região foi a primeira a se industrializar e a possuir melhores ofertas de infraestruturas, como os portos do Rio de Janeiro e o de Santos em São Paulo, além de rodovias, ferrovias, hidrelétricas, termelétricas, se destacando como importante na produção de sal marinho, petróleo e gás, minério de ferro e manganês, além de possuir o terceiro maior rebanho bovino do país, e a agricultura praticada em todos os estados. Em comum, seus estados protagonizaram/protagonizam desastres e/ou impactos sociais e ambientais decorrentes das infraestruturas portuárias.

O estado de Minas Gerais é conhecido desde o Brasil Colônia como produtor de minério de ferro, e juntamente com o estado do Pará, na região Norte, onde está localizada a mina Carajás - maior mina a céu aberto do mundo que forma o Complexo Carajás da empresa Vale S.A. - concentra grande parte da extração minerária no país.

Com suas minas de minério de ferro, bauxita e outros minerais, além das infraestruturas de apoio, como hidrelétricas para produção e fornecimento de energia, minerodutos e barragens de rejeitos, nos últimos anos Minas Gerais se destacou negativamente pelos grandes desastres,

como o de Mariana, em novembro de 2015, e o de Brumadinho, em janeiro de 2019, com mortes de vidas humanas, famílias desalojadas e desabrigadas, atividades tradicionais suspensas - como a pesca artesanal devido à poluição dos rios - alteração no abastecimento público de água, entre outros danos sociais e ambientais ocorridos também no Espírito Santo.

O Espírito Santo está inserido na cadeia do minério, não com a extração, pois não possui minas, mas no processo de pelotização do mineral oriundo predominantemente de Minas Gerais. Segundo informações do Portal da Indústria do Espírito Santo<sup>13</sup>, o estado é o maior produtor de pelotas de minério de ferro do Sistema Vale e além das usinas de transformação possui portos, ferrovias e minerodutos.

O estado também está inserido na extração e produção de P&G da Bacia de Campos, uma das principais bacias produtoras do país, que se estende de Arraial do Cabo, região das Baixadas Litorâneas do estado do Rio de Janeiro, as imediações da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, e na movimentação pelos portos.

Nesse estado<sup>14</sup>, além dos portos de Vitória e de Tubarão, há o Porto de Praia Mole na capital; o Porto de Ubu, no município de Anchieta, operado pela empresa mineradora Samarco; o Portocel em Barra do Riacho, no município de Aracruz, especializado na movimentação de produtos florestais como a celulose; e o Porto Norte Capixaba, no município de São Mateus, pertencente à Transpetro, empresa brasileira de transporte e logística de combustível.

Com previsão de construção estão um terminal portuário da Imetame Logística Porto, em Aracruz, e o Complexo Portuário de São Mateus (CPSM), no município de São Mateus, do Grupo Petrocity, que em 12 de maio de 2020 teve a autorização para exploração assinada pelo Ministério da Infraestrutura, porém, por duas vezes o pedido de licença foi indeferido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>15</sup>. Ainda estava prevista a construção do Porto offshore de Itaipava, no município de Itapemirim, pela empresa Edison Chouest, que foi suspensa e a empresa pretende transferir o investimento para o Porto do Açu.

Ainda há a construção do Porto Central, no município de Presidente Kennedy, onde se planeja construir um complexo industrial-portuário privado em uma área de cerca de 2.000 ha, enquanto que em uma área de 6.815 ha, contígua ao porto e designada pela administração municipal, será construído o distrito industrial.

---

<sup>13</sup> <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/no-primeiro-trimestre-de-2019-a-producao-de-pelotas-de-ferro-cai-no-es>

<sup>14</sup> <https://www.es.gov.br/portos-2>

<sup>15</sup> <https://www.seculodiario.com.br/economia/petrocity-pede-licencaao-ibama-para-construirtermeletrica-em-sao-mateus>

O Porto Central pretende atender aos setores de petróleo e gás, mineração e agricultura, além de cargas em geral, entre elas mármore e granito (PORTO CENTRAL)<sup>16</sup>. Sua implantação impactará o ecossistema local, formado por remanescente de Mata Atlântica e suas áreas de restinga, por praias e lagoas de onde os pescadores tiram seu sustento, e pelas terras, muitas vendidas ao empreendimento, afetando modos de vida de agricultores familiares, pescadores artesanais, ribeirinhos e quilombolas<sup>17</sup>.

Em São Paulo, com a descoberta de jazida de petróleo na camada pré-sal, o estado figura como um dos mais importantes produtores de P&G do país, juntamente com o Rio de Janeiro. Além dos portos já existentes, como o Porto de Santos, importante para a exportação agrícola, e o Porto São Sebastião, estava em vias de estudos de viabilidade técnica, em 2007, a construção do Porto Brasil, um megaempreendimento portuário que seria construído pela LLX no município de Peruíbe. Porém, com a pressão social - o empreendimento afetaria populações tradicionais - o projeto foi suspenso, conforme o “Mapa envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil” da Fiocruz<sup>18</sup>.

Outro empreendimento é o Terminal Portuário Brites, com autorização para construção no Largo Santa Rita, em Santos, mas que em 2012 teve sua licença concedida pelo IBAMA suspensa pelo Tribunal Regional Federal 3ª Região, a pedido do Ministério Público Federal (MPF)<sup>19</sup>, por danos à Mata Atlântica.

No estado do Rio de Janeiro, que também escoar a produção do estado de Minas Gerais e que tem entre suas principais atividades econômicas a produção de P&G, há o Porto<sup>20</sup> do Rio de Janeiro, o mais antigo do estado, localizado na Baía de Guanabara; o Porto de Itaguaí (antigo Sepetiba), na Baía de Sepetiba, especializado na exportação de minério; o Porto de Angra dos Reis, localizado na baía de Ilha Grande, dos setores de óleo e gás e mineração, e com controle acionário desde 2019 da empresa Splenda Offshore; o Porto de Niterói, também na Baía da Guanabara; e o Porto do Forno, em Arraial do Cabo, especializado no apoio offshore, pertencente à Bulkport, empresa controlada pela Splenda Offshore.

Além desses, há o Porto do Sudeste, em Itaguaí, controlado pela *joint venture* formada pela Mudabala e Trafigura, a serviço da exportação de minério. Ainda está em disputa judicial o

<sup>16</sup> <https://portocentral.com.br/pb/o-projeto/>

<sup>17</sup> <https://blogdopedlowski.com/2020/06/16/reporter-brasil-porto-central-replica-padrao-degradador-porto-do-acu-no-sul-do-espirito-santo/>

<sup>18</sup> <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-megaprojeto-de-porto-no-estado-de-sao-paulo-afetaria-populacoes-tradicionais-e-povos-indigenas/>

<sup>19</sup> <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/acao-do-mpf-barras-construcao-de-porto-privado-em-santos-sp-que-causaria-danos-graves-a-mata-atlantica>

<sup>20</sup> <http://www.rioinvest.rj.gov.br/portos.php>

Terminal Portuário de Jaconé<sup>21</sup>, entre os municípios de Maricá e Saquarema, que teve sua licença concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), mas foi anulada em decorrência de Ação Civil Pública do MPF e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por denúncia de ilegalidade e danos ao patrimônio ambiental devido à presença das beachrocks, que são formações rochosas presentes nas areia da praia de Jaconé.

Os demais portos do Rio de Janeiro localizam-se no NF, uma região tradicionalmente conhecida pela monocultura da cana de açúcar desde o século XVII ao último quartel do século XX, quando foi social, cultural e politicamente organizada em torno do extrativismo da cana-de-açúcar, com os engenhos e posteriormente com as usinas, se especializando na produção do açúcar e álcool.

O NF teve uma importante participação nos mercados nacional e internacional, favorecido pela condição de escoamento da produção pelo Porto de São João da Barra, no município de mesmo nome, e o Porto de Imbetiba, em Macaé, e de certa maneira pelo canal Campos-Macaé, um canal artificial que serviu de escoamento da produção açucareira, mas que pela demora na conclusão das obras - que iniciaram em 1844 e terminaram em 1872, 28 anos depois -, tornou-se obsoleto dois anos após sua inauguração, devido à construção da estrada de ferro ligando Campos a Macaé (MONTEIRO e TEIXEIRA, 2016). Porém, com a descoberta de petróleo no mar em meado dos anos 1970, e com a estagnação da agroindústria sucroalcooleira nos anos 1980, a região iniciou um novo ciclo econômico voltado ao extrativismo petrolífero, com o Porto do Açúcar fazendo parte da cadeia.

Desta maneira, o NF, formado pelos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, Cardoso Moreira, Macaé, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus (Figura 1), que antes servia ao desenvolvimento das atividades extrativas da cana-de-açúcar, com a especialização petrolífera tem seu território usado não somente pela extração/produção de P&G, que controla o território marítimo, mas por outras atividades da cadeia produtiva, como o armazenamento e o escoamento, além do apoio às atividades offshore.

---

<sup>21</sup> <https://www.osaqua.com.br/2019/08/14/porto-de-jacone-bloqueado-pelo-mp/>

**Figura 1:** Mapa dos municípios da região norte fluminense



**Fonte:** Pacheco (2017)

Principalmente no eixo onde se concentram ou servem de apoio às infraestruturas da atividade petrolífera, como os municípios de Macaé e Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra, o território é cortado e parcelarizado por infraestruturas. Tratam-se dos gasodutos, termelétricas, instalações de armazenamento como o Terminal Cabiúnas, oleodutos, como o oleoduto OSDUC (Terminal de Cabiúnas em Macaé para o Terminal de Campos Elíseos e Reduc, em Duque de Caxias) e o oleoduto OCAB (Terminal de Barra do Furado em Quissamã para Terminal de Cabiúnas em Macaé) e das instalações portuárias.

Nesse cenário, a costa marítima do NF, até então somente com o Porto de Imbetiba construído na década de 1970, - uma vez que o Porto de São João da Barra cessou suas atividades em 1950 -, passou a ter quatro novos projetos portuários. O Terminal Barra do Furado localizado no canal das Flechas, entre os municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã, mas que está com obras paralisadas desde 2014; o projeto do Porto Norte Fluminense<sup>22</sup>, previsto para ser construído entre as praias de Manguinhos e Buena, no município de São Francisco de Itabapoana; o projeto do Terminal Portuário de Macaé (Tepor), em Macaé, com emissão da licença prévia em 2019; e o Porto do Açú, em operação desde 2014.

A construção do Porto Norte Fluminense está prevista em uma área onde se localiza a Comunidade Quilombola de Barrinha, que além da flora e fauna marinhas pode ter seus modos de vida ameaçados<sup>23</sup>.

O Tepor é outro empreendimento no NF que trará implicações sociais e ambientais, e alteração nos “modos de vida territorializados”. A ser construído no bairro São José do Barreto,

<sup>22</sup> <https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/09/15/coluna-do-balbi-gigantes-da-energia-assinam-acordo-com-porto-norte-fluminense-em-sao-francisco/>

<sup>23</sup> <https://blogdopedlowski.com/tag/quilombo-da-barrinha/>

área periurbana de Macaé, a previsão é de impactos na pesca, nas áreas de proteção ambiental, como no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PPEA, 2018), dentre outros.

De forma geral, a presença de instalações e de projetos portuários no NF a partir dos anos 2000, se deve à participação do estado do Rio de Janeiro na economia internacionalizada, gerando estímulos à modernização, ampliação, recuperação e construção de portos, à política nacional de expansão portuária e ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Conforme Jardim e Silva (2015), o PAC foi um programa do governo federal que teve seu primeiro lançamento em 2007, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, denominado de PAC I, e em 2011 foi lançado o PAC II, no governo da presidente Dilma Vana Rousseff. O programa visou acelerar o crescimento econômico, melhorando a infraestrutura deficitária que apresentava óbices ao comércio internacional, especialmente com o crescimento do mercado de commodities; melhorar as condições de vida e aumento dos empregos por meio de parcerias público-privadas (PPP).

No estado do Rio de Janeiro, a demanda por infraestruturas portuárias ocorre no bojo do aquecimento do mercado internacional de commodities, da descoberta do pré-sal em 2005, 2006 e 2007, na Bacia de Campos (RJ) e na Bacia de Santos (SP); com o novo marco regulatório do Pré-sal, estabelecendo inclusive novas regras para a distribuição dos royalties com a Lei n. 12.734/2012, cuja constitucionalidade ainda encontra-se em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF), porém antes, pelas mudanças nos marcos regulatórios da exploração e produção de petróleo e gás, como a quebra do monopólio estatal da Petrobras na exploração e produção de petróleo e gás natural, com a Lei n. 9478/1997, a Lei do Petróleo, que possibilitou a entrada de empresas estrangeiras, públicas e privadas, na exploração e produção de P&G.

Pelo PAC foram construídos grandes empreendimentos, como na área de infraestrutura logística com os portos; na energética com o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que teve seu projeto paralisado devido a Operação Lava Jato; na produção de energia com a Usina Nuclear Angra 3, com obras iniciadas em 2010 mas ainda não concluídas; e na construção de hidrelétricas, conforme a Figura 2, e intervenção nas áreas urbana e social com construção de habitação popular e outros projetos sociais e de investimento.

**Figura 2:** Grandes investimentos no ERJ entre 2000 a 2013



**Fonte:** Prado (2014)

Para o financiamento de portos públicos no âmbito do PAC I e II, foram destinados recursos de cerca de R\$ 4,2 bilhões<sup>24</sup>. Entre as empresas que receberam financiamento de investimentos em portos privados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está a Gás Natural Açu (GNA), uma das subsidiárias da Prumo que em 2018 tomou empréstimo no valor de R\$ 1,76 bilhão para construção da termelétrica UTE GNA I e em 2021 o mesmo banco aprovou o financiamento de R\$ 3,93 bilhões<sup>25</sup> para a construção da UTE GNA II.

Em um documento de 2019, onde foram listados os 50 maiores clientes do BNDES nos últimos 15 anos, figurava, na 25ª posição, a empresa Porto do Açu Operações S/A, outra subsidiária da Prumo, com financiamento de R\$ 6,713 milhões com o banco (FOLHA NA FOZ, 2019).

Enquanto nos estados litorâneos do Sudeste, sobretudo no Rio de Janeiro, construções de infraestruturas portuárias continuam apoiadas por expressivos investimentos públicos em atenção às redes globais de commodities, ao mesmo tempo em que produzem grupos de atingidos que lutam cotidianamente pelos seus modos de vida, da mesma forma o Porto do Açu assegura o abastecimento de produtos estratégicos para países imperialistas e para a China, expropriando terras, águas e o território, com o suporte financeiro e político de instituições estatais e de governos.

<sup>24</sup> <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-aquaviario/noticias-portos/investimentos-do-pac-em-portos-totalizam-r-42-bilhoes10927>

<sup>25</sup> <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-financiara-com-R%24-4-bi-usina-a-gas-natural-no-Porto-do-Acu-RJ/>



## 1.2. UM GPI PORTUÁRIO NO 5º DISTRITO

O Brasil é um país periférico-dependente, sendo a dependência, com base em Santos (1998), um fenômeno externo, mas que se manifesta na estrutura interna de diferentes formas, como social, ideológica e política, e as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado e suas classes dominantes revelam o nível de dependência com o qual se insere no sistema. De forma que a condição periférico-dependente do país condiciona a sua integração física ao mercado global no novo imperialismo, com suas infraestruturas servindo aos interesses dos países centrais.

Análises como de Sampaio Jr (2012a; 2012b) e Cano (2012), chamam a atenção para a questão da dependência econômica, financeira e comercial do Brasil, após os anos 90, com a entronização do capital financeiro e o processo de reprimarização da pauta exportadora, fatores que respondem, em parte, pelo avanço da desindustrialização, da obsolescência tecnológica, da dependência interna do latifúndio exportador, do extrativismo mineral e da extração de petróleo.

No caso do extrativismo petrolífero, o slogan “o petróleo é nosso”, expressava a capacidade do setor de P&G no desenvolvimento industrial, social e econômico, regional e nacional. Entretanto, a venda da rede de gasodutos e de refinarias iniciada no governo do presidente Michael Temer e continuada no governo do presidente Jair Bolsonaro, dá o tom da sua reprimarização.

Sob o ângulo das relações de dependência, a reorientação espaço-temporal do capital ocioso dos Estados imperialistas, como dos EUA e estados da União Européia (UE), e no século XXI também de capitais chineses, requer a mediação do Estado e de suas instituições a fim de criar as condições necessárias à atração de investimentos, mantendo arranjos institucionais e constitucionais para a produção e circulação, sobretudo na alteração da regulação do setor portuário, de forma a favorecer a participação do capital privado, particularmente do capital estrangeiro, e adequar o sistema à nova fase imperialista.

De maneira que no novo imperialismo vê-se ampliado o exercício do poder dos Estados nacionais para o movimento do capital por meio de privatizações, de fusões, de flexibilizações das relações de produção e trabalho e de desregulamentações, alargando os espaços e as fronteiras do capital e do excedente superacumulado, além de demonstrar o movimento geográfico desigual da acumulação e seus efeitos deletérios dentro da dinâmica de poder interestatal.

A nova fase do imperialismo, iniciada a partir dos anos de 1970, está associada à predominância do capitalismo financeiro sob o ideário do neoliberalismo, tendo como principal

mecanismo de apropriação direta de riqueza a expropriação de países da periferia, que remete à acumulação primitiva de capital, realizada por meio do roubo, saque, pilhagem, da mercadificação, da privatização, do cercamento, denominado por Harvey (2005) de novo imperialismo. Nessa fase contemporânea do imperialismo, os portos da periferia, como os da Ásia, África e América Latina, se mostram essenciais na dinâmica de extração de valor, principalmente com a crescente demanda da República Popular da China, ou China, no século XXI.

Além dos EUA e de países da UE, que possuem um histórico de rapinagem e onde os portos foram fundamentais na dinâmica da colonização, a partir dos anos 2000, a China, na busca por recursos estratégicos para abastecer seu parque produtivo, seu alto consumo, sua crescente urbanização e sua infraestrutura, gera uma intensa transferência de riquezas da periferia movimentada através dos portos.

Conforme Fiori e Nozaqui (2020), os portos são infraestruturas facilitadoras do crescimento econômico, servindo de nodais entre diferentes escalas, com 80% do comércio global ocorrendo através dos mares, demonstrando a importância dos mares e rotas marítimas para a integração comercial global, antes dominada pelas potências ibéricas, após, pelo poder naval britânico, nos séculos XVIII e XIX, que foi superado pelo poder naval norte-americano na segunda metade do século XX.

Passados 30 anos do fim da Guerra Fria há uma inflexão do capitalismo para a Ásia, com o surgimento da China e Rússia, novos polos de domínio naval que disputam com os EUA o controle dos oceanos e mares da Ásia, do Ártico e do Pacífico, revelando as lutas por recursos estratégicos, destacadamente o petróleo (FIORI e NOZAQUI, 2020).

Particularmente a China, no contexto da transição para uma acumulação flexível, inicia sua abertura financeira e comercial para o mundo, com assento na Organização Mundial do Comércio, se integrando ao sistema interestatal. A partir de 1976, com um programa de modernização agrícola, industrial, científica e tecnológica e de defesa nacional (As Quatro Modernizações), e entre 1978 e 1989, com a abertura para o capital externo sob a liderança de Deng Xiaoping, que fortalece as zonas econômicas especiais (ZEE) localizadas em cidades costeiras e direcionadas para o investimento de empresas estrangeiras.

Decorrente dessas e de outras reformas, uma série de mudanças econômicas vai garantir à China investir massivamente em grandes obras de infraestrutura, como em megaportos, alguns considerados os maiores do mundo, com conexões com portos de todos os continentes, entre eles o Porto de Tianjin, maior porto do Norte da China, Porto de Hong Kong, que possui conexões com aproximadamente 470 portos em todo o mundo, o Porto de Guangzhou, maior porto do Sul

da China, com aproximadamente 300 conexões portuárias em todo o mundo, o Porto de Shenzhen, o Porto de Ningbo-Zhoushan e o Porto de Shanghai.

A China também vai fortalecer suas empresas estatais e iniciar em 2001, ano em que passa a ter assento na Organização Mundial do Comércio (OMC), uma série de investimentos externos e de parcerias bilaterais, tornando-se desde então o mais importante sócio comercial de vários países da África e América Latina e Caribe (ALC), retomando sua posição na Ásia e assumindo a posição de maior exportador dos EUA, e com ambições de se integrar a todos os continentes pelas rotas marítimas e pelos portos.

As linhas gerais da integração global chinesa se encontram no que foi denominado de “Iniciativa do Cinturão e Rota” (*Belt and Road Initiative* - BRI) ou “Nova Rota da Seda”, que é um projeto de política externa lançado em 2013 pelo presidente Xi Jinping, que abrange 68 países de quatro continentes, que congregam 68% da população mundial.

Além dos seus próprios portos, e de operar por concessão terminais europeus, como nos portos de Roterdã, Barcelona e Antuérpia<sup>26</sup>, no início do século XXI, as infraestruturas portuárias de países do Sul Global se inserem nos planos de expansão e integração chinesas, que alcançam, além da Ásia e África, a ALC.

Na Ásia, dentre os interesses da BRI está a exploração do Ártico devido ao degelo, uma vez que este preocupa a segurança de cidades como Xangai, mas também favorece um ambicioso projeto de exploração de recursos (principalmente petróleo) e de criação de uma nova rota pelo Ártico juntamente com a Rússia.

Outros projetos portuários na Ásia, com investimentos chineses a partir de 2008, estão voltados para a construção e operação de complexos portuários em países localizados na região do Indo-Pacífico, relacionados com objetivos econômicos e estratégicos, segundo Lopes e Hendler (2020).

No mar, as disputas atuais se concentram no Estreito de Malaca e no Mar do Sul da China, rotas por onde circulam 64% do comércio global e 16 milhões de barris de petróleo/dia, grande parte destinada a China. Esta região é controlada pelos EUA, mas está sendo disputada pela China (FIORI e NOZAQUI, 2020).

Nesse cenário é que se compreende a proposta eurasiática que inclui um Cinturão Econômico continental (China, Europa e Ásia) e uma Rota Marítima, e os portos que se inserem no sistema marítimo portuário mundial. A BRI se volta para a construção de uma gigantesca rede de infraestrutura de conectividade entre mercadorias e pessoas, centralizada na China, facilitando

---

<sup>26</sup> “A China, o Açu e seu significado dentro do acordo bilateral”. Disponível em: <http://www.robetomoraes.com.br/2015/05/a-china-e-o-acu-e-seus-significados.html>

o fluxo do livre comércio e da integração financeira por meio do estabelecimento de rotas e corredores econômicos internacionais, terrestres e marítimos, assentada, segundo as autoridades chinesas, numa base comum de cooperação e desenvolvimento (conforme os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica chinesa<sup>27</sup>).

Para Cintra, Silva Filho e Pinto (2015), os interesses em torno dos megaprojetos de infraestrutura chineses são vários, entre eles o de construir infraestruturas ao longo das fronteiras e modernizar portos na Ásia, numa tentativa de restauração da posição de civilização chinesa na Ásia, indicando a projeção das bases de um império econômico.

A construção e a operação de portos na região do Indo-Pacífico pela China tiveram início em 2008, ganhando intensidade a partir de 2013, no contexto da Rota Marítima da Seda, derivada da Nova Rota da Seda. É o que mostra a pesquisa de Lopes e Hendler (2020), apontando que dos 16 projetos de portos na região do Indo-Pacífico, construídos e operados por empresas chinesas, apenas 2 estão localizados em país desenvolvido, no caso a Austrália, e 14 em países em desenvolvimento: (1) Comboja, (2) Sri Lanka, (1) Paquistão, (1) Omã, (2) Malásia, (1) Myanmar, (1) Bangladesh, (1) Brunei, (1) Tanzânia, (1) Moçambique, (1) Indonésia e (1) Djibouti. Desses 16 projetos, 14 (87,50%) têm possibilidade de uso militar, 10 (62,50%) possuem relação com indústrias e 5 (31,25%) apresentam complexos de serviços.

Além de servirem para impulsionar o comércio pelo mar e possibilitarem o desenvolvimento de novas rotas marítimas, os portos construídos pela China no Leste da Ásia e no Oceano Índico, dado as suas características, são mais do que infraestruturas marítimas, mas também industrial, de lazer e de segurança militar, apresentando similaridades com os portos da África que possuem relação com a China.

Na África, desde a década de 1990, quando se inicia um estreitamento das relações sino-africanas, o continente garante fonte de recursos (petróleo, alimentos e matérias-primas) e um novo mercado chinês, e a China oferece a África investimentos nas áreas de infraestrutura, na indústria, nos serviços e na transferência de tecnologia. Nessa relação, a África é uma grande compradora da China e a China sua maior exportadora (PECEQUILO e CARMO, 2014; PAUTASSO, 2016).

Dentro desse plano de integração global pelos portos, na África, a Rota da Seda Marítima tem dedicado especial atenção no estabelecimento de ligações entre os mercados do Oriente Médio, Ásia Central e África, a partir da consolidação de uma infraestrutura portuária que fortaleça corredores comerciais e energéticos, como com o desenvolvimento do Novo Canal de

---

<sup>27</sup> Respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos, igualdade e mútuo benefício e coexistência pacífica.

Suez, este que é estratégico para a China que desenvolve um transporte marítimo de grande escala.

Devermont<sup>28</sup>, Cheatham e Chiang (2019), do Programa do Centre for Strategic & International Studies (CSIS)<sup>29</sup>, um *think tank* com sede em Washington (EUA), com base em informações da imprensa inglesa e relatórios de código aberto, identificaram 46 projetos portuários na África Subsaariana, vinculados financeiramente, operacionalmente e/ou que são construídos pela China.

A pesquisa de Devermont, Cheatham e de Chiang (2019, p. 1), teve como objetivo identificar quais são os portos africanos mais “vulneráveis à intervenção estratégica chinesa”, uma vez que conforme os autores, os portos africanos possuem papel fundamental na BRI, inseridos na abrangente rede de infraestruturas que conectam China à Europa, África Oriental e Sudeste Asiático, possuindo papel estratégico militar e também comercial, e ainda do direcionamento de recursos de empresas chinesas para portos que apresentam grande potencial comercial.

Dos 172 portos da África Subsaariana, 17% receberam investimentos chineses, conforme dados do Índice Mundial de Portos<sup>30</sup> de 2017, citados por Devermont, Cheatham e Chiang (2019), enquanto que no mapeamento dos investimentos portuários chineses na África Subsaariana<sup>31</sup>, feito pelos autores, há 46 portos financiados, construídos, operados e ou em planejamento. Dentre os principais *playeres* chineses nos portos africanos, o mapeamento identificou a China Communications Construction Company Limited e a China Merchants Group Limited, esta com aproximadamente 40% dos portos operados pela China.

Do lado dos países africanos, a expansão e a modernização portuária são imprescindíveis para o crescimento e desenvolvimento, uma vez que 90% das exportações dependem dos portos, e os investimentos chineses contribuem com o Produto Interno Bruto (PIB) da região, favorecendo o crescimento dos países africanos e reforçando a influência política da China como parceira no desenvolvimento.

---

<sup>28</sup> Judd Devermont é diretor do Programa África do CSIS em Washington DC, Catherine Chiang é coordenadora de programas e assistente de pesquisa do CSIS Programa África e Amelia Cheatham foi estagiária do Programa África do CSIS (CSIS online). Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/assessing-risks-chineseinvestments-sub-saharan-african-ports>

<sup>29</sup> O Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) é uma instituição privada, isenta de impostos, com foco em questões internacionais de políticas públicas (CSIS online).

<sup>30</sup> [https://msi.nga.mil/NGAPortal/MSI.portal?\\_nfpb=true&\\_pageLabel=msi\\_portal\\_page\\_62&pubCode=0015](https://msi.nga.mil/NGAPortal/MSI.portal?_nfpb=true&_pageLabel=msi_portal_page_62&pubCode=0015)

<sup>31</sup> O mapeamento identificou portos nos seguintes países que compõem a África Subsaariana: Nigéria, Serra Leoa, Camarão, Costa do Marfim, Togo, Djibouti, Tanzânia, Sudão, República do Congo, Guiné, Mauritânia, Gana, Cabo Verde, Eritreia, Quênia, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Gabão, Angola, Moçambique, África do Sul, Madagascar, Namíbia.

Todavia, como é de se esperar, esse avanço da China no continente africano vem trazendo preocupações para os EUA, sobretudo devido o controle do petróleo, podendo afetar as redes de abastecimentos globais e se transformar em uma disputa global pela proteção e controle das fontes de matérias-primas, com os EUA fazendo valer sua influência política, comercial e militar tanto na Ásia quanto na África.

Lógica semelhante é identificada na ALC quanto aos portos, ressaltando que os interesses da China no continente estão focados em garantir segurança alimentar e energética, e como mercados consumidores, e não na defesa ou segurança, e com os EUA adotando medidas para contenção buscando manter a dependência e a subordinação, e obstaculizar que os países orbitem econômica e comercialmente em torno da China. Isso porque grande parte possui dependência tecnológica, industrial e comercial da China, como foi possível ver com a emergência da pandemia de COVID-19 e a fabricação de vacinas e de itens de primeira necessidade como máscaras e respiradores.

Desde 2008 tem crescido os investimentos e o comércio entre a China e os países da ALC, e em 2018, mesmo não estando no mapa do Cinturão Econômico e da Nova Rota da Seda Marítima, a China convidou os países do continente para participarem da iniciativa. Alguns países, como Peru e Chile formalizaram sua adesão ao programa, enquanto outros países, como o Brasil, mesmo possuindo altos investimentos chineses ainda não aderiram formalmente ao programa.

Os investimentos provenientes das exportações chinesas no continente latino-americano mostram que são dirigidos para modernização e ampliação de infraestrutura para transporte e escoamento de *commodities*, como os planos de reformas de portos marítimos localizados no Oceano Pacífico (Ensenada/México, Callao/Peru, Iquique/Chile, Manta/Equador e Buenaventura/Colômbia) e dos portos fluviais, como Timbúes em Rosário/Argentina, e para megaprojetos como o corredor Bioceânico (NACHT, 2013).

Ainda no contexto dos portos na ALC, o canal do Panamá é uma importante rota de produtos chineses, e em 2016, com a conclusão da ampliação da entrada do canal, possibilitando o acesso a navios de grande porte, se tornou uma das alternativas de exportações de grãos do Norte do Brasil para a China, atualmente feitas pelos portos do Sul e Sudeste do país, por estes possuírem menor distância para o oeste do Oceano Pacífico, passando pelo Cabo da Boa Esperança, rota tradicional, se aproximando de portos ao sul da China.

Outra construção que seria realizada por empresas chinesas e que favoreceria a China era a do Canal interoceânico da Nicarágua<sup>32</sup>, mas que ainda não ocorreu. Dentre os fatores estão a falência de seu principal investidor, o chinês Wang Jing, e o estabelecimento de laços do governo chinês com o governo panamenho que tem gerado oposição dos EUA à sua construção.

No caso do Brasil, o protagonismo do Estado no setor portuário, assim como em outros setores associados ao extrativismo exportador, se dá em atenção às exigências de agentes privados, de frações de classe dominante nacional, mas, sobretudo, do próprio movimento global da economia, com a expansão do setor produtor e exportador de produtos primários, tendo a China como seu principal sócio comercial (GARCIA, 2020).

Sobre investimentos chineses em operações portuárias no Brasil, em 2018, a China Merchants Port Holding Company (CMPort), empresa especializada em infraestrutura, passou a ter o controle de 90% do terminal de contêineres do Porto de Paranaguá, no estado do Paraná, que é o segundo maior porto do Brasil<sup>33</sup>.

Em uma localidade rural de São Luis, no estado do Maranhão, a empresa China Communications Construction (CCCC) possui investimentos no Porto de São Luis, que será conectado com a Ferrovia norte-sul/Estrada de Ferro Carajás, e se voltará para a exportação de minério e soja<sup>34</sup>.

Em Ilhéus, estado da Bahia, o consórcio formado pelas empresas chinesas China Railway Group Limited e CCCC, está investindo na construção do Porto Sul<sup>35</sup>, principalmente para fazer o escoamento de minério de ferro extraído do município de Caetité.

No Complexo Portuário do Suape, a empresa CCCC demonstrou interesse em concorrer à licitação do Terminal de Minério do Suape, a ser construído na Ilha de Cocaia, porém, condicionado a conclusão da Ferrovia Transnordestina, cujas tratativas com o Suape para a conclusão do trecho Salgueiro-Suape seria feita pela empresa, que receberia o minério explorado do estado do Piauí a ser escoado pela Transnordestina<sup>36</sup>.

Outros investimentos são previstos em complexos portuários, como a assinatura, em 2020, entre a multinacional chinesa Mingyang Smart Energy e o governo do estado do Ceará, de

---

<sup>32</sup> <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cartas-do-Mundo/Carta-de-Managua-O-Canal-de-Nicaraguafoi-abortado-nao-pode-ser-cao-da-crise/45/41089>

<sup>33</sup> <https://www.canalrural.com.br/noticias/participacao-china-porto-paranagua/>

<sup>34</sup> <https://www.sopesp.com.br/2021/07/01/porto-da-cccc-no-maranhao-nao-sai-do-papel/>  
<https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/297-porto-sao-luis-nao-sai-do-papel-suspeita-de-grilagem-de-terras-e-um-dos-principais-entraves-ao-empreendimento>

<sup>35</sup> <http://www.bahia.ba.gov.br/2021/09/noticias/infraestrutura/ponte-do-complexo-porto-sul-e-inaugurada-em-ilheus/>

<sup>36</sup> <https://www.nossailheus.org.br/construcao-do-porto-sul-na-bahia-poe-ativistas-contra-governo/>  
<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1213-chineses-demonstram-interesse-em-investir-na-ferrovia-transnordestina-e-no-terminal-de-minerios-do-porto-de-suape>

memorando de intenções para instalação de um parque eólico offshore no Complexo Portuário do Pecém<sup>37</sup>. Além desses portos, os investimentos chineses se estendem ao Porto do Açu, como será visto adiante.

De maneira que, compreender a expansão portuária no Brasil no novo imperialismo, passa pelos esforços do país para expandir sua economia e se inserir no mercado internacional, principalmente quando uma de suas principais atividades econômicas é a produção e exportação de matérias-primas (PESSANHA, 2015) no denominado boom das commodities, no período do neodesenvolvimentismo.

O neodesenvolvimentismo é uma estratégia de desenvolvimento baseada principalmente na extração, produção e exportação de produtos intensivos em recursos naturais, com características semelhantes às do neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; MILANEZ e SANTOS, 2013), adotada nos governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, permitindo dizer que existiu um “paradigma neodesenvolvimentista-neoextrativista” que perdurou nos anos de 2007 a 2014 no país, conforme Benevides-Guimarães, Pedlowski e Terra (2019).

Pós-boom, juntamente com a pauta das exportações de commodities no governo do ex-presidente Michael Temer, o neoliberalismo ganha ampliação e aprofundamento no governo do presidente Jair Bolsonaro (a partir de 2019). Elevam-se e intensificam-se os riscos econômico, social, ambiental, cultural e territorial associados a uma economia focada no extrativismo exportador, dado o estímulo que o atual governo federal e alguns governos estaduais dão à exploração da mineração e ao latifúndio agro-exportador em territórios indígenas, camponês e em áreas de proteção ambiental.

O extrativismo neoliberal induz o desmonte da fiscalização ambiental, que pode ser agravado se o Projeto de Lei n. 3.729/2004, da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que propõe enfraquecer ou extinguir a aplicação de instrumentos ambientais de avaliação, prevenção e controle de impactos de obras ou empreendimentos, aprovado na Câmara também seja no Senado Federal.

No caso dos portos, como infraestruturas de suporte do extrativismo (GUDYNAS, 2021), são transformados em peças centrais das redes globais de cargas, em um cenário internacionalizado. Para cumprir esse papel no processo de globalização e da expansão geográfica das empresas, - que passam a criar redes produtivas e requerendo que os espaços logísticos sejam competitivos a fim de garantir um fluxo de circulação global -, os Estados, juntamente com o capital, devem possibilitar as condições necessárias. Entre elas a liberalização

---

<sup>37</sup> <https://www.ceara.gov.br/2020/10/21/complexo-do-pecem-assina-memorando-com-multinacional-chinesa-para-instalacao-de-parque-eolico-offshore/>



do comércio global e a adoção de normas internacionais, redes de telecomunicações avançadas e um sistema marítimo portuário mundial inserido na economia de escalas (MONIÉ, 2016b).

Para se adequar ao modelo internacional, a infraestrutura institucional e operacional dos portos brasileiros deveria ser modernizada para ser mais competitiva. A fim de abrir o setor portuário brasileiro ao capital privado, algumas leis foram criadas, entre elas a denominada Lei de Modernização dos Portos, Lei n. 8.630 de 25 de fevereiro de 1993, e a Nova Lei de Modernização dos Portos, Lei n. 12.815 de 05 de junho de 2013, que marcam as privatizações e concessões do setor.

Ademais, o imperativo da fluidez, ao acirrar o crescimento da concorrência, levou atores portuários globais a privilegiarem terminais interiorizados ou extraurbanos, como os localizados nas fronteiras agrícolas e os da mineração e do petróleo, e a estimular a emergência de uma nova geração de portos-indústria, como o Suape/PE, o Pécem/CE e o Porto do Açu/RJ. Permanecem importantes os portos generalistas (Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá, Vitória), mesmo ameaçados pela concorrência de portos inseridos nas cadeias de valor de atores econômicos globais que não se preocupam com a escala local (MONIÉ e VASCONCELOS, 2012), uma vez que a privatização dos serviços portuários transformou os portos em fonte de investimentos dos *players* do setor de infraestrutura.

De forma semelhante a outros grandes portos da periferia, especializados na exportação de produtos primários, a dinâmica do Porto do Açu está vinculada à geopolítica do novo imperialismo, que para Amin (2006) compreende o movimento entre o poder político e geográfico-espacial das relações e estratégias dos países imperialistas na contemporaneidade, que vão intervir e alterar territórios considerados “atrasados” do ponto de vista do desenvolvimento capitalista.

A partir de 1999, a história do 5º Distrito começa um novo capítulo, quando o então governador do estado do Rio de Janeiro, Sr. Anthony Garotinho, que governou de 1999 a 2002, publicou o Decreto n. 25.455 de 28 de junho de 1999, desapropriando imóveis rurais em Barra do Açu, no total de 24,12 km<sup>2</sup>, para fins de utilidade pública.

A proposta era a construção de um terminal portuário para apoio às atividades offshore da Petrobras. Na ocasião foram gastos 1 milhão de reais dos cofres públicos do estado com estudos de viabilidade técnica e econômica, e apresentados à Associação Comercial e Industrial de Campos dos Goytacazes (ACIC), em meio a quebra de monopólio e venda de Unidades de Negócios da Petrobras, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (BARCELOS, 2013; RANGEL, SHIMODA e PIQUET, 2018).

Com as mudanças nos governos federal e estadual, o projeto de um terminal portuário em São João da Barra ficou engavetado, até que em 2005 a ex-governadora, Sra. Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, a Rosinha Garotinho, que governou de 2003 a 2006, retomou as iniciativas para implantação do projeto, sendo oferecido a Vale S.A., que com a expansão do setor minero-metalúrgico poderia ampliar o projeto para atender a exportação de granéis sólidos.

No entanto, com o avanço das prospecções da MMX/Anglo American em Conceição de Mato Dentro/MG, uma das alternativas de transporte foi o mineroduto, uma vez que o transporte ferroviário encareceria os custos de produção e reduziria a competitividade. Nesse ínterim, o Grupo EBX adquiriu as Fazendas Caruara e Saco Dantas, no 5º Distrito, localizadas de frente para o litoral, e em 2006, no final do governo de Rosinha Garotinho, o projeto é oferecido a Eike Batista aproveitando a concepção do mineroduto.

O pacto político-empresarial entre o governo do estado do Rio de Janeiro e Eike Batista, se consolida 10 dias antes de encerrar o mandato de Rosinha Garotinho no governo. Nesse tempo foi publicado o Decreto n. 40.456 de 22 de dezembro de 2006, concedendo tratamento tributário especial ao Sistema MMX Minas-Rio e suas subsidiárias, nas fases de construção, pré-operação e operação do Porto do Açú, por um período de 20 anos, e em 27 de dezembro de 2006, quatro dias antes de encerrar o mandato de governadora foi lançada a pedra fundamental do Porto do Açú.

As relações político-empresariais entre a ex-governadora Rosinha Garotinho e Eike Batista continuaram quando a mesma, que contou com o apoio político do empresário (RANGEL, 2020), assume a prefeitura do município de Campos dos Goytacazes, nos anos de 2009 a 2012 e 2013 a 2016, um importante município do NF que está na área de influência direta do Porto do Açú.

No âmbito estadual, as relações político-empresariais continuam com o então governador Sérgio Cabral, que em 2007 participou do lançamento das obras do Porto do Açú, e em 2008 e 2009 promulgou decretos de desapropriação que declararam de utilidade pública áreas com fins de desapropriação em favor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (CODIN) (PRADO e ROCHA, 2015).

As relações do ex-governador Sérgio Cabral com Eike Batista se revelaram no depoimento do próprio ex-governador ao MPF, em fevereiro de 2019, em que confessou que recebeu 16 milhões de dólares do empresário para sua campanha eleitoral, e em troca desapropriou terras para a implantação do DISJB (MESQUITA, 2019).

Da parte do governo federal, o PAC viabilizou o Projeto Minas-Rio, especialmente o Porto do Açú, com o projeto de Macrodrenagem da Baixada Campista ao custo de 100 milhões

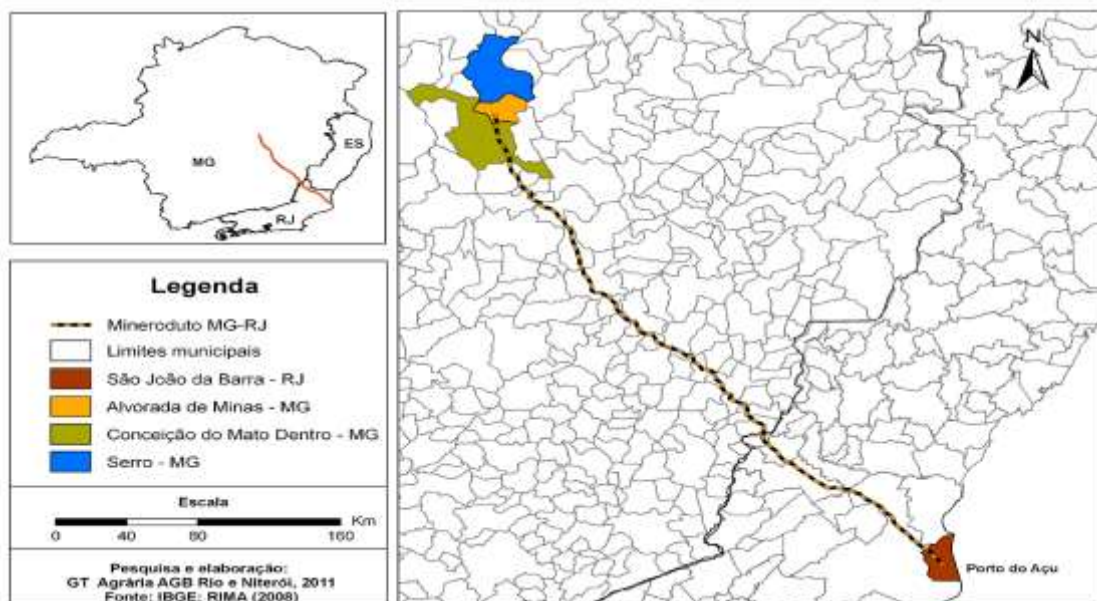
de reais, além de justificar o financiamento via BNDES para LLX/Prumo e para a OSX, e também para o Fundo da Marinha Mercante para implantar a Unidade de Construção Naval (UCN), um estaleiro da OSX no Açú, e através da Resolução n. 814 20 de junho de 2007, da ANTAQ, foi concedida operação e exploração do porto à LLX (antiga MPC).

Na esfera municipal, Eike Batista recebeu em 2008, das mãos da Sra. Carla Machado, prefeita de São João da Barra, a maior honraria do município devido à implantação do Porto do Açú. A prefeita, que governou de 2005 a 2008, se reelegeu para o mandato 2009 a 2012 - contando com o apoio político do empresário - retornou para o mandato de 2017 a 2020, e se reelegeu em 2020 para o mandato de 2021 a 2024.

Assim, o Porto do Açú foi concebido como integrante do Projeto Minerário Minas-Rio pelo seu idealizador, Eike Batista, empresário do ramo da mineração, do petróleo e gás, da logística e de outros, que seguiu os passos do pai, Eliezer Batista, ex-presidente por duas vezes da Vale S.A., que implantou o modelo mina-ferrovia-porto, a fim de assegurar o escoamento da produção da mina Carajás até os mercados asiáticos.

O Projeto Minerário Minas-Rio era formado pelo Porto do Açú e o DISJB, em São João da Barra; pela mina de minério de ferro Sapo-Ferrugem e uma usina de beneficiamento em Alvorada de Minas e Conceição de Mato Dentro, municípios de Minas Gerais, e de um mineroduto de 525 km, considerado o maior do mundo em extensão, conectando o local de extração/beneficiamento ao Porto do Açú, local de exportação.

**Figura 3:** Mapa do mineroduto Minas-Rio



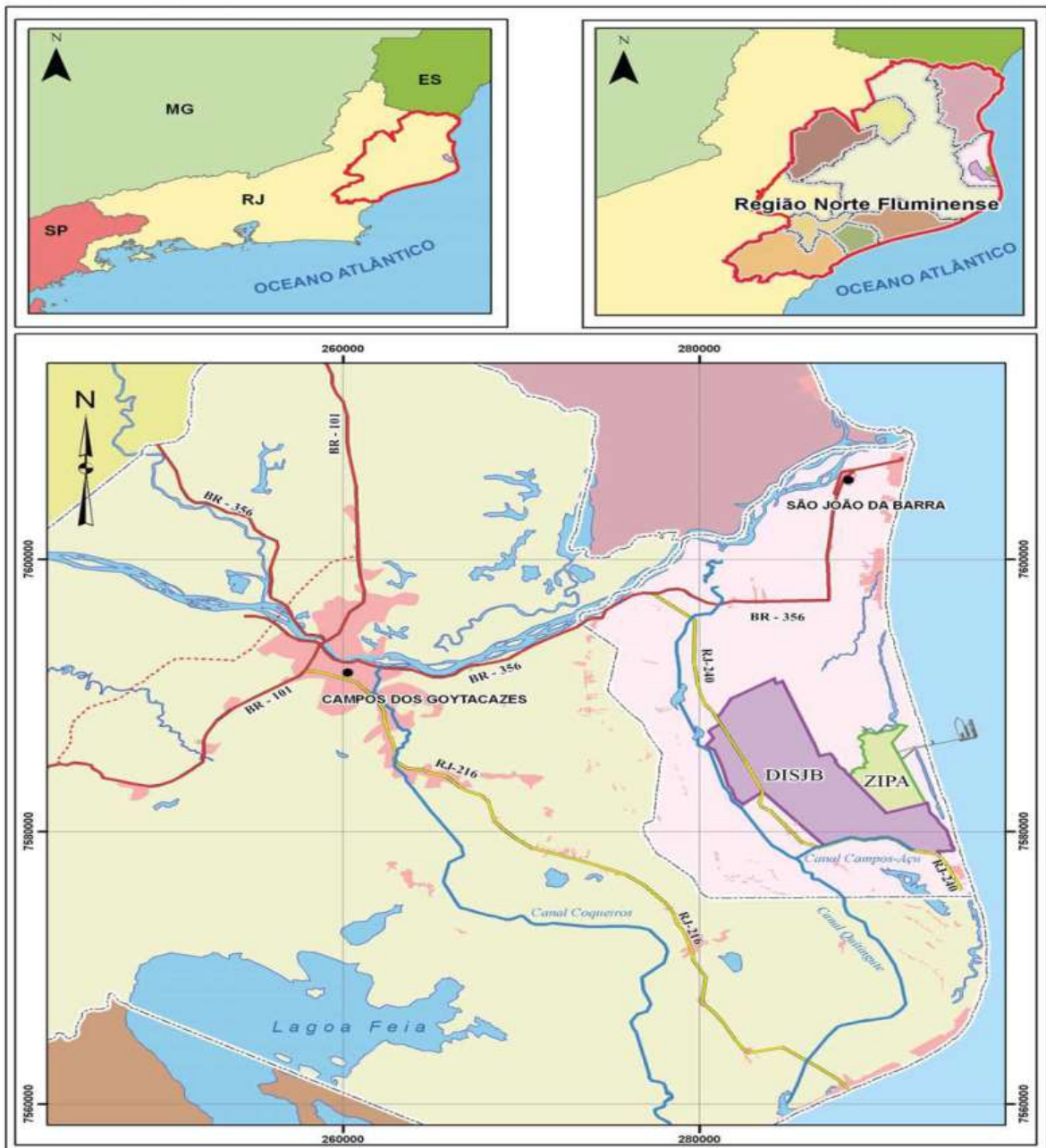
**Fonte:** AGB (2011)

Com a venda da mina Sapo-Ferrugem, da usina de beneficiamento e do mineroduto para a empresa de mineração sul africana Anglo American em 2007, que era associada ao Grupo

EBX, essas estruturas passaram a formar o Complexo Minerário Minas-Rio, que abrange também a estrutura de apoio à extração da lavra na mina Sapo-Ferrugem, uma barragem de rejeitos e outras estruturas de menor porte, localizadas nas Serras do Sapo e Ferrugem, formações da Cordilheira do Espinhaço em Minas Gerais.

Quanto ao Porto do Açú e o DISJB, estes formam o Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú (CLIPA), com o DISJB localizado contíguo às instalações do Porto (Figura 4).

**Figura 4:** Localização do Porto do Açú (ZIPA) e do DISJB



Fonte: LLX (2011)

O DISJB é um condomínio industrial oficialmente criado pelo governo estadual através da CODIN, companhia pública, para atração de empresas em parceria com a LLX, atual Prumo

Logística Global, controladora do Porto. O acordo da CODIN com a LLX/Prumo era de que o estado do Rio de Janeiro desapropriaria as terras e a empresa faria a infraestrutura. Ocorre que as terras do DISJB foram negociadas com a LLX/Prumo de forma questionável (por meio de uma PPP sem transparência), passando a ser administradas pela empresa<sup>38</sup>.

O Porto do Açú teve sua construção iniciada em 2007, e em 2013 foi vendido para o Energy and Information Group (EIG), um fundo de investimentos norte-americano nos setores de infraestrutura e energia. O EIG possui 80,2% da empresa Prumo, com participação do fundo financeiro Mudabala Desenvolpente Company, do governo de Abu Dhabi, Emirados Árabes, com 6,9% e os 12,9% restantes têm entre os seus detentores o Porto de Antuérpia, na Bélgica, com 1,17%, e os demais capitais da empresa Prumo pertencem a outros investidores.

A venda do Porto do Açú foi motivada pela derrocada financeira das empresas do Grupo EBX e de seu proprietário, Eike Batista, que se movimentava entre grandes empreendimentos e o mercado especulativo, e que chegou a ser considerado pela revista Forbes o sétimo homem mais rico do mundo em 2012.

Em fevereiro de 2017, portanto antes da confissão do ex-governador Sérgio Cabral, Eike Batista foi preso pela primeira vez pela Polícia Federal, por pagamento de propina ao ex-governador pelas desapropriações de terras no 5º Distrito, em uma das fases da Operação Lava Jato do MPF. Em agosto de 2019 foi preso pela segunda vez, em nova fase da Operação Lava Jato, por suspeitas de manipulação de mercado e lavagem de dinheiro (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/08/2019)<sup>39</sup>.

Com a venda, o projeto do CLIPA foi modificado. Originalmente previa, além da construção de um terminal portuário privativo de uso misto, com capacidade para navios de grande porte, estrutura offshore para recebimento de granéis sólidos e líquidos, cargas em geral e produtos siderúrgicos, um condomínio industrial com planta de pelotização, indústrias cimenteiras, pólo metal-mecânico, petroquímicas, siderúrgicas, montadora de automóveis, processamento de rochas ornamentais e usinas termelétricas (AGB, 2011).

Com exceção das termelétricas, as demais indústrias não se instalaram no DISJB e o Porto do Açú teve uma mudança de foco, passando a direcionar suas atividades para as operações de petróleo e gás da Bacia de Campos e atraindo empresas do ramo, entre elas a Petrobras, quando antes a direção era para as operações de exportação do minério de ferro extraído de Minas Gerais.

---

<sup>38</sup> <https://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/4340-Acu-de-229-agricultores-menos-de-5-receberam-indenizacao-integral>

<sup>39</sup> [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/politica/2019/08/697313-eike-batista-e-presos-por-lavagem-de-dinheiro.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2019/08/697313-eike-batista-e-presos-por-lavagem-de-dinheiro.html)

O Porto do Açu é um porto de navegação internacional e caracterizado como um porto-indústria, por se inscrever na tipologia de portos *Maritime Industrial Development Area* (MIDAs), da 5ª geração de portos, que assim são classificados: i) por agregarem estruturas e operações industriais e de comércio exterior em espaços como as Zonas de Processamento de Exportações (ZPE); ii) alocarem espaços para indústrias em sua retroárea, com predominância de empresas multinacionais que dependem dos serviços portuários e que ofertam serviços como os de hotelaria, bancário e entretenimento; e iii) são considerados infraestruturas portuárias globalizadas.

Porém, mesmo com 21 empresas instaladas em sua retroárea, a maioria internacional e voltada ao apoio da produção e logística do petróleo e gás, e de armazenagem e exportação de minério de ferro (RANGEL, 2020); de possuir terminais offshore e onshore; termelétricas a gás em fase de operação pela empresa Gás Natural do Açu (GNA); em fase de licenciamento os “Oleodutos do Açu” e os gasodutos; e de uma ZEP criada em 28/12/2017, mas que até o momento não entrou em operação, o Porto do Açu convive com a ausência de indústrias, tendo somente cerca de 10% dos 72 km<sup>2</sup> de área desapropriada para o DISJB em uso.

Entre as indústrias que se instalariam no Porto do Açu estavam empresas chinesas, estatais e privadas, como a montadora de veículos JAC Motors, a Ternium e a Wuhan Iron and Steel (Wisco) e duas siderúrgicas, mas as tratativas não prosperaram. No caso da Wisco devido ausência de infraestrutura, enquanto que a instalação da JAC Motors estava condicionada a da Wisco, ficando as relações entre o Porto do Açu e China limitadas às exportações de produtos primários, entre eles o minério de ferro e o petróleo.

Somente em 2019, as relações comerciais e de investimentos chineses no Açu são retomados, com a assinatura de um acordo de cooperação técnica com o Porto de Guangzhou, e em 2020 a empresa Spic Brasil, subsidiária da empresa estatal chinesa Stater Power Investment Corporation (SPIC), do setor elétrico, passou a ser sócia, com 33% do complexo termelétrico do Porto do Açu, juntamente com a empresa Gás Natural do Açu (GNA), uma *joint venture* entre as empresas Prumo Logística, BP e Siemens para produção de energia a gás liquefeito.

Porém, enquanto a redação final desta Tese é elaborada (fevereiro de 2022), notícia da mídia estrangeira postada no Blog do Pedlowski<sup>40</sup>, informa que a Prumo Logística vendeu sua participação no Complexo Termelétrico, considerado pela GNA o maior parque termelétrico da

---

<sup>40</sup> <https://blogdopedlowski.com/2022/01/18/no-porto-do-acu-e-assim-saem-agricultores-e-pescadores-e-entra-a-siemens-com-suas-termeletricas-poluentes/>



América Latina, para a BP e a Siemens, e que a empresa estatal alemã KfW-Ipex está cofinanciando o projeto<sup>41</sup>.

Outro destaque vem da imprensa brasileira<sup>42</sup>, que noticia um acordo entre Eike Batista e a China Development Integration Limited (CDIL), um fundo financeiro chinês, para investimentos de um parque de energia solar na retroárea do Porto do Açu. Se tal fato se confirmar, o Porto do Açu será controlado por dois grandes fundos financeiros, conforme postagem no Blog do Roberto Moraes<sup>43</sup>.

Internacionalmente, as relações com o sistema portuário mundial, como as parcerias com o Porto de Antuérpia, na Bélgica, o Porto de Guangzhou, na China e o Porto de Huston, no Texas/EUA, favorecem o escoamento da riqueza brasileira a partir de *hubs* continentais na América do Norte, Europa e Ásia.

**Figura 5:** Conexões do Porto do Açu com *hubs* concentradores



**Fonte:** [https://portodoacu.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Fazendo-Neg%C3%B3cios-no-Porto-do-A%C3%A7u\\_WEB\\_2020.pdf](https://portodoacu.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Fazendo-Neg%C3%B3cios-no-Porto-do-A%C3%A7u_WEB_2020.pdf)

<sup>41</sup> Esse fato sugere ligações com a decisão da União Europeia de considerar o gás natural como a principal fonte de energia, isso, em face da crise energética na Europa e a dependência do gás russo, conforme Fiori (2022). Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/o-controle-militar-da-ucrania/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=o-controle-militar-da-ucrania&utm\\_term=2022-01-18](https://aterraeredonda.com.br/o-controle-militar-da-ucrania/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=o-controle-militar-da-ucrania&utm_term=2022-01-18)

<sup>42</sup> <https://braziljournal.com/os-chineses-que-estao-apostando-em-eike-batista-e-querem-investir-bilhoes-no-brasil>

<sup>43</sup> <https://www.robertomoraes.com.br/search?q=05+abril+2021>

Desde 2017, a Autoridade Portuária do Porto de Antuérpia é acionista do Porto do Açú. Entre 2017 e 2019 investiu US\$ 20 milhões a fim de fortalecer o comércio com o Brasil devido às matérias-primas, conforme reportagens feitas pelos jornalistas Ike Teuling e Quentin Noirfalisse sobre a parceria entre o Açú e o Antuérpia para as mídas Apache e Médor<sup>44</sup>.

As demais parcerias com portos internacionais foram firmadas em 2018, com a assinatura de um acordo com o Porto de Huston, e como citado anteriormente, em 2019 foi assinado um acordo de cooperação técnica com o Porto de Guangzhou, maior porto do Sul da China, com aproximadamente 300 conexões portuárias em todo o mundo.

Em se tratando de portos, a localização e a oferta de vias de escoamento são essenciais para a redução de distâncias e de custo. Especialmente na localização dos portos brasileiros, grande parte nas fronteiras do extrativismo, como do agronegócio, da mineração e do petróleo, o que faz desses portos infraestruturas a serviço da apropriação de recursos naturais do país. São portos, como o Açú, que não estão voltados para o desenvolvimento regional, mas para a transferência de valor em forma de commodities primárias, com pouco ou quase nenhum beneficiamento que agregue valor ao produto.

O minério de ferro extraído de Minas Gerais e transportado até ao Porto do Açú pelo mineroduto Minas-Rio, é filtrado, armazenado e exportado para a China, seu principal destino. O Terminal de Minério de Ferro é controlado pela empresa Ferroport, em parceria com as empresas Prumo e Anglo American, esta que tem um contrato de 25 anos com o Porto do Açú para movimentar 26,5 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, e que exportou de 2014, quando as operações da Ferroport iniciaram, até 2020, um total de 73,8 milhões/t. Além do petróleo e do minério de ferro, o Porto do Açú movimenta bauxita, carvão, coque e outros produtos (PORTO DO AÇU)<sup>45</sup>.

Quanto ao petróleo, além dos serviços de apoio logístico, o Terminal de Petróleo, controlado pela empresa Açú Petróleo (uma parceria entre a Prumo e a Oitanking, empresa alemã), assinou contrato aditivo com a Petrobras, alterando o volume exportado, de 48 milhões de barris para até 100 milhões em 2020. Em 2019 o Terminal exportou 15% do movimento da Petrobras e em abril de 2020 exportou 23%. Do petróleo exportado pelo país, ao todo, 25% é exportado pelo Terminal, que realiza operações para a Petrobras e para outras empresas do setor, como Shell (anglo-holandesa), Petrogal (portuguesa), Total (francesa), Equinor (norueguesa) e Repsol (hispano-americana) (PORTO DO AÇU)<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> <https://pedlowski.files.wordpress.com/2020/06/porto-de-antuc3a9rpia-colabora-com-polc3aamico-porto-brasileiro-apache.pdf>

<sup>45</sup> <https://portodoacu.com.br/porto-do-acu-tem-recorde-de-exportacao-de-minerio-em-marco/>

<sup>46</sup> <https://portodoacu.com.br/acu-petroleo-dobra-volume-de-exportacao-com-petrobras/>



Sobre a integração do Porto do Açu à rede logística de escoamento do Sudeste, além do mineroduto que liga as minas de minério ao Açu, o governo federal possui um projeto de construção da Estrada de Ferro 118 (EF-118), ou Ferrovia Vitória-Rio, que prevê interligar o Porto Central, o Porto do Açu e o COMPERJ em Itaboraí. As obras do primeiro trecho entre Cariacica e Anchieta, no Espírito Santo, a ser construído pela Vale S.A. com valores que serão descontados da outorga, estão previstas para começar em 2022<sup>47</sup>.

Outra previsão é a construção da EF-354, a Ferrovia Transcontinental ou Bioceânica, também chamada de Corredor Ferroviário Bioceânico Central, que começando no Rio de Janeiro ligará o Oceano Atlântico ao Peru, no Oceano Pacífico (Figura 6). Essa ferrovia tem como objetivo facilitar o comércio, principalmente com países asiáticos.

**Figura 6:** Projeto do traçado da Ferrovia Transcontinental



**Fonte:**

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518\\_ferrovia\\_transoceanica\\_construcao\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518_ferrovia_transoceanica_construcao_lgb)

Ainda em se tratando de infraestrutura de acesso, o Porto do Açu pleiteia, dentro do programa de concessões de infraestrutura do governo estadual, a construção da RJ-244, que com 43 km de extensão ligará o empreendimento à BR-101, oferecendo redução de distância e outra via de acesso além da BR-356, beneficiando preferencialmente a infraestrutura portuária. Em audiência pública ocorrida em 18/02/2020, a prefeitura de São João da Barra apresentou uma sugestão de traçado que interligaria a RJ-244 com a chamada “Ponte da Integração”, que está

<sup>47</sup> <https://www.agenciainfra.com/blog/governo-do-rj-quer-outorga-da-vale-para-levar-ferrovia-do-es-ao-porto-do-acu/>

com obras paralisadas<sup>48</sup>, que é diferente da proposta de traçado apresentada pelo Porto do Açu e apoiada pelo governo estadual.

O que a administração do Porto do Açu espera é que os projetos da Ferrovia Vitória-Rio (EF-118), da Bioceânica e da RJ-244 se concretizem para que o empreendimento se firme como infraestrutura logística e portuária dentro da cadeia petrolífera e da cadeia do minério de ferro do Sudeste, além de abrir possibilidades de escoar a produção de grãos das regiões Centro-Oeste e Norte.

Dessa maneira, comprimindo o espaço-tempo entre produção e consumo no interior das cadeias de valor do extrativismo, o Porto do Açu amplia a lucratividade dos investimentos das corporações imperialistas. Ao mesmo tempo, como uma infraestrutura de circulação garante a segurança do abastecimento de produtos estratégicos e a manutenção de um mercado consumidor externo, e seu controle passa a ser uma questão de segurança e de soberania para os países imperialistas e para a China, pois por ele são transferidas riquezas em forma de recursos naturais.

Nesse processo expansionista das infraestruturas portuárias, as grandes corporações, que imbricadas no sistema financeiro e organizadas em oligopólios formam os *players* do setor portuário (PESSANHA, 2017), garantem internamente a lucratividade da burguesia exportadora. Porém, aprofundam a condição dependente e periférica do país, manifestada na ampliação das desigualdades sociais e econômicas, étnico-raciais, de gênero, de território, na exploração intensa do trabalho, no desemprego e na pobreza, na degradação ambiental, na desregulação social e ambiental, e na expressão social mais aguda e injusta que é a fome, indicando que o papel do Porto do Açu não está alinhado com os interesses populares para o desenvolvimento regional e nacional.

Assim, associado à oligopolização do setor marítimo e ao controle do setor portuário marítimo (e também fluvial brasileiro) por corporações estrangeiras, o país abre espaço para o controle dos terminais e portos por corporações mundiais.

Quanto ao Porto do Açu, o único porto-indústria totalmente privado do país, é atravessado por interesses que se encontram em diferentes escalas, mas que se alinham ao capital imperialista e às demandas da China por produtos primários. Nesse contexto, internamente, Estado e governos lançam mão de dispositivos de exceção para atrair o megaempreendimento

---

<sup>48</sup> <https://www.portalozk.com/vaf/noticias/politica/governador-diz-que-estado-fara-a-rj-244-ligando-o-porto-do-acu-em-sao-joao-da-barra-a-br-101/22990/>  
<https://www.campos24horas.com.br/noticia/campos-claudio-castro-pode-deixar-sua-marca-no-municipio-com-a-rj-244-rodovia-prenuncia-novo-impulso-de-desenvolvimento>  
<https://www.camarasjb.rj.gov.br/noticias/camara/construcao-da-rodovia-rj-244-debatida-em-audiencia-publica/25/>

portuário, que modifica negativamente as estruturas sociais, ambientais, econômicas e culturais de São João da Barra, particularmente do 5º Distrito.

### **1.2.1. Dispositivos estatais de exceção na implantação do Porto do Açu**

O Porto do Açu foi viabilizado por políticas públicas de desenvolvimento, além de pela corrupção, que possibilitaram que governos mercadejassem o território do 5º Distrito. Para isso foram suspensos e/ou flexibilizados deveres do empreendedor/empreendimento, adotadas relações promíscuas ao mesmo tempo em que os direitos dos atingidos eram suprimidos e/ou violados pelo Estado e o empreendimento, e leis ambientais eram flexibilizadas, sem atenção à soberania popular no território.

Um dos mecanismos para garantir interesses econômico-financeiros é a suspensão da norma (direitos) e a normatização da suspensão. É paradoxal, mas essa prática foi defendida por Carl Schmitt, influente intelectual do nazismo, quando a República de Weimar passava por várias crises sociais e econômicas, sendo aplicada em caso de emergência econômica e financeira com o fim de garantir relações “normais” pela intervenção do soberano (o Presidente do Reich).

Trazendo para as democracias contemporâneas, com base em Agamben (2004), o estado de exceção se reatualiza, e como um paradigma gerencial do Estado tem sido frequentemente utilizado no âmbito econômico em favor do poder financeiro, suspendendo normas e retirando o controle do povo, que alijado de sua soberania pelo “mercado”, - que é quem controla sem contenção, as normas, e que, portanto é o soberano.

Diferente dos portos do período desenvolvimentista, os GPIs portuários não são planejados visando o desenvolvimento regional, mas, implantados a partir de decisões tomadas por grandes agências setoriais, e entre grupos dominantes locais e nacionais, em associação com os grupos dominantes globais, retiram das mãos dos planejadores regionais a tomada de decisão.

Com as privatizações dos setores de infraestrutura e a participação do mercado financeiro, os GPIs foram retirados do controle do Estado e de seus processos de planejamento e controle territorial, passando a ter potencial para organizar e transformar os espaços, e para compor e decompor regiões, projetando espaços locais e regionais conforme interesses em grande parte globais (VAINER, 2007).

De maneira que no plano nacional, os grandes projetos de desenvolvimento dos anos 30 a 80, se deslocam de seu objetivo de integração e de desenvolvimento nacionais para uma integração direcionada ao mercado global a partir dos anos 90, com investimentos do capital

financeiro e empréstimos de bancos públicos, alguns no formato de PPP, como são exemplares os investimentos do BNDES em hidrelétricas e portos.

Uma integração baseada em implantação de GPIs, com acertos feitos nos corredores e gabinetes, se estrutura intermediada por “grupos de interesse e *lobbies*”, à margem de qualquer planejamento e debate público. Nessa configuração de projetos, o local, o regional, o nacional e o global se entrelaçam, e os GPIs passam a organizar o território, a tudo se sobrepondo, “e instaurando circunscrições e distritos, que, no limite, configuram verdadeiros enclaves” (VAINER, 2007, p. 10).

Os GPIs, chamados de ‘projetos estruturantes’, são empreendimentos de grande porte, que mobilizam com intensidade capital, força de trabalho, energia, recursos naturais e território, e são quase sempre apresentados como projetos promotores do desenvolvimento local e regional, mas que não reduzem desigualdades socioeconômicas e ainda geram degradação ambiental ao explorar recursos naturais de forma predatória.

Estudos de pesquisadores do NF, como o de Cruz (2016), trata o Porto do Açúcar como um GPI, e que juntamente com o Pré-sal e outros investimentos “promovem a integração da economia regional nos marcos da inserção internacional da economia brasileira” (2016, p. 49). Também para Cruz e Terra (2020), o Porto, associado ao movimento de internacionalização do Rio de Janeiro a partir dos anos 90, altera a configuração territorial do norte fluminense, e para Pessanha, Gomes Filho e Quinto Jr. (2013, n.p.), a instalação do empreendimento, além de trazer uma relação até então desconhecida no interior fluminense, ao “se constituir numa porta para os fluxos da economia globalizada” produz uma relação entre o gestor público e o capital privado.

De sorte que no 5º Distrito, o capital financeiro, organizador da reprodução da sociabilidade capitalista e das relações centro-periferia, juntamente com políticos locais, regionais e nacionais, altera o uso, o controle e a gestão do território, com a aplicação de “dispositivos estatais de exceção”, como as medidas legislativas, executivas e judiciárias, aplicadas em nome do desenvolvimento, do emprego e/ou do interesse público, mas que servem primordialmente para beneficiar interesses corporativos.

A população de São João da Barra foi estimada em 36.423 habitantes em 2020, com uma taxa de urbanização de 78%. No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) apresentou uma melhoria, quando em 1991 era de 0,580 e em 2010 passou para 0,771, um crescimento de 32,93%. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), em 2018 o município aparece em 15º lugar entre os 100 maiores PIB per capita do país, devendo ao setor da indústria, principalmente ao da produção de óleo e gás (TCE-RJ, 2020, p. 36 e 81).

Assim como todo o NF, a história econômica e social do município esteve vinculada à cana-de-açúcar, principalmente ao seu papel no escoamento de produtos para abastecimento do mercado interno via o Porto de São João da Barra.

O Porto de São João da Barra era uma importante infraestrutura de escoamento da produção do açúcar e café da região, e de aguardente de Minas Gerais para os portos de Salvador/BA, depois Rio de Janeiro/RJ, Recife/PE e Santos/SP, quando especialmente no século XIX, enquanto a produção do açúcar do norte fluminense abastecia o mercado interno, o açúcar produzido na região Nordeste era direcionado para a exportação.

Com o surgimento das ferrovias com locomotivas a vapor no século XIX, o Porto de São João da Barra entra em declínio, e na década de 1950 a atividade portuária cessa com a construção de rodovias no litoral brasileiro, e o município passa a depender economicamente da Cia. Açucareira Usina Barcellos, do Grupo Thoquino e Tecex Fiação e Tecelagem.

Porém, com o fechamento da Usina Barcellos e da Tecex, a economia do município só não entrou em depressão devido ao aumento das receitas dos royalties de petróleo, que em 2008 cresceram 206,2%, em comparação com o ano de 2007, permitindo que a Prefeitura absorvesse parte dos desempregados e criasse programas sociais (RANGEL, 2013).

Daí em diante o município passou a ser dependente dos royalties do petróleo, que correspondiam a 81,4% das receitas municipais em 2008, realidade que a partir de 2009 é alterada com o aumento de Outras Receitas<sup>49</sup> associadas com a construção do Porto do Açúcar e com as transferências constitucionais<sup>50</sup>, reduzindo a dependência municipal das receitas dos royalties em 2016 para 33,4% (RANGEL, 2013; RANGEL, SHIMODA e PIQUET, 2018). Porém, salienta-se que a redução da dependência dos royalties foi “forçada” por um componente conjuntural, que foi a queda internacional do preço do barril do petróleo.

**Tabela 1:** Evolução das receitas dos royalties e de outras de São João da Barra (MR\$)

Receitas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Royalties	54.964	45.949	161.428	168.329	203.028	251.515	233.262	228.789	237.086	159.202	89.976
Outras receitas	28.328	43.690	36.954	47.974	70.386	87.717	123.667	152.806	188.589	187.538	179.186
Total	83.292	89.639	198.382	216.303	273.414	339.232	356.929	381.595	425.675	346.740	269.162
Depend. royalties (%)	66,0	51,3	81,4	77,8	74,3	74,1	65,4	60,0	55,7	45,9	33,4

**Fonte:** Rangel, Shimoda e Piquet (2018)/TCE/RJ, 2017

<sup>49</sup> Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto de Transação de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

<sup>50</sup> Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A evolução dos royalties em São João da Barra a partir de 2008 (Tabela 1) está associada à valorização das commodities, como a alta no preço do barril do petróleo no mercado externo, principalmente com a demanda da China, e de 2015 em diante à redução das receitas dos royalties com a queda do preço internacional do barril do petróleo. No cenário nacional a queda do preço do barril do petróleo se soma à deflagração da operação Lava Jato e à deposição da presidente Dilma Rousseff, que tiveram entre as consequências a queda na arrecadação pública, desemprego, reestruturação da máquina pública em alguns estados e municípios e cortes nos serviços e programas sociais.

Em Outras Receitas destaca-se um aumento do ICMS de 483%, que foi a receita que mais evoluiu no período de 2006 a 2017, sendo que o aumento de 2017 foi o mais expressivo em decorrência da transferência das operações de apoio às plataformas de petróleo do Terminal de Uso Privado (TUP) de Imbetiba/Macaé para o Porto do Açu (RANGEL, SHIMODA e PIQUET, 2018, p. 154-155).

Quanto ao emprego, conforme Rangel, Shimoda e Piquet (2018), houve um aumento na atividade extrativa mineral, que segundo os autores se deve à operação do Terminal de Minério de Ferro do Açu, ao aumento na indústria de transformação e na construção civil com a construção do Porto e do quebra-mar, a partir de 2012/2013, e em 2014 com a produção de tubos flexíveis pelas empresas TechnipFMC e NOV. Salienta-se que na área da construção civil há um acréscimo no período das obras, podendo chegar a 5.000 empregos, porém ocorrem demissões em massa no seu término.

O crescimento no comércio e serviços também se deve às atividades do Porto, e na administração pública observa-se um aumento de funcionários públicos que está associado ao aumento de arrecadação municipal (royalties e participações especiais e as atividades portuárias), como a ocorrência de concursos públicos e a contratação de pessoal sem concurso na administração pública.

Ainda quanto à oferta de emprego, o discurso oficial para garantir a aceitação social de um grande empreendimento como o Porto do Açu, com profundos impactos no território, foi assentado em empregos e no desenvolvimento local e regional. As promessas e a criação de expectativas levaram moradores a abrir ou reformar comércios, pousadas e restaurantes, e a um movimento especulativo de terras, principalmente no entorno do Porto do Açu, além da afluência de trabalhadores para o município. No entanto, as expectativas de emprego não se concretizaram, por, além de possuir reduzida capacidade de absorção de mão de obra devido à mecanização dos processos, as poucas vagas ofertadas requerem mão de obra especializada.

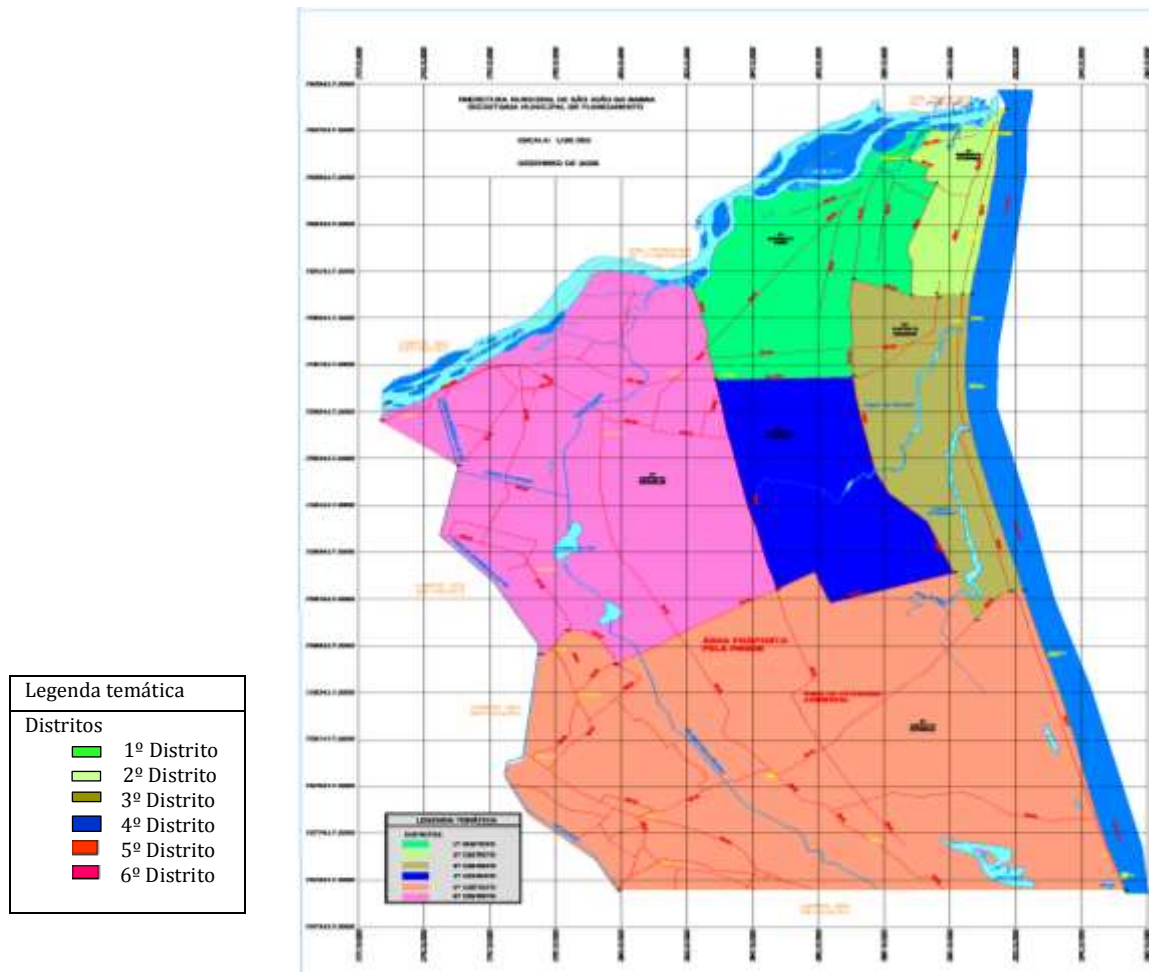
A presença do Porto do Açú também não tem dinamizado o comércio e os serviços locais como se esperava, não observando uma relação de fornecimento entre as empresas locais e as empresas sediadas no Porto do Açú, situação já constatada por Piquet e Shimoda (2014), Pessanha, Piquet e Terra (2015) e mais recentemente Piquet, Rangel e Castro (2020), ao se referirem aos baixos encadeamentos que grandes projetos portuários têm com o local.

Os autores ainda chamam a atenção para a administração pública local, que não cria obstáculos à negociação de impostos e nem ao licenciamento ambiental, atendendo às necessidades das empresas âncoras, mas que também não fomenta ações que promovam o diálogo com o empresariado local, significando que não há conexões intra-locais e intra-regionais que impulsionem a economia, com o Porto funcionando mais como gerador de impostos.

Uma explicação para esse baixo dinamismo econômico do Porto do Açú com seu entorno vem de Monié e Vasconcelos (2012). Para os autores as infraestruturas portuárias globalizadas funcionam como corredores logísticos de circulação de mercadorias, e diferente de alguns territórios urbanos portuários, a partir dos anos 1970, a reestruturação do transporte marítimo e das atividades portuárias para garantir a fluidez no tempo e no espaço, “insere os portos em arquiteturas logísticas organizadas segundo princípios de flexibilidade operacional e de minimização das rugosidades espaciais e funcionais” (2012, p. 7). Com as redes mundiais portuárias administradas por atores da logística global, acelera-se a “tendência de fragmentação e ‘terminalização’ dos territórios portuários”, e no caso de grandes portos fora das grandes cidades, como o Açú, estão inseridos nas cadeias de valor de atores globais que ignoram a escala local.

Portanto, são complexos portuários que “transformam as cidades que abrigam suas instalações em espaços de transbordo dentro do território logístico offshore” (MONIÉ, 2011, n.p), e que mesmo possuindo grande movimentação de valores, mas se for de produtos de baixo valor agregado pouco contribuem para a riqueza nacional e o desenvolvimento regional.

Por outro lado, a demanda do megaporto por grandes áreas interfere no ordenamento territorial, especificamente sobre o 5º Distrito onde está localizado o Porto e o DISJB.

**Figura 7:** Distritos de São João da Barra

**Fonte:** Secretaria de Planejamento - Portal da Prefeitura de São João da Barra

Conforme Figura 7, o município está dividido em seis distritos: São João da Barra - 1º distrito e sede do município; Atafona - 2º distrito; Grussaí - 3º distrito; Cajueiros - 4º distrito; Pipeiras - 5º distrito e Barcelos - 6º distrito. Atafona e Grussaí, 2º e 3º distritos, são praias e voltados ao turismo, enquanto que o 5º Distrito (Pipeiras), o maior em extensão territorial, era uma área predominantemente rural, com alguns pequenos núcleos urbanos, habitado por agricultores familiares e pescadores artesanais, vivendo da agricultura de subsistência e familiar, da pesca e da pequena pecuária.

Com o início das obras do Porto do Açú, em outubro de 2007, em 2008 é criado o DISJB pelo executivo municipal. Para a criação do Porto do Açú e do DISJB, além dos decretos estaduais de desapropriação, no âmbito municipal alterou-se o Plano Diretor, conforme a lei municipal n. 05/2006, que o instituiu e dividiu o território de São João da Barra em sete macrozonas: Área Urbana, Área de expansão urbana, Área Rural, Área Industrial, Área de Interesse Agroindustrial, Área de Interesse Pesqueiro e Área de Interesse Ambiental, uma



revisão que contou com uma equipe técnica que realizou audiências públicas, oficinas e outras ações buscando informar e ouvir a população (CEZÁRIO, 2014).

Em 2013, no governo do prefeito Sr. José Amaro de Souza, “o Neco”, uma nova revisão do Plano Diretor foi proposta pelo Executivo e encaminhada para consulta pública, e após as audiências públicas foi revisada e encaminhada ao Legislativo. Essa nova revisão contou, além de com técnicos da Prefeitura, com a empresa Jaime Lerner arquitetos associados, contratada pela Prefeitura por meio de um acordo com o Grupo EBX, o que por si mesmo demonstra a serviço de que estava essa nova revisão.

A nova revisão do Plano Diretor, aprovada em 2013 pelo Executivo e encaminhada para o Legislativo, foi alvo de mandado de segurança ingressado pelo Executivo para obrigar a Câmara de Vereadores a votar os projetos de revisão em caráter de urgência. Uma revisão que ocorreu de forma intempestiva, como revelam Pessanha, Piquet e Terra (2015): “observa-se que a revisão do Plano foi realizada sem os devidos esclarecimentos à população, com a realização de audiências-relâmpago, além de prazos “apertados”, forçando os vereadores a tomarem suas decisões ‘a toque de caixa’” (2015, p. 133).

Salienta-se que quando ocorreu a revisão do Plano Diretor em 2006, a construção do Porto do Açú estava em negociação, e quando da revisão em 2013, o empreendimento já era uma realidade, levando essa revisão a promover, por meio do macrozoneamento, uma alteração na estrutura fundiária, com áreas onde terras expropriadas foram transformadas de rurais em áreas industriais, sinalizando para a instrumentalização da política pública urbana no atendimento de interesses corporativos.

Dessa maneira, para atender aos interesses do Porto do Açú, o município teve seu ordenamento territorial alterado por meio do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)<sup>51</sup>, reduzindo áreas para a agricultura e pecuária.

Conforme a nova revisão do Plano Diretor de 2015, com base na Lei n. 357/2015, o território de São João da Barra foi dividido em quatro macrozonas: I - macrozona Rural; II - macrozona de Interesse Ambiental; III – macrozona de Desenvolvimento Econômico e IV – macrozona Urbana. A definição das macrozonas se deu em função dos novos vetores de desenvolvimento econômico do município, que não contemplou as atividades pesqueiras como no Plano Diretor de 2006, onde o território também fora dividido em macrozonas de interesse pesqueiro.

---

<sup>51</sup> Lei n. 359 de 26 de maio de 2015.

Mais recentemente, conforme planejamento do governo estadual, o município será cortado por uma nova rodovia, a RJ-244, citada anteriormente, para atender interesses de acesso do Porto do Açu, enquanto as necessidades de circulação dos munícipes são negligenciadas pelos governos estaduais e federais, como o término da construção da “Ponte da Integração” e a duplicação da BR-356, apesar de na proposta da nova rodovia aparecer nos discursos oficiais a preocupação com os moradores e com o desenvolvimento regional<sup>52</sup>. Ademais, corre-se o risco de novas desapropriações para o traçado da futura rodovia.

Outras construções estão previstas pela Prumo na retroárea do Porto, como um heliporto<sup>53</sup>, que teve suas obras suspensas pelo judiciário por ausência de licenciamento ambiental, além de um hotel<sup>54</sup>, que se somarão ao centro de convivência e às lojas<sup>55</sup>, se concretizando o que Eike Batista chamou no seu projeto de Cidade X, uma cidadela sem muros, mas com muitas guaritas de vigilância e cercas de arame, estruturando o enclave formado pelo Porto e o DISJB, com base em Pedlowski (2017a) e Cruz e Terra (2020).

Dessa forma, os “dispositivos estatais de exceção”, efetivados por meio de pactos políticos-empresariais no estado do Rio de Janeiro, favorecendo com benefícios legais e com suspensão de direitos a construção do Porto do Açu e do DISJB, - sem se esquecer dos acordos para a construção do mineroduto e a extração de minério da mina Sapo-Ferrugem no Rio de Janeiro e Minas Gerais -, também viabilizou a fragmentação do licenciamento. Prova disso são seus vários empreendimentos licenciados separadamente, e por órgãos ambientais diferentes, sem preocupação com a totalidade, com a cumulação e sinergia dos impactos, na “contramão dos estatutos normativos e legais previstos na legislação ambiental brasileira e das convenções internacionais de defesa e proteção da natureza” (AGB, 2011, p. 31; LATINI, 2016), com os custos recaíndo sobre os atingidos.

Mesmo com a pandemia de COVID-19, as audiências públicas para o licenciamento dos oleodutos e do gasoduto Macaé-Campos-São João da Barra estão ocorrendo virtualmente<sup>56</sup>, o que com certeza restringe a participação da comunidade a ser atingida.

<sup>52</sup> <https://oglobo.globo.com/economia/rj-244-vai-atrair-novas-industrias-24129602>

<https://www.campos24horas.com.br/noticia/campos-claudio-castro-pode-deixar-sua-marca-no-municipio-com-a-rj-244-rodovia-prenuncia-novo-impulso-de-desenvolvimento>

<sup>53</sup> <https://clickpetroleogas.com.br/heliporto-do-porto-do-acu-tem-obras-e-operacoes-suspensas-pela-comarca-de-sao-joao-da-barra/>

<sup>54</sup> <https://portodoacu.com.br/prumo-fecha-contrato-para-instalacao-de-hotel-no-porto-do-acu/>

<sup>55</sup> <https://portodoacu.com.br/porto-do-acu-inaugura-area-para-instalacao-de-lojas-in-company/>

<https://portodoacu.com.br/negocio/centro-de-conveniencia/>

<sup>56</sup> <http://www.inea.rj.gov.br/secretaria-de-estado-do-ambiente-e-sustentabilidade-promovera-audiencia-publica-remota-para-implantacao-de-oleodutos/>  
<https://gna-ap.azurewebsites.net/audiencia-publica>

Conforme Barcelos (2013), o que ocorreu (ocorre) no 5º Distrito é típico do entrelaçamento de interesses econômicos e financeiros regionais-globais, apoiados por uma coalizão político-empresarial, revelando um estado de exceção que foi se estruturando em torno da implantação do Porto do Açú, como também mencionaram Pessanha, Piquet e Terra (2015) e que legalizou a grilagem de terras.

Isenções fiscais, desapropriações forçadas e sem as devidas compensações, fragmentação do licenciamento, alteração no ordenamento territorial com prejuízo para as atividades tradicionais, cerca de 40% do território sob o controle do empreendimento, mostram a suspensão de deveres e obrigações por parte do Estado, que deveriam ser cumpridas pelo empreendedor/empreendimento, e que paradoxalmente levou à supressão de direitos ambientais e sociais dos atingidos, que mesmo acionando o judiciário não tiveram seus direitos assegurados.

O que fica evidente é a forma como o Estado, através de suas instituições e governos agiu em favor do poder financeiro, atuando como serviçal das forças econômicas e financeiras por meio de “dispositivos estatais de exceção”. Cerceando qualquer debate público, a população foi colocada à margem do processo e a soberania popular ameaçada.

Destarte, o estado de exceção no 5º Distrito foi-se concretizando na medida em que as justificativas ideológicas, como a do “interesse público”, “do emprego” e “do desenvolvimento” eram apresentadas a fim de legitimar os efeitos negativos, acionando o conto do desenvolvimento (uma analogia ao O Mito do Desenvolvimento, uma obra de Celso Furtado).

Nesse contexto, agricultores familiares foram obrigados a deixar casas, terras, plantações e benfeitorias, pescadores foram impedidos de acessar as áreas tradicionais de pesca e ainda viram a redução dos estoques de peixes, tudo em nome de um modelo de desenvolvimento que os exclui e os coloca na condição de atingidos.

### **1.2.2. Os atingidos e seus modos de vida no 5º Distrito**

O termo atingido está fundamentado em Vainer (2008, p. 1), que ao tratar dos atingidos pelo setor hidrelétrico compreende que o conceito “varia no tempo e no espaço, conforme os contextos políticos e culturais”, e em consonância com os conflitos, além de com a evolução da noção de direitos humanos.

Diante dessa evolução, o termo “atingido” diz respeito ao “reconhecimento e legitimação de direitos”, e deve ser alargado para compreender todos que vivenciam os efeitos danosos do empreendimento, conforme Vainer (2008):

[...] a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo, é, ou foi, atingido por determinado empreendimento, significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isso explica que a abrangência do conceito, seja ela mesma, objeto de disputa.

Assim, ao abordar a discussão acerca do conceito de *atingido* é necessário compreender que se está discutindo acerca do reconhecimento e legitimação de direitos (VAINER, 2008, p. 39-40, *grifo do autor*).

Alargando mais ainda a concepção de atingidos para contemplar todos os indivíduos, famílias, comunidades e povos tradicionais, indígenas, camponeses e outros, impactados por GPIs em suas condições de existência material, - incluindo os agricultores familiares e pescadores artesanais do 5º Distrito. Eles não formam um grupo social de afetados, pois neste podem ser incluídos os que sofrem os danos dos desastres climáticos (inundações, deslizamentos de massa, secas), que apesar de possuírem causa antrópica não estão diretamente vinculados aos grandes empreendimentos ou GPIs.

O termo atingido possui conotação política e não somente técnica e econômica como querem empresas públicas e privadas, revelando que o termo está em disputa e que os atingidos se reconhecem como possuidores de direitos, os reivindicam e resistem à sua suspensão.

Os grupos de atingidos do Projeto Minerário Minas-Rio não se limita aos grupos expropriados do 5º Distrito, mas aos moradores desde Conceição de Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas; aos que residem em áreas cortadas pelo traçado do mineroduto; e aos que tiveram suas águas poluídas pela polpa de minério de ferro dos vazamentos do mineroduto, afetando o abastecimento seguro de água potável (BENEVIDES-GUIMARÃES, PEDLOWSKI e TERRA, 2019).

O mineroduto Minas-Rio corta um total de 32 cidades, sendo 25 cidades mineiras e 7 cidades fluminenses, até chegar ao Porto do Açú. No caminho foram decretadas a desapropriação de 752 propriedades nos municípios mineiros e 369 nos municípios fluminenses, totalizando 1.121 propriedades somente para o traçado do mineroduto, além de cortar sítios históricos e arqueológicos (BENEVIDES-GUIMARÃES, PEDLOWSKI e TERRA, 2019).

O mineroduto comprometeu fontes de águas, reduziu a população de peixes, suspendeu abastecimento público de água, implicando no consumo humano e animal, e nos usos e costumes sociais e culturais da água. Na Terra Indígena Guarani, no Vale do Rio Doce, as obras do mineroduto reduziram o volume da água do rio, prejudicando a pesca, base alimentar dos indígenas (BENEVIDES-GUIMARÃES, PEDLOWSKI e TERRA, 2019), e em municípios

como Natividade/RJ a construção do mineroduto levou à remoção de famílias de suas casas devido a rachaduras e riscos de desabamentos.

Os impactos do Projeto Minerário Minas-Rio nas cidades de Minas Gerais e Rio de Janeiro suscitaram conflitos sociais, com manifestações públicas, denúncias em órgãos públicos, tendo papel fundamental o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que contou com a participação dos atingidos do 5º Distrito (COSTA, 2018).

Quanto aos atingidos do 5º Distrito, eles não formam um grupo social homogêneo. Entre eles há os assentados da Fazenda Saco Dantas que foram retirados das terras; os que vivem da agricultura familiar e da pequena pecuária que tiveram suas terras tomadas; os pequenos proprietários de terra que não são agricultores familiares e os grandes proprietários. Outro grupo de atingidos são os pescadores, entre eles os da pesca marítima, impactados pelo afugentamento e redução do estoque de peixes e de crustáceos pelas áreas de dragagem, faixas de tubulação, tráfico de embarcações, restrição de áreas; e os pescadores de interior com acesso controlado ou sem acesso às lagoas costeiras, territórios tradicionais de pesca.

Registra-se que há entre os atingidos os que são duplamente afetados tanto pelos GPIs petrolíferos quanto pelos GPIs portuários, como os pescadores, e que no interior dos grupos de atingidos é possível haver divisões e interesses distintos, como ressaltam Prado e Rocha (2015) sobre a ASPRIN.

Os agricultores atingidos são representados pela Associação dos Produtores Rurais e Imóveis de São João da Barra (ASPRIN), localizada no 5º Distrito, e os pescadores associados são representados pela Colônia de Pesca Z-2, localizada no distrito de Atafona, que segundo Falcão e Mota (2015, p.111 e 116) “tornou-se um meio de canalizar as demandas do grupo”, principalmente dos pescadores marítimos, “nas disputas por espaço no mar”, com encaminhamentos de ofícios com denúncias, contestações e solicitação de reuniões aos órgãos ambientais fiscalizadores, à capitania dos portos e às empresas portuárias. Quanto aos pescadores não associados à Colônia não possuem representação política.

Outras entidades representativas existentes no território são a Associação dos Produtores Rurais de São João da Barra e o Sindicato Rural de São João da Barra<sup>57</sup>, esta uma entidade patronal. Há também outras associações, como a Associação de Moradores e Amigos do Açúcar (AMA), criada em 2018<sup>58</sup>, e a Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Vila da Terra (Aprovila), criada pelo Porto do Açúcar para administrar o reassentamento Vila da Terra, e que em suas atividades conta com a participação da Secretaria M. de Agricultura e a Secretaria M. do

---

<sup>57</sup> <http://www.sistemaferj.com.br/sindicato/sindicato-rural-de-sao-joao-da-barra/>

<sup>58</sup> <https://pt-br.facebook.com/ama.praiadoacu>  
<https://cnpj.biz/30804110000177>

Meio Ambiente e Serviços Públicos, conforme pode ser identificado nas postagens do perfil da associação em uma rede social<sup>59</sup>.

Na esfera da administração pública há os órgãos de controle social como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS)<sup>60</sup> e o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMMADS)<sup>61</sup>, além de outros conselhos municipais.

Porém, dentre as associações, a ASPRIN, criada em 2010, e que no início de sua criação teve aproximadamente 600 associados, conforme entrevista fornecida por Dona Noêmia Magalhães em dezembro de 2019, mobilizou a resistência contra as desapropriações com o apoio de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de docentes de instituições acadêmicas.

Segundo Braga, Fiúza e Remoaldo (2017), apesar de utilizado na literatura internacional (e nacional), o conceito modo de vida é polissêmico e apresenta imprecisão teórica, carecendo de melhor definição, o que esta Tese não se propõe fazer, mas salientar essa questão e apresentar o que considera “modos de vida territorializados”.

A aplicação do termo modo de vida, nas origens da Sociologia, foi feito em análises que buscavam compreender a passagem das sociedades pré-capitalistas para as industrializadas, apontando as transformações nas sociedades rurais e a questão da urbanização do campo - entendido como um processo de aculturação -, e como o modo de vida camponês era impactado pelo urbano à medida que o urbano ia se espalhando para o campo, ocorrendo um processo de urbanização dos modos de vida do campo, como Antônio Cândido compreendeu se referindo ao Brasil (BRAGA, FIÚZA e REMOALDO, 2017).

Não ficando restrito às análises sobre as transformações nas sociedades tradicionais, modo de vida passou a ser compreendido como relativo às condições de vida e ao estilo de vida; como sinônimo de forma de vida e de gênero de vida. Para Bourdieu, segundo Braga, Fiúza e Remoaldo (2017), o termo *styles vie* “é definido como relativo às práticas e às propriedades que formam uma expressão sistêmica das condições de existência relacionadas às diferenciadas posições dos agentes no tecido social”, utilizado como um “demarcador simbólico das diferenças entre classe” (p. 377). Outro conceito apresentado por Braga, Fiúza e Remoaldo (2017) é o de *genre de vie*, de Paul Vidal de La Blache, “que aponta para a ação do homem sobre a natureza,

<sup>59</sup> <https://pt-br.facebook.com/aprovila>

<sup>60</sup> [https://www.sjb.rj.gov.br/arquivos/diario\\_oficial/diario\\_oficial\\_08102021\\_1633689198.pdf](https://www.sjb.rj.gov.br/arquivos/diario_oficial/diario_oficial_08102021_1633689198.pdf)

<sup>61</sup> [http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/diario\\_oficial/diario\\_oficial\\_23092021\\_1632369434.pdf](http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/diario_oficial/diario_oficial_23092021_1632369434.pdf)

imprimindo sobre a terra as suas características econômicas, sociais, ideológicas e culturais” (p. 378).

Ainda segundo Braga, Fiúza e Remoaldo (2017), há autores para quem os conceitos de modo de vida são perpassados por relações de poder, pela lógica da reprodução da força de trabalho que expressa as condições de classe e exploração; pelas diferentes práticas cotidianas e pela percepção e grau de consciência dos atores sobre seus destinos individuais e coletivos.

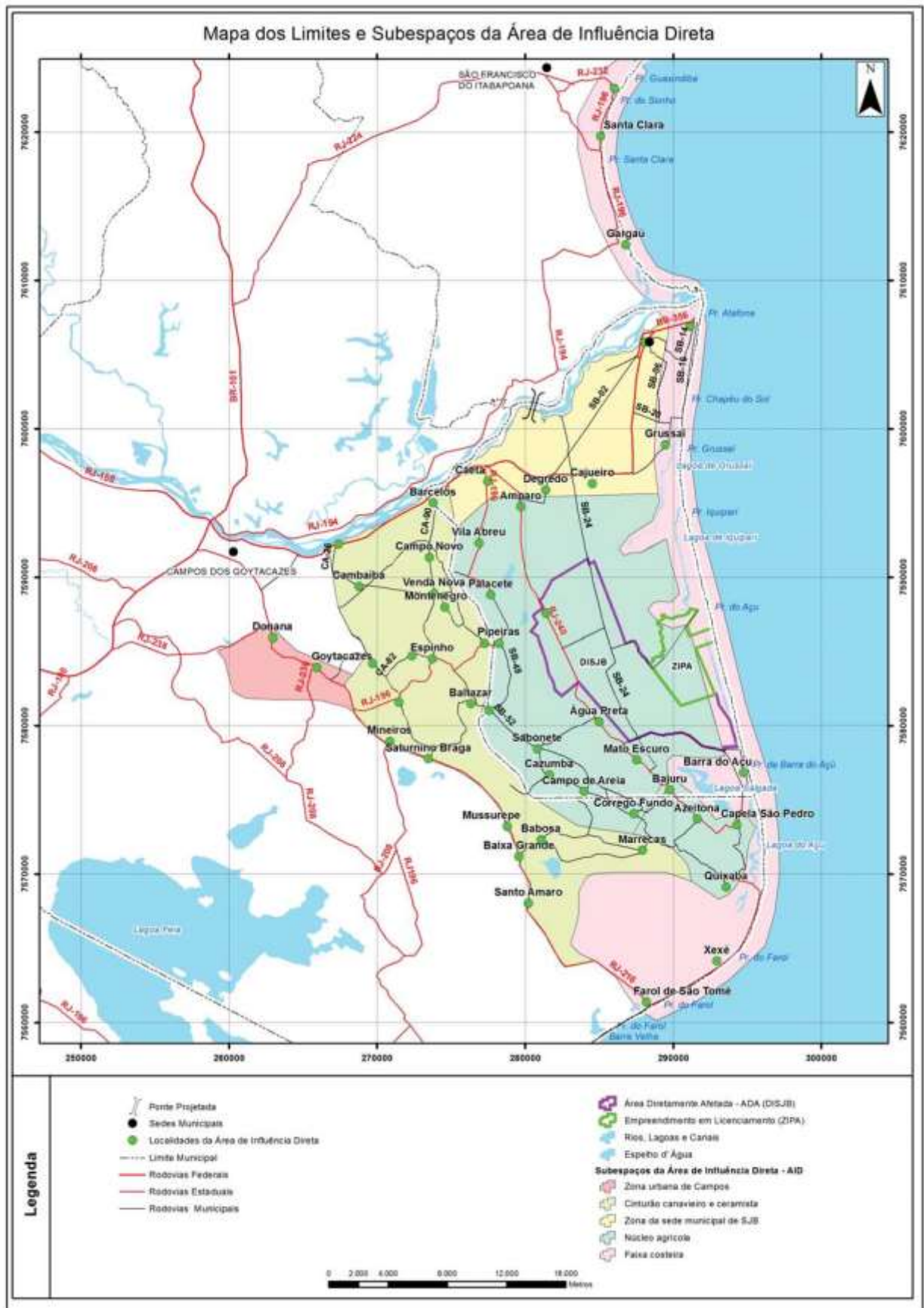
No caso do Brasil, a cultura popular incorpora a modernidade e não a tradição, e há uma relação do global sobre o local, e nas comunidades rurais os modos de vida expressam o cenário entre natureza e cultura, criado e recriado pela construção cultural das escalas espaço-temporais.

Para os efeitos desta Tese, “modos de vida territorializados” é um conjunto constituído de dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais que forma a identidade dos grupos sociais que têm no território sua forma de existência material e simbólica. Isso significa que alterações profundas no território alteram esses modos de vida, ameaçando-os de aniquilamento social pelo processo de territorialização/colonização de um GPI. No caso dos atingidos pelo Porto do Açú, não se trata de aculturação de modos de vida, mas de ameaça de aniquilamento social pela expropriação territorial do capital financeiro internacional, atualmente o norte-americano, o chinês e o europeu no 5º Distrito.

Entre as localidades diretamente afetadas pelo Porto do Açú/DISJB, estão as que formam o cinturão canavieiro e ceramista, e na zona urbana os distritos de Donana e Goytacazes, no município de Campos dos Goytacazes. Em São João da Barra, entre os distritos mais afetados estão Grussaí, Cajueiros, mas, sobretudo o 5º Distrito (Pipeiras) onde está localizado o empreendimento portuário. Nesse distrito localidades foram suprimidas para dar lugar ao CLIPA, e as que estão próximas a essa área, como Água Preta, Mato Escuro e Barra do Açú são as mais afetadas (Figura 8).

Segundo Pires (2009), a ocupação da área do entorno do CLIPA remonta ao século XIX, e as localidades de Mato Escuro, Água Preta e Barra do Açú, localizadas no sul do município de São João da Barra, eram pouco ocupadas até final dos anos 40 do século XX. Particularmente Água Preta e Mato Escuro surgiram entre os anos de 1920 e 1930, e o povoamento da Praia do Açú, em Barra do Açú, na década de 40, destacando que o povoamento dessas localidades está em parte associado ao parcelamento de grandes propriedades. Essas localidades se formaram em torno de um rico ecossistema de restinga, constituído por rios, manguezais, canais artificiais abertos pelo Departamento de Obras e Saneamento (DNOS), e pelas lagoas Salgada, Iquipari, Açú e Grussaí, ao sul do rio Paraíba do Sul (Figuras 8 e 9).

**Figura 8:** Áreas mais afetadas no 5º Distrito



Fonte: LLX (2011)



A área onde se localiza a Zona Industrial do Porto do Açú (ZIPA) era formada pelas Fazendas Saco Dantas e Caruara, adquiridas por Eike Batista. Quanto ao DISJB<sup>62</sup>, este se localiza próximo da costa, da ZIPA e da Fazenda Caruara, transformada na unidade de conservação RPPN Caruara (Figura 9).

**Figura 9:** Localização do DISJB



Fonte: LLX (2011)

<sup>62</sup> <http://www.robertomoraes.com.br/2011/07/o-disjb-codin-e-as-desapropriacoes-no.html>

A área onde foi implantado o DISJB era formada pelas localidades de Campo da Praia, Saco Dantas, Papagaio e Água Preta. O núcleo urbano de Água Preta foi retirado da área a ser desapropriada, mas a área rural foi desapropriada. Essas localidades citadas eram constituídas por pastagens e pequenas áreas agrícolas, conforme levantamento fundiário e socioeconômico da empresa LLX. À época, esse mesmo levantamento identificou 581 famílias nessas localidades, entre elas proprietários de lotes urbanos, lotes rurais, moradores inquilinos e moradores de casas cedidas (LLX, 2011).

Conforme AGB (2011) e Barcelos (2013), dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que o 5º Distrito possuía 1.480 propriedades rurais, com até 30 ha, e as maiores com tamanho de até 165 ha, revelando que aproximadamente 80% das propriedades eram médias e pequenas e destinadas principalmente ao cultivo de abacaxi, quiabo, maxixe e aipim, além das atividades extrativas da aroeira e taboa, enquanto que as grandes propriedades se dedicavam principalmente as atividades da pecuária.

Outros dados citados pela AGB (2011), com base no Censo Demográfico de 2000, mostram que viviam no 5º Distrito (Pipeiras) 5.777 pessoas, destas 4.664 residentes em áreas rurais e 1.113 em áreas urbanas (pequenos núcleos urbanos), revelando que cerca de 80% da população localizavam-se em áreas rurais.

Além da atividade agrícola, o fato da região estar localizada junto ao mar, e possuir um sistema lagunar e/ou alagados na faixa do litoral, faz com que a pesca artesanal seja uma importante atividade econômica e social.

No 5º Distrito, os principais impactos do Porto do Açú/DISJB estão associados à expropriação das terras e das águas, com as desapropriações e a expulsão de agricultores e pescadores; as mudanças no ordenamento territorial e a transformação de áreas rurais em áreas industriais; a exclusão e o cercamento de áreas de pesca; a salinização de água e solo; e a erosão costeira, alterando as condições objetivas dos agricultores familiares e dos pescadores artesanais.

Segundo a Lei da Agricultura Familiar<sup>63</sup>, é considerado agricultor familiar àquele que pratica atividade no meio rural, utilizando mão de obra da família, não possui área maior do que 4 módulos fiscais<sup>64</sup> e metade da sua renda deve ser no mínimo originada das atividades econômicas do seu estabelecimento.

Sendo realizada com mão de obra familiar e com diversidade produtiva, a agricultura familiar difere da agricultura industrial, tanto pelo baixo impacto e a adoção de práticas

---

<sup>63</sup> Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006 e o Decreto n. 9.064 de 31 de maio de 2017, que a regulamenta.

<sup>64</sup> Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, que varia segundo a região do país, e é calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Na região Sudeste um módulo fiscal varia de 5 a 70 hectares.

ambientalmente sustentáveis; pela escala de produção e tamanho das propriedades e pelo uso de instrumentos de baixa capacidade tecnológica fornecendo vagas de trabalho.

O fato de a agricultura familiar ser vista atualmente como alternativa para a empregabilidade e renda no campo não pode ser a única a se analisar, é muito mais do que isso, a agricultura conservadora possui uma incapacidade para produzir gêneros alimentícios que compõem a cesta básica do brasileiro, uma vez que esta tem o foco principal na produção de *commodities*, o que traz ao debate a questão da segurança alimentar. Por sua vez, também, esse modelo não garante um controle do êxodo rural, pois tem na mecanização a troca de mão de obra humana, por maquinários de última geração [...] (HENIG e SANTOS, 2016, p. 265).

Pelas suas características, a agricultura familiar possui papel fundamental na geração de trabalho e renda das famílias camponesas, e como uma importante atividade econômica e social também influencia o PIB brasileiro e garante a segurança alimentar e o combate à fome.

Além da produção de alimentos para a segurança alimentar, e de contribuir com a soberania alimentar do país, no quesito ambiental a atividade beneficia a preservação do meio ambiente, com o uso sustentável dos recursos naturais, e na produção do que é denominado de “serviços ambientais”, podendo contribuir com a proteção da biodiversidade e do clima global.

Segundo Paes e Zappes (2016), a agricultura familiar praticada no 5º Distrito utiliza técnicas, instrumentos e etapas com baixo uso tecnológico, e com o conhecimento da atividade repassado oralmente no interior das famílias. Para os agricultores as propriedades rurais são patrimônio da família e uma ferramenta de trabalho, onde fazem uso de manejo tradicional e congregam técnicas modernas com as tradicionais. Ainda observaram as autoras, que a prática da agricultura familiar garante a sobrevivência e é repassada pelo núcleo familiar durante gerações, demonstrando ser uma atividade tradicional.

Em 2014 o 5º Distrito foi o maior produtor de abacaxi de São João da Barra, sustentando 550 produtores rurais e suas famílias, conforme informação no portal da Prefeitura<sup>65</sup>, além do cultivo de outras culturas como a banana.

---

<sup>65</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3506/sao-joao-da-barra-se-destaca-na-producao-deabacaxi>

**Figura 10:** Plantações de banana e abacaxi

**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

No estado do Rio de Janeiro, o NF é o principal produtor do fruto, conforme dados da produção agrícola – lavoura temporária de abacaxi, do IBGE, dos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

**Tabela 2:** Produção de abacaxi pelos principais municípios produtores do NF (2011 a 2020)

São Francisco de Itabapoana										
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quant. (x 1.000) frutos	100.000	120.000	105.000	87.500	75.000	75.000	100.000	128.000	101.780	128.000
Área plantada (ha)	4.000	4.000	3.500	3.500	3.000	3.000	4.000	4.000	4.056	4.000
Valor da produção (x 1000) R\$	80.000,00	131.160,00	147.000,00	120.313,00	112.500,00	112.500,00	120.000,00	149.760,00	119.120,00	128.000,00
São João da Barra										
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quant. (x 1.000) frutos	6.500	6.500	7.800	14.400	13.680	13.680	10.000	10.000	9.371	10.507
Área plantada (ha)	250	250	280	400	380	380	320	320	304	320
Valor da produção (x 1000) R\$	11.050,00	6.422,00	11.263,00	21.600,00	23.803,00	21.888,00	15.000,00	11.080,00	15.140,00	18.125,00

**Fonte:** Elaboração com base nos dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal (extraídos em 20/10/2021)<sup>66</sup>

Como pode ser observado pela Tabela 2, mesmo São João da Barra sendo o 2º maior produtor de abacaxi do estado, o total de área plantada é muito insignificante se comparado ao do município de São Francisco de Itabapoana, não passando dos 400 ha contra 4.000 ha, que de certa forma se explica pela maior parte da área agrícola de São João da Barra ter ficado com São Francisco de Itabapoana na emancipação deste. Porém, em São João da Barra houve períodos de aumento de área plantada de abacaxi, que pela Tabela 3 é possível ver que ocorreu concomitante com uma redução expressiva de área colhida de outras lavouras temporárias e permanentes.

<sup>66</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/pesquisa/14/10193?ano=2010>

**Tabela 3:** Área colhida - lavouras temporárias e permanentes em São João da Barra (hectares)

Produto	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Abacaxi	200	200	160	250	250	280	400	380	380	320	320	304	320
Batata-doce	20	20	20	20	20	12	15	15	15	21	20	30	20
Cana-de-açúcar	3200	3200	3250	2600	2600	200	900	900	900	120	15	19	15
Mandioca	50	50	52	52	55	50	50	50	50	53	50	52	50
Melão	10	10	8	7	7	3	-	-	-	-	-	-	-
Tomate	2	2	3	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Banana (cacho)	5	5	5	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6
Coco-da-baía	80	80	90	90	90	95	95	90	90	90	90	94	90
Goiaba	49	49	49	49	49	63	20	30	30	20	20	20	20
Laranja	6	6	6	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3632	3632	3643	3081	3084	708	1486	1471	1471	630	521	525	521

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal<sup>67</sup>

Observando os dados da Tabela 3, em 2008, a área colhida total em São João da Barra, relativa às lavouras temporárias e permanentes, foi de 3.632 ha. Passado 12 anos, ou seja, em 2020, essa área foi reduzida para 521 ha. Esses dados indicam que as desapropriações de terras dos agricultores familiares, o reassentamento em terras não favoráveis ao plantio, o não acesso a terra, - uma vez que mais de 60% dos agricultores não foram indenizados e alguns tiveram que arrendar terras -, possuem relação com a redução de área colhida de outras lavouras temporárias e permanentes, e com um aumento, a partir de 2011, de área colhida do abacaxi.

Importante destacar que existiam outras culturas no município, conforme dados do IBGE na Tabela 3, que deixaram de aparecer nas estatísticas por não serem mais cultivadas, como o feijão, maracujá, melancia e o milho, a partir de 2006; a laranja e o tomate, a partir de 2013; e o melão que não aparece nos dados do IBGE desde 2014.

Registros de imagens feitos pelos ICPs, no caminho até o reassentamento Vila da Terra, mostraram que além do cultivo do abacaxi os moradores plantam banana, limão, coco, cana-de-açúcar e hortaliças, geralmente para a subsistência dos agricultores e animais, podendo, em caso de excedente ser comercializado. Também foram vistos animais domésticos, como gatos e cachorros, e outros poucos animais de pequeno porte (porco, preá, cabra, galinha), e alguns gados para fornecimento de leite.

Em São João da Barra, o rebanho de caprinos em 2011/2012 eram 85 cabeças, chegando a 2019 com 50 cabeças, não sendo expressiva a criação desses animais no município, conforme se deduz do IBGE.

<sup>67</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/pesquisa/15/11863>  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/pesquisa/14/10193>



**Figura 11:** Animais no quintal de casas em Vila da Terra



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

Em São João da Barra o rebanho de gado não variou muito nos anos de 2011 a 2019, ficando entre 22 mil e 29 mil cabeças, conforme IBGE<sup>68</sup>. Quanto à produção de leite esta vem diminuindo. Em 2011 foram 2.958 l (litros), e de 2012 a 2015 ficou na casa dos 3 mil l. A partir de 2016 caiu para cerca de 1 mil l, ficando na casa dos 2 mil l até 2019.

Entre os 1.000 cooperados da Cooperativa Regional Agropecuária de Macuco, dois produtores de São João da Barra se destacaram, ficando na 5<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> colocação como maiores produtores entre os cooperados<sup>69</sup>. Porém, entre os pequenos produtores que têm o leite para subsistência e como alternativa de renda, possivelmente as alterações na estrutura fundiária em benefício do Porto do Açu influenciaram na queda da produção de leite, já que os expropriados ficaram sem as terras para pasto.

<sup>68</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/pesquisa/18/16459?ano=2017>

<sup>69</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9959/sjb-entre-os-10-maiores-produtores-regionais-de-leite>

Sobre a pesca artesanal, segundo a Lei n. 11.959 de 29 de Junho de 2009, é aquela “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (Art. 8, Seção I, Cap. IV).

Segundo a referida lei, a atividade pesqueira artesanal é aquela que desenvolve os trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos da pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. Deve ser desenvolvida assegurando a preservação dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico, a preservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais.

Os pescadores artesanais exploram ambientes próximos à costa, fazem uso de artefatos artesanais, praticando a atividade de subsistência e/ou comercial, possuindo seus próprios meios de trabalho. Não possuem vínculo empregatício, vivendo da economia informal, e as atividades de beneficiamento, comercialização e confecção dos apetrechos são organizadas em família e no espaço da casa.

Eles também possuem um saber tradicional sobre o ambiente que é passado de geração em geração, sendo uma atividade que depende das condições naturais do mar, das lagoas e rios e da oferta e consumo de pescado para a sobrevivência do pescador e de sua família, além de gerar renda local (ZAPPES, OLIVEIRA e BENEDITTO, 2016).

Para Timóteo (2019, p. 150), ser pescador é uma atividade “circunscrita aos costumes e às tradições”. É uma arte e também uma atividade econômica que permite acesso a renda para atender às necessidades básicas do pescador e de sua família. Também é uma atividade que demanda um longo processo de aprendizagem que se inicia na família e que além de ser uma atividade econômica é mais ainda o “reconhecimento de um meio de vida”.

Em Timóteo (2019), dados mostram que os pescadores desde muito cedo começam a trabalhar na atividade, geralmente com menos de 15 anos de idade. Em particular no NF, inclusive em São João da Barra e no 5º Distrito, além das dificuldades próprias da atividade, como mudanças climáticas e alterações na fauna e conseqüentemente na oferta do pescado, convivem com os grandes empreendimentos petrolíferos e portuários.

Diferente da pesca industrial, de grande escala, que produz impactos ambientais profundos ao ambiente natural, afetando recursos minerais que são reguladores do clima, além da dos arrastões que causam destruição aos recifes de corais e da poluição marinha, a pesca artesanal possui baixo impacto, sendo ambientalmente sustentável quando observada a legislação pesqueira e quando são oferecidas as condições sociais e técnicas para o exercício da atividade.

Por não haver uma estatística pesqueira atualizada em São João da Barra feita pela Fundação Instituto da Pesca do estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), órgão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA) encarregado dessa atividade, segundo Prado (2014, p. 72), apoiado em dados do BME/IBGE (2010), afirma que existiam 642 pessoas na pesca artesanal e industrial.

O mesmo autor, ao coletar dados da Colônia de Pescadores Z-2, localizada em Atafona, informa a existência de cerca de 1.400 pescadores cadastrados, e de cerca de 2.000 pessoas que acessavam a pesca artesanal, mas que não eram vinculados à Colônia e não tinham os documentos de pesca, com base em entrevista realizada com o Sr. Willian Pereira, à época presidente da Colônia, ouvido em 2013.

Quanto à produção da pesca artesanal, em 2011 e 2012 foi de 1.515 t e 1.042 t, respectivamente, não fazendo distinção da origem, se artesanal ou industrial, com São João da Barra tendo uma participação de 2% a 1% do total produzido no estado (FIPERJ, 2013). De julho a dezembro/2017, no NF, São João da Barra aparece em 3º lugar, com uma produção estimada de 701,9 t desembarcadas no Terminal Pesqueiro de Atafona, ficando atrás de São Francisco de Itabapoana, em 1º lugar, e de Macaé, em 2º. A pesca artesanal tem a maior produção, com 529,4 t e a industrial com 172,5 t<sup>70</sup>. A pesca de interior, em água doce (rio, lagoas e canais), desenvolvida em pequena escala, volta-se, sobretudo para a subsistência familiar e a venda do excedente, mas não há estatística.

Esses dados mostram queda na produção, podendo estar associada aos impactos do Porto do Açú, e corroboram com as entrevistas obtidas por Bonfim, Santos e Beneditto (2017) com pescadores de Atafona, de que as atividades portuárias são geradoras de impactos na pesca e que podem levar a atividade à extinção.

A pesca também reflete na cultura de São João da Barra, que além do patrimônio histórico-cultural, como as edificações do século XVII<sup>71</sup>, destaca-se pelos festejos religioso-culturais, mostrando a expressão estética da pesca, como suas tradições e costumes, que manifestam a forma de estar no mundo do pescador artesanal.

Entre as festas tradicionais está aquela em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes<sup>72</sup>, que mobiliza não só os pescadores e suas famílias, mas todo o município por ser uma festa religiosa e recreativa, com ladainhas, terços, missas, procissões e com shows com artistas locais e nacionais.

---

<sup>70</sup> PMAPRJ/FIPERJ - Dados de produção pesqueira marinha, julho a dezembro/2017. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/publicacao/index/1>

<sup>71</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/bens-historicos>

<sup>72</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-8670/nossa-senhora-dos-navegantes-e-celebrada-em-atafona>



Outras festas tradicionais são em homenagem ao padroeiro dos pescadores<sup>73</sup>, São Pedro, comemorada no mês de junho, e que também possui atividades religiosas e recreativas, e a festa de São João Batista, padroeiro da cidade, no mês de junho, e ainda o carnaval.

**Figura 12:** Procissão fluvial em homenagem a São João Batista (em 06/2009)



**Fonte:** <http://ruansousa.blogspot.com/2009/06/procissao-fluvial-colore-o-rio-paraiba.html>

A festa em homenagem a Nossa Senhora da Penha, padroeira dos pescadores e de Atafona, comemorada no mês de abril, também se destaca pela sua importância religioso-cultural.

**Figura 13:** Procissão fluvial em homenagem a Nossa Senhora da Penha (28/04/2019)



**Fonte:** <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7437/procissao-fluvial-de-nossa-senhora-da-penha>

Os dados/informações evidenciaram que o Porto do Açú se movimenta a partir de interesses imperialistas e da demanda da China por recursos naturais estratégicos, que alinhados com interesses internos, políticos e econômico-financeiros, alteram estruturalmente as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais e, por conseguinte, as condições objetivas e a reprodução dos “modos de vida territorializados” no 5º Distrito. Ademais, conforme Benevides-Guimarães, Pedlowski e Terra (2019), também influenciam na capacidade dos atingidos de oferecer respostas às situações adversas que afetam o seu bem-estar e nas formas de resistir e construir estratégias e de ter disposição para o confronto e os conflitos.

<sup>73</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-6375/festa-em-homenagem-a-sao-pedro>  
<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7572/programacao-cultural-e-religiosa-do-circuito-junino>

## CAPÍTULO 2 – O 5º DISTRITO APÓS 10 ANOS DE CONTROLE PRIVADO DE SUAS TERRAS E ÁGUAS

A expropriação territorial remete à acumulação primitiva de capital, que no novo imperialismo é dirigida pelo capital financeiro e suas corporações, com apoio do Estado e dos “dispositivos de exceção”, para normalizar a expropriação e controlar o *homo sacer*, e geralmente é acompanhada de conflitos sociais. É isso que a paisagem do 5º Distrito revela: a expropriação da terra e águas, e a capilaridade territorial de equipamentos de proteção social, que parece paradoxal.

Este capítulo aborda a expropriação e a disposição territorial dos equipamentos de proteção social captados na paisagem rural de Mato Escuro, Água Preta e Barra do Açu, localidades do 5º Distrito mais afetadas pelo empreendimento portuário, e em Vila da Terra, e os conflitos sociais em sua relação com os modos de vida dos atingidos. Para tal, privilegiou a pesquisa de campo, especialmente a técnica dos ICPs, que foi combinada com a pesquisa documental, principalmente com as informações e imagens do Blog do Pedlowski e do Blog do Roberto Moraes, que possibilitaram reconstruir a saga dos atingidos e os efeitos territoriais da expropriação no 5º Distrito.

### 2.1. EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O 5º Distrito pode ser considerado um território petrolífero-portuário por ser impactado pelas atividades petrolíferas e portuárias relacionadas com o extrativismo do óleo e gás. Ele se enquadra naqueles territórios rurais periféricos, com oferta de recursos naturais, principalmente terra e água, e posição geográfica privilegiada, e até então fora<sup>74</sup> ou à margem do sistema capitalista global. Considerados atrasados e improdutivos pelo prisma do desenvolvimento capitalista, a incorporação desses territórios aos interesses de acumulação dos Estados imperialistas e da burguesia nacional exportadora revela-se na paisagem rural.

Paisagem é um termo da Geografia que tem relação com as características naturais e sociais de um determinado território, sendo para Milton Santos

um conjunto de formas, que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza [...]. A paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente

---

<sup>74</sup> Como países da África Subsaariana, que ainda após a Guerra Fria não eram totalmente integrados ao sistema global, sendo a África Subsaariana o último território, com exceção da Antártica, pelas suas peculiaridades, que faltava se integrar ao sistema.

caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão (SANTOS, 2006, p. 66-67).

A paisagem rural tem relação com as ações antrópicas, e é resultante “da ação de diversos fatores/sujeitos que se desenvolveram em tempos diferentes e que proporcionam características específicas à paisagem rural” (VERONEZZI e FAJARDO, 2015, p. 213).

El paisaje rural es, portanto, donde más se evidencian las influencias de los tres grupos de elementos (abióticos, bióticos y antrópicos), y en el que pueden presentar un grado de jerarquía similar. Caso distinto del paisaje natural, donde dominan elementos abióticos y bióticos, y del urbano, donde domina los elementos antrópicos (RIBAS VILAS, 1992, p. 250 *apud* VERONEZZI e FAJARDO, 2015, p. 214).

Para Fajardo (2008, p. 60), “A paisagem rural constitui uma das abordagens que consegue captar os dois lados da moeda: a exploração da terra enquanto recurso econômico e, do outro lado, os recursos naturais impactados pelas atividades humanas”, devendo ainda considerar os fatores socioculturais.

Uma paisagem rural pode revelar uma expressiva ou reduzida exploração da terra e de outros recursos naturais pelas atividades econômicas. Isso vai depender do interesse e da incorporação capitalista do território, que geralmente ocorre pela força econômica, como com a aplicação de investimento direto em capital fixo, ou pela espoliação para transformar bens naturais em ativos financeiros. Se necessário, também pela imposição de forças extraeconômicas, como a violência, que deixa os territórios e as territorialidades vulneráveis e a mercê das corporações capitalistas, que alteram a paisagem rural e mostram quem controla e domina o território.

O território, para Porto-Gonçalves (2002), é uma

categoria *espessa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação — territorialização — enseja identidades — territorialidades — que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis [...]. A sociedade territorializa, sendo o território sua condição de existência material (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230).

Ao tratar da apropriação do território (territorialização) pelas identidades (territorialidades), Porto-Gonçalves (2002) chama a atenção para o fato de que o território, como fator de existência material, envolver as condições naturais e simbólicas, não devendo existir uma dicotomia entre essas dimensões, como quer o pensamento hegemônico, uma vez que natureza e cultura (dimensão simbólica) são inseparáveis.

Um território oferece as condições de existência material, naturais e simbólicas, que não estão dadas. Antes, se formam nas relações que se estabelecem no espaço, e onde as dinâmicas das territorialidades se concretizam e se expressam em sua existência material no campo das

disputas. Nesse sentido, território é uma construção social e histórica, ocorrida no tempo, em um processo dinâmico de construção e desconstrução, e produzida por distintos agentes, hegemônicos e não hegemônicos.

Quanto às territorialidades, elas são anteriores ao território e se fundamentam na identidade, possuem sentido de pertencimento, uso e sentido do território, e resistem às novas apropriações (territorializações). Elas são identidades que se territorializam apropriando-se do território, e assim mantendo sua existência material que lhes dão significado de pertencimento (PORTO-GONÇALVES, 2002). Porém, tornando-as submissas às relações imperialistas dos Estados e de seus monopólios, caso não se apresentem forças contra hegemônicas, as identidades territorializadas podem ser levadas ao banimento/aniquilamento social.

A subordinação capitalista dos territórios pode ser compreendida a partir de Lefebvre (2000) e de Harvey (2005). Em Lefebvre (2000) os territórios passam a ser como um espaço dominado pela técnica, a serviço do capital, e como posse do capital, que conforme o autor, “o espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, vazio” e “seu conceito só toma sentido ao se opor ao conceito inseparável da apropriação” (p. 231). Os espaços apropriados, em oposição aos dominados, são por sua vez os espaços vividos, de uso das comunidades para satisfação de suas necessidades, e são também os espaços do habitar.

Esse território dominado, no sentido lefebvreviano, apresenta as contradições provenientes das territorialidades, que vão produzindo novas dinâmicas territoriais, uma vez que a produção que envolve a criação e recriação do território está inscrita no campo do poder e se revela na formação do sistema territorial. Constituída por elementos políticos, econômicos, sociais e culturais, e também ambientais, que resumem a produção territorial, nela as “imagens” territoriais são reveladoras das relações de produção e conseqüentemente de poder.

Localmente, tanto um indivíduo, como o Estado e o capital são atores sintagmáticos que produzem o território, considerando os diversos graus, lugares diferentes e momentos variados de uma produção inscrita em relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Significa que tanto indivíduos, grupos sociais e/ou territorialidades presentes no território exercem influência, controlam, afetam fenômenos, pessoas e relações, estabelecendo correlação de forças, emergindo confrontos, conflitos e resistência que criam e recriam os territórios.

A partir da leitura de Harvey (2005) sobre o novo imperialismo, o domínio capitalista é um processo de espoliação territorial de natureza imperialista, com vistas à acumulação por espoliação, que não se distancia da acumulação originária ocorrida entre os séculos XV e XVI, na passagem do modo feudal para o modo de produção capitalista, pelo contrário, é intrínseca ao processo primário de expropriação dos meios de produção e trabalho.

A espoliação é um *continuum* da expropriação originada do processo histórico, econômico, social e político das origens do capitalismo, que se reatualiza com base em novas formas e mecanismos, sem perder sua essência no processo de produção e reprodução do capital, que no século XXI, sob o domínio do capital financeiro global é formada pelos mesmos processos da acumulação originária (pré-história da acumulação):

Mercadificação e à privatização da terra e à expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão de direitos dos camponeses às terras comunais (partilhadas); a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais) [...] (HARVEY, 2005, p. 121).

Dito desta forma, a acumulação por espoliação se inscreve no processo de reprodução do capital, na fase de maior recrudescimento dos mecanismos de exploração e expropriação, sob a hegemonia financeira devido à crise de sobreacumulação, sendo a espoliação uma despossessão, retirada da posse, perda de um bem do qual se tinha a posse, e onde a espoliação se revela em sua forma mais bárbara e predatória diretamente sobre os territórios e suas formas de vida.

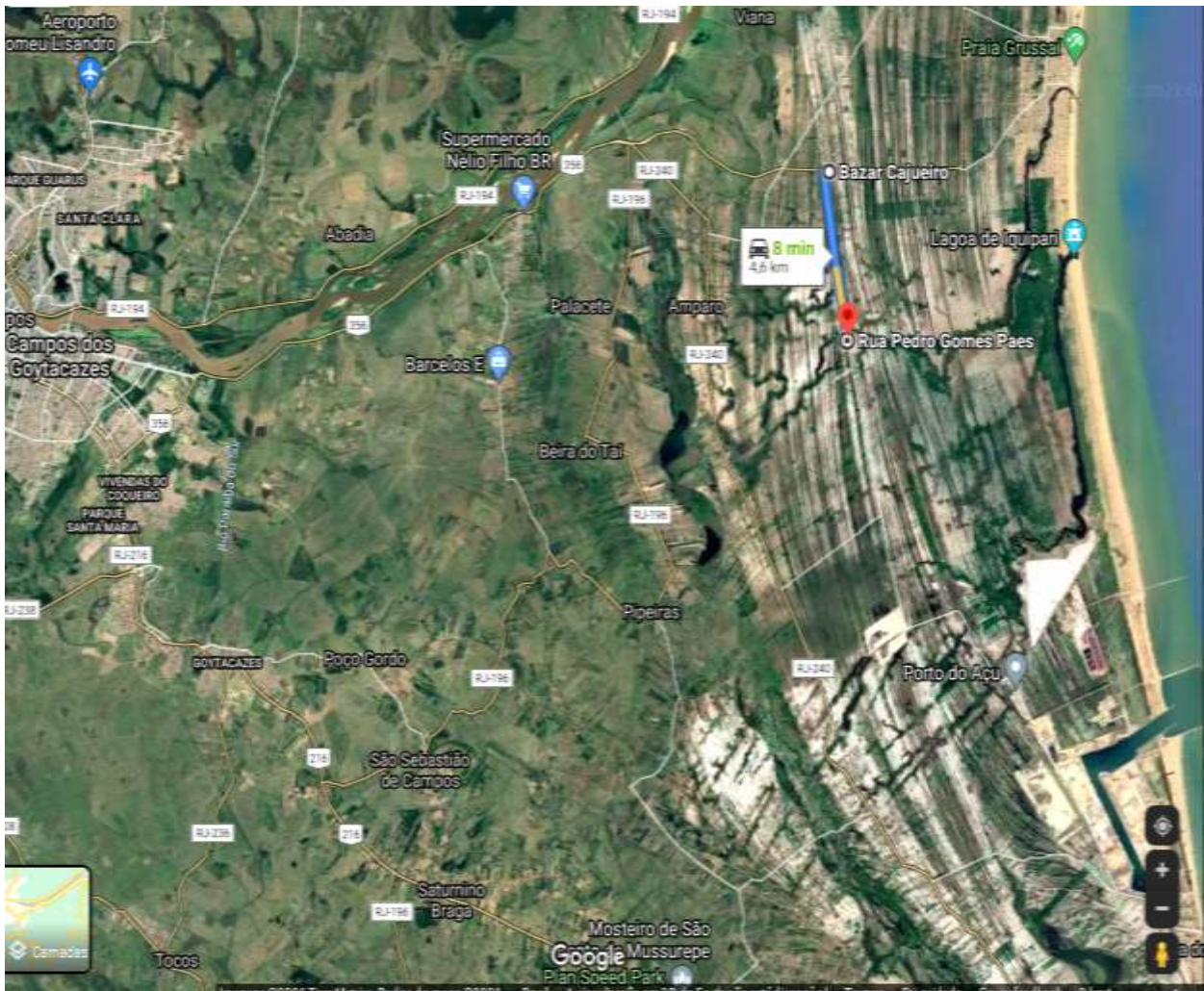
No 5º Distrito, as expropriações iniciaram em 2009, e aproximadamente 1.500 famílias foram atingidas e cerca de 7.200 ha de terras (ou 70 Km<sup>2</sup>) desapropriados pelo Estado/Porto do Açu (BARCELOS, 2013, p. 71). Desde então, o 5º Distrito passa por um processo de territorialização e de controle pelo empreendimento portuário, como expressa a sua paisagem rural captada nos três ICPs pelas terras espoliadas.

O 1º ICP ocorreu em 01 de dezembro de 2019, tendo como destino o Sítio do Birica e arredores. Para tal foi acessada a BR-356, e na altura do distrito de Cajueiros, em São João da Barra deu-se início ao itinerário, em uma estrada conhecida como Estrada do Galinheiro (ou estrada vicinal municipal SB 24). É uma estrada asfaltada e seu trecho inicial tem como nome oficial Rua Pedro Gomes Paes. Ao final dessa estrada chega-se a um dos acessos ao Porto do Açu, que liga o distrito de Cajueiros, em São João da Barra, ao Porto do Açu<sup>75</sup>, conforme o traçado na cor azul escuro da Figura 14.

---

<sup>75</sup> <http://www.robertomoraes.com.br/2011/09/alguns-apontamentos-sobre-as.html>

**Figura 14:** Trajeto do 1º ICP, em 01/12/2019



**Fonte:** Elaboração própria a partir do *Google Maps*

O Sítio do Birica (Figura 15), que teve a execução de desapropriação judicialmente suspensa, tornou-se símbolo de resistência além de cenário de reuniões de agricultores que recebiam os mandados judiciais de desapropriação e que tinham pouca ou nenhuma informação sobre como proceder.



**Figura 15:** Visita ao sítio do Birica



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 01/12/2019

Devido às desapropriações, o sítio ficou totalmente isolado (Figura 16), pois as terras ao seu redor foram expropriadas para dar lugar ao DISJB.

**Figura 16:** Vista aérea do Sítio do Birica



**Fonte:** <https://blogdopedlowski.com/2015/12/28/sitio-do-birica-resiste-no-meio-do-distrito-industrial-fantasma-da-codinprumo/>

Próximo ao Sítio do Birica, as terras, consideradas os espaços vividos e de uso das comunidades e de famílias há gerações, satisfazendo as necessidades sociais, econômicas e culturais das comunidades, e de onde brotava variados cultivos, hoje esperam as empresas que retardam aparecer. Em uma das áreas há somente uma placa fincada informando que são de propriedade do distrito industrial, porém estão sem uso (Figura 17).

**Figura 17:** Terras expropriadas para o DISJB



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 01/12/2019

Por ocasião da construção do Porto, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2014)<sup>76</sup>, São João da Barra foi o município brasileiro que entre 2012 e 2013 mais desmatou áreas de restinga, em um município que abriga a segunda maior reserva do estado do Rio de Janeiro, com 552km<sup>2</sup> (46%) do total de área de restinga do estado, que é de 1.194,3km<sup>2</sup> (ASSUMPCÃO e NASCIMENTO, 2000, p. 302), conseqüentemente afetando a fauna, já que a restinga é utilizada como local de alimentação e descanso para muitas aves migratórias, para a desova das tartarugas marinhas e possui presença de mamíferos (LAMEGO, 1946; ROCHA, 1994).

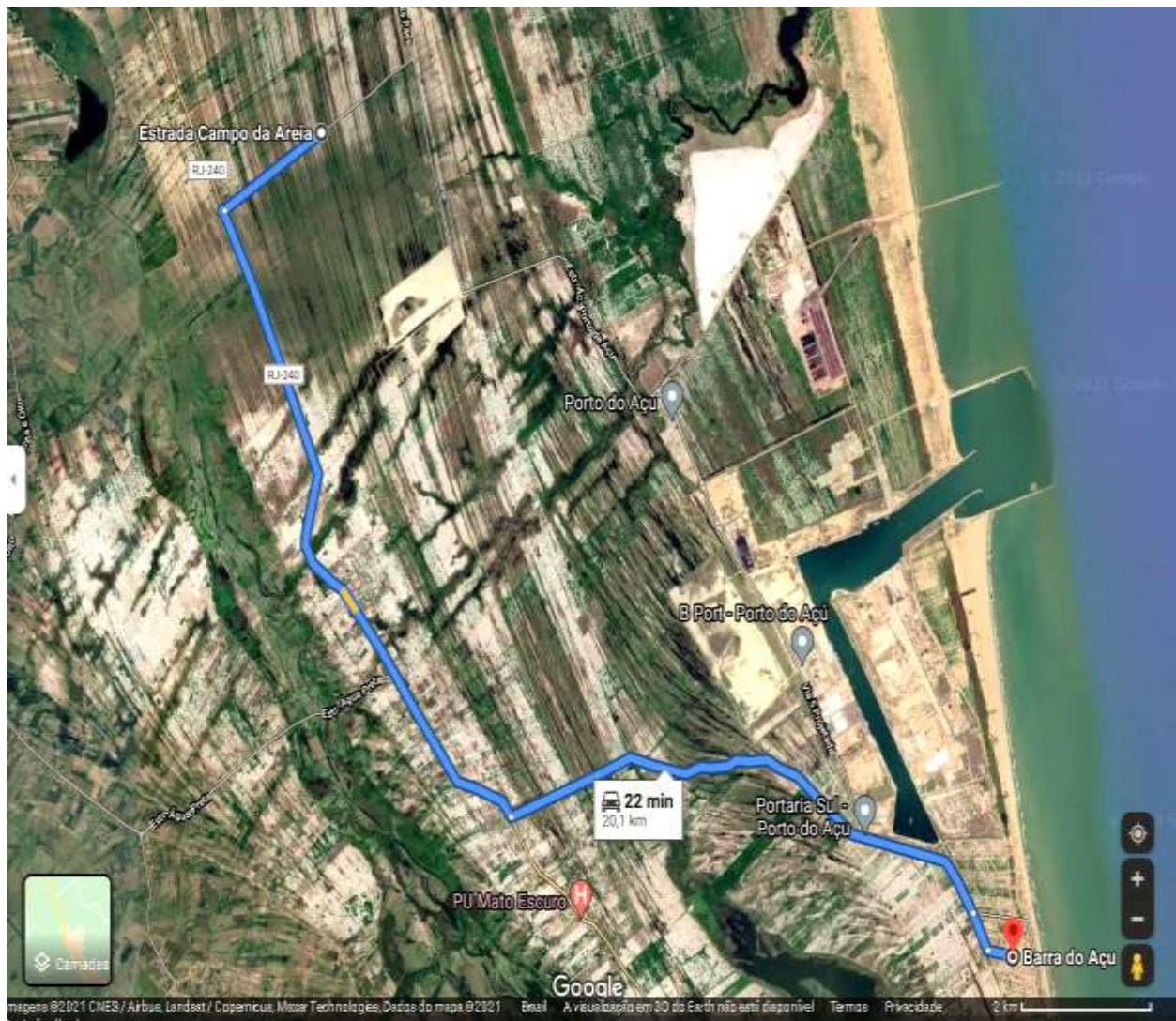
O 2º ICP, que teve como destino a localidade de Barra do Açu, foi realizado em 21 de janeiro de 2021, no contexto da COVID-19, o que exigiu observar as medidas de distanciamento, o uso de máscara e a higienização com álcool em gel, além das barreiras sanitárias, com o trajeto mostrado na Figura 18.

---

<sup>76</sup> <https://app.box.com/s/13nuwub9016qgf8xt76m/file/17496294691>  
<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/06/sao-joao-da-barra-rj-tem-maiores-indices-de-desmatamento-em-restinga.html>



**Figura 18:** Trajeto do 2º ICP, em 21/01/2021



**Fonte:** Elaboração própria a partir do *Google Maps*

Devido barreiras sanitárias nos acessos mais próximos para se chegar ao 5º Distrito, para esse 2º ICP foi acessada a RJ-216, conhecida como Campos-Farol, nas mediações do distrito de Goitacazes, no município de Campos dos Goytacazes. Desse distrito tomou-se a RJ-196, passando pelo distrito de Poço Gordo, ainda em Campos dos Goytacazes. Seguindo pela Estrada Olhos D'água, também conhecida como Estrada do Cupim, após, já em São João da Barra foi acessada a Estrada Campo da Areia, onde teve início o trajeto.

Na Estrada de Campo de Areia, acessando a RJ-240 chegou-se à localidade de Mato Escuro. É um pequeno núcleo urbano, cortado por essa rodovia estadual, onde existem pequenos estabelecimentos comerciais, igreja evangélica, posto de gasolina, creche municipal, o PU de Mato Escuro e residências.

**Figura 19:** Rua principal de Mato Escuro (RJ-240)



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

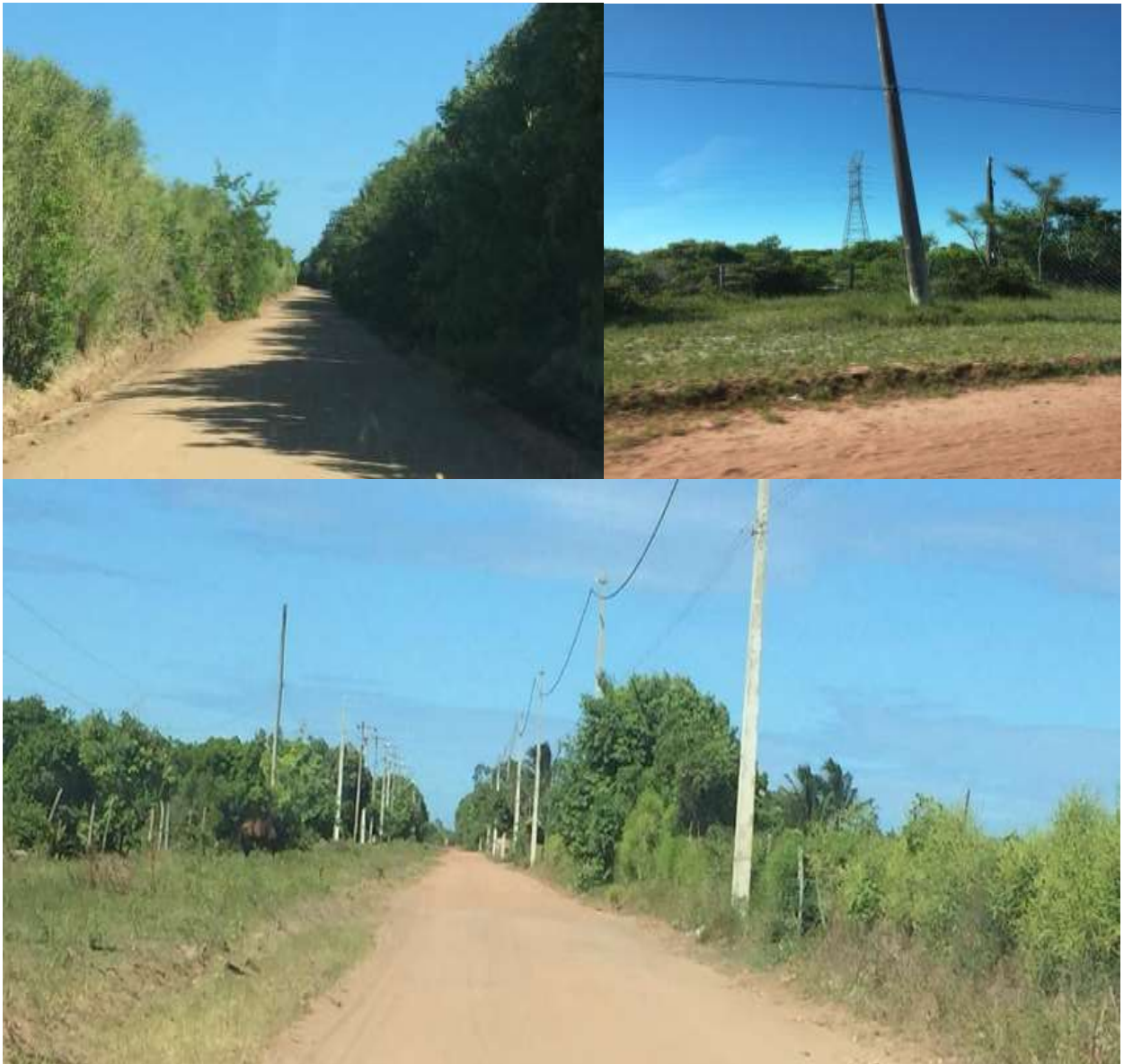
Saindo de Mato Escuro em direção a um trecho da Estrada de Água Preta (Figura 20), a quase totalidade das terras que forma uma área contígua ao Porto do Açú foi espoliada. No percurso foi possível avistar arbustos médios e pequenos, próprios do ecossistema de restinga, e muitas torres e cabos de alta tensão de transmissão de energia elétrica. São torres que podem variar de 15 a 45m de altura e que podem afetar a saúde humana, de animais e plantas.

Segundo estudos ainda não conclusivos, a exposição do corpo humano ao campo eletromagnético, como aos cabos e torres de alta tensão de transmissão de energia elétrica, pode estar associada a doenças, principalmente em crianças, mas, por não existir ainda comprovação científica deve-se limitar a exposição. Ademais, pode afetar animais e plantas, conforme Parecer da Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho (COSAT), da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAGRO/UFRGS) (2017).



Ainda nas terras, não se viu trabalhadores. Sem sutilezas, a paisagem deixa à mostra a mercadificação e a privatização da terra, e o controle territorial pelas empresas portuárias no solo e nos ares, e ainda no subsolo com os empreendimentos “Oleodutos do Açú” e o gasoduto Macaé-Campos-São João da Barra, que, como citado anteriormente estão em fase de licenciamento ambiental e ampliarão os riscos no território.

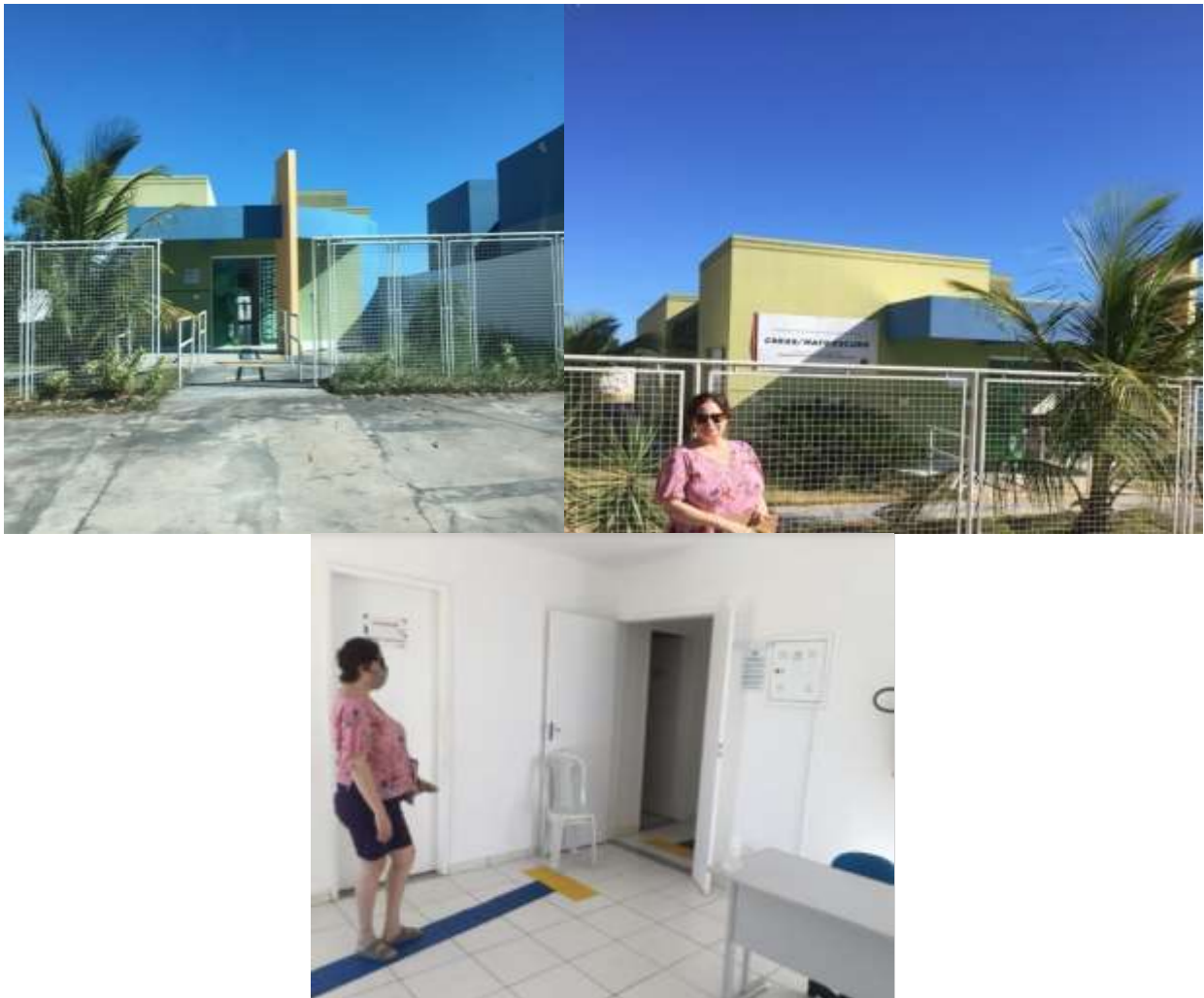
**Figura 20:** Trechos da Estrada de Água Preta



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

Após tomar uma estrada vicinal, saindo da Estrada de Água Preta, retornou-se à área urbana de Mato Escuro. O objetivo era visitar o Posto de Urgência (PU) de Mato Escuro, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e o Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF). O PU está localizado à rua principal de Mato Escuro, e o CREAS e o ESF na Estrada de Mato Escuro (Figuras 21 e 22).

**Figura 21:** Fachada e interior do CREAS de Mato Escuro



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

O prédio do CREAS é uma construção recente. A funcionária informou que o equipamento ficava em outro local, mas que em 2019 foi transferido para o prédio atual. O CREAS foi construído com recursos municipais em parceria com a Caixa Econômica Federal. Segundo a Prefeitura<sup>77</sup> possui 220 m<sup>2</sup>, com duas salas para atendimento individual, duas salas de atendimento familiar, salas de multiuso, de coordenação e recepção, copa, lavanderia e banheiros masculino e feminino, com destaque para as faixas de piso tátil para pessoas com deficiência.

No entanto, o bom estado do prédio do CREAS de Mato Escuro não corresponde à prestação de serviços ao público assistido, pois desde dezembro/2020, com previsão de se estender até março/2021, o equipamento está sem funcionamento por falta de equipe básica, demitida por ocasião das eleições municipais, apesar de aberto todos os dias úteis pela sua única funcionária.

<sup>77</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7541/obras-serao-entregues-em-mato-escuro>

O prédio do ESF fica em um prédio localizado ao lado do CREAS, e aparenta bom estado de conservação interno e externo. Com exceção de três funcionários que estavam na recepção, não havia usuários na instituição.

**Figura 22:** Fachada do ESF de Mato Escuro



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

Após visitas a esses equipamentos sociais tomou-se a direção de Barra do Açu, por uma estrada asfaltada, sem identificação, de onde foi possível avistar instalações de empresas portuárias (Figura 23).

**Figura 23:** Instalações portuárias na estrada entre Mato Escuro e Barra do Açu



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

No trajeto há uma das portarias do Porto (portaria sul ou portaria 2) (Figura 24) que dá acesso às instalações de várias empresas, e onde três homens da segurança estavam no posto. Indagados sobre a possibilidade de entrar informaram que a entrada não era permitida.



**Figura 24:** Portaria Sul do Porto do Açú



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

As instalações das empresas portuárias destoam da paisagem rural com características da restinga. São construções exóticas em meio a uma extensa área de terras com pequenos arbustos e onde alguns gados pastam.

Barra do Açú é um pequeno núcleo urbano próximo e ao mesmo tempo distante uns 27 km da entrada principal do Porto, dificultando a interação de trabalhadores e empresas com o pequeno comércio da localidade, devido a não ligação pelo litoral, abandonada com a presença do Porto, principalmente do seu canal<sup>78</sup>. Na entrada da localidade avistou-se, do lado direito, um conjunto habitacional de interesse social construído pela Prefeitura (Figura 25).

<sup>78</sup> <http://www.robetomoraes.com.br/2011/09/alguns-apontamentos-sobre-as.html>

**Figura 25:** Chegada a Barra do Açu e conjunto habitacional



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

Segundo conversa informal com dois moradores de Barra do Açu, e conforme fala de entrevistados apresentadas no Capítulo 3, a informação é de que o conjunto habitacional é foco de tráfico de drogas e há ocorrência de homicídios. Além disso, a maioria dos moradores não é da localidade, mas de outros municípios, vindos em busca de emprego atraídos pelo Porto do Açu, mas que por não lograrem êxito foram transformados em beneficiários de programas sociais da Prefeitura.

Próximos ao conjunto habitacional estão localizados os prédios do ESF e do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Açu.

**Figura 26:** Fachadas do ESF e do CRAS do Açú



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

Os prédios aparentavam bom estado de conservação. A primeira visita foi ao ESF e depois ao CRAS, que de forma semelhante ao CREAS de Mato Escuro também estava aberto, mas sem atendimento por falta de equipe, que era formada por funcionários contratados, demitidos por ocasião das eleições.

No ESF, segundo a única funcionária da equipe administrativa concursada, e que estava trabalhando com uma funcionária terceirizada, auxiliar de serviços gerais, os serviços de saúde estavam funcionando normalmente. No entanto, no período transcorrido da visita de aproximadamente 15min, não se avistou usuário e nenhum outro funcionário no local. Ainda segundo a funcionária administrativa, os servidores concursados estavam trabalhando, mas os que possuíam vínculos como autônomos (recebendo por meio de Recibo de Pagamento



Autônomo - RPA) e os que eram nomeados foram dispensados em dezembro de 2020 devido às eleições municipais.

O CRAS do Açú foi inaugurado em agosto de 2020, segundo informação da única funcionária que abre e fecha a instituição. Chamou a atenção um boletim da Ferroport por saber que empresas portuárias mantêm ações junto ao público dos CRAS e das escolas públicas de São João da Barra. O Boletim, com o objetivo de divulgar para a comunidade as ações da empresa, estava em uma mesinha na recepção da instituição, e tratava, entre outros temas, da violência doméstica e do meio ambiente.

Após visitar esses equipamentos sociais de Barra do Açú, a intenção era visitar o Núcleo da Colônia de Pescadores do Açú, filial da Colônia Z-2, porém encontrava-se fechado. O Núcleo fica próximo a Lagoa do Açú, que faz parte do Parque Estadual da Lagoa do Açú (Pelag). Apesar do sol da tarde e das altas temperaturas dos meses de verão, a lagoa estava com poucos banhistas e no local não se avistou pescadores, acredita-se que por causa da restrição da pesca (Figura 27).

**Figura 27:** Lagoa do Açú





**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

Ainda em Barra do Açu, tomou-se a direção da Praia do Açu, que frequentada por turistas nos meses de verão vem passando por um processo erosivo. As imagens da Figura 28 retratam os anos de 2012 e 2013, antes da erosão.

**Figura 28:** Praia do Açu (2012 e 2013)



**Fonte:** Acervo Denis Toledo e <https://www.robertomoraes.com.br/2014/09/entendendo-erosao-da-praia-do-acu.html>

Em 2014, quando os moradores da Praia do Açú perceberam que a maré estava subindo ficaram temerosos. São aproximadamente 1.400 pessoas que residem na localidade, e no verão esse número aumenta com a presença de turistas. A erosão forçou pequenos comerciantes a fecharem seus estabelecimentos e moradores foram orientados a sair de suas casas e a fazer cadastro no CRAS. Houve interdição pela Defesa Civil e estruturas urbanas como iluminação e pavimentação de ruas foram destruídas.

A erosão, prevista no EIA/RIMA da Unidade de Construção Naval (UCN), e que tem como agravante a construção do quebra-mar do Terminal 2, foi estudada por pesquisadores como o prof. Dr. Marcos A. Pedlowski, da UENF, que elaborou parecer técnico servindo de embasamento do MPF para apuração de responsabilidades (PEDLOWSKI, 2014). Outro estudo foi elaborado pelo prof. Dr. Eduardo Bulhões, do Departamento de Geografia da UFF/Campos. Os dois estudos indicam que o agravamento da erosão está associado ao Porto do Açú, enquanto que o estudo contratado pela empresa Prumo desresponsabilizou o Porto.

O ambientalista e professor Dr. Aristides Soffiati afirmou que mesmo com a erosão costeira em Atafona, que ocorre desde a década de 1950, as obras do Porto do Açú agravaram o processo erosivo na Praia do Açú (MORAES, 2014)<sup>79</sup>. Abaixo, as imagens da Figura 29 retratam a Praia do Açú afetada pela erosão, sem as barraquinhas à beira mar, com pavimentação e iluminação destruídas.

**Figura 29:** Praia do Açú afetada pelo processo erosivo



**Fonte:** Acervo Denis Toledo, captura em setembro/2014

<sup>79</sup> <http://www.robertomoraes.com.br/2014/09/analises-sobre-alteracoes-na-linha-da.html>

As imagens da Figura 30 foram registradas recentemente, e mostram que até o momento o processo erosivo se estabilizou, apesar de não ter ocorrido recuperação da área afetada pela empresa portuária e/ou pela Prefeitura.

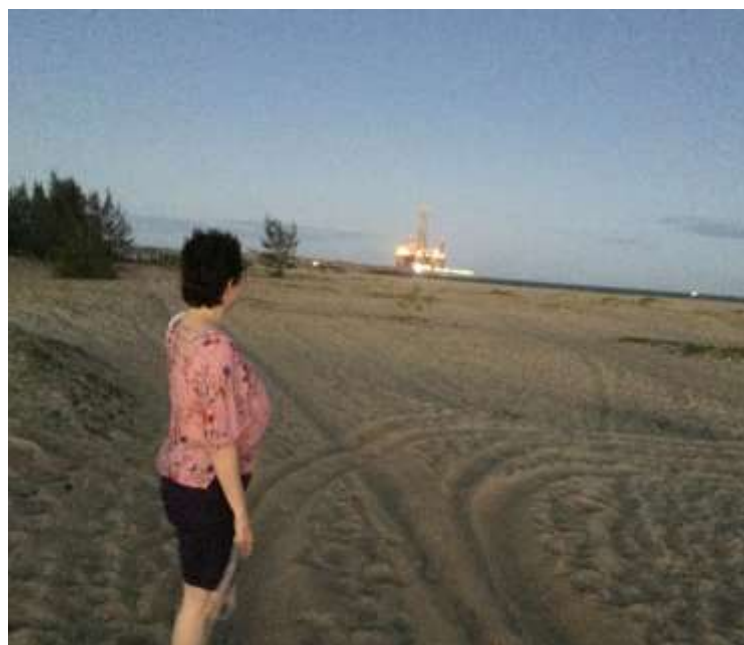
**Figura 30:** Praia do Açú (imagens recentes – 08/2021)



**Fonte:** Acervo Denis Toledo, captura em 12/08/2021

Indo até ao final da beira mar, esse 2º ICP se encerrou no final da tarde no píer do Porto do Açú, de onde foi possível avistar outras instalações portuárias que dão a impressão de não pertencerem àquele território. São intrusas naquela paisagem bucólica da restinga...

**Figura 31:** Pier do Porto do Açú em Barra do Açú



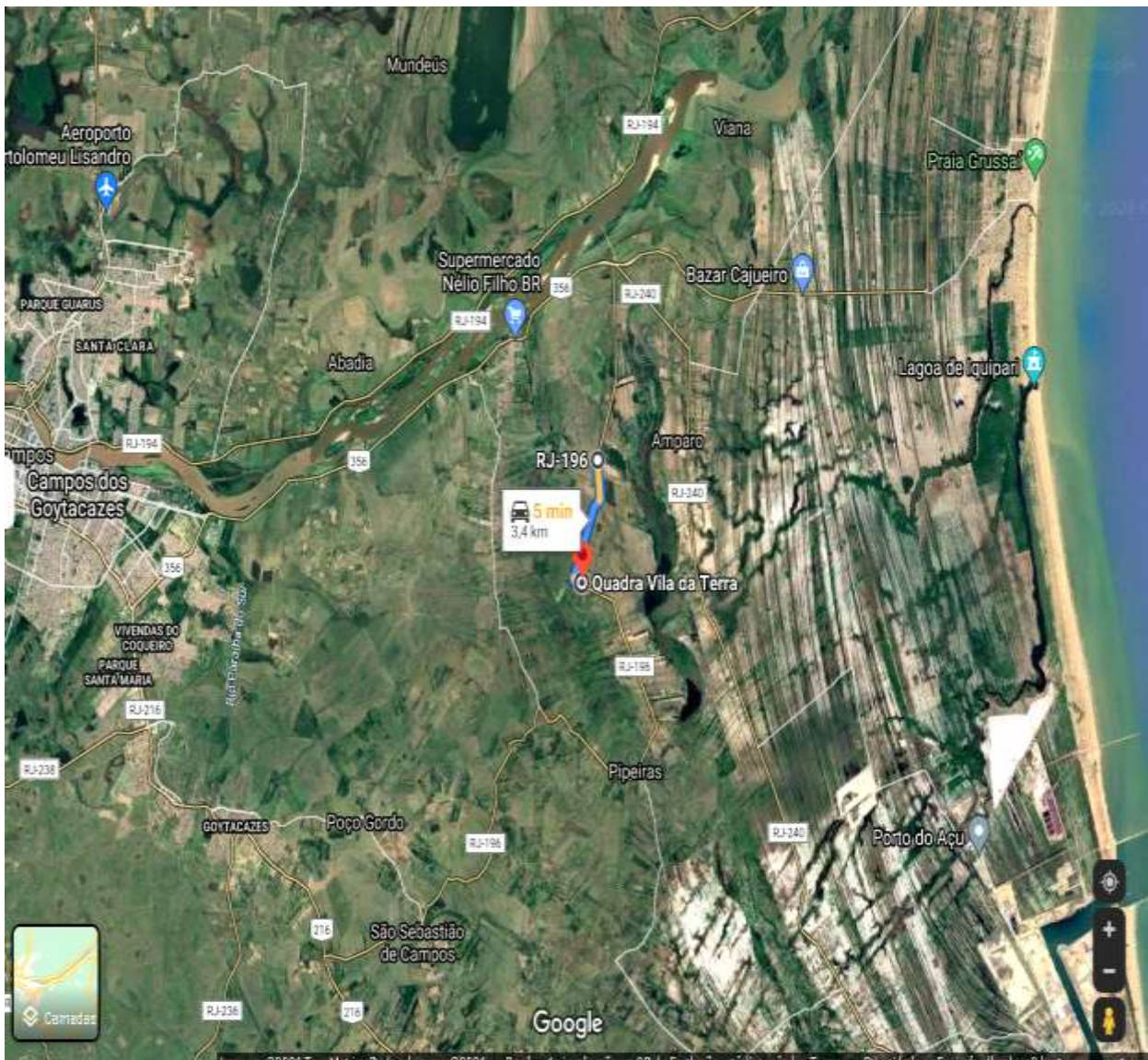
**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

O 3º ICP foi realizado em 25 de maio de 2021, tendo como destino Vila da Terra, um reassentamento rural com 53 casas para onde foram levadas algumas famílias desapropriadas.



Devido barreiras sanitárias, depois de sair de Campos dos Goytacazes, pela BR-356 foi acessada uma estrada vicinal que passa pela Usina Cambahyba. Após, entrando no distrito de Barcelos, em São João da Barra foi acessada novamente a BR-356, e adiante a RJ-196, dando início ao trajeto, passando pela Estrada Caeté, pela localidade de Vila Abreu e chegando à Vila da Terra, conforme Figura 32.

**Figura 32:** Trajeto do 3º ICP, em 26/05/2021



**Fonte:** Elaboração própria a partir do *Google Maps*

Na Estrada de Caeté (RJ-196), indo em direção à Vila da Terra há algumas áreas com cultivo de banana e de abacaxi. Seguindo chega-se à localidade de Vila Abreu (Figura 33), onde avistou-se uma escola municipal, praça com um coreto e uma capela em sua rua principal, e no próximo quarteirão uma quadra esportiva chamada Quadra Vila da Terra.

**Figura 33:** Vila Abreu

**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

Após a Quadra Vila da Terra avistou-se as casas do reassentamento. É um lugar rural, aparentemente seguro, mas com ocorrência de assaltos a pequenos comércios e casas, mesmo com a ronda da polícia militar.

**Figura 34:** Chegada à Vila da Terra

**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

A Vila da Terra está localizada na Fazenda Palacete, uma propriedade que pertenceu a Usina de Baixa Grande e que foi adquirida por Eike Batista, mas que por estar em litígio impede que seus moradores recebam o título da terra e façam melhorias nas casas. As primeiras famílias chegaram ao reassentamento em setembro de 2011. Desde então algumas casas foram vendidas pelos seus primeiros moradores e outras estão sem moradores.



**Figura 35:** Casa em Vila da Terra aparentemente sem morador



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

A estrutura das casas é de placas pré-moldadas, possui portas e janelas frágeis, fornecendo pouca segurança. No reassentamento foi possível identificar a presença de uma oficina mecânica fechada, uma igreja evangélica com obra inacabada e dois pequenos comércios em frente às casas.

**Figura 36:** Pequeno comércio em Vila da Terra



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

Além disso, a comunidade é desprovida de equipamentos sociais. Não há escola, UBS e CRAS. As escolas mais próximas estão localizadas em Vila Abreu, aproximadamente 3 km de Vila da Terra, e em Palacete, aproximadamente 4 km. A UBS mais próxima fica em Palacete, cerca de 4 km de distância. Para atendimento social a comunidade é referenciada pelo CRAS localizado no distrito de Barcelos, distante aproximadamente 13 km<sup>80</sup>.

O transporte público municipal é gratuito, porém não atende a contento os moradores, exigindo que tenham meios próprios de locomoção (carros e motos bastante usados) para os deslocamentos.

O trajeto do 4º ICP teve como destino a terra expropriada e não indenizada de um agricultor familiar localizada em Água Preta, e a UC RPPN Caruara, uma das compensações ambientais que abriga a Lagoa de Iquipari e parte da Lagoa de Grussaí e áreas de restinga, e que é administrada pela Prumo.

Esse trajeto teve início em Vila da Terra. De lá, indo em direção à Estrada de Palacete e à Estrada de Pipeiras, que ficam na rodovia RJ-196, tomou-se a Estrada de Água Preta, e após visita a terra do agricultor foi acessada a estrada em direção a UC RPPN Caruara, conforme traçado na cor azul escuro da Figura 37. O retorno a Vila da Terra se deu pela rodovia RJ-240, após acessando a Estrada Campo de Areia, a Estrada Saco Dantas ou Estrada do Galinheiro<sup>81</sup> (nome oficial Rua Pedro Gomes Paes).

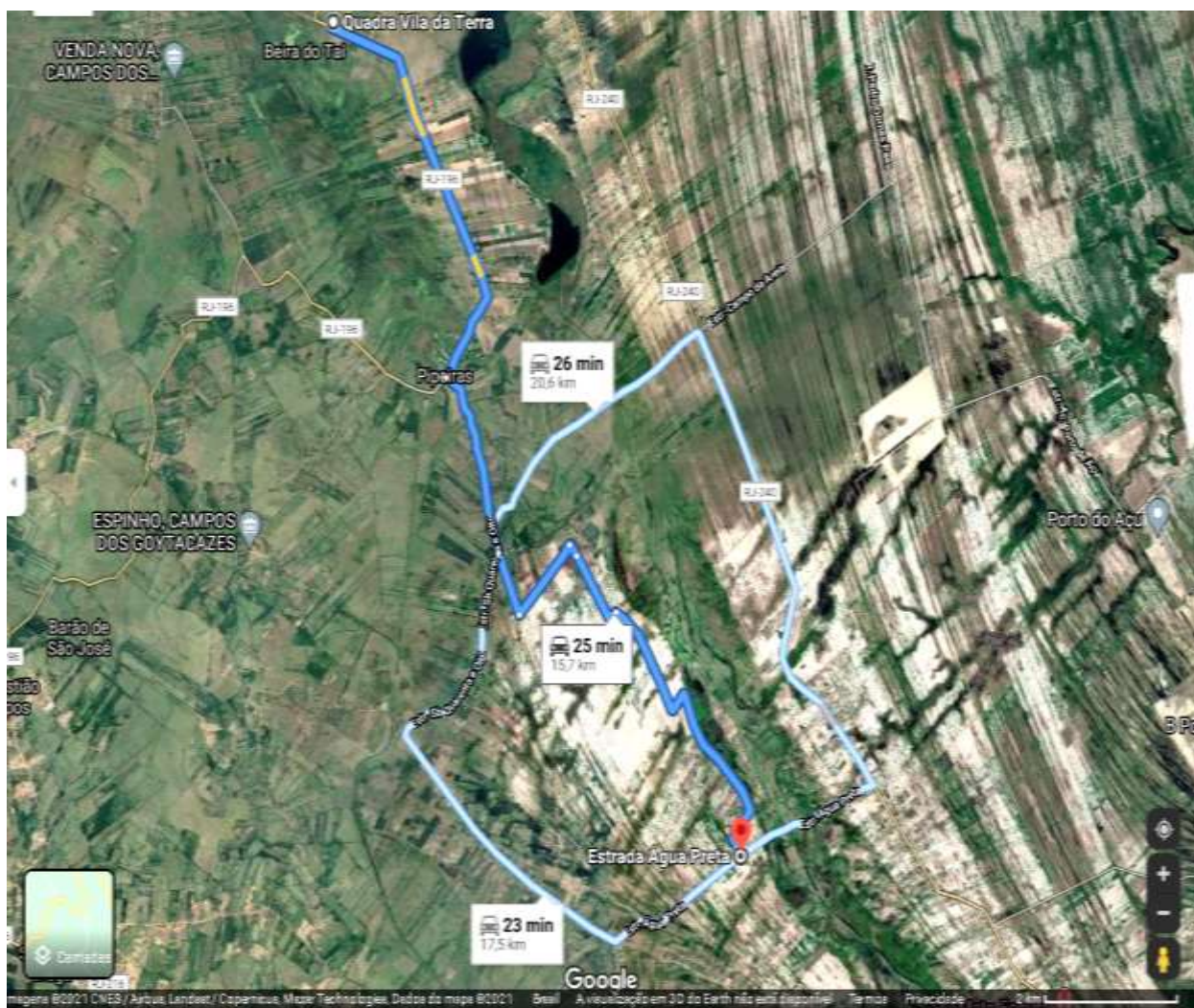
---

<sup>80</sup> As distâncias citadas foram extraídas do *Google Maps*.

<sup>81</sup> Esses nomes de lugares e estradas foram ditos por um dos entrevistados.



**Figura 37:** Trajeto do 4º ICP, em 26/05/2021



**Fonte:** Elaboração própria a partir do *Google Maps*

No trajeto, saindo do reassentamento avistou-se a Associação de Moradores de Vila da Terra (Aprovila), um equipamento comunitário organizado pela Prumo, que além de administrar o reassentamento cuida do arrendamento de terras da empresa, tanto para o morador como para quem não reside mas deseja arrendar para gado ou lavoura, e os valores arrecadados são para uso da associação, segundo entrevistas.

Quanto ao gado, alguns proprietários passaram a usar as terras em litígio, estimando-se em 2015, que cerca de 1.500 cabeças de gado estivessem nessas terras<sup>82</sup>, e que além dos expropriados outras pessoas estão fazendo uso delas para pasto, conforme entrevistas.

<sup>82</sup> <http://www.robertomoraes.com.br/2015/02/as-contradicoes-seguem-no-acu-relacao.html>

**Figura 38:** Aprovila



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

Continuando o trajeto, após a Aprovila avistou-se a Escola Municipal João da Silva Ribeiro, que oferece educação infantil e 1º segmento (Figura 39).



**Figura 39:** Escola Municipal João da Silva Ribeiro



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

Após essa escola tem uma Unidade Básica de Saúde (UBS) (Figura 40). Essas duas instituições estão localizadas em Palacete, no 6º Distrito. O prédio da UBS teve sua obra iniciada em 2013, ficou paralisada e foi concluída em 2019<sup>83</sup>, e pela imagem lateral aparenta ser um prédio de médio porte, sendo a UBS mais próxima do reassentamento.

**Figura 40:** UBS (frente e lateral) em Palacete



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

<sup>83</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7354/obras-em-andamento-em-sao-joao-da-barra%C2%A0>

No trajeto há pequenos núcleos urbanos onde não havia presença de moradores nas ruas. Em uma localidade a exceção era um trabalhador da limpeza pública.

**Figura 41:** Pequeno núcleo urbano



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021.

No trajeto ainda avistou-se grandes propriedades, uma delas com uma pequena casa com as aberturas de portas e janelas isoladas e uma placa informando pertencer a Prumo.

**Figura 42:** Grandes propriedades



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

No caminho, mais torres e cabos de alta tensão cortando as terras pelos ares enquanto gados pastam ao lado.

**Figura 43:** Torres e cabos de alta tensão em terras de Água Preta



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

Na Estrada de Água Preta, no percurso entre o núcleo urbano de Água Preta e as terras do agricultor familiar, não se viu trabalhadores e pouquíssimas são as áreas cultivadas, uma vez que a maioria foi expropriada e os trabalhadores expulsos. O que se viu foi um cultivo de maxixe ali e outro cultivo de abacaxi acolá, destacando que em 2013 São João da Barra foi o primeiro produtor de maxixe e de quiabo<sup>84</sup> do estado do Rio de Janeiro.

No trajeto avistou-se cerca de quatro casinhas de alvenaria chapiscadas, em uma área distante da estrada (Figura 44), que são para impedir a passagem do gasoduto da empresa Gás Natural Açu (GNA), segundo relato de entrevistas.

---

<sup>84</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-2452/producao-de-mudas-chega-a-25-mil-distribuidas-ao-mes>  
<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/11/produtores-rurais-investem-no-cultivo-de-quiabo-e-maxixe-no-rio-de-janeiro.html>



**Figura 44:** Pequenas casas em construção



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

Passando pelo núcleo urbano de Água Preta avistou-se a Estufa de Mudas (Figura 45), um programa de produção de mudas de hortaliças a partir das sementes levadas pelo agricultor, desenvolvido pela Secretaria M. de Agricultura, mas que está desativado.

**Figura 45:** Estufa de Mudas desativada no núcleo urbano de Água Preta



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

Ao chegar a uma área contígua ao Porto do Açú há uma cancela que dá acesso a uma das entradas do empreendimento. Estava fechada com cadeado e em suas laterais foram abertas grandes valas que estavam cheias de água, possivelmente para dificultar qualquer tentativa de acesso. Dentro dessa área tem algumas árvores frutíferas e vegetação da restinga.

**Figura 46:** Cancela e valas laterais em estrada de acesso ao Porto



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

Seguindo o trajeto, a próxima parada foi na terra expropriada do agricultor familiar, que retorna pela primeira vez depois de ser retirado em 2013. Naquela que lhe serviu de habitação, trabalho e sustento, e de encontros de familiares e vizinhos por aproximadamente 40 anos, estão os escombros de uma casa de alvenaria, com sala, quartos, banheiro, cozinha e fogão a lenha.



**Figura 47:** Escombros da antiga casa de um agricultor de Água Preta



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/05/2021

Com algumas árvores frutíferas e uma baixada ao fundo que em períodos de chuva formava um brejo, seu antigo morador, primos e vizinhos pescavam e brincavam. São lembranças que vieram à memória daquele agricultor ao caminhar absorto... Entre as lembranças àquela do dia em que o caminhão da empresa LLX/Prumo encostou e levou todos os seus pertences e de sua família.

**Figura 48:** Conhecendo as terras expropriadas de um agricultor



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/05/2021



O agricultor buscou encontrar árvores, plantas e outros sinais anteriores à sua retirada daquela terra. Algumas árvores antigas estavam com seus frutos. Algumas plantas medicinais também permaneciam ali... Taciturno, ele tocou nas folhas, no tronco... Observou-se que para aquele agricultor retiraram-lhe a possibilidade de que suas memórias e das de gerações anteriores ficassem gravadas naquele pedaço de terra.

Ainda na Estrada de Água Preta avistou-se parte do aterro hidráulico do Porto do Açú, construído em 2011 (Figura 49). Sua construção gerou insegurança hídrica, além de prejuízos a agricultura devido à salinização da água e solo (GUIMARÃES, 2017).

**Figura 49:** Trecho do aterro hidráulico do Porto do Açú na Estrada de Água Preta



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

A salinização da água e solo foi causada pela dragagem marítima para a construção do canal de navegação da Unidade de Construção Naval do Açú (UCN) e pela construção do aterro hidráulico. Este foi feito com a utilização do material escavado, que sem medidas adequadas de contenção fez com que a água, que já era salobra, se tornasse imprópria para consumo humano, dessedentação de animais e para a irrigação da agricultura. Com esse desastre, áreas na localidade de Água Preta passaram a apresentar excesso de sal no solo e na água, ao atingir o lençol freático, e à medida que ia se diluindo se espalhou para outras localidades, conforme constatou Latini (2016).

Um dos casos emblemáticos foi o de um agricultor e pequeno pecuarista de Água Preta, que em novembro de 2012 teve sua propriedade invadida pela água salgada, ficando parte dela inviável para a agricultura e pecuária, restando ao produtor rural recorrer à justiça para tentar ser ressarcido dos prejuízos. As águas dos tanques das propriedades ficaram impróprias para o consumo do gado pelo excesso de sal e também para a irrigação, além de queimar e destruir cultivos como do abacaxi e do quiabo.

**Figura 50:** Outras imagens do aterro hidráulico do Porto do Açú



**Fonte:** <https://blogdopedlowski.com/2014/07/30/salinizacao-no-porto-do-acu-o-que-era-para-ser-pontual-parece-ser-permanente-cade-a-forca-tarefa-do-inea/>

Abaixo, a Figura 51 mostra a Lagoa de Iquipari, que margeada pelo aterro hidráulico foi afetada pela salinização<sup>85</sup>.

**Figura 51:** Aterro hidráulico margeando a Lagoa de Iquipari



**Fonte:** <http://www.robertomoraes.com.br/2013/03/aterro-hidraulico-no-acu.html>

A Lagoa de Iquipari é um importante corpo hídrico do 5º Distrito, que junto com a Lagoa de Grussaí forma o Complexo Lagunar Grussaí-Iquipari, e é fundamental para a pesca, porém, com a criação da UC RPPN Caruara teve seu acesso controlado pela Prumo, *i.e.*, pelo EIG, fundo de investimentos norte-americano, dificultando a pesca.

Outro problema envolvendo a salinização foi quando ocorreu a obra de dragagem para aumentar o calado do Porto. A entrada de água salobra no continente, exatamente na foz do rio

<sup>85</sup> <http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2013/02/salinizacao-da-lagoa-de-iquipari-em-sao-joao-da-barra-rj-aumenta.html>

Paraíba do Sul, causou dificuldade para captação de água pela Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE)<sup>86</sup> que abastece o município.

Após sair da Estrada de Água Preta, um dos destinos do quarto ICP era a UC RPPN Caruara, mas pela entrada ser permitida somente com autorização da empresa não foi possível visitá-la.

**Figura 52:** Estrada e portão de acesso a RPPN Caruara



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 26/05/2021

A paisagem na Estrada de Água Preta revela um silêncio somente rompido com o barulho do vento. Não há vida rural pulsando. Não há agricultores trabalhando. As terras, antes de quem plantava seguindo o tempo e as estações do ano estão vazias. Elas revelam as consequências das expropriações e saída forçada das famílias.

As expropriações realizadas pela companhia estadual CODIN, em favor da LLX/Prumo, foram feitas com cercamento de terras, com apoio do aparato ostensivo da Polícia Militar e com intimidação de segurança privada da empresa, sem atenção às crianças, pessoas idosas e doentes. Houve denúncia de assédio moral às famílias, erros de vistoria dos imóveis, desapropriação sem notificação judicial, ausência de amparo à moradia, já que alguns não tinham para onde ir e outros foram para casas de parentes ou foram morar de favor. Outros adoeceram física e mentalmente (COSTA, 2018).

Não passou despercebido que o Porto do Açú controla 170 km<sup>2</sup> do 5º Distrito. O mar, com um perímetro demarcado no qual não é permitido pesca e embarcações, e as lagoas, antes acessadas sem restrição por pescadores e por extrativistas da taboa.

As águas parecem manter o seu curso natural, porém corpos hídricos foram afetados com o aumento no nível de salinidade. Os pescadores, antes com acesso irrestrito às lagoas e ao mar,

<sup>86</sup>A CEDAE, empresa pública de águas do estado do Rio de Janeiro, teve sua concessão leiloada em abril/2021 para a iniciativa privada.

com sua atividade ditada pelas regras da natureza - a exceção era o período de defeso das espécies - convivem com o controle dos territórios de pesca e com moradores e turistas receosos com o agravamento da erosão na Praia do Açú.

O complexo a gás, que será alimentado pelo gás do Pré-sal, e que segundo a empresa GNA será o maior parque termelétrico da América Latina, é outro empreendimento que trará alterações na vida das comunidades locais. Além de ser uma energia mais cara e de demandar grande quantidade de água para resfriamento do sistema - e com parte dela quente lançada no meio ambiente<sup>87</sup> -, é poluente, impactando na saúde e interferindo no clima com as emissões de gases de efeito estufa, isso em meio à emergência climática e ao cumprimento de metas globais de redução de emissões.

O Quadro 3 mostra uma síntese dos principais impactos/efeitos do Porto do Açú nos grupos sociais atingidos.

**Quadro 3:** Principais impactos negativos/efeitos nos grupos atingidos

Impacto	Grupo social atingido	Efeitos
Desapropriação	Agricultor familiar, pequeno pecuarista e pescador artesanal desapropriados	Perda da terra e moradia Perda de renda e trabalho Rompimento de vínculos familiares, de vizinhança e comunitário Desestruturação das relações simbólicas com o lugar Restrição de acesso ao pasto e água para gado Restrição do acesso a áreas para extração da aroeira e da taboa influenciando na atividade artesanal Adoecimento Desestabilização da estrutura agrária local pela mudança dos padrões de apropriação da terra Interrupção de práticas locais de produção e de subsistência Interferências no desenvolvimento agrícola local
Controle da Pesca	Pescador artesanal	Perda de trabalho e renda Perda ou restrição de área da pesca Risco de acidentes com embarcações Perda de materiais e instrumentos de trabalho Afugentamento do pescado
Erosão costeira	Morador e comerciante de Praia do Açú	Interdição de casas e comércio Avaria na infraestrutura (energia, pavimentação)
Salinização de água e solo	Agricultor e pequeno pecuarista	Interrupção da atividade agrícola devido solo impróprio Retirada de gado das terras salinizadas Dificuldades de acesso à água para dessedentar animais e irrigação agrícola Queima e destruição de lavouras
Emissões de gases de efeito estufa	Comunidade local e de outras escalas	Poluição atmosférica Doenças respiratórias Alterações no clima

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental e de campo

<sup>87</sup> Segundo o Instituto de Energia e Meio Ambiente, algumas térmicas a gás demandam grande quantidade de água, chegando a 1.000 litros de água por MWh, sendo que 70% a 80% da água utilizada não retorna à bacia hidrográfica, evaporando após o resfriamento do sistema. Algumas térmicas utilizam água do mar e outras a água doce. Disponível em: <https://energiaambiente.org.br/enfase-nas-termeletricas-risco-para-o-bolso-e-para-o-meio-ambiente-20210705>



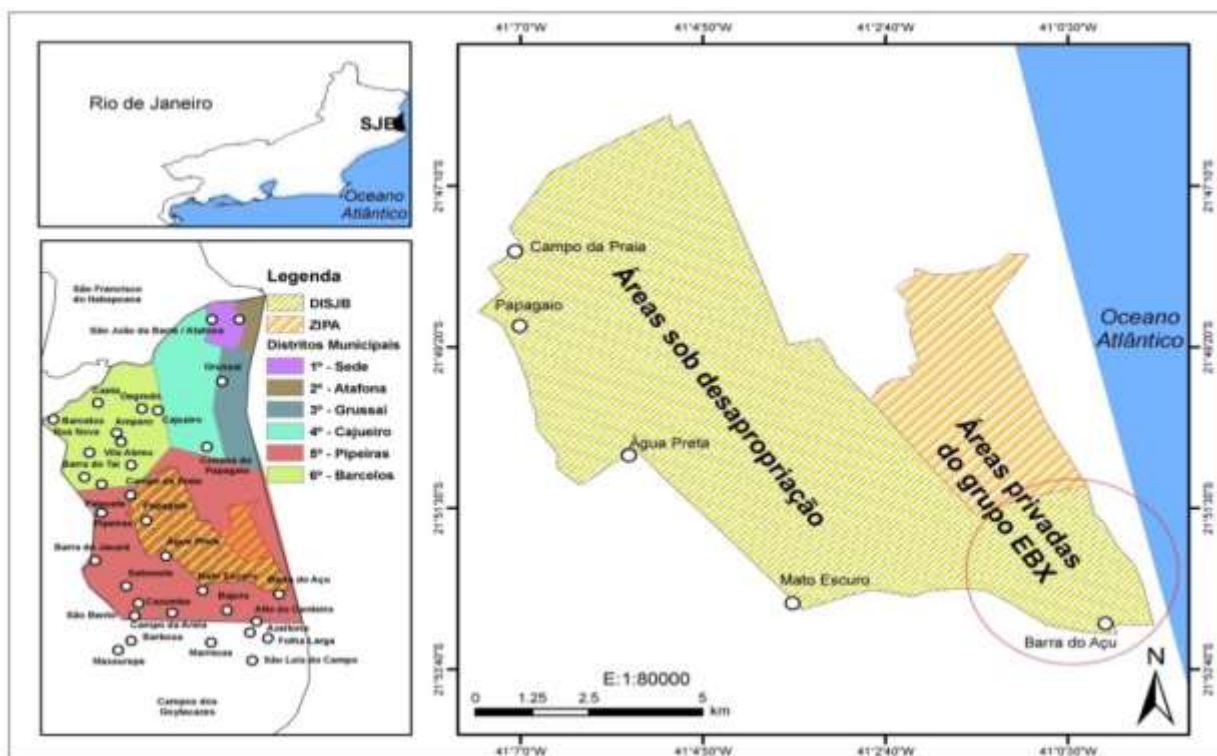
Decorridos mais de 10 anos das primeiras expropriações, ainda há famílias que aguardam ser indenizadas, enquanto que alguns proprietários faleceram sem terem recebido a compensação julgada justa pela terra.

Quanto aos equipamentos de proteção social, observou-se a capilaridade territorial dos equipamentos nas áreas afetadas pelo Porto, como escolas, creches, PU, UBS, ESF, CRAS, CREAS e casas populares em Barra do Açu e em Mato Escuro.

Essa expressiva oferta de equipamentos sociais no território pode estar associada às condições favoráveis de arrecadação municipal e a obrigatoriedade constitucional de ofertar serviços públicos, principalmente educacionais e de saúde, apesar da falta de equipes nos CRAS e CREAS, e a redução de profissionais na saúde devido às demissões de nomeados e de contratados, a falta de equipamentos socioassistenciais no Vila da Terra e de equipamentos para a agricultura e a pesca.

Nos quatro ICPs notou-se que uma grande extensão de terras é cortada por altas torres aéreas e cabos de alta tensão de transmissão de energia elétrica, serve à edificação de prédios e estruturas das empresas portuárias, além de ser cortada pelo mineroduto e atravessada por oleodutos e gasodutos.

**Figura 53:** Áreas adquiridas por Eike Batista e áreas desapropriadas pela CODIN no 5º Distrito



**Fonte:** <https://blogdopedlowski.com/2014/05/25/porto-do-acu-o-lugar-em-que-tudo-e-quase/>

Somando a aquisição das grandes fazendas por Eike Batista, Caruara e Saco Dantas, com 58 km<sup>2</sup> e onde foi construído o Porto, mais 72 km<sup>2</sup> de retroárea do Porto que foi expropriado para

o DISJB, mais 40 km<sup>2</sup> como concessão do estado do Rio de Janeiro para o empreendimento implantar a RPPN Caruara, a ocupação total é de 170 km<sup>2</sup> de uma área total de 452.396 km<sup>2</sup> de extensão<sup>88</sup>, correspondendo a cerca de 40% de toda a área territorial de São João da Barra controlada pelo empreendimento.

Dos 72 km<sup>2</sup> de terras expropriadas para o DISJB, aproximadamente 90% está sem uso e foram transformadas em um grande ativo financeiro, com a projeção de que em 2014, por exemplo, a Prumo teria uma significativa receita anual em aluguel das áreas ocupadas por empresas, auferindo anualmente milhões com as terras, conforme as Figuras 54 e 55.

**Figura 54:** Expectativa de receita das terras pela Prumo em 2014

CLIENTES E PARCEIROS DA PRUMO(EXPECTATIVA DE RECEITA EM 2014):								
Empresa	Prazo anos	Renovável	Área m2	Cais metros	Receita milhões	Início	Relação Rec/m2	Investimentos
NOV	20	20	121.905,00	210,00	8.000.000,00	21/10/2011	65,62487	US\$ 200M
Intermoor	20	20	52.302,00	90,00	3.600.000,00	02/12/2011	68,83102	
Technip	25	25	289.800,00	500,00	22.000.000,00	18/11/2011	75,91442	R\$ 650M
Eneva	35	35	2.243.800,00		9.170.000,00	24/11/2010	4,086817	
Edison Chouest	15	15	255.200,00	440,00	N/D	09/04/2014		R\$ 950M
GE Brasil	30	30	322.489,00		N/D	1ºsem2014		
V & M do BRASIL	20	40	150.000,00		N/D	1ºsem2015		
Wärtsilä	30	30	29.300,00		N/D	15/03/2013		EUR\$ 20M
TOTAL ALUGUEL			3.464.796,00		42.770.000,00		12,34416	
Anglo American	25	25	26.500.000,00		206.965.000,00	01/07/2014		R\$ 2,3B
T-MULT				500,00				
NFX	5	15	215.079,00		N/D	06/03/2013		US\$ 200M
TOTAL GERAL			(26.500.000tpa)		249.735.000,00			

O cálculo da Anglo American foi feito em relação (26.500.000ton x US\$7,10 = US\$188.150.000,00)/2 x R\$ 2,20 = R\$ 206.965.000,00

**Fonte:** <https://blogdopedlowski.com/2021/01/20/um-infeliz-aniversario-desapropriacoes-do-acu-completam-10-anos-e-centenas-de-agricultores-continuam-abandonados/>

**Figura 55:** Valores dos contratos de cessão e uso de firmas pela Porto do Açú S/A

Inscrição Imóvel	Titular	Area	Valor Venal Declarado (R\$)	R\$ /M2
0071636	PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A	9.980,00	2.549.236,53	255,43
0072278	PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A	8.125,00	2.013.219,61	247,78
0071918	PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A	18.986,00	3.951.845,78	208,15
0072362	PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A	98.221,00	15.576.011,67	158,58
0072249	PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A	273.896,00	39.814.905,92	145,37
0067947	PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A	276.063,00	40.129.885,23	145,36
0067551	PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A	13.642.099,00	1.983.080.799,82	145,36
0067944	PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A	968.000,00	140.713.108,49	145,36
0069336	FERROPORT LOGISTICA COMERCIAL EXPORTADORA S.A	3.000.000,00	436.094.340,00	145,36
0071678	ANGLO-AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A	2.000.000,00	290.729.560,00	145,36
0071677	AÇU PETROLEO S/A	1.554.789,00	226.011.560,93	145,36
0072159	NFX COMBUSTIVEIS MARITIMOS LTDA	215.079,00	27.337.900,70	127,11
0067943	PORTO DO AÇU OPERAÇÕES S.A	2.421.825,00	280.378.988,69	115,77

**Fonte:** <https://blogdopedlowski.com/2019/11/06/desapropriacoes-no-porto-do-acu-farinha-pouca-meu-pirao-primeiro/>

Destarte, a paisagem rural das localidades do 5º Distrito revela a espoliação dos bens naturais, como a flora, a fauna e a água, dos bens simbólicos e culturais, e do conhecimento tradicional que medeiam as atividades autossustentáveis dos agricultores familiares e dos

<sup>88</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/panorama>

pescadores artesanais. Ela ainda deixa à mostra como é concebido o espaço geográfico pelas frações de classe hegemônicas, pelo capital nacional e internacional, e pelo Estado no novo imperialismo, fazendo emergir conflitos sociais que são a manifestação da resistência dos atingidos contra as tentativas de imposição do Estado e do empreendimento portuário da *vida nua do homo sacer* no 5º Distrito.

## 2.2. UMA LEITURA DOS CONFLITOS SOCIAIS: CONTRA A VIDA NUA

Os conflitos sociais, na perspectiva das contradições sociais do capitalismo, não são um fenômeno isolado em si, desistoricizados ou descontextualizados, antes, são parte do movimento da história, do movimento do real, da apropriação desigual da riqueza social, mas que assumem configurações diferentes em dados contextos sociais e econômicos. Inter-relacionados e interdependentes, os conflitos sociais são constitutivos do movimento de frações da classe hegemônica e do Estado na acumulação, e das classes subalternizadas, tomando parte os atingidos do 5º Distrito no contexto do novo imperialismo.

Os conflitos sociais como fato social, estão presentes nas relações sociais, econômicas e políticas, como em Weber e Marx. Para Weber (2004) os conflitos estão presentes em todas as relações sociais, sejam elas jurídicas, eclesiásticas, políticas e ligadas ao mercado. Entre os clãs, como também no âmbito doméstico e religioso, e expressam a dominação pela imposição da vontade de um sobre outro indivíduo ou grupo, sendo próprios das sociedades, desde as mais arcaicas às modernas. Porém, é nas sociedades modernas, com a complexidade cada vez maior dos conflitos que se deu a criação e a aplicação do direito, por meio de regras, normas, códigos, como um mecanismo regulador e de arbítrio.

Segundo Pardo e Nascimento (2015), em Weber os conflitos sociais se associam às formas de interação dos agentes sociais, sendo uma ação cotidiana e histórica, resultante da competição por bens escassos, tanto materiais quanto simbólicos.

Na teoria crítica dos conflitos sociais que teve Karl Marx como seu maior expoente, os conflitos são inerentes à sociedade e indispensáveis à sua transformação social, sendo determinados pelo modo de produção e pela exploração de uma classe por outra classe.

Nessa vertente teórica, as condições estruturais da sociedade capitalista e as suas contradições são os fios condutores para a produção e reprodução dos conflitos, sendo eles estruturais e inerentes ao antagonismo entre as classes sociais. É no conflito entre as classes e na luta de classes que está o motor da transformação social e da superação das classes para uma sociedade emancipada, onde o conflito e a luta advêm da apropriação privada dos meios de



produção e da opressão. Nesse sentido o conflito é positivo, como o é para Weber, diferente da perspectiva funcionalista que se pautava pela coesão e harmonia social. Entretanto, na concepção crítica o conflito social não advém de uma disputa por bens escassos entre os agentes sociais, mas, sendo fruto da exploração capitalista e de suas contradições.

De forma que os conflitos sociais são explicitados a partir de alguns determinantes estruturais da sociedade capitalista, que dizem respeito à estrutura de classes, a distribuição de renda, a distribuição do poder (classe social, gênero, etnia etc.) e aos determinantes políticos (Estado e instituições) (CARVALHO, 2013).

No Brasil, os conflitos sociais são expressão das contradições que se manifestam nas várias dimensões da vida social e possuem aspectos relacionados com o Estado e a sociedade. Os fatores vão desde o declínio do trabalho escravo, se apresentando nas rupturas políticas, na reforma agrária, na questão indígena, nas migrações internas, no movimento negro, na liberdade sindical, nos protestos populares, no saque ou expropriação, na ocupação de habitações - enfrentada durante décadas pela via da violência estatal e também privada como caso de polícia e não de política -, compreendidos por Ianni (1989) como “questão social”.

Iamamoto (2008), corroborando com Ianni (1989), refere-se à modernização pelo ‘alto’, em que “as classes dominantes realizam mudanças para preservar a ordem” sem uma ruptura com o passado. As classes dominantes “conservaram traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional [...], os traços elitistas e antipopulares se expressam na conciliação das frações das classes dominantes com exclusão das forças populares”, recorrendo frequentemente aos aparelhos repressivos e ao Estado em favor dos seus interesses, criminalizando resistências com o reforço do Estado Penal e da ‘assistencialização das políticas sociais’ (2008, p. 120).

Esse processo vem desde a colonização, com o caráter predatório das relações que preside a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos contemporâneos, como os traços culturais do autoritarismo que vê nos direitos sociais, ambientais, territoriais e humanos um obstáculo ao braço repressivo e punitivo do Estado, obviamente em favor do “mercado”, diferentemente da cultura democrática e da concretização de direitos que é uma condição de legitimidade do Estado (YASBEK, 2018).

Dito isto, cabe ainda colocar que os conflitos sociais na contemporaneidade são frutos da contradição de amplas e profundas transformações ideopolíticas, socioeconômicas, técnico-científicas e sociopolíticas que emergiram na sociedade capitalista no pós-Segunda Guerra e entre as décadas de 1960/90.

Em uma ponta, a revolução técnico-científica-informacional, os movimentos de contracultura, a globalização moderna, a independência de ex-colônias, a ampliação dos mecanismos democráticos, a abrangência da democracia liberal no mundo capitalista, o Estado de bem-estar social e a criação de novos direitos, entre eles os ambientais e identitários. Em outra ponta, a pós-modernidade e com ela a crítica à razão moderna, às metanarrativas de explicação da sociedade, e ainda o estabelecimento do neoliberalismo como ideologia econômica, política e cultural hegemônica, e posteriormente a crise do socialismo real, estão entre os principais acontecimentos que deram origem às transformações sociais contemporâneas.

Juntamente com esses acontecimentos há as mudanças no mundo do trabalho, a retração dos direitos de cidadania, a redução dos mecanismos e eliminação de “barreiras” de regulação do capital, que alteraram as pautas dos conflitos sociais para além da relação estrita entre capital e trabalho - entretanto, não deixando de estar na raiz dos conflitos sociais -, desencadeando implicações de toda ordem e com elas a emergência do protagonismo social e de novas conflitividades.

De forma que na contemporaneidade os conflitos sociais têm relação com o desenvolvimento das forças produtivas, que possibilita o aumento da produção de riqueza e paradoxalmente o da pobreza, e na esfera política com a ampliação da democracia liberal e dos direitos de cidadania, que convive com as violações de direitos e com o Estado Penal, e com a assistencialização e o controle das populações.

Na literatura especializada há várias classificações para os conflitos, entre elas as que têm como objeto de reivindicação os direitos coletivos, e que predominam na cena política, como os ambientais que possuem como objeto de disputa a paisagem, a biodiversidade, a zona úmida, a injustiça ambiental, estando relacionados com o meio ambiente e a cultura (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2005). Também há aqueles tipificados por conflitos territoriais, que têm como objetos de contestação o acesso, gestão, controle e o uso de recursos do território (MONIÉ, 2016a), território que além de ser o espaço da vida é o dos conflitos e resistências.

Assim, observa-se que na contemporaneidade os conflitos sociais vão se deslocando das grandes questões que uniam os trabalhadores e davam a eles uma consciência de classe (classe para si), para pautas do campo do reconhecimento e das questões identitárias; das mudanças climáticas, do meio ambiente, da diversidade cultural, conhecidos no campo jurídico como novos direitos e/ou direitos difusos, e que estão associados às “novas formas de dominação, de colonialismo e de exclusão produzidas pela globalização e pelo neoliberalismo, que afetaram substancialmente práticas sociais, formas de representação e legitimação [...]”, conforme Wolkmer (2007, p. 95).

As lutas por justiça social, por trabalho digno, por melhores condições de vida, convivem com as lutas das mulheres, dos idosos, dos indígenas, dos negros, dos povos tradicionais, pelo meio ambiente, território e o clima, mostrando que a contradição do sistema expande a desigualdade para todas as dimensões da vida em sociedade.

No âmbito do novo imperialismo considera-se que os conflitos sociais são relativos à exploração do trabalho, mas também são do tipo territorial e ambiental, expressando a disputa pelo território e os recursos naturais, e possuindo uma dimensão opressora por se inscrever na lógica do neocolonialismo e da dependência.

A centralidade da disputa pelo território e pelos recursos naturais no novo imperialismo, de um lado está na preservação de povos e grupos sociais, para quem os recursos são bens naturais comuns, possuem valor material e simbólico. De outro, território e bens naturais são mercadorizáveis, transformados em ativos financeiros para fins de reprodução das relações sociais capitalistas, enquanto que para os Estados imperialistas território e recursos naturais preservam interesses geopolíticos internacionais.

De maneira que a questão central no contexto do imperialismo no século XXI é a disputa por bens escassos e territórios estratégicos, com os conflitos sociais colocando em evidência interesses antagônicos - das classes dominantes e das subalternizadas - bem como a posição do Estado nacional que retira bens e recursos de uma classe em favor de outra, fazendo com que a desigualdade se amplie para outras dimensões da vida social, aprofundando as dicotomias e as contradições entre capital e trabalho, capital e natureza, capital e cultura.

Nesse cenário, os conflitos ambientais e territoriais estão associados à cultura do consumo, mas, sobretudo às seguranças energética, hídrica e alimentar, e à soberania dos Estados centrais e imperialistas, em detrimento da soberania alimentar, energética e hídrica, e da soberania dos Estados da periferia, de seus territórios e grupos territorializados, a maioria com seus modos de vida mediados pela terra e água.

Aráoz (2013) quando se refere aos conflitos em torno dos bens naturais e do território, para uso extrativo das corporações na América Latina, afirma que são conflitos violentos, e que têm como objeto o território, a vida, a saúde e o trabalho, e que manifestam a resistência à violência, à violação de direitos e ao despojamento da vida.

Weibermel (2017) ao analisar os conflitos em torno da despossessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, trata os conflitos como uma luta pela hegemonia e pelo reconhecimento do modo de viver, pela preservação da reprodução sociocultural e econômica dos grupos sociais.

De forma semelhante Guevara e Moreira (2020) se referem aos conflitos socioambientais na América Latina. Para as autoras são conflitos relacionados com a megamineração, com as commodities agrícolas e com as infraestruturas, e próprios do capitalismo de expansão global em sua fase neoliberal sobre os bens naturais, com suas consequências relacionadas com a questão agrária e ambiental para povos tradicionais, indígenas e camponeses. Os conflitos, na argumentação das autoras, “envolvem a resistência dos atores sociais ao processo de destruição de seus territórios e modos de vida [...], incorporam percepções, sentidos e valores sobre o desenvolvimento, a democracia e as relações com a natureza” (p. 2-3).

No 5º Distrito os conflitos sociais mostram características semelhantes. Ao apropriar-se de Agamben (2007), a leitura é de que os conflitos no 5º Distrito manifestam a resistência dos atingidos contra as tentativas de imposição da *vida nua* do *homo sacer*. Aquela vida humana desprovida de direitos, exposta permanentemente à violência e às técnicas de administração dos corpos e vontades pela exceção estabelecida pelo soberano, o “mercado”. É contra o sequestro da vida qualificada de cidadão que os conflitos sociais emergem, uma vez que escapando da biopolítica pela resistência, os atingidos se insurgem contra os dispositivos de controle que foram estabelecidos pelo estado de exceção no 5º Distrito. Nesse sentido, o que está no centro dos conflitos são os modos de vida e sua preservação, sob a perspectiva da cidadania na fase atual do imperialismo.

### **2.2.1. Os expropriados do 5º Distrito não são *homines sacris***

A releitura e a aplicação do *homo sacer* feita por Agamben (2007) mostram que nas democracias modernas o conceito representa os excluídos da proteção do direito pelo estado de exceção. São corpos humanos desprotegidos pela exceção. São aqueles que excluídos da proteção das leis e do Estado de Direito estão vivendo uma *vida nua* (*zoé*), em vez de uma vida assegurada pelos direitos e a cidadania (*bíos*), formando os bandos modernos constituídos de homens e mulheres entregues à própria sorte.

Dos estudos históricos e da literatura regional sobre o que é conhecida político-administrativamente como região norte fluminense (CRUZ, 2006), pode-se afirmar que a história da exploração econômica extrativa e dos conflitos do extrativismo na região inicia-se com os índios Goitacá, primeiros habitantes da Planície Goitacá<sup>89</sup> e do território entre os rios Paraíba do Sul e Macaé, que também povoaram o litoral macaense, e com os colonizadores que chegaram

---

<sup>89</sup> “Como é conhecida esta região produtora de cana”, uma área útil de aproximadamente 15 mil km<sup>2</sup>, caracterizada pela abundância de recursos hídricos (GANTOS, 2010, p. 14).

entre os anos de 1500 no que era a capitania da Paraíba do Sul (ou São Tomé), que ficava localizada entre as capitanias do Espírito Santo e de São Vicente.

A tentativa dos colonizadores de produzir açúcar escravizando os indígenas levou a um conflito com o donatário Gil Góis, com destruição de vilas e plantações, culminando com donatário renunciando aos direitos hereditários e a capitania voltando às mãos da Coroa, encerrando assim a primeira tentativa de exploração econômica da região (PINTO, 1995).

O NF, uma região marcadamente escravocrata, terra de senhores de engenho, mas também de resistências sociais, apresenta outros conflitos associados ao extrativismo. Prado e Rocha (2015) citam os conflitos entre latifundiários, ceramistas e assentados da reforma agrária; a pesquisa de Carneiro (2004) trata dos conflitos do uso da água entre a agroindústria sucroalcooleira e pequenos produtores na Baixada Campista; e Leal (2013), entre outros pesquisadores, trata dos conflitos socioambientais do extrativismo petrolífero envolvendo a pesca artesanal.

Quanto aos conflitos relativos ao Porto do Açu, eles foram estudados por Prado e Rocha (2015), que buscam entender o papel da Associação dos Produtores Rurais e Imóveis de São João da Barra (ASPRIN) na organização da resistência dos agricultores familiares; Monié (2016), que os entende na perspectiva da geopolítica dos portos; Pedlowski (2012, 2013, 2017), que os analisa a luz dos conceitos de acumulação por espoliação e de *land grabbing* no neodesenvolvimentismo; Costa (2018), que os tratou a partir da expropriação de terras e da resistência no 5º Distrito; Cruz, Terra e Almeida (2016) e Cruz e Terra (2020), que os compreendem em sua relação com a internacionalização periférica do estado do Rio de Janeiro.

Os primeiros conflitos no 5º Distrito iniciaram em 2009, e se estendem até ao presente, com períodos de acirramento e arrefecimento. No âmbito dos conflitos está a ASPRIN, criada em agosto de 2010, que formada majoritariamente por agricultores atingidos organizou a resistência e a contestação com apoio de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), de entidades da sociedade civil, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com assessoria de docentes de universidades da região, “numa tentativa dos agricultores familiares em perpetuar seus modos de vida...”, segundo Prado e Rocha (2015, p. 343).

Antes da ASPRIN não havia uma organização sociopolítica dos moradores do 5º Distrito. Os expropriados, homens e mulheres, a maioria de meia idade e idosos, vivendo há gerações nas terras, não eram socialmente organizados. Eles viviam a vida pacata das áreas rurais e dos pequenos núcleos urbanos, o que de certa maneira favoreceu a implantação do Porto do Açu.

Atualmente as reuniões da ASPRIN estão paralisadas, porém algumas lideranças mantêm a contestação e reivindicam a devolução das terras não indenizadas, como ocorreu por ocasião da presença do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, no Centro de Convenções da UENF, em 06/08/2021.

**Figura 56:** Reivindicação de anulação das desapropriações no Açú, em 06/08/2021



**Fonte:** Acervo Noêmia Magalhães

As primeiras manifestações documentadas ocorreram em 2009, quando foram promulgados os últimos decretos de desapropriação e foram vistos protestos e mobilizações de agricultores, como mostra a Figura 57.

**Figura 57:** Protestos em frente à Câmara de Vereadores de São João da Barra, em 27/08/2009.



**Fonte:** <https://paulonoel.blogspot.com/search?q=protesto+porto+do+a%C3%A7u>



Porém, o período de maior ocorrência de manifestações conflituosas foi de 2011 a 2018, devido o pico das desapropriações em 2011 e 2012.

**Figura 58:** Manifestações de agricultores contra as desapropriações (2011 a 2018)



**Fonte:** Blog do Pedlowski e Blog do Noel<sup>90</sup>

Observando as imagens das Figuras 56, 57 e 58, é possível afirmar que os protestos e outras manifestações conflituosas reivindicam direitos sociais e ambientais que possuem relação com a preservação dos modos de vida, como indicam os objetos reclamados: terra e água.

Ademais, no 5º Distrito, os conflitos sociais são representados por distintos interesses, agentes e suas estratégias de ação, como mostra o Quadro 4.

**Quadro 4:** Síntese da representação dos conflitos sociais no 5º Distrito

	Interesses	Agentes	Estratégias de ação
Corporação	Uso e controle das terras e águas  (manutenção da acumulação)	Prumo CODIN INEA Executivo Legislativo	Flexibilização e fracionamento do licenciamento ambiental; Ausência de informação e transparência; Promessas de empregos e de desenvolvimento local
Governos e governantes	Aumento de arrecadação fiscal Uso político-eleitoral do empreendimento  (manutenção do poder político)	Executivo Legislativo	Decretos de desapropriação Facilitação do licenciamento; Promessas de empregos e desenvolvimento local Corrupção
Atingidos	Acesso à terra Acesso às águas Indenização justa  (manutenção dos modos de vida)	ASPRIN Movimentos sociais Entidades da sociedade civil Docentes de universidades da região	Organização social; Bloqueios de estradas, abaixo-assinados, denúncias, representação na justiça e em outros órgãos, panfletagem, acampamento nas terras em litígio; atos ecumênicos; audiência pública e protesto na ALERJ; audiência pública e protesto na Câmara de São João da Barra; judicialização das desapropriações, da salinização e da erosão.

**Fonte:** Elaboração própria com base na pesquisa documental

<sup>90</sup> [https://pedlowski.files.wordpress.com/2018/07/img\\_9206.jpg?w=948](https://pedlowski.files.wordpress.com/2018/07/img_9206.jpg?w=948)

<https://blogdopedlowski.com/2017/07/26/conflito-agrario-no-porto-do-acu-mst-denuncia-abusos-e-prisoas-na-reintegracao-de-area-reocupada-por-agricultores-do-v-distrito/>

<https://paulonoel.blogspot.com/search?q=protesto+porto+do+a%C3%A7u>

Registra-se, que além das mobilizações dos atingidos há as greves e os protestos dos trabalhadores do Porto do Açu, devido às precárias condições de trabalho, demissões em massa e outras violações de direitos do trabalho.

Conforme o Quadro 4, os conflitos sociais estão representados por interesses corporativos vinculados a expansividade global do capital, na busca de aplicação do excedente para manutenção e preservação da acumulação, e expressam a lógica imperialista. Em troca de manutenção e preservação do poder político-eleitoral, e por vezes de interesses privados, governantes e políticos se utilizam do Estado e de “dispositivos de exceção”.

Os atingidos, por sua vez, buscam a manutenção dos seus modos de vida, que antagoniza com os demais interesses representados: os dois primeiros, imbricados, preservam e mantêm a dinâmica do capital financeiro, enquanto que ao terceiro grupo representado interessa a autopreservação no território. Aliam-se a esse terceiro grupo instituições, entidades e intelectuais que se contrapõem a lógica da ordem imperialista, contestando-a e resistindo-a por meio de várias estratégias de ação.

Dentre os casos de conflitos está o não acesso ao pasto para o gado, quando em várias ocasiões pequenos pecuaristas tiveram seus animais impedidos de permanecer nas terras em litígio, com a Prumo colocando cercas para impedir a circulação dos animais, além de ações de repressão e intimidação. Entre as ações estão a retirada do gado e o despejo nas estradas onde eram recolhidos pela Prefeitura e levados para o curral público, de onde para retirá-los era necessário o pagamento de taxas que ficava por conta do dono do animal.

Um dos conflitos ocorreu devido o não acesso à água para o gado, em um período de seca intensa na região, em 2015, levando a morte de animais, em um caso que ficou conhecido nas redes sociais como “vaca atolada” (Figura 59)<sup>91</sup>.

**Figura 59:** Gado morto por falta de água e abordagem de agricultor por segurança da Prumo




**Fonte:** <https://blogdopedlowski.com/2015/02/05/o-que-voce-faria-se-tomassem-sua-terra-e-deixassem-seu-gado-morrer-de-sede/>

<sup>91</sup> <https://blogdopedlowski.com/2015/02/05/materia-no-site-quotidiano-retrata-revolta-com-descaso-da-prumo-logistica-no-caso-da-vaca-atolada/>

A fim de evitar a morte de animais, produtores rurais entraram nas terras em litígio na tentativa de acessar os tanques para dar de beber ao gado. Este foi o caso do Sr. Reginaldo Toledo, relatado no Blog do Pedlowski, que em 30/01/2015 teve sua moto confiscada por policiais e foi levado à 145ª Delegacia de Polícia de São João da Barra (Figura 60).

**Figura 60:** Boletim de Ocorrência com o depoimento do Sr. Reginaldo Toledo

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG  
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL  
145ª Delegacia de Polícia  
Rua Rodovia Br - Campos, 356, Atafona, São João Da Barra -  
RJ, CEP: \_\_\_\_\_

**TERMO DE DECLARAÇÃO**

---

Controle Int.: 002273-1145/2015      Procedimento: 145-00133/2015

Data: 30/01/2015 às 20:02

---

**Nome:** REGINALDO RODRIGUES ALMEIDA (Envolvido)

Nacionalidade: Brasileira      Naturalidade: SÃO JOÃO DA BARRA

Nascimento: 05/02/1983      Cor: Branca

Sexo: Masculino      Profissão: Lavrador

Estado Civil: Casado(a)

Documento: 20283348-9 SSP/DETRAN, emissão em

Filiação: REYNALDO TOLEDO DE ALMEIDA e MARIA LUZIA RODRIGUES ALMEIDA

Endereço Residencial:

Rua A, \_\_\_\_\_, 00,

< BAIRRO NÃO CADASTRADO > - SÃO JOÃO DA BARRA, RJ - Brasil

Tel/Celular: 22998704210

Costumes:

Contradita (SEM):

Compromisso Legal:

Inquirido, DISSE:

Que estava cuidando do gado de leite, quando avistou um animal seu atolado e foi socorrer o mesmo acompanhado de Gilmar, Luiz e Cristovão, que foram ajuda-lo, que em dado momento apareceu uma caminhonete da Sunset que trabalha para Prumo, que tiraram fotos, e conversaram, que saíram e encontraram o carro da Polícia e vieram para a D.P. Que esclarece que seu pai é proprietário de três alqueires nessa área que hoje se encontra sem cerca divisória, que esta foi retirada por uma firma chamada Braço Forte a uns quatro anos atrás aproximadamente, que o tanque que tem um pouco d'agua ainda e este, onde se encontrava prestando socorro ao animal, que são vários proprietários, que vem formar a área total desapropriada, desapropriação essa que não houve pagamento da indenização até a data de hoje.

Nada mais havendo, mandou a Autoridade Policial encerrar o presente Termo que, lido e achado conforme, assina com o(a) Envolvido.

Eu, CLEANTO QUEIROZ CORRAES, escrivão nomeado para este ato, matrícula 257.556-1, o lavrei e assino.

---

Data da impressão: 30/01/2015      Página 01/02

**Fonte:** <https://blogdopedlowski.com/2015/02/03/o-caso-da-vaca-atolada-que-exemplifica-a-forma-pela-qual-os-agricultores-do-v-distrito-sao-tratados/>

A Figura 61 mostra o que ocorreu em uma manhã de fevereiro de 2015, quando pequenos pecuaristas, por meio de ordem judicial tiveram garantido o direito para que máquinas da Prefeitura entrassem nas terras em litígio e limpassem os tanques de água para uso do gado, operação que foi acompanhada por seguranças da Prumo e pela Polícia Militar (PM).

**Figura 61:** Limpeza dos tanques de água acompanhada de PM e seguranças da Prumo



**Fonte:** <http://www.robertomoraes.com.br/2015/02/proprietarios-lutam-pelos-seus-direitos.html>

Sem terra e sem indenização, em 19 de fevereiro de 2017, a ASPRIN se reuniu com seus associados para discutir medidas de anulação dos decretos de desapropriação das terras, com base nos atos do ex-governador Sérgio Cabral, conforme postagem no Blog do Pedlowski<sup>92</sup> (Figura 62). Entre as medidas foi decidido acionar imediatamente o Ministério Público Estadual (MPE) para apresentar a demanda de anulação, e reiterar junto ao Ministério Público Federal (MPF) a suspensão das atividades na área industrial do Porto do Açú.

**Figura 62:** Imagem da reunião da ASPRIN, em 19/02/2017



**Fonte:** <https://blogdopedlowski.com/tag/asprim/>

Nota-se nas imagens da Figura 62, que a maioria dos associados da ASPRIN era idosa, e que certamente as desapropriações alteraram a manutenção de seus modos de vida. Em 19 de abril de 2017, cerca de 100 agricultores e agricultoras passaram a acampar em uma área em litígio e a reivindicarem a anulação das desapropriações na justiça, conforme mostra a Figura 63.

<sup>92</sup> <https://blogdopedlowski.com/tag/asprim/>



**Figura 63:** Imagens do acampamento de reocupação Aloisio e Maura, em 25/04//2017



**Fonte:** <https://blogdopedlowski.com/tag/asprim/>

Em maio/2017, na audiência de conciliação da justiça realizada entre os agricultores, a CODIN e as empresas Porto do Açu e GSA, uma das ações da CODIN foi oferecer aos agricultores a inclusão no Auxílio Produção, um benefício de 1 a 5 salários mínimos a ser pago durante 24 meses, e a inclusão no Vila da Terra. O Porto do Açu e a GSA, por sua vez, ofereceram ampliar os dois programas oferecidos pela companhia estadual e qualificar profissionalmente os agricultores por meio de cursos técnicos e com promessa de emprego.

Em 14/07/2017, o juiz Paulo Maurício Simão Filho, da 1ª Vara Cível da Comarca de São João da Barra, determinou, em favor da CODIN e das empresas portuárias, a reintegração de posse das terras ocupadas. Em 19/07/2017, agricultores e o MST bloquearam acessos ao Porto do Açu em protesto contra a reintegração<sup>93</sup> e em 20/07/2017 foi divulgada Nota de Repúdio à decisão judicial<sup>94</sup>. Em 26/07/2017, com o parecer favorável da justiça em prol da CODIN e das empresas portuárias, ocorreu a prisão pela Polícia Militar, junto com a segurança privada da Prumo, de dois integrantes da ASPRIN e de um militante do MST, em uma ação de despejo<sup>95</sup>.

Esses conflitos entre os atingidos, empresas portuárias e a CODIN, revelam que os atingidos se posicionam contra um modelo de desenvolvimento adotado na periferia do sistema que não tem compromisso com a inclusão social. Ademais, as ofertas de cursos de qualificação profissional, as promessas de emprego e o auxílio financeiro em contexto de conflitos, indicam ser uma tentativa de desmobilizar a resistência social de agricultores e agricultoras acampados/as, e de criar divisão entre os atingidos, além de gerar dependentes de auxílios

<sup>93</sup> [http://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2017/07/blogs/blogdoarnaldoneto/1222215-mst-e-produtores-rurais-bloqueiam-acessos-ao-porto-do-acu.html](http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/07/blogs/blogdoarnaldoneto/1222215-mst-e-produtores-rurais-bloqueiam-acessos-ao-porto-do-acu.html)

<sup>94</sup> <https://blogdopedlowski.com/2017/07/21/conflito-agrario-no-porto-do-acu-agricultores-lancam-nota-de-repudio-sobre-decisao-de-reintegracao-de-posse/>

<sup>95</sup> <http://observatoriodosdesastres.sites.uff.br/mst-denuncia-abuso-e-prisao-de-militante-na-reintegracao-de-posse-das-familias-do-acu-rj/>

financeiros das empresas portuárias. Além disso, em vez de fortalecer as atividades tradicionais como a agricultura, devolvendo as terras ou indenizando os agricultores, a proposta de emprego tende a gerar novos trabalhadores explorados entre os atingidos.

Os conflitos, além de evidenciarem a resistência dos atingidos contra as alterações na dinâmica territorial à imagem dos interesses das empresas, e a tentativa de apagar o passado de “atraso” ameaçando seus modos de vida, indicam que a estratégia de desenvolvimento de São João da Barra via Porto do Açú deixa mais vulneráveis o agricultor familiar e o pescador artesanal, que além de vivenciarem ameaças em seu território são vistos como inimigos do Porto, por conseguinte, inimigos do Estado e do dito desenvolvimento, e tratados como “indesejáveis” que devem ser controlados institucionalmente, invertendo-se os papéis.

### **2.2.2. O Estado no 5º Distrito: administrador ou gerador de conflitos sociais?**

Como pôde ser notado, não somente a empresa portuária como também o Estado é uma instituição reclamada pelos atingidos, devido os decretos de desapropriação e a não indenização por parte da CODIN; a aplicação de um licenciamento ambiental questionável e a ausência de uma intervenção efetiva do INEA/RJ nos desastres da salinização e da erosão costeira, e pela atuação da Polícia Militar em favor dos interesses do empreendimento, se mostrando violador e inepto.

Por outro lado, o Estado é demandado pelos reclamantes que acessam o Judiciário, o MPF e MPE, para assegurar-lhes direitos. Ora, é possível que o Estado seja, ao mesmo tempo, administrador e gerador de conflitos no 5º Distrito?

Para Weber (2004), com a criação e a aplicação do direito, por meio de regras, normas e códigos, passa a existir um mecanismo regulador e de arbítrio, com o Estado assumindo o papel de administrador dos conflitos. É a existência material do Estado assegurando as condições mínimas de sociabilidade, buscando conter os antagonismos de classe e a manutenção da propriedade privada. Dessa maneira, como esfera político-administrativa, o Estado cria o arcabouço normativo-institucional e administrativo por meio do qual desempenha seu papel na reprodução do sistema ao conter conflitos, acionando instituições e políticas públicas.

Entretanto, ao violar direitos de uma maioria - que é a expressão do interesse público -, e proteger interesses econômico-financeiros de uma minoria, o Estado não é só contraditório, mas ilegítimo, na perspectiva da cidadania, permitindo afirmar que não apresenta capacidade de arbitrar conflitos, por, sendo submisso ao capital financeiro perder sua legitimidade perante as classes subalternas rompendo o contrato social.



Dos contratualistas, Hobbes, Locke e Rousseau, o “rompimento” do contrato por parte do Estado dava o direito de rebelião “contra o despotismo e o arbítrio político”, como em Locke (COUTINHO, 2011, p. 29-30), em decorrência da deslegitimação do contrato social ao não consolidar uma ordem social igualitária.

A legitimação tinha como base o consenso e a soberania popular, enquanto a deslegitimação era o rompimento desse contrato pela soberania popular, “que constitui a verdadeira ‘regra do jogo’, capaz de legitimar uma sociedade efetivamente livre e igualitária”. (COUTINHO, 2011, p. 31).

O que Coutinho (2011) examina quando analisa Rousseau, é que quando se mantém os

fundamentos anti-igualitários [...] a ordem política do tipo lockeano termina por levar ao Leviatã hobbesiano. Diante dessa situação de despotismo, produzida como consequência última do contrato iníquo, Rousseau prega claramente — como fizera Locke, ao contrário de Hobbes, em seu tempo — o direito de rebelião (COUTINHO, 2011, p. 29).

Rousseau não está tratando do papel do Estado em uma perspectiva crítica, porém, compreende-se que o surgimento do Estado moderno está atrelado à necessidade de controlar relações estruturais que não seriam autorreguladas pelo capital. Entretanto, se o Estado não mais autorregula o capital, mas é por ele regulado, rompendo o contrato democrático, o que há é um Estado cada vez mais débil para atender os interesses do povo, que tem sua soberania capturada pelo “mercado”, estabelecendo-se, na contemporaneidade (a partir da década de 1970), uma crise de legitimidade do Estado democrático.

O que ocorre é que enquanto no âmbito dos Estados nacionais cabe ao regramento jurídico e administrativo arbitrar conflitos, no nível global, estados imperialistas e seus organismos internacionais, OMC<sup>96</sup>, FMI, BID e BIRD, trabalham para normatizar e dar ares de legalidade a processos neocoloniais (e de exceção), enquanto as grandes corporações são favorecidas com políticas públicas e reformas legais vantajosas (ACOSTA, 2016), sem compromisso com os interesses populares.

Tal fato evidencia a ingerência do capital financeiro imperialista, sobretudo nos Estados inseridos periféricamente no sistema interestatal, que se reflete na capacidade de intervir nas ordenações espaço-temporais deletérias e nos mecanismos espoliadores e geradores de conflitos.

Dessa forma, em seu papel de implementar e assegurar normas e obrigações jurídico-institucionais e administrativas, o Estado visa regular e arbitrar conflitos sociais com base em direitos, sendo legitimado pelas classes subalternas pelo seu compromisso com esses direitos.

---

<sup>96</sup> Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Porém, ao violar suas próprias normas ou suspendê-las em favor do capital imperialista, submetendo o interesse público ao “mercado” e reduzindo a soberania popular no território, o Estado mostra seu poder de controle junto às populações pobres e comunidades vulneráveis, e rompe seu compromisso popular, passando a ser fonte de exceção e do estabelecimento do controle pela exceção.

Na visão de Aranibar (2012, p. 15, tradução livre), os conflitos sociais na América Latina têm entre suas características comuns a de que “o Estado não tem capacidade suficiente para gerenciar conflitos em estruturas democráticas”, fazendo uso da repressão e do autoritarismo.

Porquanto, para Aranibar (2012), o problema não está na radical presença dos conflitos, mas na ausência de capacidade do Estado para o gerenciamento frente a uma tensão geral nos países. Assim, a atenção se volta para o Estado, agente central “nos jogos de poder e conflitos”, referência das demandas sociais e “centralizador do mal-estar coletivo”, que tendem a aumentar na ausência institucional de plataformas de diálogo e negociação.

si los conflictos se gestionan através del diálogo y la negociación, atendiendo tanto a las causas estructurales como a las coyunturales que lo determinan, puede ser aprovechado como una oportunidad para realizar las transformaciones que las sociedades latino-americanas requieren para ser más equitativas y justas (ARANIBAR, 2012, p. 16).

Essa ausência de diálogo com os grupos reclamantes, dificultando a “gestão dos conflitos”, está na forma como o Estado, amparado no monopólio da violência e na exceção atua violando direitos, ferindo princípios democráticos e a soberania popular, perdendo a legitimidade para arbitrar junto às classes subalternizadas que são deixadas socialmente desprotegidas.

Como anteriormente citado, muitas manifestações conflituosas se deram no âmbito do Judiciário, conforme os processos n. 012.00145968 e n. 2014.00102463, instaurados em 2012 e 2014 no MPE. Outros processos no MPF foram movidos pela ASPRIN, como o que tem como objeto a anulação das desapropriações, conforme Ação Civil Pública (processo. n. 0331355-25.2015.8.19.0001), e outros decorrentes dos prejuízos da erosão costeira e da salinização da água e solo, e pedido de suspensão das atividades de construção da área industrial do Porto, mostrando a judicialização dos conflitos sociais no 5º Distrito.

Segundo Azevedo (2019), como “atores estatais não foram capazes de harmonizar os interesses do capital e dos agricultores, pecuaristas e pescadores artesanais no 5º Distrito” é que ocorreu a judicialização de conflitos sociais, que significa “transferir para o Poder Judiciário resolução de conflitos não solucionados pelo Poder Legislativo e ou pelo Executivo, que foram omissos nas suas ações” (p. 46).

Porém, necessário fazer uma ressalva para dizer que além de omissos, o Executivo e o Legislativo estadual e municipal se colocaram como colaboradores e foram coniventes com a expropriação no 5º Distrito, como mostram os dados e informações tratados no Capítulo 1 desta Tese, mesmo com algumas referências de apoios de mandatos de vereador e de deputados estaduais. Quanto ao Judiciário, as forças econômicas também se apresentam nesse espaço fazendo com que a justiça não seja tão justa em prol dos interesses populares.

O quantitativo de processos judiciais na Comarca de São João da Barra, para fins de desapropriação por utilidade pública no período de 2010 a 2018, é de 470, sendo que o maior número se concentrou nos anos de 2011 a 2012, com um total de 373 processos (AZEVEDO, 2019). Dos 470 processos, 298 dos proprietários, ou seja, 63,4%, não concordaram com os pedidos de desapropriação da CODIN e Porto do Açú, que propôs a ação judicial e os valores aos imóveis sem acordo com os proprietários, estando no aguardo de decisão judicial.

Em face dos vulneráveis - uma vez que 90% dos processos da CODIN afetaram pessoas idosas<sup>97</sup> -, e dos direitos violados dos desapropriados, a Defensoria Pública de São João da Barra começou a atuar nos processos judiciais e também junto a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (ALERJ), que em 2017 passou a discutir os impactos do Porto do Açú.

Salienta-se que o papel do Estado no 5º Distrito foi o de suspender direitos de determinados grupos sociais para atender interesses - que se transformaram em direito - de outro (ou outros), grupo social, excluindo-incluindo ao aplicar a exceção. Ainda fica demonstrada a ambivalência do Estado, que aplica a exceção ao mesmo tempo em que é acionado pelos atingidos para assegurar-lhes direitos de proteção social. Porquanto, há que questionar que padrão de proteção social é esse, uma vez que desde os anos 90 foi rompido o pacto que garantia um padrão mínimo de cidadania, *i.e.*, de um conjunto de direitos que vincula o cidadão a seu Estado, conforme Fleury (1994), mostrando que resta ao atingido a resistência contra a *vida nua* imposta pelo Estado em benefício do capital imperialista.

---

<sup>97</sup> Segundo reportagem do Jornal O Diário, veiculada no Blog do Pedlowski (2015), 90% dos processos distribuídos no final de 2010, na Comarca de São João da Barra, que têm como autora a CODIN, afetaram diretamente pessoas idosas.

### CAPÍTULO 3 – PROTEÇÃO SOCIAL E A “PRESERVAÇÃO DOS MODOS DE VIDA TERRITORIALIZADOS” NO 5º DISTRITO

Com a territorialização de GPIs ou de grandes empreendimentos, cabe aos entes federados, dentro de suas competências, desenvolverem medidas de mitigação, compensação, prevenção e controle dos impactos no território, com as políticas sociais atuando para “reduzir fragilidades e capacitar potencialidades” (SPOSATI, 2009, p. 35).

Com base nos documentos e nas entrevistas, este capítulo analisa os principais resultados a fim de responder ao problema de pesquisa, que questiona até que ponto as medidas sociais e ambientais no 5º Distrito de São João da Barra, preservam os modos de vida dos atingidos com base na definição de “preservação de modos de vida territorializados” apresentada nesta Tese?

Para o desenvolvimento deste capítulo, as medidas identificadas foram classificadas em: medidas sociais e ambientais universais e focalizadas; medidas sociais e ambientais para agricultura familiar e pesca artesanal; medidas sociais e ambientais de GPI portuários e petrolíferos; ações de extensão universitária; e ações de gestão social corporativa, e foram analisadas com base nos seguintes aspectos: (i) público, (ii) objetivos, (iii) orçamento, (iv) data de implementação, (v) instituições ofertantes, (vi) número de assistidos, (vii) disposição territorial, (viii) duração da oferta/continuidade/descontinuidade, (ix) número de beneficiados, (x) condições de acesso, (xi) uso corporativo e governamental, (xii) perspectiva dos atingidos e (xiii) influência nos conflitos.

#### 3.1. MEDIDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS UNIVERSAIS E FOCALIZADAS

Esta Tese assume que as medidas sociais e ambientais são mecanismos de conciliação entre desenvolvimento econômico e proteção social, com base nas normativas, possuindo abrangência social e ambiental, podendo/devendo preservar “modos de vida territorializados”. De forma didática pode-se dizer que as primeiras buscam compatibilizar e obter consenso entre capital e trabalho, e as segundas entre capital e natureza.

A proteção social, como um instituto que contempla os direitos sociais, está inscrita no contexto da Modernização, Democratização e Desenvolvimento Industrial, e de profundas transformações sociais, se deslocando do âmbito do privado, das relações tradicionais entre desiguais (tutela de patrões com servos leais), e nos marcos da solidariedade existente na rede primária (família, vizinhança), para ter como base valores como liberdade e igualdade entre os

indivíduos, e vínculos formais entre indivíduos e Estado, este, garantindo a proteção secundária, pública e coletiva (CASTEL, 2005; FLEURY, 2007).

A emergência dos sistemas de proteção social relaciona-se com fatores como o fortalecimento da autoridade pública, a construção de uma ordem política baseada no princípio de igualdade, a existência de um ator político protagônico - a classe trabalhadora - e a expansão da cidadania e inclusão dos direitos sociais como forma de integração e preservação da coesão social (FLEURY, 2007, p. 2-3).

Em se tratando de políticas sociais, seu surgimento e o dos direitos sociais associam-se aos efeitos desiguais do desenvolvimento capitalista - suas contradições e conflitos sociais -, e seus fundamentos e origem histórica estão inscritos nos séculos XVIII, XIX e XX, na Europa Ocidental, e em parte nos EUA no século XX, e são relativos às condições sociohistóricas de, em certa medida salvar o capitalismo liberal de si mesmo.

Para Marshall (1967) e Couto (2010), os direitos civis e políticos são conquistas sociais que ocorreram nos séculos XVIII e XIX, enquanto que os direitos sociais, “exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los” (COUTO, 2010, p. 35), se constituem desde o século XIX, mas ganharam projeção no século XX. Visam o enfrentamento às desigualdades socioeconômicas e são compreendidos como conquistas sociais dos trabalhadores.

As políticas sociais formam um conjunto de programas, projetos, ações, serviços e benefícios, que orientadas pela concepção de direito social, justiça social e cidadania estão associadas ao desenvolvimento econômico, à democracia e as lutas de classes. Materializam os direitos sociais, que são aqueles que visam assegurar as necessidades reais, básicas, objetivas, universais e históricas. Possuem relação com um Estado interventor e redistribuidor, com a função de garantir o acesso às condições mínimas materiais de vida, a fim de remover os obstáculos à liberdade, uma vez que para os direitos sociais liberdade se vincula a igualdade (COUTO, 2010).

Para Pastorini (2006), as políticas sociais exercem papéis diferenciados no desenvolvimento econômico, com funções de ordem econômica, social e política, transferindo bens e recursos aos mais pobres, redistribuindo recursos em forma de serviços socioassistenciais e no controle social das lutas entre as classes e as reivindicações.

Na história do social, as políticas sociais sempre estiveram atreladas à necessidade de pôr limites à voracidade do capital, como forma de preservar a própria sociedade, “desempenhando o papel de mediadoras e limitadoras da dominação do capital sobre o trabalho [...] de redutoras da assimetria destas forças no mercado” (DRUCK e FILGUEIRAS, 2007, p. 25). Elas também “são

ações que determinam o padrão de proteção social estabelecido pelo Estado [...] visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico” (HOFLING, 2001, p. 31).

Nessa perspectiva, as políticas sociais, ao não estarem descoladas da dinâmica do desenvolvimento econômico funcionam como mecanismos de compensação de danos, e ao mesmo tempo e pelas mesmas ações, de garantia de direitos de cidadania, lembrando que esta Tese se apropria da definição de cidadania como um “conjunto de direitos positivos que vincula o cidadão a seu Estado”, conforme Fleury (1994, p. 59).

Na contemporaneidade, as políticas sociais mantêm o papel de “mediadoras” dos conflitos estruturais e conjunturais da acumulação capitalista, e ao mesmo tempo e pelas mesmas ações garantem a função protetiva do Estado, assegurando, paradoxalmente, a reprodução do sistema de acumulação, portanto, atuando dentro dos limites impostos pelo capital (PEREIRA, 2013).

No Brasil, as políticas sociais se inscrevem nos anos 30 do século XX, no contexto de significativas mudanças externas, mas principalmente devido às internas trazidas com os ventos da chamada “modernização conservadora”, com o impulso à construção do Estado social (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Nos territórios brasileiros, as principais políticas sociais são a Saúde e a Assistência Social, que incorporaram a abordagem territorial nos anos 90, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CF/88), que prevê a descentralização e a gestão municipal das políticas sociais, que passaram a ter no território sua base privilegiada de intervenção, priorizando as necessidades de saúde e de assistência social contra os riscos, vulnerabilidades e agravos da população, entre eles os efeitos negativos dos impactos de GPIs.

Os documentos que orientam as políticas sociais tratam, de forma geral, do papel da proteção contra riscos e vulnerabilidades sociais das comunidades e segmentos sociais, como na CF/88, no título sobre a Ordem Social, em que apresenta o conceito de Seguridade Social.

As três áreas consideradas de necessidades básicas para a estabilidade social - Saúde, Previdência Social e Assistência Social - são voltadas para assegurar os denominados “mínimos sociais”.

A Saúde, na prevenção, proteção e recuperação; a Previdência Social devido à perda ou redução da renda; e a Assistência Social com a prevenção e eliminação dos riscos e vulnerabilidades sociais, sendo dever do Estado e dos governantes sua implementação, como a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução de desigualdade sociais e regionais,



conforme inciso III, do Art. 3º da CF/88, a serem garantidos pelo Poder Público e pelo Poder Judiciário.

A Seguridade Social deve promover benefícios e serviços, estes com vistas a atender segmentos específicos da população nas áreas da saúde, transporte, atendimentos a famílias, educação, profissionalização, entre outros, tendo como um de seus princípios institucionais a universalidade.

A universalidade diz respeito a não discriminação e a garantia dos mínimos sociais assentada na seletividade, que define as parcelas da população que precisam ser priorizadas no acesso social (SIMÕES, 2009). No entanto, a partir dos anos 90, as políticas universais tiveram sua oferta reduzida pela privatização, como a saúde e a educação, pela refilantropização com participação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e da solidariedade da sociedade civil, e ainda pela focalização das políticas sociais, sob a justificativa do ajuste fiscal e da aplicação com eficiência dos recursos públicos, que deveriam ser bem direcionados, *i.e.*, focalizados nos mais pobres.

Essa lógica da eficiência na aplicação dos recursos se orienta pelo neoliberalismo, que progressivamente reduz o papel das políticas sociais assentadas na universalidade do acesso para inclusão na cidadania, como a assistência social, o trabalho, a educação, a saúde e a reforma agrária, os programas de transporte e merenda escolar, e outras que respondem pela garantia da vida qualificada de cidadão, a *bíos*. De forma que ao cortar investimentos públicos para as políticas sociais o Estado não garante de forma efetiva a justiça social e os direitos sociais (SALVADOR, 2012).

Para Fleury (2007), as políticas sociais vão apresentar uma dicotomia ao configurarem como de integração, voltadas à universalização, e políticas de inclusão, caracterizadas pela seletividade e dirigida a grupos focalizados, e onde os benefícios não são incorporados como direito de cidadania, mas como reafirmadores das diferenças e disciplinadores do cotidiano dos assistidos.

A Seguridade Social, especialmente as políticas de Saúde e de Assistência Social, prevê um conjunto de programas, projetos e ações, serviços e benefícios à proteção e às seguranças sociais. Ela visa impedir ameaças que comprometam a capacidade individual e coletiva frente aos riscos e vulnerabilidades das contingências naturais e sociais da vida, como velhice, doenças, desemprego, ausência de trabalho e renda, fome, privações e outros, abarcando questões de gênero, infância e adolescência, juventude, etnia, deficiência, maternidade e a manutenção dos níveis de seguranças, como a alimentar, hídrica, de moradia, de território (bens culturais, saberes, modos de vida).

Tanto a Saúde quanto a Assistência Social, dentro de um contexto de impactos à saúde, ao trabalho e renda, às relações familiares e comunitárias decorrentes, entre outros, de remoções e despejos forçados, devem assegurar a proteção das comunidades e grupos sociais específicos. Mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência e populações tradicionais, tanto nos planos de remoção como também no cotidiano dos territórios expropriados, intervindo nas vulnerabilidades, destacando que na Assistência Social se encontram os programas de transferência de renda (PTRs), que beneficiam com uma renda mínima famílias e indivíduos em situação de pobreza.

No caso da política de Educação, esta se volta para a promoção social e a redução de desigualdades sociais e econômicas, locais e regionais. Sendo geralmente direcionada para a qualificação da mão de obra, porém, ela possui funções mais elevadas ao possibilitar romper o ciclo de heteronomia e de submissão social em um país profundamente desigual e opressor.

A Cultura também é um direito de cidadania no âmbito das políticas sociais, compreendida como o direito ao reconhecimento. No caso de povos tradicionais, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, o Estado deve reconhecer e preservar outras formas de organização, fortalecendo e garantindo os direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Conforme a PNPCT (2007, n.p), uma comunidade tradicional é definida como “grupos culturalmente diferenciados [...], que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica [...]”.

Quanto às políticas direcionadas ao meio ambiente, elas possuem o papel de gerir os recursos ambientais buscando a sua proteção e preservação, e ainda o papel de mediadoras de interesses e conflitos entre os vários atores sociais, ao intervirem nos meios físico-natural e construído. Nesse sentido, as políticas sociais de ênfase ambiental, por meio de um conjunto de atividades, fazem a gestão da utilização e do planejamento dos recursos naturais, eliminando, reduzindo e prevenindo danos, e conciliando seu uso com vistas à sua proteção (QUINTAS, 2006).

Com base em Moura (2016), as origens das políticas ambientais em âmbito internacional estão nos anos 1970, com a publicação do Relatório “Limites do Crescimento”, pelo Clube de Roma, que traduzia a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais. Outra ocasião foi quando ocorreu a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como a Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia em 1972, que aprovou a Declaração de

Estocolmo referente às responsabilidades dos países com a preservação ambiental, originando a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que foi determinante na continuidade dos debates sobre a questão ambiental.

Também se destaca o surgimento de organizações internacionais voltadas ao problema ambiental e da inclusão da questão ambiental na agenda política de alguns países desenvolvidos, se estendendo pelas décadas seguintes com eventos internacionais importantes.

Entre os eventos destacam-se a Convenção sobre Mudanças Climáticas no Rio de Janeiro em 1992, a ECO 92 (ou Rio-92), que aprovou vários documentos, entre eles a Agenda 21; a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, em 2002 (a Rio +10), e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), no Rio de Janeiro, em 2012. São conferências que trataram da preservação do meio ambiente alinhada à questão social, como a miséria, a fome, a saúde, redução das desigualdades, melhorias das condições básicas de vida e a proteção dos recursos naturais.

Desde então, vários acordos internacionais foram pactuados por alguns países, como o Protocolo de Kyoto, de 1997, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, e o Acordo de Paris sobre mudança climática, aprovado em 2015, na 21ª Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP-21), e mais recentemente a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP 26, em Glasgow, Escócia, iniciada em 31 de outubro de 2021.

Quando se trata de proteção e preservação ambiental, a preocupação internacional está em reduzir e mitigar os efeitos nocivos do modo como se produz, circula e consome, e como se desenvolvem economicamente as sociedades capitalistas. Para isso, busca-se uma convivência entre natureza e seus ecossistemas e o desenvolvimento capitalista, e onde a proteção ambiental tenta equilibrar a preservação da vida na terra. Entretanto, as várias recomendações e acordos internacionais encontram resistência nos interesses predatórios do capital financeiro imperialista, a exemplo do que ocorre nos países da periferia como no Brasil.

No país, as primeiras políticas ambientais foram instituídas nos anos 1930, com o Código das Águas, - a primeira legislação voltada à administração dos recursos naturais -, e o Código Florestal, direcionado à proteção de solos para uso agrícola, e em 1967 foi instituída a Lei de Proteção a Fauna.

Porém, na década de 80, com a Lei Federal n. 6938 de 31/08/1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), e em 1988 com a Constituição Federal do Brasil, é que o país passa a ter importantes instrumentos de regulação entre crescimento econômico e recursos naturais, que vão

legislar sobre o direito ao meio ambiente juntamente com outras normas correlatas, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Diante do papel atribuído as políticas sociais e ambientais para conciliar proteção social e desenvolvimento econômico, esta Tese define “preservação de modos de vida territorializados” como um mecanismo estatal, formado por um conjunto de medidas sociais e ambientais que vinculado às políticas sociais e lastreado na cidadania pode/deve proteger socialmente os “modos de vida territorializados”, que são aqueles que possuem sua base de existência material no território, assegurando que sejam sustentáveis.

Como a maioria dos 5.568 municípios brasileiros, São João da Barra possui programas, serviços e benefícios federais, estaduais e municipais, de saúde, assistência social, educação, cultura, meio ambiente, agricultura e pesca. Além desses, existem medidas do licenciamento ambiental, ações de extensão universitária e ações sociais corporativas.

### **3.1.1. Saúde**

A Saúde teve sua estrutura reorganizada<sup>98</sup> com base no Sistema Único de Saúde (SUS), e as divisões territoriais se organizaram no âmbito da descentralização e regionalização, como diretrizes organizacionais visando a municipalização das ações e serviços de saúde, com base na CF/88, na Norma Operacional Básica (NOB-SUS), de 01/96, e na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS), de 01/2002. Mas, é no âmbito da Atenção Básica que a abordagem territorial na Saúde fica mais evidente, conforme a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), por ocorrer no local mais próximo da vida das pessoas, sendo as Unidades Básicas de Saúde (UBS) a porta de entrada na rede de saúde.

Dentre os serviços e programas da Atenção Básica (AB) estão o programa Agente Comunitário de Saúde (PACS) e o programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) (PNAB/MS, 2012).

Com base na PNAB, na AB o processo de trabalho das equipes se caracteriza pela definição do território de atuação e a população sob a responsabilidade da UBS e das equipes, de acordo com as necessidades de saúde, priorizando as intervenções clínicas e sanitárias nos problemas de saúde, com base em critérios como frequência, risco, vulnerabilidade e resiliência. Nos territórios a AB também deve desenvolver ações priorizando grupos de risco e fatores de risco, entre eles os ambientais.

---

<sup>98</sup> No caso da saúde, nos anos 1980, deu-se início a um processo de distritalização da saúde, apropriado pelo Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), desencadeando a estruturação de distritos sanitários, que eram unidades organizacionais mínimas do sistema de saúde que deveriam ter uma base territorial.

Nos modelos de desenvolvimento focados nos grandes empreendimentos, a Saúde vem atuando a fim de identificar impactos socioeconômicos e ambientais que afetam as condições de vida e saúde, e que podem levar ao adoecimento. Porém, não há normativas que exijam estudos de saúde para efeito de licenciamento. Recentemente, o IBAMA e poucos órgãos ambientais estaduais estão reconhecendo a necessidade da atuação da Saúde nos EIAs, nos Projetos Básicos Ambientais (PBAs) e nos Termos de Referências (TRs) específicos, com o objetivo de mitigar os impactos e propor medidas de proteção, prevenção e promoção da saúde (FIOCRUZ, 2018). No entanto, continua cabendo aos serviços de saúde territorializados a atenção à saúde da população atingida.

O Quadro 5 apresenta os principais programas/ações e valores de execução orçamentária na Saúde, de 2015 a 2020, de São Joao da Barra.

**Quadro 5:** Principais programas/ações e valores executados na Saúde em São João da Barra (2015 a 2020)

Programa Universalização da Saúde/Ação	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Construção e estrutura de posto de saúde e unidade hospitalar e outros	300.000,00	30.000,00	30.000,00	_____	_____	_____
Reforma e ampliação de Unidade Hospitalar em Barcelos e Carrapicho	300.000,00	20.000,00	20.000,00	_____	_____	_____
Aquisição de equipamentos unidade de saúde e SMS	690.000,00	274.000,00	274.000,00	_____	_____	_____
Aquisição de veículos	460.000,00	20.000,00	20.000,00	_____	_____	_____
Desenvolvimento de atividades do Programa Saúde da Família	4.579.318,93	5.487.000,00	2.397.000,00	_____	_____	_____
Programa Atenção Básica como direito de todos/Ação						
Desenvolvimento das ações de atenção básica em saúde	_____	_____	_____	5.541.000,00	7.972.000,00	7.020.920,76
Programa Universalização da Saúde/Ação						
Construção, reforma e manutenção de unidades de saúde	_____	_____	_____	2.921.720,00	1.355.000,00	1.170.250,00
Programa de Vigilância em saúde como estratégia de prevenção/Ação						
Fortalecimento da vigilância em saúde	_____	_____	_____	1.251.641,92	6.636.000,00	4.371.500,00

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do município (extraídos em 21/10/2021)

No Quadro 5 destacam-se as atividades do Programa de Saúde da Família (ESF), que de 2015 a 2017 está inserido como uma das ações do Programa Universalização da Saúde, e de 2018 a 2020 é uma das ações do Programa de Atenção Básica como Direito de Todos. Tanto em um quanto no outro programa, os valores são consideráveis, se comparados com os de outras ações, demonstrando a importância da Atenção Básica em Saúde no município, principalmente do ESF e da construção de UBS nos distritos, conforme mostra a Tabela 4 a disposição territorial dos equipamentos nos 6 distritos.

**Tabela 4:** Principais equipamentos de saúde em São João da Barra e 5º Distrito

Equipamentos	Quant.	Outros distritos	5º Distrito
UBS	4	Cajueiro, Palacete	Sabonete, Quixaba
UMS	5	Sede, Barcelos, Grussaí	Açu, Mato Escuro
ESF	10	Atafona, Barcelos, Carrapicho, Grussaí, Nova São João da Barra, Sede, Cajueiros	Açu, Campo de Areia, Mato Escuro
Policlínicas de saúde	2	Sede	Sabonete
PU	5	Barcelos, Grussaí, Sede	Açu, Mato Escuro
Ambulatórios de Fisioterapia	5	Barcelos, Grussaí, Atafona, Sede	Açu
Unidade de Referência em saúde da mulher José Félix de Sá	1	Sede	—
Centro de Atenção Psicossocial CAPS I	1	Sede	—
Núcleo de Controle e Zoonose (NCZ)	1	Sede	—

**Fonte:** Elaboração própria com base no Plano M. de Saúde (2018-2021)<sup>99</sup>, <http://www.sjb.rj.gov.br/unidades-de-saude> e DATASUS<sup>100</sup>.

A rede de saúde conta ainda com serviços de atenção à saúde bucal, comunidades terapêuticas, assistência farmacêutica, serviço de vigilância sanitária e epidemiológica, programas de atenção à saúde mental e o Programa Municipal de Atenção à Saúde do Trabalhador<sup>101</sup>, implementado em 2014 com o objetivo de promover e recuperar a saúde dos trabalhadores urbanos e rurais.

Com foco na AB, os serviços oferecidos pelo ESF têm um papel relevante no território. A Figura 64 mostra a imagem de um mural com informações dos serviços e ações do programa no Açu, realizados pelos ACS.

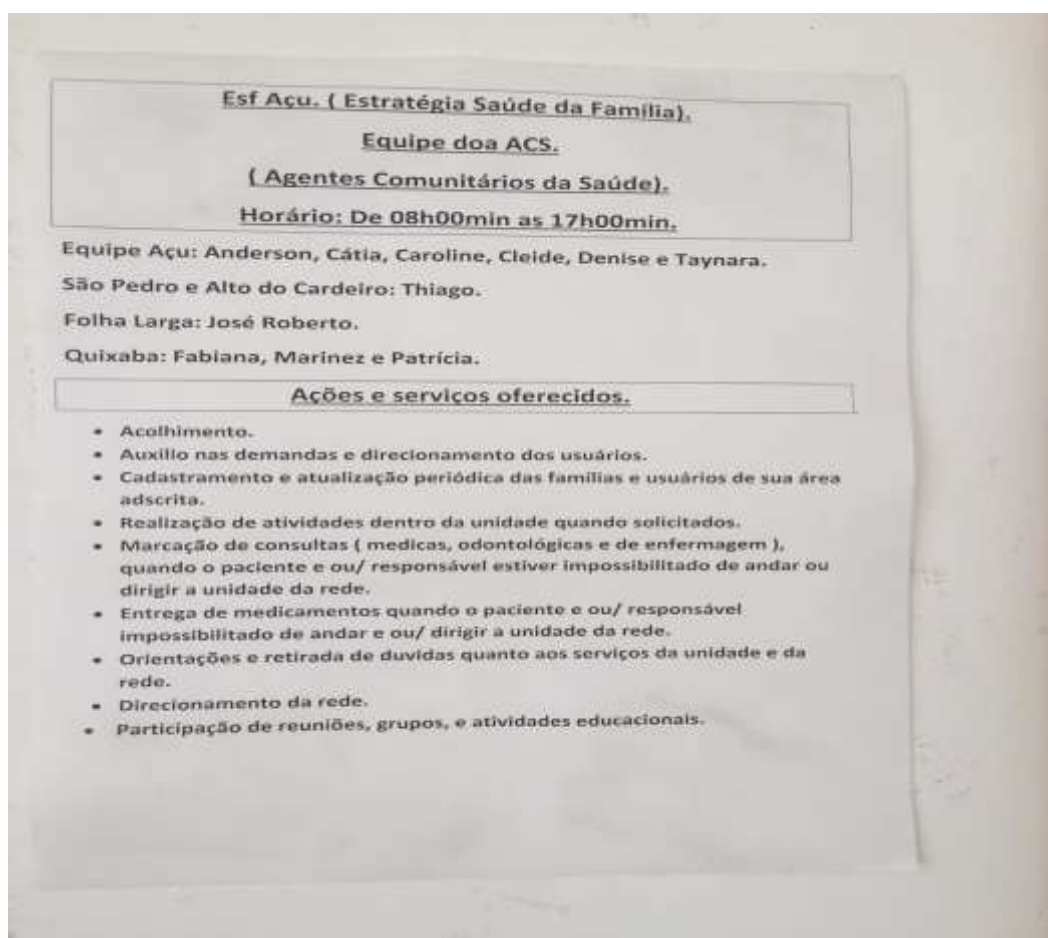
<sup>99</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/plano-municipal-de-saude2018-2021.pdf>

<sup>100</sup> [http://cnes2.datasus.gov.br/Mod\\_Ind\\_Clientela\\_Listar.asp?VTipo=03&VListar=1&VEstado=33&VMun=330500&VComp=](http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Clientela_Listar.asp?VTipo=03&VListar=1&VEstado=33&VMun=330500&VComp=)

<sup>101</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-2954/prefeito-neco-sanciona-programa-de-saude-do-trabalhador>  
[http://cnes2.datasus.gov.br/cabecalho\\_reduzido.asp?VCod\\_Unidade=3305009860827](http://cnes2.datasus.gov.br/cabecalho_reduzido.asp?VCod_Unidade=3305009860827)



**Figura 64:** Serviços e ações ofertados pelo ESF do Açú



**Fonte:** Acervo próprio, captura em 21/01/2021

A saúde tem como “determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais”, conforme Art. 2 da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990). Isso significa que somente um conjunto integrado de medidas sociais e ambientais pode assegurar a saúde de agricultores familiares e pescadores artesanais, e para os quais não foram encontrados serviços e ações específicos.

No caso desses grupos, suas atividades são determinadas por fatores de riscos ocupacionais, físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos, e pelas condicionantes sociais, econômicas, tecnológicas e organizacionais.

Em sua atividade laboral, além dos acidentes de trabalho e da exposição aos riscos e as condicionantes tradicionais, os agricultores familiares vivenciam problemas cardiovasculares, dermatológicos, neurológicos e outros relativos ao uso de produtos químicos, como os agrotóxicos, e as maiores prevalências de morbidades são as doenças de coluna, a hipertensão arterial, a artrite ou o reumatismo (DIAS, 2006; MOREIRA et al., 2015).

Os pescadores artesanais, que assim como os agricultores familiares não possuem renda estável, antes dependem de sua atividade para obtê-la e garantir seu sustento e de sua família, além dos riscos e das condicionantes tradicionais, a atividade da pesca se desenvolve em condições naturais e sociais adversas, deixando os pescadores vulneráveis a acidentes de trabalho, às doenças por esforço repetitivo, doenças do trato respiratório, doenças de pele, hipertensão entre outras, conforme Campos et al. (2019).

Em face das condições em que se desenvolvem e é organizado o trabalho na agricultura familiar e na pesca artesanal, a Atenção Primária à Saúde (APS) poderia realizar um mapeamento territorial e desenvolver ações assistenciais e educativas, tendo os ACS papel fundamental por visitarem os domicílios, estando mais próximos das famílias de agricultores e pescadores.

Além da APS, o Programa Municipal de Atenção à Saúde do Trabalhador tem como objetivo desenvolver ações educativas e interventivas na relação saúde *versus* trabalho, como também o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) (DIAS, 2006; DIAS e SILVA, 2013), que no NF fica localizado em Campos dos Goytacazes, mas possui abrangência regional.

Sobre os agrotóxicos, o Serviço de Vigilância em Saúde de Populações Expostas ao Agrotóxico, da Secretaria de Vigilância em Saúde, monitora as notificações por intoxicação. Porém, de 2007 a 2015, chama a atenção que São João da Barra e mais 11 municípios do estado do Rio de Janeiro, considerados prioritários para notificação de intoxicação por agrotóxicos, não apresentaram notificações, que é um dos serviços de vigilância em saúde a ser realizado pelos municípios (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

### **3.1.2. Assistência Social**

A Assistência Social é organizada com base na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e a incorporação do conceito de território ocorreu a partir dos anos 2000, visto como dimensão estratégica para a universalização de direitos, conforme o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Com base na PNAS, as ações devem ser planejadas territorialmente visando superar a fragmentação, alcançar a universalidade da cobertura, ter possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços e “realizar a vigilância social das exclusões e estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidades e riscos sociais” (PNAS, 2004, n.p.). Para isso, a disposição territorial dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos

Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), que são os principais equipamentos de assistência social e referência para um determinado número de famílias, é planejada pelo município conforme a capacidade de atendimento de cada equipamento (NOB-SUAS, 2012).

A Assistência Social está organizada em dois níveis de complexidade, que realizam a gestão territorial da proteção social. A Proteção Social Básica (PSB) destina-se à prevenção contra riscos pessoal, social e comunitário e o fortalecimento de vínculos, a ser desenvolvida nos CRAS por meio de programas e ações, e oferta de serviços e benefícios, como o cadastro em programas federais pelo CadÚnico<sup>102</sup>, o cadastro em programas estaduais e municipais e o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF).

O PAIF tem como objetivo o trabalho com famílias visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o enfrentamento às vulnerabilidades, estando incluídas na atenção do programa as famílias afetadas por remoções e deslocamentos forçados e que vivenciam conflitos, de modo a que não incorram em situações de risco social (MDS/PAIF, 2012).

A Proteção Social Especial (PSE) tem como objetivo o trabalho com indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal, familiar e comunitário, e com direitos violados, oferecendo apoio, orientação e acompanhamento nos CREAS por meio do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que é um serviço de orientação e acompanhamento de famílias que vivenciam ameaça ou violação de direitos, com o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários e a função protetiva da família (MDS/PAEFI)<sup>103</sup>.

Na atuação da Assistência Social nos territórios deve-se considerar a realidade familiar, social, histórica, econômica e cultural, e cabe o estímulo ao protagonismo das famílias e o fortalecimento da rede de proteção para o controle social. Dessa forma, visa a ampliação da cidadania e o enfrentamento dos fatores geradores de vulnerabilidades, em um contexto de aviltamento das condições de vida, tendo como instrumento normativo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que trata da organização dos serviços de proteção social do SUAS.

Dentre os grupos populacionais tradicionais alvos da Assistência Social, estão as famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura, que conforme o documento técnico “Guia de cadastro de grupos populacionais tradicionais e específicos” são aquelas que com a construção de “obras públicas sofreram transformações sociais, econômicas e culturais significativas,

---

<sup>102</sup> O Cadastro Único é um instrumento de coleta de informações sobre as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza para fins de inclusão em programas sociais.

<sup>103</sup> <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>

provocadas pelo deslocamento compulsório de sua moradia, ou perda de sua atividade econômica, acarretando mudança no seu modo de vida” (BRASIL/MDS, 2012, p. 89).

Para a Cartilha do PAIF, essas são “famílias recém-retiradas de seu território de origem em função da implementação de empreendimentos com impactos ambientais e sociais. Famílias vivendo em território com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros)”, além de outros grupos de famílias<sup>104</sup> (BRASIL/MDS/PAIF, 2015, n.p.).

Entre as instituições da Assistência Social de São João da Barra estão o Abrigo e a Casa de Passagem, e 5 CRAS e 2 CREAS, dentre eles os que são referência para as localidades do 5º Distrito, conforme Quadro 6.

**Quadro 6:** CRAS e CREAS referência para o 5º Distrito

CRAS	Total	Referência
CRAS Sabonete		5º Distrito
CRAS Barcelos		6º Distrito
CRAS Açú		5º Distrito
CRAS Atafona		1º e 2º Distritos
CRAS Grussaí		3º e 4º Distritos
Total	05	
CREAS		Referência
CREAS Mato Escuro		5º Distrito
CREAS sede		Outros distritos
Total	02	

**Fonte:** Elaboração própria com base em: <http://www.sjb.rj.gov.br/cras-assistencia-social> (acesso maio/2021)

Observa-se pelo Quadro 6, que o 5º Distrito, o maior em extensão territorial de São João da Barra, e que vivencia de forma mais aguda os impactos do Porto do Açú, tem suas famílias referenciadas em 2 CRAS, sendo que o CRAS Açú passou a funcionar somente em 2020, quando concluída sua construção. Quanto aos serviços da proteção social especial (PSE), estes são ofertados pelo CREAS de Mato Escuro, que passou a funcionar no local em 2019, quando sua construção foi concluída.

Entretanto, como abordado no Capítulo 2, o CREAS de Mato Escuro e o CRAS do Açú descontinuaram os serviços em decorrência da demissão das equipes básicas em dezembro de 2020, por ocasião das eleições municipais, com previsão de suspensão do atendimento até março de 2021, ou seja, três meses sem atendimento por falta de funcionários.

<sup>104</sup> Outros grupos familiares tradicionais, alvo da assistência social são as famílias indígenas, quilombolas, famílias em situação de rua, famílias pertencentes a comunidade de terreiro, famílias ciganas, famílias resgatadas do trabalho análogo a de escravo, famílias de catadores de material reciclável, famílias de preso do sistema carcerário, famílias de extrativistas, famílias de pescadores artesanais, famílias ribeirinhas, famílias de agricultores, famílias assentadas da reforma agrária, famílias acampadas, famílias beneficiária do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) (BRASIL/MDS, 2012).

Esse fato aponta para a contratação de trabalhadores do SUAS pela administração pública municipal que contraria a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS (NOB-RH/SUAS), que recomenda a contratação de servidores públicos para CRAS e CREAS por meio de concurso público, pois são equipamentos público-estatais.

A contratação temporária que ocorre no município é uma prática comum em outros municípios brasileiros, que geralmente lançam mão desse tipo de expediente a fim de evitar maiores despesas com o funcionalismo público. No entanto, essa prática gera rotatividade de profissionais, afetando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à coletividade, principalmente às famílias do território.

O Quadro 7 apresenta os principais programas/ações e valores de execução orçamentária na Assistência Social, de 2015 a 2020.

**Quadro 7:** Principais programas/ações e valores executados na Assistência Social em São João da Barra (2015 a 2020)

Programa Desenvolvimento Social igualitário/Ação	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Construção de Cras e Creas	120.000,00	10.000,00	10.000,00	-----	-----	-----
Aquisição de equipamentos para serviços socioassistenciais e administrativos	100.000,00	524.000,00	374.000,00	-----	-----	-----
Desenvolvimento de atividades com eventos culturais nos centros de convivência do idoso	40.000,00	18.000,00	18.000,00	-----	-----	-----
Desenvolvimento de atividades de empoderamento da mulher	221.000,00	17.000,00	17.000,00	-----	-----	-----
Proporcionar atendimento integral à família - PAIF	2.651.000,00	3.231.000,00	2.231.000,00	-----	-----	-----
Desenvolvimento do programa de transferência de renda Cartão Cidadão	<b>11.000.000,00</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	-----	-----	-----
Assistência à pessoa com deficiência	25.000,00	27.000,00	27.000,00	-----	-----	-----
Manutenção de atividades da proteção social básica e da especial de média e alta complexidade	468.500,00	129.730,52	130.000,00	-----	-----	-----
Restituição de valores provenientes de convênios	6.000,00	2.000,00	2.000,00	-----	-----	-----
Desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	16.428.000,00	17.567.000,00	12.939.000,00	4.889.000,00	6.938.200,00	9.984.000,00
Erradicação do Trabalho Infantil	225.000,00	15.000,00	15.000,00	-----	-----	-----
Desenvolvimento das atividades para inclusão no mundo do trabalho	152.000,01	84.000,00	139.000,00	-----	-----	-----
Manutenção das atividades do Conselho de Assist. Social	40.000,00	113.000,00	113.000,00	22.200,00	17.000,00	17.000,00
<b>Programa Assistência Social para Autonomia e Dignidade Humana/Ação</b>						
Desenvolvimento das atividades de proteção básica	-----	-----	-----	3.736.000,00	531.000,00	498.600,00
Desenvolvimento das atividades de proteção esp. de média complexidade	-----	-----	-----	226.000,00	177.000,00	143.100,00
Desenvolvimento das atividades de proteção esp. de alta complexidade	-----	-----	-----	120.000,00	151.000,00	262.900,00
Desenvolvimento das atividades de gestão do SUAS	-----	-----	-----	243.500,00	350.700,00	442.100,00
Desenvolvimento das	-----	-----	-----	<b>4.630.000,00</b>	<b>4.321.000,00</b>	<b>6.684.158,39</b>

atividades de transferência de renda						
Construção, manutenção e reforma das unidades de Assistência Social				600.000,00	201.000,00	292.100,00
<b>Total</b>	<b>31.476.500,01</b>	<b>28.737.730,52</b>	<b>21.015.000,00</b>	<b>14.466.700,00</b>	<b>12.686.900,00</b>	<b>18.323.958,39</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do município (extraídos em 21/10/2021)

Conforme pode ser observado no Quadro 7, existem dois programas que desenvolveram ações da Assistência Social em São João da Barra. De 2015 a 2017, o Programa Desenvolvimento Social Igualitário, e de 2018 a 2020, o Programa Assistência Social para Autonomia e Dignidade Humana, com suas respectivas ações.

Além das construções de equipamentos, das ações de proteção social básica e especial, e daquelas voltadas às pessoas com deficiência, à mulher, à infância com a erradicação do trabalho infantil, ao idoso, às famílias assistidas pelo PAIF, e outras, há o Cartão Cidadão, um programa de transferência de renda (PTR) do governo municipal.

Pelo Quadro 7 nota-se que os valores da ação Desenvolvimento do Programa de Transferência de Renda Cartão Cidadão e da ação Desenvolvimento das Atividades de Transferência de Renda estão em negrito a fim de destacá-los, por serem expressivos se comparados aos das demais ações, exceto aos valores da ação Desenvolvimento das atividades do Fundo M. de Assistência Social.

O Cartão Cidadão foi criado pela Lei n. 27/2006, suspenso em 2017 e restabelecido em janeiro de 2019, com base na Lei n. 504/2018<sup>105</sup>, até então com o valor de R\$ 230,00/mês, passando para R\$ 300,00/mês em 2019.

Não foi identificado o total de beneficiários/ano do Cartão Cidadão. As informações obtidas constam de notícias veiculadas pela Prefeitura. Assim, em 2015, quando o Cartão Cidadão foi suspenso, atendia 4.905 famílias, segundo informação da secretária de Assistência Social<sup>106</sup>. Retomado em 2019, no final desse ano 3.627 famílias constavam como beneficiárias do Cartão Cidadão<sup>107</sup>. Em abril de 2020<sup>108</sup> eram 4.345 famílias, fazendo com que R\$ 1.303.500,00 em recursos públicos fosse alocado no comércio local no referido mês.

Outros PTRs são o Programa Bolsa Família (PBF)<sup>109</sup>, criado em 2004, e o Auxílio Emergencial COVID-19<sup>110</sup>, criado em 2020, ambos do governo federal, conforme Tabela 5.

<sup>105</sup> [http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/diario\\_oficial/diario\\_oficial\\_01022018\\_1520355237.pdf](http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/diario_oficial/diario_oficial_01022018_1520355237.pdf)

<sup>106</sup> <https://www.portalozk.com/vaf/noticias/politica/populacao-ameaca-invadir-prefeitura-e-prefeito-recua-no-bloqueio-do-aluguel-social/1804/>

<sup>107</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-8526/cartao-cidadao-beneficia-3.627-familias-em-sjb>

<sup>108</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9089/funcao-importante-do-cartao-cidadao-em-tempos-de-crise>

<sup>109</sup> Criado pela Lei 10.836 de 09 de fevereiro de 2004, e extinto pela Medida Provisória n. 1.061, de agosto de 2021, no governo de Jair Bolsonaro.

<sup>110</sup> <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acompanhar-auxilio-emergencial>

**Tabela 5:** PBF e Auxílio COVID - 19 em São João da Barra (2017 a 21/09/2021)

Ano	Programa	Quant. Famílias/beneficiários	Percentual da população (%)	Total disponibilizado (R\$)
2017	Bolsa Família	3.686	11,26	7.315.588,00
2018	Bolsa Família	4.276	13,06	8.224.842,00
2019	Bolsa Família	4.021	12,28	8.686.041,00
2020	Bolsa Família	3.691	11,27	8.577.373,00
	Auxílio COVID-19	16.711	51,03	72.752.465,00
01/01/2021 até 21/09/2021	Bolsa Família	3.490	10,66	4.902.745,00
	Auxílio COVID - 19	92	0,28	134.439,00

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência da União<sup>111</sup> (extraídos em 21/09/2021)

Importante destacar que o Portal da Transparência da União trabalha com o Censo Demográfico de 2010, que contabilizou 32.747 habitantes no município.

Em São João da Barra o PBF apresenta um número expressivo de famílias beneficiadas, e mostra pequenas variações entre os anos, indicando que de 2017 a 21/09/2021 não houve alteração socioeconômica na vida das famílias, mas manutenção, conforme apontam os dados. O PBF possui como benefício médio repassado o valor de R\$ 90,86 por família, considerando os valores variados por tipo de benefício<sup>112</sup>.

No ano de 2019 eram 4.021 famílias no PBF, de acordo com a Tabela 5, e no Cartão Cidadão eram 3.627 famílias no final de 2019, conforme citado anteriormente. Assumindo que o tamanho médio da família brasileira é de 3 pessoas (PNAD/IBGE)<sup>113</sup>, o PBF beneficiou 12.063 pessoas no ano 2019 e o Cartão Cidadão 10.881 pessoas no final do ano de 2019. Isso significa que 22.944 pessoas no final de 2019<sup>114</sup> foram beneficiadas nos dois PTRs, salientando que famílias beneficiadas com o PBF podem, dentro dos critérios do Cartão Cidadão, acessar o programa e vice-versa.

O ano de 2020 foi atípico devido à pandemia de COVID-19, podendo ser observado um número significativo de beneficiários do Aux. Emergencial COVID-19 na Tabela 5. Os assistidos, entre eles as famílias beneficiárias do PBF, receberam a primeira parcela no mês de abril de 2020 e a última em dezembro do mesmo ano, no valor de R\$ 600,00. Em 2021 foram pagas 7 parcelas mas com valores diferenciados<sup>115</sup>.

<sup>111</sup> <https://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios?ano=2017>

<sup>112</sup> Valor e tipo de benefícios recebidos pelas famílias variam de acordo com o perfil de renda, tamanho e composição familiar: básico, benefício à gestante (BVG), benefício variável à nutriz (BVN), benefício variável (criança de 0 a 6 anos), benefício variável (criança de 7 a 15 anos), benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ), benefício para superação da extrema pobreza (BSP).

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/relatorio-completo.html>

<sup>113</sup> <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>

<sup>114</sup> Em 2019 a população foi estimada em 36.102 habitantes, conforme Estudo socioeconômico do TCE-RJ/2020. Disponível em: [https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos\\_socioeconomicos](https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos)

<sup>115</sup> R\$ 150,00 para família composta por uma pessoa; R\$ 250,00 para famílias com mais de uma pessoa; e R\$ 375,00 para mães sem cônjuge ou companheiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/prorrogaao-do-auxilio-emergencial-comecara-ser-paga-no-dia-18>



No mesmo ano de 2020, o PBF contemplou 3.691 famílias, alocando R\$ 8.577.373,00 em recurso público federal no município e no Auxílio COVID-19 foram 16.711 pessoas beneficiadas com R\$ 72.752.465,00 em recursos federais. No mês de abril o Cartão Cidadão beneficiou 4.345 famílias e colocou no comércio local R\$ 1.303.500,00 em recursos municipais provenientes dos royalties petrolíferos. Os valores disponibilizados por esses três PTRs somaram R\$ 82.633.338,00.

Em decorrência da pandemia, que se manteve no ano de 2021, além do PBF e do Cartão Cidadão, benefícios anteriores à pandemia, e do Auxílio Covid-19, em 2021 o estado do Rio de Janeiro criou o SuperaRJ<sup>116</sup>, um programa de renda mínima para enfrentamento da crise econômica. Previsto para encerrar em dezembro/2021, o programa transferiu para as famílias beneficiadas de São João da Barra valores variáveis, com destaque para a média, conforme Tabela 6.

**Tabela 6:** Valores do SuperaRJ para São João da Barra (julho a dezembro/2021)

Mês de referência	Valor total dos benefícios (R\$)	Média dos valores disponibilizados
Julho	71.650,00	221,83
Agosto	91.400,00	222,38
Setembro	158.570,00	358,76
Outubro	139.760,00	319,09
Novembro	134.880,00	302,42
Dezembro	137.860,00	301,66

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do SuperaRJ, consulta por município<sup>117</sup> (extraídos em 03/02/2022)

Ressalta-se que na página do programa na internet não está disponível o número total de beneficiários por municípios, e entre os elegíveis estão as famílias cadastradas no CadÚnico não beneficiárias do PBF ou de outro programa municipal ou federal. O programa ainda prevê linhas de crédito para cooperativas de pequenos produtores e para agricultores familiares, conforme legislação<sup>118</sup>.

São João da Barra também possui programas habitacionais, e em 2013 o Programa de Adequação Habitacional<sup>119</sup> contemplou reforma de casa, moradias de interesse social e o Aluguel Social. Este é um auxílio financeiro concedido temporariamente (por até 24 meses, salvo exceções) a famílias residentes em área de risco ou em construções sujeitas a desabamento, que estejam dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa, entre eles o cadastro no CRAS e o laudo da Defesa Civil.

<sup>116</sup> Instituído pela Lei n. 9.191 de 02/03/2021 e regulamentado pelo Decreto n. 47.544 de 25/03/2021.

<sup>117</sup> <https://www.superarj.rj.gov.br/painelTransparencia/listaPorMunicipio/S%C3%83O%20JO%C3%83O%20DA%20BARRA/202107>

<sup>118</sup> <https://www.superarj.rj.gov.br/docs/lei-decreto-superarj.pdf>

<sup>119</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-2367/sao-joao-da-barra-investe-em-programa-habitacional>

Em 2013, 310 famílias receberam o Aluguel Social, entre elas as que estavam aguardando a reforma de casas e a entrega de casas populares que estavam em construção. Em 2014 o número de famílias aumentou para 358<sup>120</sup>. Em 2017 o auxílio foi reformulado, conforme Lei Municipal nº 465/2017, e em 2019 teve os seus artigos 2º e 9º alterados pela Lei 634/2019, de 13 de dezembro de 2019.

Em abril de 2020 eram 136<sup>121</sup> famílias beneficiadas com o Aluguel Social, número menor do que em anos anteriores, que pode ter como explicação a oferta de habitação popular no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida 1 e 2, em parceria com o governo federal, e pelo Programa Municipal de Habitação Popular custeado com recursos municipais. Entre as casas foram contruídas 16 em Barcelos, 28 em Mato Escuro<sup>122</sup> e 30 na Praia do Açú (Barra do Açú).

Apesar da relevância dos PTRs para alívio à pobreza de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade extrema, com exceção do período da pandemia em que foram fundamentais no enfrentamento da COVID-19, eles deveriam ser ofertados por um período transitório. Porém, em São João da Barra verifica-se um número expressivo de beneficiários que se mantém durante os anos, o que pode indicar algum grau de insegurança alimentar (IA) permanente pela relação entre IA e PBF.

Este é o caso dos pescadores artesanais de São João da Barra que vivenciam a IA, conforme Cunha et al. (2019). Sobre os agricultores familiares, pouco se sabe sobre suas próprias condições alimentares, tendo em vista a vulnerabilidade social e econômica em que vivem e que certamente influencia no acesso à alimentação adequada, apesar do conhecimento de que a atividade que desenvolvem seja fonte de segurança alimentar (COSTA et al., 2021).

Quanto a oferta de casas populares e o programa de reforma, não foi possível identificar se havia agricultores familiares e pescadores artesanais atingidos beneficiados com casas populares. É certo que os programas de habitação social não contemplaram os agricultores e pescadores pela sua condição de atingido. Não realizou um levantamento das condições habitacionais a fim de ofertar habitação conforme as necessidades de trabalho e renda, o que para o agricultor familiar e sua família seria uma forma de preservá-los no campo em condições sustentáveis, assim como seria para o pescador se manter sustentável.

Segundo Arruda (2019), dos 472 pescadores artesanais de São João da Barra que responderam à questão sobre moradia, 339 viviam em casa própria quitada, e os demais, 133, em casas alugadas, compartilhadas, cedidas ou em casa própria não quitada. Porém, ressalta-se que mais do que morar, a casa é o local do habitar, que no caso do pescador artesanal é onde ocorre o

---

<sup>120</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-2743/aluguel-social-transforma-vida-de-familias-em-sjb>

<sup>121</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9098/aluguel-social-beneficia-136-familias-em-sjb>

<sup>122</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-2367/sao-joao-da-barra-investe-em-programa-habitacional>

beneficiamento e o armazenamento do pescado, o conserto dos apetrechos de pesca e outras atividades desenvolvidas em família.

Outros auxílios assistenciais do município constam da Resolução 006/2014, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que regulamenta a concessão de benefícios eventuais da Política de Assistência Social<sup>123</sup>.

### 3.1.3. Educação

Como um direito social, a Educação é uma política social direcionada ao exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, sendo dever do Estado sua oferta obrigatória no âmbito da educação básica (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio) (BRASIL/LDB, 1996).

Entre as modalidades educacionais, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) abrange cursos de qualificação profissional, habilitação técnica e tecnológica e pós-graduação, focada na inserção no mundo do trabalho e buscando a confluência de dois direitos fundamentais que são o direito à educação e ao trabalho. Os cursos da EPT são oferecidos por instituições públicas, como a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, os Serviços Nacionais de Aprendizagem e as instituições de Educação Superior Privadas (SETEC/MEC).

A educação superior é ofertada por instituições públicas e privadas, visando a formação cidadã e a qualificação científica e tecnológica, em articulação com o desenvolvimento social e econômico do país, no enfrentamento das desigualdades sociais nacionais e regionais, obedecendo ao tripé ensino, pesquisa e extensão (BRASIL/LDB, 1996).

Em São João da Barra, o número total de matrículas no ensino infantil, fundamental e médio, regular e/ou especial era de 9.397, em 2019 (TCE-RJ, 2020), e conforme informações no portal da Prefeitura em 21/07/2021<sup>124</sup>, o número de unidades escolares era de 38 escolas que ofertam educação infantil (creche e pré-escola); 1º segmento (1º ao 5º ano) e 2º segmento (6º ao 9º ano); EJA 1º e 2º segmentos, dessas, 17 escolas se localizam no 5º Distrito.

O município ainda conta com um campus avançado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), que é uma escola de educação técnica/profissional localizada no distrito sede, criada em 2014, e pólos de instituições privadas que ofertam cursos de graduação à distância.

---

<sup>123</sup> [http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/diario\\_oficial/diario\\_oficial\\_25042014\\_1398791587.pdf](http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/diario_oficial/diario_oficial_25042014_1398791587.pdf)

<sup>124</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/escolas>

No campo da qualificação profissional, em 2009 a Prefeitura ofertou curso de mandarim através da Secretaria de Educação e Cultura, em parceria com a Câmara de Comércio Indústria Brasil-China, em escolas de Barra do Açu (5º Distrito), Barcelos, Grussaí e em Atafona, visando as empresas chinesas que se instalariam no Porto do Açu<sup>125</sup>.

No campo da educação especial há o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), localizado no distrito sede, criado em 2017 para o atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública.

Em 2019 a Prefeitura reformou a Creche Municipal de Mato Escuro, e finalizou a construção do Centro Municipal de Educação Avançada (CMEA), também em Mato Escuro, no 5º Distrito. O CMEA oferece o Ensino Fundamental do 5º ao 9º ano, e contraturno. Segundo informação no portal da Prefeitura<sup>126</sup>, o prédio conta com 14 salas de aula, laboratório de informática, salas de vídeo, de psicopedagogia, biblioteca, auditório, refeitório, banheiros acessíveis, cantina, cozinha e outras salas e quadra poliesportiva, e tem como parceiros de suas atividades o IFF e a empresa Chevron.

Ainda na Educação, o Programa Municipal de Incentivo ao Ensino Universitário/Cartão Universitário ou Bolsa Universitária, é uma política de ensino superior mantida com recursos oriundos dos royalties do petróleo e/ou participações especiais, criado pela Lei n. 078 de 13 de dezembro de 2007, regulamentado pelo Decreto n. 001 de 10 de janeiro de 2008.

Esse programa se manteve até 2016, com valores das bolsas que variavam de 50% a 100% do valor da mensalidade para todos os cursos de graduação, inclusive medicina e odontologia, cursos com mensalidades com valores mais elevados. Porém, com a queda de arrecadação municipal devido à redução dos repasses dos royalties do petróleo e das participações especiais, o município decretou situação de emergência econômico-financeira, conforme o Decreto n. 018 de 20 de maio de 2016. Com isso reduziu para 30% o valor da bolsa de estudo, limitando para R\$ 2.000,00 o valor máximo do benefício, e suspendeu o Passe Estudantil, exceto para os beneficiários do Cartão Universitário.

Com a Lei n. 606 de 17 de julho de 2019<sup>127</sup>, regulamentada pelo Decreto n. 100/2019, o Programa Municipal de Incentivo ao Ensino Universitário/Cartão Universitário, retornou, mas

<sup>125</sup> [https://paulonoel.blogspot.com/search?q=porto+do+a%C3%A7u&updated-max=2011-12-30T06:58:00-02:00&max-results=20&start=48&by-date=false&token=CkH\\_AL\\_6u91gAP8A\\_wD\\_73gsSaLP\\_uPHKzsrLysrLzsjMysvOzMrKxs\\_JxcvMx8jHx8bPy\\_cjNy87Nz8nOzs\\_hAwITxci0hB5TaFUABaCwlUNyIQwkOcjhADYI3ikq8CcgYIpm2aiQY%3D](https://paulonoel.blogspot.com/search?q=porto+do+a%C3%A7u&updated-max=2011-12-30T06:58:00-02:00&max-results=20&start=48&by-date=false&token=CkH_AL_6u91gAP8A_wD_73gsSaLP_uPHKzsrLysrLzsjMysvOzMrKxs_JxcvMx8jHx8bPy_cjNy87Nz8nOzs_hAwITxci0hB5TaFUABaCwlUNyIQwkOcjhADYI3ikq8CcgYIpm2aiQY%3D)

<sup>126</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7541/obras-serao-entregues-em-mato-escuro>

<sup>127</sup> Diário Oficial de São Joao da Barra de 21/10/2019.

[http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/diario\\_oficial/diario\\_oficial\\_21102019\\_1571627967.pdf](http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/diario_oficial/diario_oficial_21102019_1571627967.pdf)

sem contemplar os estudantes dos cursos de medicina e odontologia, e estabeleceu um mínimo de 40% do valor da mensalidade, além de outras mudanças.

O Passe Estudantil, denominado de Transporte Universitário e Técnico Gratuito, programa criado pela Lei n. 078/2007, suspenso em 2017 e retomado em 2019<sup>128</sup>, volta-se para o deslocamento gratuito dos estudantes universitários e técnicos, com destino às universidades e faculdades localizadas em Campos dos Goytacazes. Para o 5º e 6º distritos, um micro-ônibus percorre as localidades de Azeitona, Água Preta, Mato Escuro, Concha, Cazumbá, Campo de Areia, Pipeiras, Palacete e Vila Abreu.

No Quadro 8 é apresentado um resumo dos principais equipamentos e serviços educacionais no 5º Distrito.

**Quadro 8:** Principais serviços e equipamentos educacionais no 5º Distrito

Equipamentos/serviços	Data de criação/reforma
Curso de mandarim	2009
Programa Municipal de Incentivo ao Ensino Universitário/Cartão Universitário	2007
Transporte universitário e técnico gratuito	2007
Centro M. de Educação Avançada (CMEA) em Mato Escuro	2019
Creche M. Maria Alaide do Esp. Santo no Açú	Sem informação
Creche M. Floriano Azeredo Siqueira em Mato Escuro	2012/2019 (reforma)

**Fonte:** Elaboração própria com base em <http://www.sjb.rj.gov.br/escolas>, PME<sup>129</sup> e outros

Outras ações dizem respeito às recomendações do Plano Municipal de Educação (PME) (2015-2025) sobre a profissionalização tendo em vista o Porto do Açú. Para isso o município deve reforçar a educação técnica/profissionalizante de nível médio, com base em quatro estratégias<sup>130</sup> que visam a qualificação de mão de obra, a redução das desigualdades étnico-raciais e a adoção de políticas afirmativas, e a educação profissional, com base no empreendedorismo socioambiental.

O Quadro 9 apresenta os principais programas/ações e valores de execução orçamentária na Educação, de 2015 a 2020.

<sup>128</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7109/horarios-do-transporte-universitario-e-tecnico>

<sup>129</sup> [http://www.mprj.mp.br/documents/20184/203908/Sao\\_Joao\\_da\\_Barra5.pdf](http://www.mprj.mp.br/documents/20184/203908/Sao_Joao_da_Barra5.pdf)

<sup>130</sup> Estratégias 11.1; 11.2; 11.3; 11.4.

**Quadro 9:** Principais programas/ações e valores executados na Educação em São João da Barra  
(2015 a 2020)

Programa Construindo uma educação melhor/Ação	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Construção de escolas	1.150.000,00	40.000,00	40.000,00	_____	_____	_____
Construção de creches	352.000,00	40.000,00	40.000,00	_____	_____	_____
Concessão de bolsas de estudo para alunos do município	10.000,00	10.000,00	10.000,00	_____	_____	_____
Desenvolvimento das atividades das creches de pré-escola	18.536.000,00	18.686.000,00	13.911.000,00	_____	_____	_____
Aquisição de gênero alimentício e preparo de merenda criança 0 a 6 anos	720.000,00	650.000,00	450.000,00	_____	_____	_____
Aquisição de gênero alimentício e preparo de merenda ensino fundamental	1.100.000,00	1.670.000,00	1.249.000,00	_____	_____	_____
Desenvolvimento das atividades do ensino fundamental	43.411.000,00	45.495.000,00	35.320.000,00	_____	_____	_____
Apoio ao estudante com auxílio para transporte	720.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	_____	_____	_____
Concessão de bolsa de estudos para nível superior	5.180.000,00	4.000.000,00	1.500.000,00	_____	_____	_____
Assistência à educação especial	200.000,00	50.000,00	50.000,00	_____	_____	_____
Implantação de ensino superior	610.000,00	_____	_____	_____	_____	_____
Implantação de curso pré-vestibular	400.000,00	_____	_____	_____	_____	_____
Manutenção da educação de Jovens e Adultos	250.000,00	80.000,00	80.000,00	_____	_____	_____
Aquisição de gênero alimentício e preparo de merenda EJA	150.000,00	200.000,00	200.000,00	_____	_____	_____
Aquisição de gênero alimentício e preparo de merenda assistência a educação especial	150.000,00	100.000,00	100.000,00	_____	_____	_____
Aquisição de gênero alimentício e preparo de merenda educação integral	300.000,00	350.000,00	250.000,00	_____	_____	_____
<b>Programa Educação para o Desenv. Humano/Ação</b>						
Desenvolvimento das atividades das creches de pré-escola	_____	_____	_____	18.965.000,00	18.265.000,00	_____
Desenvolvimento das atividades de ensino fundamental	_____	_____	_____	33.581.066,02	43.317.000,00	63.750.753,64
Desenvolvimento das atividades de educação de jovens e adultos	_____	_____	_____	185.000,00	94.000,00	297.150,00
Apoio ao estudante	_____	_____	_____	1.150.000,00	4.450.000,00	3.085.000,00
Desenvolvimento das atividades de nível básico, médio e técnico profissionalizante	830.000,00	76.000,00	76.000,00	130.000,00	180.000,00	258.500,00
Desenvolvimento das atividades de assistência a educação especial	_____	_____	_____	290.000,00	50.000,00	82.000,00
Desenvolvimento das atividades de pré-escola	_____	_____	_____	_____	_____	2.753.246,16
Desenvolvimento das atividades das creches	_____	_____	_____	_____	_____	18.120.150,00

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do município (extraídos em 21/10/2021)

Conforme Quadro 9, de 2015 a 2017, as ações são do Programa Construindo uma Educação Melhor, e de 2018 a 2020, as ações fazem parte do Programa Educação para o Desenvolvimento Humano.

Pelos dados, nota-se que os valores com bolsas de estudos foram expressivos em 2015 e 2016, sendo reduzidos em 2017 e 2018, voltando aos patamares anteriores a partir de 2019. Enquanto que a ação Apoio Transporte ao Estudante aumentou em 2016, se mantendo em 2017, e a partir de 2018 possivelmente foi incorporada a ação Apoio ao Estudante.

Ainda são observados os valores significativos alocados na merenda escolar, e os valores insignificantes na Educação de Jovens e Adultos, e na Educação de nível básico, médio e profissionalizante. Esta que em 2015 teve um valor para ser executado de R\$ 830.00,00, e de 2016 em diante foi reduzido, sendo retomado aos patamares aproximados de 2015 somente em 2020, o que é importante por se tratar da oferta de cursos profissionalizantes recomendados pelo PME (2015-2025). Outro destaque é para a construção de escolas e creches em 2015, mas que teve seus valores reduzidos de 2016 em diante.

O fortalecimento da EJA seria uma medida importante para atender agricultores e pescadores evadidos ou que nunca frequentaram a escola, além de programas de inclusão digital. Isso porque a interseção entre agricultura familiar e escolaridade, com base nos dados do Censo Agro 2017<sup>131</sup>, mostram os baixos níveis de escolaridade entre os agricultores. Ao cruzar o número de estabelecimento agropecuário com a escolaridade do produtor, 15,45% nunca frequentaram a escola, e a maioria se encontra nas primeiras séries do Ensino Fundamental. Essa realidade se repete nos dados sobre o estado do Rio de Janeiro, onde 8,11% nunca frequentaram a escola e a maioria, 25,61%, tem o antigo primário (elementar). Outro problema se refere à inclusão digital, com menos de 28% dos estabelecimentos rurais no Brasil com acesso à internet.

Quanto à relação entre pesca e escolaridade, se explica, entre outros fatores, pela inserção prematura na atividade, pois segundo dados do Censo sobre a pesca no NF, apresentados em Timóteo (2019), 1.921 pescadores começaram a trabalhar com até 15 anos de idade. Não lê e nem escreve é representado por 192 pescadores, e 1.293 têm o Ensino Fundamental incompleto, onde se concentra a maioria. Dos que concluíram o Ensino Fundamental foram 278, dos que possuem Ensino Médio são 148 e dos que têm curso superior completo são 10. Dados semelhantes sobre a escolaridade dos pescadores de São João da Barra, entre eles os da localidade de Barra do Açu, 5º Distrito, se encontram em Zappes, Oliveira e Beneditto (2016, p. 78), que mostram que dos 30 pescadores entrevistados 5 nunca estudaram, 22 possuem o ensino fundamental incompleto e 3 o ensino médio completo.

A baixa escolaridade dos agricultores familiares e pescadores artesanais impõe para a administração pública municipal executar ações que mitiguem as vulnerabilidades que produzem esses dados, com necessidade de um olhar mais atento para esses grupos sociais, ainda enquanto

---

<sup>131</sup> [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/produtores.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html)



inseridos no sistema educacional, evitando a evasão. Isso requer o fortalecimento das escolas do campo e o desenvolvimento de ações de permanência que possibilitem compatibilizar os estudos com a atividade da pesca e da agricultura.

Outra ação diz respeito aos serviços de creche, vistos como necessários para as pescadoras, como mostrados em Santos (2019). Perguntadas sobre o que poderia melhorar a vida na pesca, entre outras questões as respondentes citaram a creche. A explicação pode estar na necessidade de serviços de apoio às pescadoras mães, que assumem atividades de reprodução social da família, como o cuidado com os filhos e a casa, concomitante com as atividades familiares da pesca, sendo o investimento em creches importante para a preservação dos modos de vida dessas mulheres.

### **3.1.4. Cultura**

Como um direito social de cidadania no campo do reconhecimento, a cultura trata dos direitos culturais dos povos e grupos sociais tradicionais, visando proteger o patrimônio cultural, histórico, artístico e a memória, sendo uma forma de valorização e de resistência à homogeneização e a massificação das culturas locais ou regionais. Nesse sentido, trata-se de compreender o reconhecimento cultural como direito básico, uma vez que é com base no direito que as políticas culturais possuem perfil emancipatório e não compensatório, segundo Gohn (2005).

O campo dos direitos culturais está relacionado às múltiplas dimensões do ser humano, entre elas as expressões artísticas, manifestações culturais e folclóricas locais, e diretamente relacionado com o modo de vida (GOHN, 2005).

No setor da Cultura em São João da Barra, o destaque é para as festas religioso-culturais que estão associadas aos pescadores. Na agricultura, exceto pela edição em 2014 do I Festival do Abacaxi na localidade de Sabonete, 5º Distrito<sup>132</sup>, não foram identificadas outras edições do Festival e nenhuma festa tradicional relativa à agricultura. Uma das atrações turísticas do município é a Expo Barra, uma exposição agropecuária criada em 2011.

O Quadro 10 apresenta os principais programas/ações e valores de execução orçamentária na Cultura, de 2015 a 2020.

---

<sup>132</sup> <https://parahybano.com.br/sao-joao-da-barra-comemora-sucesso-do-i-festival-do-abacaxi%E2%80%8F/>  
<https://blogdopedlowski.com/2014/11/30/e-o-trofeu-abacaxi-vai-para-a-prefeitura-de-sao-joao-da-barra/>

**Quadro 10:** Principais programas/ações e valores executados na Cultura em São João da Barra (2015 a 2020)

Programa Incentivo e Promoção Cultural/Ação	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Construção de bibliotecas distritais	80.000,00	_____	_____	_____	_____	_____
Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tec. Sociais	50.000,00	_____	10.000,00	_____	_____	_____
Educação e formação artística cultural	50.000,00	20.000,00	20.000,00	_____	_____	_____
Projeto nossas memórias vivas	40.000,00	_____	_____	_____	_____	_____
Projeto passaporte cultural	50.000,00	_____	_____	_____	_____	_____
Desenvolvimento das atividades e dos eventos culturais do município	795.000,00	220.000,00	220.000,00	_____	_____	_____
Subvenções sociais para bandas musicais	200.000,00	200.000,00	200.000,00	_____	_____	_____
Subvenções para grupos teatrais	200.000,00	10.000,00	10.000,00	_____	_____	_____
Projeto Republicque	_____	10.000,00	10.000,00	_____	_____	_____
Preservação e Valorização Cultural/Ação	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Desenvolvimento das Atividades Culturais do município	_____	_____	_____	469.900,00	390.000,00	463.500,00
<b>Total</b>	<b>1.465.000,00</b>	<b>470.000,00</b>	<b>470.000,00</b>	<b>469.900,00</b>	<b>390.000,00</b>	<b>463.500,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do município<sup>133</sup> (extraídos em 18/10/2021)

Conforme o Quadro 10, de 2016 a 2020 há uma redução significativa de valores para a Cultura, e algumas ações como Bibliotecas Distritais, Projeto Nossas Memórias Vivas e o Projeto Passaporte Cultural, não tiveram recursos.

Entre as ações do Programa Incentivo e Promoção Cultural, destaca-se a ação Desenvolvimento das Atividades e dos Eventos Culturais do Município, que em 2015 apresentou um valor expressivo para sua execução. Essa ação, a partir de 2018 é a única inserida dentro do Programa Preservação e Valorização Cultural.

Esse Programa tem como objetivo “incentivar a produção cultural e assegurar o acesso de todos os cidadãos e segmentos da sociedade as fontes de cultura municipal” (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018), com incentivo à produção e ao acesso, e não à promoção do reconhecimento sociocultural de grupos sociais tradicionais atingidos.

Também é possível notar os valores elevados para a única ação do Programa, onde estão incluídos os shows dos meses de verão com cantores locais e regionais, e cantores nacionais

<sup>133</sup> <https://saojoaodabarra-rj.portaltp.com.br/consultas/despesas/projetos-aco.es.aspx>

renomados, que acontecem nos distritos de Atafona e Grussaí, e também em Barra do Açu, no 5º Distrito<sup>134</sup>.

Pelas ações culturais, não se observa uma preocupação da administração pública com a preservação da memória da agricultura e da pesca. Não há, por exemplo, um museu da memória da pesca, e nem projetos voltados ao reconhecimento social da agricultura familiar.

Apesar da importância das festas tradicionais dos pescadores, por si mesmas não preservam modos de vida. Quanto ao Festival do Abacaxi no 5º Distrito, a festa dá margem para ser vista como propaganda governamental, haja vista que o distrito convive com agricultores familiares sem terra, não indenizados e que precisam arrendar terras para o trabalho.

### 3.1.5. Meio Ambiente

A CF/88, juntamente com a Lei Federal n. 6.938 de 31/08/1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), são as principais normativas que legislam sobre o direito ao meio ambiente em nível federal. Além dessas, existem as leis específicas, como a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (Lei 9.433/1997), que estabelece normas para a proteção das águas com foco na apropriação e no gerenciamento de recursos hídricos, e onde a água é vista tendo valor econômico e seu acesso prioritário é para o consumo humano e animal.

Outra é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), que trata da destinação dos resíduos sólidos; a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), que legisla sobre a drenagem urbana, o esgotamento sanitário, o abastecimento público de água e os resíduos sólidos; e a Política Urbana (Lei 10.257/2001) que trata das cidades sustentáveis, da poluição, da degradação ambiental e da preservação de áreas de interesse ecológico, juntamente com a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766/1979).

No Meio Ambiente, o SISNAMA organiza a Política Ambiental entre os três entes federados, de forma compartilhada e descentralizada, e com estímulo à participação para o controle social. Exceto os pequenos municípios, a maior parte possui minimamente um arcabouço institucional com atribuições ambientais, como de controle e fiscalização, e de planejamento e execução (LEME, 2016), orientados pelos instrumentos de gestão ambiental, como o zoneamento ambiental, Plano Diretor, Lei de Uso e Parcelamento do Solo.

O Quadro 11 apresenta os principais programas/ações e valores de execução orçamentária no Meio Ambiente, de 2015 a 2020.

---

<sup>134</sup> <https://www.facebook.com/Verao-Sao-Joao-Da-Barra-shows-298541910197502/>

**Quadro 11:** Principais programas/ações e valores executados no Meio Ambiente em São João da Barra (2015 a 2020)

Programa Preservação ambiental direito e dever de todos/Ação	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Limpeza de canais de macro e microdrenagem	1.010.000,00	200.000,00	200.000,00	_____	_____	_____
Abertura de canais de macro e microdrenagem	500.000,00	150.000,00	150.000,00	_____	_____	_____
Rede e drenagem de águas pluviais	670.000,00	250.000,00	250.000,00	_____	_____	_____
Limp. Urbana – varrição de logradouros, retiradas de entulhos, limpeza de bueiros	36.240.000,00	36.034.282,96	22.922.544,65	_____	_____	_____
Desenvolvimento de atividades de preservação e conservação ambiental	790.000,00	180.000,00	180.000,00	_____	_____	_____
Programa Saneamento ambiental para todos/Ação						
Construção de estação de tratamento de esgoto	300.000,00	190.000,00	190.000,00	_____	_____	_____
Programa Água potável mais saúde para você/Ações						
Abastecimento de água	190.000,00	3.220.000,00	1.220.000,00	_____	_____	_____
Programa Sustentabilidade Ambiental/Ação						
Limpeza de canais de macro e microdrenagem	_____	_____	_____	670.000,00	1.070.000,00	1.183.000,00
Desenvolvimento das atividades Institucionais da Secretaria Municipal Ambiente	_____	_____	_____+	33.667.000,00	33.478.500,00	26.582.575,00
Proteção Ambiental				220.000,00	640.000,00	672.000,00
Proteção e restauração da Praia de Atafona	_____	_____	_____	2.750.000,00	550.000,00	377.500,00
Saneamento básico	_____	_____	_____	1.210.000,00	1.382.500,00	1.446.125,00
<b>Total</b>	<b>39.510.000,00</b>	<b>37.004.282,96</b>	<b>23.962.544,65</b>	<b>38.517.000,00</b>	<b>37.121.000,00</b>	<b>30.261.200,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do município (extraídos em 22/10/2021)

Conforme Quadro 11, são quatro os programas e respectivas ações referentes ao Meio Ambiente e Serviços Públicos. De 2015 a 2017, as ações integravam três programas: Preservação Ambiental Direito e Dever de Todos, Saneamento Ambiental para Todos e Água Potável mais Saúde para Você. De 2018 a 2020, as ações passaram a integrar o Programa Sustentabilidade Ambiental, que tem como objetivo “garantir a todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, regulando a ação do poder público municipal e a sua relação com os cidadãos e as instituições públicas e privadas” (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

De 2015 a 2017, a ação Limpeza Urbana – varrição de logradouros, retiradas de entulhos, limpeza de bueiros, é a que possuiu maior volume de recursos para sua execução, realizada pela empresa União Norte desde 2015<sup>135</sup>. Em maio de 2021 foi aberta licitação para um novo contrato

<sup>135</sup> <http://www.folha1.com.br/blogs/blogdoarnaldoneto/2021/03/1270410-sjb-prorroga-contrato-de-limpeza-publica-por-quase-rs-100-mil-por-dia.html>

com valor em torno de R\$ 37 milhões/ano, com apresentação de propostas por 4 empresas, com destaque para a União Norte que apresentou menor valor.

Para atendimento ao município, em 2018 a Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos divulgou cronograma de coleta de resíduos em todo o município<sup>136</sup>, inclusive para o 5º Distrito. Porém, enquanto expressivos recursos foram executados pela Limpeza Urbana, a ação Desenvolvimento de Atividades de Preservação e Conservação Ambiental teve seus recursos reduzidos a partir de 2016, mesmo com os impactos do Porto do Açú sobre o meio ambiente, retornando ao patamar anterior a partir de 2019.

De 2018 em diante foram destinados recursos para a ação Proteção e Restauração da praia de Atafona, impactada pela erosão costeira desde a década de 1950, porém não foram identificados recursos para a recuperação da praia do Açú, afetada pela erosão costeira em 2014.

Segundo o Plano Plurianual (PPA) 2014-2017, os programas e as ações orçamentárias referentes à função 18<sup>137</sup>, Gestão Ambiental são: construção de estação de tratamento de esgoto, limpeza de canais de macro e microdrenagem, abertura de canais de macro e microdrenagem, rede e drenagem de águas pluviais, substituição de rede coletora de esgoto na sede do município, aquisição de equipamentos da Administração Geral, desenvolvimento das atividades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, desenvolvimento de atividades de preservação e conservação ambiental, limpeza urbana, varrição de logradouros, retirada de entulhos, limpeza de bueiros.

Com exceção da aquisição de equipamentos para a Administração Geral e as atividades de prevenção e conservação ambiental, limpeza e abertura de canais, as demais ações estão voltadas ao saneamento básico, que engloba o abastecimento de água potável (da captação às ligações prediais), o esgotamento sanitário (coleta, transporte, tratamento), os resíduos sólidos (limpeza urbana, manejo de resíduos) e a drenagem de águas pluviais.

A água que abastece São João da Barra provém de poços artesianos (cerca de 30 são cadastrados)<sup>138</sup> e do rio Paraíba do Sul. No 5º Distrito a água distribuída é captada de poços artesianos. Quanto ao esgoto, somente cerca de 30% do distrito sede recebe tratamento, com o excedente lançado in natura nos cursos d'água. Os demais distritos fazem uso de fossa séptica e fossa rudimentar (83%) e também de lançamento in natura<sup>139</sup>.

---

<https://www.portalviu.com.br/cidades/licitacao-do-lixo-de-sao-joao-da-barra-entre-quatro-empresas>

<sup>136</sup> [http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/noticias/6699\\_011018162259\\_Coleta\\_Domiciliar.pdf](http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/noticias/6699_011018162259_Coleta_Domiciliar.pdf)

<sup>137</sup> Com base na Portaria n. 42/1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, no orçamento público a função 18, “Gestão Ambiental”, está dividida em subfunções: preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas, recursos hídricos e meteorologia.

<sup>138</sup> [http://www.rj.gov.br/consultapublica/documentos/Grupo\\_4\\_-](http://www.rj.gov.br/consultapublica/documentos/Grupo_4_-)

[Planos Municipais de Saneamento/Planejamento Universalizacao - Sao Joao da Barra.pdf](#)

<sup>139</sup> <https://infosanbas.org.br/municipio/sao-joao-da-barra-rj/>

Outras ações da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, além das discriminadas no Quadro 11, referem-se aos projetos de educação ambiental<sup>140</sup> e ações de fiscalização.

O Projeto Férias Ambiental acontece nos meses de verão, e tem como objetivo sensibilizar a população sobre a importância de manter o meio ambiente equilibrado. O Projeto Praia Limpa propõe informar e sensibilizar a população para conservar a limpeza das praias<sup>141</sup>, e são desenvolvidos em parceria com o Porto do Açú e o Programa de Monitoramento de Tartarugas Marinhas, do Projeto Tamar.

A fiscalização ambiental é realizada pela Guarda Civil Municipal e pelo Grupamento Ambiental. No período pesquisado foram identificadas denúncias ligadas à pesca artesanal, como a proibição de abertura e pesca na barra da Lagoa de Iquipari<sup>142</sup>, que faz parte da RPPN Caruara.

Importante salientar o papel dos Conselhos Municipais, que são órgãos colegiados e deliberativos, e que possuem a função de formular as diretrizes e fiscalizar as políticas públicas, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMMADS).

No biênio 2018 - 2019, o CMMADS teve entre as entidades da sociedade civil com assento, a Colônia de Pescadores Z-2, a Associação de Moradores de Pipeiras, o Rotary Club de São João da Barra, o Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) e a Rede de Estudos para o Meio Ambiente (Rema), que são dois projetos de Educação Ambiental, e a empresa Prumo Logística Global controladora do Porto do Açú<sup>143</sup>.

Infere-se desta seção das “medidas sociais e ambientais universais e focalizadas”, que na saúde os programas e respectivas ações, além da disposição territorial dos equipamentos, indicam atenção à população, porém não se verificou serviços específicos para os atingidos.

A Assistência Social se mostra presente no território, principalmente no 5º Distrito com os CRAS e CREAS. Também na atenção ao direito à moradia com o benefício Aluguel Social e com o programa de reforma e construção de casas populares, e mais ainda com os PTRs. Contudo, não se verificou ações específicas para os atingidos impactados pelo Porto do Açú e que vivenciam conflitos, não intervindo nas exclusões e estigmatizações, vulnerabilidades e riscos sociais provenientes do empreendimento no território. Ademais, por ser um município

---

<sup>140</sup> <https://portodoacu.com.br/porto-do-acu-participa-de-projeto-voltado-para-criancas-e-adolescentes-de-sao-joao-da-barra-com-o-tema-educacao-ambiental/>

<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-5751/reuniao-define-acoas-ambientais-para-o-verao>

<sup>141</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-6994/projeto-ferias-ambiental-comeca-nesta-sexta-feira>

<https://www.portalozk.com/vaf/noticias/cidades/acoas-de-conscientizacao-no-litoral-de-sao-joao-da-barra/319/>

<sup>142</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-10216/prefeitura-fiscaliza-crime-ambiental-em-iquipari>

<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9060/policia-ambiental-faz-operacao-na-lagoa-de-iquipari--%C2%A0>

<sup>143</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-5888/conselho-municipal-de-meio-ambiente->

petrorrentista e portuário, esperava medidas de emprego e renda que contribuíssem para a redução do número de famílias beneficiadas pelos PTRs.

A educação oferta condições de acesso ao ensino universitário; cumpre suas obrigações com a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e de certa forma com a EJA, contudo, apresenta ausência de ações voltadas às necessidades educacionais de agricultores e pescadores no acesso e na permanência, não sendo identificados serviços e ações de intervenção nos baixos níveis de escolaridade do pescador e do agricultor.

Na cultura não se observou ações de promoção do reconhecimento sociocultural de agricultores, e no caso dos pescadores as festividades religioso-culturais podem ser transformadas em produto de consumo cultural.

Na área ambiental não foram identificadas ações de preservação da restinga devido desmatamento para instalação do Porto do Açú. Também não há ações de proteção das águas doces, desde seu acesso, uso e descarte, a fim de garantir quantidade e qualidade para o abastecimento público, dessedentação de animais, agricultura e outros usos socioculturais. Não se verificou intervenção nas águas e solo salinizados, nos efeitos da erosão costeira na praia do Açú, e nem ações para o acesso as áreas tradicionais de pesca.

Não há ações relativas à proteção das águas subterrâneas, necessárias devido ao uso de agrotóxicos e o abastecimento por poços. Os recursos para o saneamento básico também não indicam existir uma política de ampliação do acesso ao tratamento de esgoto, predominando fossas rudimentares, que são as mais utilizadas no território, e o lançamento in natura, com prejuízo para rios e outros corpos hídricos.

Os projetos de educação ambiental Férias Ambiental e Praia Limpa podem servir à conscientização de turistas, e para fins de propaganda governamental veiculada nos portais da Prefeitura e da Prumo, e na rede social Facebook da Secretaria do Meio Ambiente.

### 3.2. MEDIDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL

Além das medidas sociais e ambientais universais e focalizadas, esta Tese convida a refletir sobre as políticas para a agricultura familiar e a pesca artesanal na preservação dos modos de vida dos atingidos pelo Porto do Açú.

As políticas públicas são decisivas para o estímulo à agricultura familiar e para a sua sustentabilidade. Políticas de crédito produtivo rural, de habitação rural, de escoamento e comercialização, de assistência técnica e social, podem contribuir para a melhoria das condições



de vida e trabalho do agricultor e sua família, influenciando na permanência no campo, na produção e comercialização, principalmente as de acesso à terra e à água.

Entre as políticas para a agricultura familiar no nível federal, as principais são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>144</sup>.

O PRONAF, fruto das reivindicações dos movimentos sociais do campo, foi criado pelo Decreto n. 1.946 de 28 de junho de 1996, visando o desenvolvimento da agricultura familiar com aumento da capacidade produtiva, aprimoramento de tecnologias e de técnicas adequadas, potencializando o trabalho agrícola vinculado à proteção ambiental, adotando infraestrutura física e social, e financiamentos rurais com baixas taxas de juros, tendo como objetivo aumentar a produção, melhorar a qualidade de vida e ampliar a cidadania dos agricultores familiares (HENIG e SANTOS, 2016).

Contudo, parte expressiva das propriedades excede aos quatro módulos fiscais, um dos critérios para ser considerada agricultura familiar, além do endividamento crônico e de dificuldades de acesso aos mercados. Ainda questiona-se que os recursos destinados ao programa são insuficientes, se comparados com os recursos para o agronegócio. Outros entraves para acessar o programa são as exigências de normas (Declaração de Aptidão – DAP, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, o conjunto de normas fitossanitárias SUASA) e os cortes orçamentários (GROSSI/CONTAG, 2019).

O PNAE, inicialmente criado pelo Decreto n. 37.106, de 31 de março de 1955, subordinado ao Ministério da Educação (MEC), foi incorporado em 1997, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia vinculada ao MEC. O programa visa oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes das escolas públicas de educação básica, priorizando a aquisição de alimentos da agricultura familiar através da compra pública (GROSSI/CONTAG, 2019). A Lei n. 11.497/2009 prevê que 30% do valor repassado pelo PNAE sejam investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar.

O PAA<sup>145</sup> é uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, e um mecanismo complementar ao PRONAF, criado pelo Art. 19, da Lei n. 10.696 de 02/07/2003, que tem como finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. É um programa específico para a comercialização da produção familiar dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária, dos pescadores artesanais, indígenas, aquicultores, extrativistas e

---

<sup>144</sup> No caso do PPA, a Medida Provisória 1061/2021, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional no mês de agosto, extingue o programa.

<sup>145</sup> <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa>

de outros povos e comunidades tradicionais, realizado por instituições governamentais por meio de editais de chamada pública.

Destina-se às pessoas em situação de insegurança alimentar atendidas pela rede sociassistencial, e para a formação de estoques públicos produzidos por agricultores familiares, sendo executado por estados e municípios em parceria com o Ministério da Cidadania, e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Dentre os principais programas federais com foco na agricultura familiar em São João da Barra estão o PRONAF e o PNAE. Em 2017, na subprefeitura de Sabonete, 5º Distrito, um grupo de 50 agricultores recebeu orientações sobre o PRONAF<sup>146</sup>, e 1 agricultor de Sabonete comprou um caminhão para transporte de produtos (abacaxi, quiabo, maxixe e outros), financiado pelo PRONAF, eliminado o custo com o frete.

Na chamada pública do PNAE 2016 foram selecionados 3 agricultores do Vila da Terra. Em 2017, na primeira chamada pública foram selecionados agricultores do Vila da Terra, e na segunda chamada foram selecionados agricultores de Mato Escuro e Vila da Terra, não sendo identificado o número de agricultores selecionados. Quanto aos produtos foram fornecidos quiabo, maxixe, abacaxi e pimentão, aipim, couve, abóbora, pepino e batata doce para as escolas do município<sup>147</sup>.

Conforme dados do FNDE<sup>148</sup>, em 2016 foi transferido do FNDE para o município de São João da Barra o valor de R\$ 1.090.467,63, com R\$ 522.272,65, um percentual de 47,89% destinado para aquisição de alimentos da agricultura familiar. Em 2017 foi transferido do FNDE para o município o valor de R\$ 813.974,00. Deste, R\$ 196.836,96, um percentual de 24,18% foi para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Dentre os programas estaduais está o Rio Rural, que desenvolveu junto com a Pesagro-Rio o cultivo ecológico com base em uma tecnologia chamada de Sistema Mandala Adaptado. Em 2012, por meio de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária, e a empresa LLX/Prumo<sup>149</sup>, o Sistema Mandala previa beneficiar agricultoras do 5º Distrito.

Além de um escritório existente no distrito sede, em 2017 foi retomada uma parceria feita em 2010, entre a Secretaria M. de Agricultura e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RJ), para atendimento técnico e social em um escritório da Emater, aberto e em funcionamento na Subprefeitura de Sabonete<sup>150</sup>, 5º Distrito.

<sup>146</sup> <https://www.portalozk.com/vaf/noticias/economia/agricultores-de-sao-joao-da-barra-agora-tem-linha-de-credito-junto-a-emater-e-banco-do-brasil/5791/>

<sup>147</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-5089/produtos-da-agricultura-familiar-na-merenda-escolar>

<sup>148</sup> <https://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>

<sup>149</sup> <https://www.paginarural.com.br/noticia/171363/rio-rural-incentiva-cultivo-ecossustentavel-em-sao-joao-da-barra>

<sup>150</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-5242/prefeitura-e-emater-firmaram-nova-parceria>

Outro programa estadual é o Frutificar<sup>151</sup>, que financiou 100 ha de cultivo do abacaxi, atendendo a aproximadamente 50 produtores, financiando o cultivo do fruto desde 2008, e em 2013 e 2014.

Entre os programas e serviços municipais para a agricultura familiar foram identificados o Programa de Revitalização do Cultivo do Caju, de 2010<sup>152</sup>, que entregou 45 mil mudas de caju anão, atendendo a 300 produtores em uma área de 150 ha. Em 2013 começou a funcionar a Central de Composto Orgânico de Água Preta<sup>153</sup>, nas instalações da Estufa de Mudas, disponibilizando adubo para os agricultores familiares.

A prestação do serviço da Patrulha Mecanizada<sup>154</sup> prepara o solo para o plantio, com uso de retroescavadeira, escavadeiras hidráulicas, tratores e caminhão basculante, que de 2013 a 11/2014 realizou 1.700 atendimentos a agricultores familiares e demais produtores rurais, com orientações sobre o plantio, e de janeiro a julho/2021 foram 1.269 produtores rurais atendidos com limpeza e abertura de tanques para gado, e preparo de áreas para plantio, segundo informações no portal da Prefeitura<sup>155</sup>.

Junto com o serviço Patrulha Mecanizada está o programa de Análise de Solo e Água, realizado pela Secretaria M. de Agricultura, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em 2014. Nesse mesmo ano foi criado o Programa de Capacitação e Treinamento dos Produtores Rurais<sup>156</sup>, e a Secretaria M. de Agricultura ofereceu o curso de “produção artesanal de alimentos: aproveitamento do abacaxi”, para 25 mulheres da agricultura familiar da cooperativa Art Culinária, visando promover a qualificação, geração de renda e comercialização do abacaxi artesanal.

Ainda foram identificados o Programa de Fortalecimento da Fruticultura<sup>157</sup>, de 2019, que oferta cursos e faz doações de mudas; o Programa Feira do Produtor<sup>158</sup>, desenvolvido com cerca de 50 produtores, em 2019; e o Programa Estufa de Mudas<sup>159</sup> de hortaliças, em Água Preta, 5º Distrito, com foco na venda de mudas a preços mais acessíveis para o agricultor, com atividades identificadas em 2010, 2018 e 2021.

<sup>151</sup> [http://www.emater.rj.gov.br/detalhe\\_noticia.asp?id=644](http://www.emater.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?id=644)

[http://www.emater.rj.gov.br/detalhe\\_noticia.asp?id=824](http://www.emater.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?id=824)

<sup>152</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-4882/producao-de-caju-e-destaque-em-sao-joao-da-barra>

<sup>153</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-2557/sjb-ganha-central-de-composto-organico>

<sup>154</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-2452/producao-de-mudas-chega-a-25-mil-distribuidas-ao-mes>

<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3506/sao-joao-da-barra-se-destaca-na-producao-deabacaxi>

<sup>155</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-10213/patrulha-mecanizada-atendeu-1.269-produtores-em-2021>

<sup>156</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3506/sao-joao-da-barra-se-destaca-na-producao-deabacaxi>

<sup>157</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-8239/programa-de-fortalecimento-da-fruticultura>

<sup>158</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7050/feira-da-estacao-em-sao-joao-da-barra>

<sup>159</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9729/parceria-com-agricultores-para-producao-de-mudas>

<https://www.portalozk.com/vaf/noticias/politica/reabertura-da-estufa-de-mudas-no-5-distrito-e-aprovada-na-camara-de-sao-joao-da-barra/8700/>

Em 2019, a Secretaria M. Agricultura, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), ofertou cursos profissionalizantes aos agricultores, realizado no Vila da Terra e em localidades do 5º Distrito, conforme postagens na rede social Facebook<sup>160</sup>.

Outro Programa é o Incentivo à Diversificação da Cultura<sup>161</sup>, voltado à subsistência e a comercialização do excedente, iniciado em meados de 2020, e que atende a 8 produtores interessados no cultivo do feijão.

O Quadro 12 apresenta um resumo das medidas para a agricultura, a esfera pública que oferta, ano de criação/renovação, os contemplados/assistidos e quantidade quando identificados.

**Quadro 12:** Resumo das principais medidas para a Agricultura em São João da Barra e 5º Distrito

Medida	Esfera	Ano	Contemplados/assistidos/quant.
Revitalização do Caju	Emater, Sec. M. Agricultura, Sebrae	2010	300 produtores
Mandala de cultivo agroecológico	Emater, Pesagro, Sec. M. Agricultura, LLX	2012	Agricultoras do 5º Distrito
Frutificar	Estadual	2008, 2013, 2014	Aproximadamente 50 produtores
PRONAF	Federal	2017	50 produtores
PNAE	MEC, Secr. M. Educação	2016	3 agricultores do Vila da Terra
		2017	Agricultores do Vila e Mato Escuro
Escritório Emater 5º Distrito	Emater, Sec. M. Agricultura	2017	Sem informação
Fortalecimento da Fruticultura	Sec. M. Agricultura	2016	Sem informação
Feira do Produtor	Sec. M. Agricultura	2019	50 produtores
Cursos	Sec. M. Agricultura e Senar	2019	Agricultores do Vila
Incentivo à diversificação da agricultura	Sec. M. Agricultura	2020	8 produtores
Patrulha mecanizada	Sec. M. Agricultura	2013 a 11/2014	1.700 atendimentos
		01 a 07/2021	1.269 atendimentos
Central de Composto Orgânico	Sec. M. Agricultura	2013	Agricultores do 5º Distrito
Programa de Análise de Solo e Água	Sec. M. Agricultura, UFFRJ	2014	Sem informação
Curso	Sec. M. Agricultura	2014	25 agricultoras
Estufa de mudas de hortaliças	Sec. M. Agricultura	2010, 2021	Sem informação

**Fonte:** Elaboração própria com base nas informações do Portal da Prefeitura

<sup>160</sup> <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2610834365595745&set=pcb.2610835112262337>

<sup>161</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9329/diversificacao-de-cultura-junto-aos-agricultores-de-sjb>

Dentre os programas e serviços destacam-se o programa Revitalização do Cultivo do Caju, uma vez que o município figurava como um importante produtor de caju, quando em 2005 uma praga chamada mosca rosa dizimou 90% dos pés de caju nativos, e o Serviço da Patrulha Mecanizada.

O PNAE apresenta baixa inclusão, e os programas Frutificar, Feira do Produtor e o Incentivo à Diversificação da Cultura atendem um número pequeno de agricultores. Outros apresentam descontinuidade, como a Estufa de Mudas que em sessão em 16/05/2018 teve sua reativação solicitada pela Câmara de Vereadores, porém, encontra-se fechada.

O Quadro 13 apresenta os principais programas/ações e valores de execução orçamentária na Agricultura, nos anos de 2015 a 2020.

**Quadro 13:** Principais programas/ações e valores executados na Agricultura em São João da Barra (2015 a 2020)

Programa Agricultura Sustentável Cultural/Ação	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Construção de estufas	100.000,00	10.000,00	10.000,00	-----	-----	-----
Aquisição de equipamentos	1.300.000,00	10.000,00	500.000,00	-----	-----	-----
Patrulha mecanizada	1.300.000,00	30.000,00	30.000,00	-----	-----	-----
Desenvolvimento das atividades da Secretaria de Agricultura	3.908.100,00	2.019.500,00	1.919.500,00	-----	-----	-----
Aquisição de sementes e mudas para distribuição	129.500,00	50.000,00	27.472,02	-----	-----	-----
Defesa sanitária animal de fiscalização de estabelecimento	335.000,00	130.000,00	352.527,98	-----	-----	-----
Desenvolvimento das atividades de uma patrulha mecanizada para apoio ao agricultor	-----	10.000,00	1.274.000,00	-----	-----	-----
Desenvolvimento de atividades de tecnologia para agricultura (mudas enxertadas, sementes, irrigação)	285.000,00	10.000,00	-----	-----	-----	-----
Desenvolvimento de atividades para comercialização de produtos em feiras	200.000,00	250.000,00	250.000,00	-----	-----	-----
Desenvolvimento de atividades para pequenos e microprodutores	100.000,00	-----	-----	-----	-----	-----
Programa Desenvolvimento sustentável do agronegócio/Ação	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Desenvolvimento de atividades da Secretaria Municipal de Agricultura	-----	-----	-----	1.166.000,00	1.748.000,00	1.468.750,00
Desenvolvimento de atividades de apoio ao agronegócio	-----	-----	-----	1.620.000,00	1.891.000,00	1.795.050,00
Defesa sanitária animal de fiscalização	-----	-----	-----	520.000,00	150.000,00	157.500,00
<b>Total</b>	<b>6.657.600,00</b>	<b>3.309.500,00</b>	<b>4.363.500,00</b>	<b>3.306.000,00</b>	<b>3.789.000,00</b>	<b>3.421.300,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do município<sup>162</sup> (extraídos em

23/09/2021)

<sup>162</sup> <https://saojoaodabarra-rj.portaltp.com.br/consultas/despesas/projetos-acoes.aspx>

Com base no Quadro 13, o ano de 2015 apresentou maior valor executado, que pode estar relacionado principalmente com o serviço de Patrulha Mecanizada, com a Estufa de Mudas e com o apoio logístico ao agricultor. Em 2016 há uma redução dos valores, que possivelmente se deve à queda na arrecadação municipal com a diminuição das rendas petrolíferas. De 2018 a 2020 há pouca variação nos valores e na oferta de serviços e ações para o setor.

Para os pescadores artesanais, as políticas públicas de infraestrutura, como aquelas voltadas ao armazenamento, abastecimento e escoamento do pescado, o beneficiamento e a comercialização, além do crédito e de serviços de assessoria técnica e social, são decisivas para a manutenção da atividade, porém, o imprescindível é ter estoque de peixes e poder acessá-lo.

Uma das principais políticas sociais para a pesca artesanal é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF Pesca, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ampliado em 2006<sup>163</sup> para contemplar os pescadores artesanais que passaram a ser equiparados ao agricultor familiar, e que tem como objetivo apoiar os pescadores e possibilitar o acesso ao crédito.

Outras são o Plano de Safra da Pesca e Aquicultura, voltado à contratação de financiamento, e o Seguro-Defeso, que é um benefício no valor de 1 salário mínimo pago aos pescadores ficam impedidos de exercerem sua atividade para preservar espécies. Outros programas federais são para a assistência técnica, com base na Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei n. 12.188/2010), e que além de outros beneficiários contempla os agricultores familiares e pescadores artesanais.

Dentre os principais programas federais em São João da Barra está o Seguro-Defeso, que contempla os pescadores que atendem os critérios de registro na atividade, como a obtenção do Registro Geral da Pesca (RGP).

**Tabela 7:** Número de pescadores beneficiados com o Seguro-Defeso em São João da Barra (2017 a 21/09/2021)

Ano	Programa	Quant.	Percentual da população
2017	Seguro-defeso	556	1,70%
2018	Seguro-defeso	520	1,59%
2019	Seguro-defeso	459	1,40%
2020	Seguro-defeso	508	1,55%
até 21/09/2021	Seguro-defeso	403	1,23%

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência da União<sup>164</sup> (extraídos em 21/09/2021)

<sup>163</sup> Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006.

<sup>164</sup> <https://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios?ano=2017>

Em São João da Barra não há uma estatística pesqueira atualizada. Prado (2014), com base nas informações da entrevista fornecida pelo Sr. Willian Pereira, em 2013, à época presidente da Colônia de Pesca Z-2, diz que o número de pescadores cadastrados na Colônia era de 1.400, mas que segundo o Sr. Willian, além desses havia aproximadamente 2.000 pescadores no município. Bonfim, Santos e Beneditto (2017) estimaram 600 pescadores trabalhando no terminal de Atafona. Sobre o 5º Distrito não há estimativa.

Pela Tabela 7 verifica-se que é baixo o número de pescadores beneficiados com o Seguro-Defeso, baseado somente no número de pescadores cadastrados na Colônia Z-2, que era de 1.400, em 2013, conforme Prado (2014). Tais números indicam problemas na regularização da documentação para obter o RGP, além de ausência total ou parcial de renda dos não beneficiados.

Sobre o Pronaf Pesca, a única informação é de 27/01/2017, que se encontra na página da FIPERJ<sup>165</sup>, e que trata da necessidade de elaboração de projetos de crédito rural para o acesso às linhas do Pronaf pelo Escritório Regional Norte Fluminense.

Sobre o Plano de Safra da Pesca e Aquicultura, foram encontradas informações sobre a necessidade de orientações aos pescadores pela Secretaria M. da Pesca e o FIPERJ, para emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) a fim de habilitarem-se ao acesso a outros programas de financiamento e serviços de assistência técnica<sup>166</sup>.

Na esfera estadual, a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas) juntamente com o INEA, implantaram o Programa Limpa Rio, para limpeza, desassoreamento e retirada de plantas aquáticas de rios e canais, a fim de contribuir para a reprodução de espécies de peixes e crustáceos.

Na esfera local, conforme o Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, o Programa Pesca Sustentável da Secretaria M. da Pesca tem como objetivo “promover o desenvolvimento racional e sustentado da atividade de pesca, com garantia de manutenção de seus valores sociais, políticos e culturais”. No escopo desse programa estão ações como a de Apoio à Saúde e Segurança do Pescador, lançado em 2014<sup>167</sup> para ofertar atendimento médico e odontológico gratuito, e palestras, com apoio da FIPERJ e da Secretaria M. de Saúde.

Em se tratando da FIPERJ ainda há o serviço de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA), que no ano de 2014 desenvolveu ações como palestras, emissão

---

<sup>165</sup> <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/noticia/detalhe/769>

<sup>166</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3098/poder-publico-desenvolve-acoes-direcionadas-a-pesca>

<sup>167</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3098/poder-publico-desenvolve-acoes-direcionadas-a-pesca>



de Declarações de Aptidão (DAP) ao PRONAF, curso, reuniões, entre outras atividades em São João da Barra além de em outros municípios do estado<sup>168</sup>.

Em 2017 foi ofertado o curso “Boas práticas na manipulação e beneficiamento do pescado”, por meio de uma parceria entre a empresa Ferroport, FIPERJ, Secretaria M. da Pesca e a Cooperativa Arte Peixe, para a comunidade de Quixaba, 5º Distrito.

Outro programa é o Atendimento Itinerante ao Pescador e Aquicultor<sup>169</sup>, criado no âmbito do Termo de Cooperação Técnica n. 00/2018, entre a FIPERJ e a Prefeitura, e renovado em 04/08/2021. O programa tem como objetivo “contribuir para a pesca sustentável e a permanência do pescador na atividade, e na aquicultura contribuir com alternativas que diminuam os impactos nos estoques de peixes naturais e que possibilite a geração de renda e trabalho”. Para isso propõe prestar assessoria técnica para registro profissional e regularização de embarcações, e apoio técnico aos aquicultores, contemplando atividades de assistência técnica especializada, cursos e palestras.

Outra ação no âmbito da pesca foi a criação da cooperativa Arte Peixe<sup>170</sup>, citada anteriormente, que pela Secretaria M. da Pesca recebe apoio de transporte para comercialização dos produtos e disponibilização de um espaço no mercado municipal de Atafona para produção, e quiosque em praça pública para a comercialização.

A Arte Peixe é uma cooperativa formada por mulheres que beneficiavam o pescado para a comercialização local. Criada em 2007 com financiamento de recursos do Programa de Organização Produtiva de Comunidades (Produzir), do Ministério de Integração Nacional, com oferta de cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do estado do Rio de Janeiro (SENAR) e com apoio da FIPERJ, e de um edital da Fundação de Amparo a Pesquisa do estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), ela comercializa produtos processados de peixe e camarão.

Outra medida identificada é o transporte do pescado em caminhão frigorífico, realizado gratuitamente pela Secretaria M. da Pesca até a central de abastecimento da capital do estado do Rio de Janeiro (CEASA), economizando o frete que seria pago pelo pescador, prescindindo de atravessadores. Para acessar esse serviço a Secretaria da Pesca exige que além de assinar o Termo de Responsabilidade pelo transporte da carga o pescador apresente a Carteira de Pescador

<sup>168</sup> Relatório FIPERJ – 2014. Disponível em: [http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj\\_imagens/arquivos/revistarelatorios2014.pdf](http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj_imagens/arquivos/revistarelatorios2014.pdf)

<sup>169</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9756/desenvolvimento-sustentavel-da-aquicultura-e-da-pesca>  
<https://www.portalozk.com/vaf/noticias/comunidade/atendimento-itinerante-da-secretaria-de-pesca-de-sao-joao-da-barra-comeca-na-terca-23-entenda-servico/20030/>

<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-6007/cooperacao-tecnica-entre-fiperj-e-prefeitura>  
<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3053/programa-saude-e-seguranca-do-pescador-em-sjb>

<sup>170</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9770/produtos-da-arte-peixe-vendidos-no-rio-de-janeiro>  
<http://www.faperj.br/?id=1935.2.0>

- comprovando que exerce a atividade pesqueira -, e a Nota Fiscal da mercadoria, e a quantidade mínima por viagem é de 2,5 toneladas<sup>171</sup>.

O Quadro 14 apresenta um resumo das medidas para pesca artesanal, a esfera pública que oferta o programa, serviço ou benefício, o ano de criação/renovação, os contemplados/assistidos e a quantidade quando identificados.

**Quadro 14:** Resumo das principais medidas para a Pesca Artesanal em São João da Barra e 5º Distrito

Medida	Esfera	Ano	Contemplados/assistidos/ quant.
Seguro-Defeso	MAPA <sup>172</sup> , INSS	1991	Aproximadamente 500 pescadores
Pronaf Pesca	MAPA	2006	Sem informação
Programa Limpa Rio	SEAS e INEA	Sem informação	Pescadores e comunidade em geral
Curso Boas práticas na manipulação e beneficiamento do pescado	Empresa Ferroport, FIPERJ, Secretaria Municipal da Pesca e a Cooperativa Art Peixe	2017	Comunidade de Quixaba/5º Distrito
Programa de saúde e segurança do pescador	Fiperj, Secretaria Municipal da Pesca, Secretaria Municipal de Saúde	2014	Sem informação
Cooperativa Arte Peixe	Produzir, Faperj, Fiperj, Secretaria Municipal da Pesca	2007	Mulheres cooperadas
Programa Itinerante ao pescador e ao aquicultor	Fiperj, Secretaria Municipal da Pesca	2018, 2021	Sem informação
Transporte do pescado	Secretaria Municipal da Pesca	2014	Pescadores que cumprem os critérios

**Fonte:** Elaboração própria com base nas informações do Portal da Prefeitura

Sobre os programas relativos à pesca, o Seguro-Defeso é fundamental para a renda do pescador no período de proibição da pesca, a fim de assegurar a reprodução de peixes, porém, há que se verificar o baixo número dos que acessam o benefício, e fornecer assistência social e técnica.

Quanto aos demais programas, alguns são desenvolvidos com apoio de órgãos estaduais e federais, e possuem serviços relevantes, como a prestação de assessoria técnica e social. Contudo, alguns tiveram sua renovação ou implantação recentes (2018 e 2021), e contemplam um número limitado de pescadores.

O apoio e incentivo à aquicultura, como indicadas nas ações da FIPERJ juntamente com a Secretaria M. da Pesca, podem ter relação com a ausência de estoque de peixes e proibição da pesca em áreas tradicionais, se colocando como uma alternativa aos pescadores, além de produzir menos riscos de acidentes de trabalho. No entanto, ela é nociva para o meio ambiente devido os resíduos que poluem as águas.

<sup>171</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9718/apoio-a-comercializacao-do-pescado-em-sjb>

<sup>172</sup> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O apoio logístico fornecido aos pescadores é uma importante ação, porém atende os que trabalham na pesca marítima e oceânica, concentrados em Atafona, não contemplando os pescadores com baixa capacidade de pesca e os de lagoa que residem no 5º Distrito e que demandam ações mais localizadas para a comercialização do pescado.

Sobre os serviços de saúde do pescador no 5º Distrito, uma vez ao mês um médico oftalmologista atende no Núcleo da Colônia Z-2, localizado em Barra do Açu, conforme entrevistado 2, não sendo verificadas outras ações de saúde para os pescadores no 5º Distrito.

Outro dado a salientar é a baixa adesão à Colônia Z-2, conforme se depreende de Timóteo (2019) e da entrevista do Sr. Willian Pereira a Prado (2014), ficando os que não são associados à margem do acesso aos programas, ações e serviços mediados pela entidade.

Entre os serviços está o Centro de Formação de Pescadores João Pereira, em Atafona, utilizado para treinamento e qualificação profissional do pescador, os convênios com órgãos públicos e as doações de empresas portuárias, estas podendo funcionar para desmobilizar protestos dos associados da Z-2, enquanto que aqueles não associados possuem pouca capacidade de mobilização para reclamar direitos por ausência de organização política.

O Quadro 15 apresenta os programas/ações e valores de execução orçamentária na Pesca, de 2015 a 2020.

**Quadro 15:** Principais programas/ações e valores executados na Pesca Artesanal em São João da Barra (2015 a 2020)

Programa	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Desenvolvimento social igualitário / Ação						
Desenvolver atividades de proteção ao pescador	550.000,00	50.000,00	1.130.000,00	_____	_____	_____
Programa Desenvolvimento sustentado da atividade da pesca/Ação						
Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal da Pesca	1.540.000,00	1.244.666,67	1.164.666,67	_____	_____	_____
Apoio logístico aos pescadores municipais	900.000,00	125.000,00	1.115.000,00	_____	_____	_____
Programa Pesca sustentável/Ação						
Desenvolvimento de atividades institucionais da Secretaria Municipal da Pesca	_____	_____	_____	560.000,00	645.000,00	1.322.250,00
Desenvolvimento de atividades de apoio e proteção ao pescador	_____	_____	_____	1.900.000,00	2.250.000,00	1.552.500,00
<b>Total</b>	<b>2.990.000,00</b>	<b>1.416.666,67</b>	<b>3.409.666,67</b>	<b>2.460.000,00</b>	<b>2.895.000,00</b>	<b>2.874.750,00</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do município<sup>173</sup> (extraídos em 18/10/2021)

<sup>173</sup> <https://saojoaodabarra-rj.portaltp.com.br/consultas/despesas/projetos-acoes.aspx>

Os valores relativos à execução das ações na pesca incluem as atividades institucionais da Secretaria M. da Pesca, e as de proteção e de apoio logístico ao pescador. Em 2016 houve uma redução nos valores para essas duas atividades, o que pode ter relação com a diminuição do repasse das rendas petrolíferas para o município, retomando aos patamares anteriores em 2017. A partir de 2018 não é possível dizer quais os valores alocados para cada ação, pois passaram a ser uma única ação.

Sem desconsiderar a importância dos programas/ações, serviços e benefícios para os agricultores familiares e pescadores artesanais, principalmente os de apoio técnico, social, de crédito, legalização de documentos e embarcações, cursos de qualificação, de transporte, nota-se a descontinuidade de alguns programas, o baixo alcance, contemplando um número reduzido de agricultores e de pescadores, além do baixo acesso aos programas federais.

O agricultor familiar expropriado precisa da terra, seu principal meio de trabalho, e de condições técnicas e sociais para produzir. O pescador artesanal demanda o acesso aos lugares tradicionais de pesca, restringido pelas Unidades de Conservação e outros impactos do Porto do Açu, mesmo que alguns dos entraves à sua atividade sejam a falta de condições adequadas para o beneficiamento, armazenamento, abastecimento e a comercialização do pescado.

De forma que em São João da Barra e 5º Distrito, apesar da oferta de programas/ações, mesmo com alguns apresentando descontinuidade, baixa capacidade de inclusão e outros entraves no atendimento ao agricultor e ao pescador, os maiores obstáculos estão no acesso à terra para o agricultor familiar atingido, e para o pescador, principalmente o de lagoa, ter peixe e lugar onde seja permitido pescar, uma vez que governos, por meio de políticas públicas optam por invisibilizar e comprometer a sobrevivência desses grupos sociais, sendo favoráveis a empreendimentos que expropriam terras, controlam e destroem lagoas, manguezais e restingas.

### 3.3. MEDIDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS DE GPIS PORTUÁRIOS E PETROLÍFEROS

As normas e os instrumentos de gestão ambiental buscam conciliar proteção do meio ambiente com desenvolvimento econômico, de forma a viabilizar as condições político-institucionais de expansão geográfica do capital.

O principal instrumento de proteção socioambiental relativo a empreendimentos ou obras potencialmente impactantes é o licenciamento ambiental, com base na legislação específica (citada anteriormente) e em normas correlatas estabelecidas pelo CONAMA, como a Resolução 001/1986 que trata das diretrizes e critérios para a implementação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).

Com base na AIA e no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), são adotadas as condicionantes ambientais para prevenir, mitigar e/ou compensar os impactos, devendo constar no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e também no Plano Básico Ambiental (PBA), apresentando para cada impacto identificado no EIA as respectivas ações de controle.

O Art. 1º da Resolução n. 01/1986 do CONAMA, considera impacto ambiental “qualquer alteração das propriedades física, química e biológica do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas [...]”, que afetem a saúde, o bem-estar da população, as atividades sociais, econômicas e culturais, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

A mesma Resolução, referindo-se a análise dos impactos, diz que os mesmos devem ser identificados quanto ao tipo, e que deve ser indicada a distribuição dos ônus. Ainda devem ser considerados todos os aspectos que porventura possam ser alterados pelos impactos, e que venham a modificar o ambiente, tanto os existentes nos meios físicos, como a fauna e a flora, quanto os aspectos sociais, artísticos, culturais, arquitetônicos e históricos.

De forma que no plano político-institucional, o licenciamento fornece as condições para a implantação de grandes empreendimentos, ao buscar “equilíbrio” entre preservação do meio ambiente e as condições para a sua instalação. Funciona, segundo Quintas (2006), como um instrumento de adequação de consenso entre a exploração e a lógica do capital e o direito ao meio ambiente, com as condicionantes servindo para criar as condições de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação socioambiental.

O licenciamento é regulado pelas respectivas legislações e órgãos ambientais de proteção e fiscalização, nas esferas federal, estadual e municipal. Na esfera federal o órgão licenciador é o IBAMA, e a depender da localização e natureza do empreendimento é solicitado parecer de outros órgãos. Entre eles os de proteção da cultura e territórios indígenas, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI); os de proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico, como a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); o de proteção de parques e unidades de conservação, de competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A Fundação Cultural Palmares (FCP) era outro órgão que tinha sob sua responsabilidade a proteção da cultura, da história e dos territórios afrobrasileiros, porém, desde março de 2020, a coordenação do licenciamento ambiental de obras, empreendimento e atividades em terras quilombolas passou a ser de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma autarquia federal da Administração Pública.

No estado do Rio de Janeiro, o órgão licenciador é o INEA e a Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), conforme a Lei n. 1.356/1988, que normatiza o licenciamento ambiental, e a Lei n. 42.159/2009, que estabeleceu o Sistema de Licenciamento Ambiental do estado do Rio de Janeiro. Em São João da Barra a competência é da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, juntamente com o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMMADS). A esses órgãos e instituições compete proteger, fiscalizar e licenciar empreendimentos e obras com potencial de impacto.

No licenciamento, para efeito de proteção cultural das comunidades tradicionais, ele deve preservar o patrimônio material e imaterial (bens materiais como também memórias, saberes e práticas, identidades sociais e culturais) (CORÁ, 2014), estando incluídos os pescadores artesanais.

No caso dos agricultores familiares, pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), eles não formam uma comunidade tradicional. Antes, são representados como uma comunidade camponesa, composta por agricultores familiares, assentados e populações tradicionais que vivem e trabalham na agricultura familiar, conforme o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) (ORTEGA, 2016), cabendo ao licenciamento a sua proteção social.

Conforme a avaliação dos impactos, os órgãos ambientais exigem a adoção de condicionantes, que são medidas sociais e ambientais de mitigação e compensação. Faria (2008, p. 10) chama a atenção para a expressão “compensação”, utilizada em dois sentidos. Em sentido amplo seria a forma de reparação sobre o meio ambiente, alterado por uma atividade ou empreendimento, de natureza pecuniária ou não. Outro sentido possui significado estrito, e refere-se às medidas de cunho não necessariamente pecuniário, destinadas a compensar impactos negativos de forma voluntária pelos responsáveis pelos impactos, ou exigidas pelos órgãos ambientais competentes.

Sob o ponto de vista do licenciamento ambiental, a compensação ambiental é aplicada devido à impossibilidade de recuperação total de bens ambientais afetados pelos impactos, não cabendo mitigação a partir de uma avaliação técnica. Nesse sentido, é vista como “um mecanismo financeiro que visa a contrabalançar os impactos ambientais, ocorridos ou previstos no processo de licenciamento ambiental” (FARIA, 2008, p. 10), sendo uma forma de reparação civil pelos danos irreversíveis e inevitáveis, pautada pelo princípio do poluidor-pagador.

Entre os impactos não mitigáveis estão a perda da biodiversidade e de áreas representativas dos patrimônios cultural, histórico e arqueológico. Nesses casos, o empreendedor

é obrigado a apoiar a criação e manutenção de Unidade de Conservação (UC), assim eliminando a ilicitude do dano ao meio ambiente via a obrigatoriedade da indenização (FARIA, 2008, p. 10).

Enquanto a compensação financeira é um mecanismo indenizatório, a fim de eliminar a ilicitude do dano ao meio ambiente, a mitigação destina-se a reduzir os efeitos dos impactos de um dano ambiental e social, com implantação de medidas mitigadoras e de planos e programas de ação de mitigação. Assim, busca prevenir, reduzir, atenuar, adequar e diminuir a probabilidade de ameaças ambiental e social frente aos efeitos e consequências dos impactos (FARIA, 2008), inevitáveis do ponto de vista da obra ou empreendimento.

Nota-se que o licenciamento pode funcionar como um mecanismo de aumento substancial de danos irreparáveis e irreversíveis, além de criar as condições para a expropriação de territórios, e paradoxalmente pode ser um instrumento imprescindível para a proteção socioambiental. No caso do 5º Distrito, o licenciamento visa conciliar a proteção socioambiental com a implantação de GPIs portuários e petrolíferos, terrestres e marítimos, apresentando vários programas voltados à mitigação, além das medidas compensatórias.

### **3.3.1 Principais medidas do licenciamento dos GPIs portuários**

Com base no EIA/RIMA de um conjunto de obras do Porto do Açú (MMX, 2006), entre as principais populações atingidas estão os pescadores, os agricultores assentados na Fazenda Saco Dantas e a população do entorno do Porto.

Direcionado a essa população atingida foi indicado o Programa de Apoio à População Atingida (PAPP), focado em ações que minimizassem os impactos e atendessem aos grupos sociais, possuindo entre as metas manter o monitoramento da população e atender as demandas associadas ao empreendimento com o objetivo de negociar e evitar a emergência de conflitos.

O PAPP foi subdividido em subprogramas. Um deles, no apoio à pesca, a fim de buscar alternativas ao sustento do pescador artesanal a partir das Colônias de Pescadores. Outro, na negociação de alternativas para o pequeno agricultor assentado na Fazenda Saco Dantas, local onde foi construído o Porto.

No EIA/RIMA complementar do Porto do Açú (LLX, 2010), para a pesca foi proposto um Programa de Educação Ambiental e de Comunicação Social como mitigação, e a compensação de perdas econômicas no caso de abalroamento e acidentes.

No EIA/RIMA do DISJB (LLX, 2011), para os impactos foram propostos como mitigação o Programa de Comunicação Social e Divulgação, concomitante com um processo de negociação com os proprietários, e com um Programa de Desapropriação e Realocação da



População Ocupante das Terras situadas na área do DISJB. Outro foi o Programa de Monitoramento das Comunidades Vizinhas e o Programa de Fortalecimento da Agricultura.

Para a pesca e comunidades afetadas, o mesmo EIA/RIMA também propôs o Programa de Comunicação Social e Divulgação, ainda o Programa de Educação Ambiental e o Programa de Inserção Regional, que teria entre outras atividades apoiar o desenvolvimento da pesca artesanal e da agricultura familiar.

O Quadro 16 apresenta um resumo das principais medidas dos GPIs portuários, órgãos e instituições, datas e destinatários identificados. Apesar de algumas informações relativas às medidas sociais e ambientais constarem no site do Porto do Açu, mas sem serem identificadas como mitigação ou compensação do licenciamento - permitindo confundir medidas do licenciamento com ações voluntárias das empresas portuárias -, observou-se que elas estão associadas aos Programas anteriormente citados.

**Quadro 16:** Principais medidas sociais e ambientais dos GPIs portuários em São João da Barra e 5º Distrito

Medida social	Data	Instituição	Grupo social
Indenização	Sem informação	CODIN	Desapropriados
Auxílio produção	2011, 2013	CODIN/Prumo	Reassentados
Vila da Terra	2011	CODIN/Prumo/Prefeitura	Desapropriados
Programas de Qualificação Profissional	2008, 2015, 2018, 2019, 2020	EBX/ Prumo/GNA/ Senai/Prefeitura	Moradores de São João da Barra
Projeto Feira do Porto	Sem informação	Prumo/Prefeitura	Reassentados
Doação de adubo químico e muda de plantas	Sem informação	Emater/Prefeitura	Reassentados
Tratores	Sem informação	Prefeitura	Reassentados
Implantação de tecnologias agrícolas sustentáveis	Sem informação	Prumo	Reassentados e outros agricultores
Doação de 1 ônibus e 1 caminhão	Sem informação	LLX/Prumo	Secretaria Municipal de Agricultura
Doação de 5 tratores e 5 grades aradoras	Sem informação	LLX/Prumo	Associação de produtores rurais
Consultórios Odontológicos	2011	Prumo	Colônia Z - 1 e Z - 2
Legalização de embarcações	Sem informação	Prumo	Colônia Z - 1 e Z - 2
Reforma do Núcleo de Pesca do Açu	2011	LLX/Prumo	Colônia Z - 2
Laboratório de informática	Sem informação	Prumo	Colônia Z - 2
Doação de kits de navegação	Sem informação	LLX/Prumo	Colônia Z - 1 e Z - 2
Doação de lancha e computador	2011	LLX/Prumo	Colônia Z - 2
Centro de Formação de Pescadores	2012	LLX/Prumo	Colônia Z - 2
Aquisição de imóvel sede	2011	LLX/Prumo	Colônia Z - 19
Cursos, oficinas e treinamentos	Sem informação	Prumo	Colônia Z - 1
Programa Alfabetização de pescadores (Rede ABC de ensino)	2011	LLX/Prumo, Sesi e Prefeitura	Colônia Z - 2 e outras
UC RPPN Caruara e UC Pelag	2012	LLX/Prumo e INEA	Meio ambiente

**Fonte:** Elaboração própria com base no Portal do Porto do Açu<sup>174</sup> e em outras fontes documentais<sup>175</sup>

<sup>174</sup> Porto do Açu. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/sustentabilidade/gestao-social/>. Informações extraídas em 13 out. 2020.

<sup>175</sup> <https://www.praiafaroldesaiohome.com.br/2012/01/llx-investe-no-setor-pesqueiro-da.html>

As indenizações são compensações pecuniárias devidas aos que tiveram suas terras e casas expropriadas pela CODIN/Porto do Açu, que deveriam pagar os valores correspondentes aos imóveis e benfeitorias. No entanto, problemas na notificação, erros de vistoria, subavaliações dos imóveis e ainda a falta de transparência e de informações na execução das desapropriações, levaram cerca de 60% dos proprietários que não fizeram acordo com a companhia estadual à judicialização, na esperança de receberem a compensação julgada justa pelas terras. Acresce-se aos problemas relativos às indenizações a confissão do ex-governador Sérgio Cabral, de que recebeu propina para desapropriar terras em favor de Eike Batista, e da negociação dessas mesmas terras sem licitação, entre o estado do Rio de Janeiro e a Prumo.

O reassentamento rural Vila da Terra foi construído por meio de uma parceria entre a prefeitura de São João da Barra, a CODIN e a LLX/Prumo, em uma área pertencente à antiga Fazenda Palacete, massa falida do Grupo Othon/Usina Barcelos, e por estar em litígio devido dívidas trabalhistas impede que seus moradores recebam o título de proprietário, e de que possam fazer alterações estruturais no imóvel, apesar de pagarem os impostos devidos.

A proposta do reassentamento foi de servir para abrigar aproximadamente 90 famílias desalojadas de suas casas e terras, em uma área com ruas pavimentadas, quadra poliesportiva, centro comercial, centro comunitário, iluminação pública, rede de água e esgoto, lotes com tamanhos variando de 2 a 10 ha, e casas com três tamanhos diferentes, podendo ser de dois, três e quatro quartos, com área construída de 68 a 109 m<sup>2</sup>. Quanto às famílias que possuíam residência anterior maior que 109 m<sup>2</sup>, teriam casa com a metragem original, e no caso de proprietários com mais de 10 ha de área seriam indenizados.

Para receber casa no reassentamento, além de constar no cadastro socioeconômico realizado através de uma pesquisa aplicada em 2009 pela LLX, e atualizada entre janeiro e março de 2011, havia outros critérios: i) ser proprietário ou posseiro e residente no imóvel rural contido no polígono sob decreto de utilidade pública, com tamanho inferior a 10 ha; e ii) ser membro de família atingida pela implantação do DISJB e em condição de hipossuficiência social (ALVARENGA, 2013; PACHECO, 2017).

O reassentamento foi inaugurado em outubro de 2011, e atende atualmente 53 famílias, dentre as que foram desapropriadas e que residiam no 5º Distrito ou na Fazenda Saco Dantas. Algumas famílias reassentadas venderam suas casas, alugaram, cederam para moradia ou deixaram-nas fechadas, motivadas pela distância de familiares, parentes e antigos vizinhos, com os quais mantinham vínculos e juntos realizavam as atividades agrícolas, e ainda devido a assaltos a casas e pequenos comércios, gerando insegurança aos moradores.

Além disso, como observado anteriormente, quanto aos serviços públicos, no reassentamento não há equipamentos de saúde e de assistência social, não há escolas e nem creches, e há reduzida oferta de comércios - mesmo que pequenos -, e os horários ofertados pelo transporte público municipal gratuito não atendem a contento os moradores.

Sobre a oferta de equipamentos sociais, Alvarenga (2013) mostrou que em 2012 e 2013, anos em que coletou os dados de sua pesquisa, moravam no reassentamento 20 famílias, e a maior parte dos moradores tinha 51 anos ou mais de idade. Essa faixa etária geralmente necessita de maior atenção das políticas de saúde e de assistência social, e demanda maior frequência aos equipamentos sociais. Outro detalhe é a Aprovila, a associação comunitária criada pela Prumo, que indica ter um papel de monitoramento dos moradores do reassentamento, conforme se depreende de fonte entrevistada e de acordo com Barcelos (2013).

Algumas medidas foram direcionadas especialmente aos reassentados, como a doação de adubos químicos e mudas pela Emater; o empréstimo de tratores e de outros equipamentos para a agricultura; a Feira do Porto - um projeto de comercialização de produtos agrícolas que acontece dentro das instalações do Porto, mas que não são todos os reassentados que levam seus produtos para serem comercializados.

Outra medida da LLX/Prumo, citada em Barcelos (2013) e em Alvarenga (2013), é o benefício financeiro Auxílio Produção, que foi disponibilizado por 24 meses aos reassentados, possuindo valores variados - podendo ser de no mínimo R\$ 500,00 e chegar a 2 salários mínimos - conforme entrevistado, que para Alvarenga (2013) servia para inibir reclamações e críticas sobre o reassentamento pelos seus moradores.

Quanto ao ônibus e ao caminhão doados para a Secretaria M. de Agricultura, são utilizados para transportar produtos e feirantes para a Feira do Porto, e para outras feiras do produtor rural existentes no município, ficando sob a gestão da Secretaria, e os instrumentos de trabalho doados a Associação de Produtores Rurais atendem aos associados da entidade.

Os Programas de Qualificação Profissional<sup>176</sup> são uma parceria entre a Prefeitura, entidades como a Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e as empresas portuárias (ex-Grupo EBX, Prumo e GNA). São programas de acesso ao mercado de trabalho dos moradores de São João da Barra, porém, a admissão e a demissão deles flutuam ao sabor das grandes obras.

---

<sup>176</sup> <https://www.firjan.com.br/noticias/gna-firjan-senai-e-prefeitura-de-sao-joao-da-barra-realizam-segunda-formatura-do-programa-de-qualificacao-profissional.htm>  
<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-1300/prefeitura-e-grupo-ebx-promovem-cursos-de-qualificacao-profissional>

Dentre os cursos ofertados estão o de electricista e montador de equipamento, e são ministrados nas escolas do município, inclusive naquelas localizadas no 5º Distrito. Contudo, ressalta-se que não atendem aos atingidos de Mato Escuro, Campo de Areia e Água Preta, e os que residem no Vila da Terra, pois a maioria é de meia idade e vive da agricultura, como identificou Alvarenga (2013). Se for para os filhos e netos dos atingidos, há o risco de proletarização dos agricultores mais jovens, que deveriam ter condições sustentáveis de desenvolver a agricultura e a pesca, se assim o desejarem. No entanto, muitos não desejam desenvolver as atividades tradicionais de seus avós e pais, e estes nem mesmo incentivam como revelam as entrevistas realizadas por Zappes, Oliveira e Beneditto (2016), pois o Porto do Açu acabará com a atividade da pesca.

Como observado anteriormente, algumas condicionantes do licenciamento se confundem com ações empresariais voluntárias, e as medidas direcionadas exclusivamente ao Vila da Terra pelo Porto do Açu/CODIN/Prefeitura, parecem ter transformado o reassentamento - de uma condicionante do licenciamento em produto de marketing socioambiental corporativo -, veiculado em materiais institucionais<sup>177</sup> e em vídeos do Porto do Açu disponíveis na web.

**Figura 65:** Vila da Terra em vídeos do Porto do Açu



**Fonte:** <https://www.youtube.com/watch?v=9c7SfcwjuXI>

Com origem nos deslocamentos forçados, segundo a ONU, os reassentamento devem ser implantados com base na Declaração Universal de Direitos Humanos e no artigo 6º da CF/88 que tratam do direito humano à moradia. Nesse sentido, devem prover as condições econômicas, sociais, ambientais e culturais anteriores ao reassentamento, de forma que os reassentados perpetuem seus modos de vida.

Uma vez que o deslocamento forçado das famílias do 5º Distrito e da Fazenda Saco Dantas levou ao rompimento de relações de vizinhança e de pertencimento, interferiu nas

<sup>177</sup> “Vila da Terra na 1ª Mostra GIFE de inovação social”. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/vila-da-terra-na-1a-mostra-gife-de-inovacao-social-em-sao-paulo/>

atividades agrícolas, da pesca, do extrativismo vegetal, da pequena pecuária, e na relação com a paisagem natural, e sendo o reassentamento a única medida social do licenciamento do Porto do Açú/DISJB que propõe preservar modos de vida dos atingidos, contudo, pelos aspectos apresentados anteriormente não evidencia atender a esse objetivo, apesar de ser veiculado pela Prumo como “*case* de sucesso” e que se enquadra nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, 16 e 17 da ONU.

Sobre as medidas para a pesca, conforme Quadro 16, a maioria foi direcionada para as Colônias de Pescadores, como para a Z-2, no distrito de Atafona; a Z-1, no município de São Francisco de Itabapoana; e a Z-19, em Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes, beneficiando pescadores e pescadoras associadas e suas famílias, conforme notícia na mídia sobre doação de lanchas<sup>178</sup>.

A doação de uma lancha para a Colônia Z-2 se destinou à limpeza dos manguezais, enquanto que a Rede ABC do ensino foi um programa de alfabetização implementado após um diagnóstico de escolaridade dos pescadores das Colônias afetadas pelo Porto do Açú. Quanto ao Centro de Formação de Pescadores João Pereira, construído em uma antiga escola municipal ao lado da Colônia Z-2, é distante para ser acessado pelos pescadores que residem e trabalham no 5º Distrito.

Não desconsiderando a importância de algumas medidas de mitigação, porém, se o objetivo é mitigar os impactos na pesca deveriam intervir na restrição de áreas na costa marítima de Barra do Açú, particularmente na Praia do Açú onde a pesca é proibida devido dragagens, faixas de tubulação e tráfego de embarcações, e nas lagoas de Grussaí, Açú e Iquipari.

Sobre os Programas de Educação Ambiental, possivelmente alguns visam “educar” os pescadores para a restrição da pesca a fim de evitar acidentes, perda de materiais e instrumentos de pesca, orientados por uma perspectiva conservadora de educação ambiental com fins de disciplinamento.

A Educação Ambiental (EA) promovida por empresas portuárias não se dirige exclusivamente aos pescadores, sendo ofertadas em instituições públicas como CRAS e escolas do 5º Distrito. Nesses espaços são desenvolvidos jogos e palestras com a temática da EA, Educação em Saúde e outros temas visando os públicos assistidos por essas instituições.

Essas são atividades de mitigação que se coadunam com o Programa de Comunicação Social (PCS) (MMX, 2006, p. 7.41), que em seu procedimento metodológico fala de articulação e de parcerias institucionais, orientando que deve “integrar as entidades locais e regionais

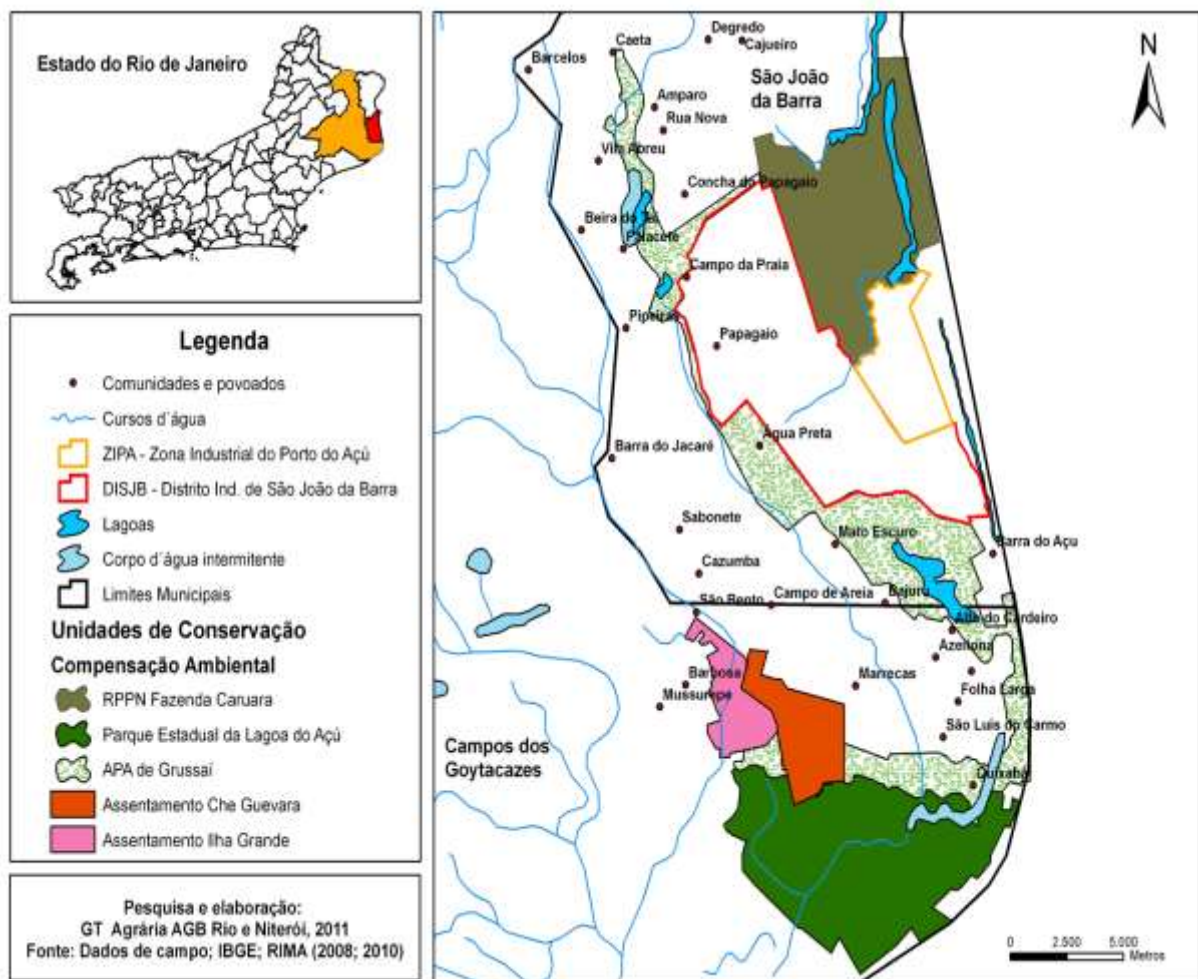
---

<sup>178</sup> <https://www.cdldcampos.org.br/noticia-5673/llx-doa-lanchas-para-pescadores-de-sao-joao-da-barra>

identificadas como importantes formadoras de opinião”, a fim de controlar os riscos ao empreendimento que é um dos objetivos do Programa de Apoio a População Atingida (PAPP).

Para o meio ambiente, o EIA/RIMA do DISJB (MMX, 2011) propôs o Programa de Compensação Ambiental e o Programa de Fortalecimento de UC, com investimentos dos recursos das compensações na implantação e criação da RPPN Caruara e do Parque Estadual do Açú (Pelag), porém, com a pressão da LLX/Prumo o empreendimento conseguiu se eximir de assumir os custos da gestão do Pelag (SIMON, AFONSO e NASCIMENTO, 2017).

**Figura 66:** Mapa das compensações ambientais – unidades de conservação



**Fonte:** Barcelos (2013)

A RPPN Caruara é uma UC privada, criada em 2012, que abrange uma área de 40 km<sup>2</sup>. Esta UC pretende proteger parte da Lagoa de Grussaí (Figura 67) e toda a Lagoa de Iquipari (Figura 68), desde suas nascentes à sua foz na Praia do Açú, e uma enorme área contínua de vegetação de restinga, importante ecossistema da Mata Atlântica na região, e os ambientes lacustres e áreas alagáveis impactadas pelo Porto.



**Figura 67:** Lagoa de Grussaí e ao fundo a Lagoa de Iquipari



**Fonte:** <http://www.robertomoraes.com.br/2013/04/lagoas-de-grussai-e-iquipari-em-sjb.html>

**Figura 68:** Lagoa de Iquipari margeada por taboas e ao fundo o aterro hidráulico



**Fonte:** <http://www.robertomoraes.com.br/2013/03/aterro-hidraulico-no-acu.html>

As duas lagoas costeiras, Iquipari e Grussaí, são fundamentais para a pesca artesanal, para lazer e o extrativismo da taboa, além de formarem o Complexo Lagunar Grussaí-Iquipari. No caso da Lagoa de Grussaí, grande parte do seu curso está em uma área densamente povoada, e a Lagoa de Iquipari é afetada pelos impactos das atividades agropecuárias, além da salinização pelo aterro hidráulico do Porto do Açú.



Quanto ao Pelag, criado em 2012 e também associado ao licenciamento do Porto do Açú/DISJB, é uma UC pública que tem como objetivo proteger alagados e brejos, parte do canal do Quitungute, áreas de restinga, a Lagoa do Açú, o Banhado da Boa Vista e parte da Lagoa Salgada, esta que é importante pelas suas características geológicas e paleontológicas - como as formações denominadas estromatólitos do período cambriano, sendo a única na América do Sul a possuir essas formações.

Em que pese a importância dessas UCs para a preservação ambiental, os pescadores de lagoas são os mais afetados pela diminuição dos estoques de peixes e controle do acesso. A RPPN Caruara restringiu o acesso à Lagoa de Iquipari e à Lagoa de Grussaí, sendo que esta ainda pode ser acessada pelo distrito de Grussaí, mas fica distante para os pescadores do 5º Distrito. Com a criação da UC privada, o acesso às lagoas que formam o Complexo Lagunar Grussaí – Iquipari só pode ser feito aos finais de semana e com autorização da Prumo.

O Pelag restringiu o acesso dos pescadores aos manguezais e à Lagoa do Açú, utilizados historicamente por pescadores do 5º Distrito e de distritos de Campos dos Goytacazes, como Farol de São Tomé, já que a maior parte do Parque fica dentro desse município. No Pelag as lagoas só podem ser acessadas por pescadores cadastrados e que residam no norte fluminense, com a pesca restrita, a não ser se concedida autorização do Gestor do Parque (SIMON, AFONSO e NASCIMENTO, 2017).

Com essas UCs, extrativistas foram atingidos pelo controle privado e público de suas áreas de pesca e coleta da taboa, afetando sua subsistência familiar, levando pescadores a buscarem em outras atividades, como na agricultura, a compensação pela falta da renda do pescado. É importante registrar, que enquanto o meio ambiente é protegido, grupos sociais têm suas atividades restringidas, pois essas UCs possuem alcance restrito e restritivo.

No caso da RPPN Caruara, que deveria se voltar para a proteção socioambiental, segundo estudo da AGB (2012) ela afeta famílias e comunidades rurais devido a remoção e a restrição no uso do solo e no acesso a outros recursos naturais, como as lagoas, produzindo riscos social, econômico e cultural aos pescadores artesanais.

As questões relativas às UCs no 5º Distrito não são diferentes das que ocorrem em outros territórios que vivenciam conflitos de uso dessas áreas protegidas. Antes acessadas pelas territorialidades - como grupos sociais que desenvolvem atividades tradicionais de baixo impacto -, ao considerar somente o bem do ecossistema, cercando a natureza, restringe-se o acesso aos bens naturais em nome de uma perspectiva de proteção ambiental conservacionista (VALEJO, 2002), influenciando na forma como os atingidos pelo Porto do Açú lidam com os meios

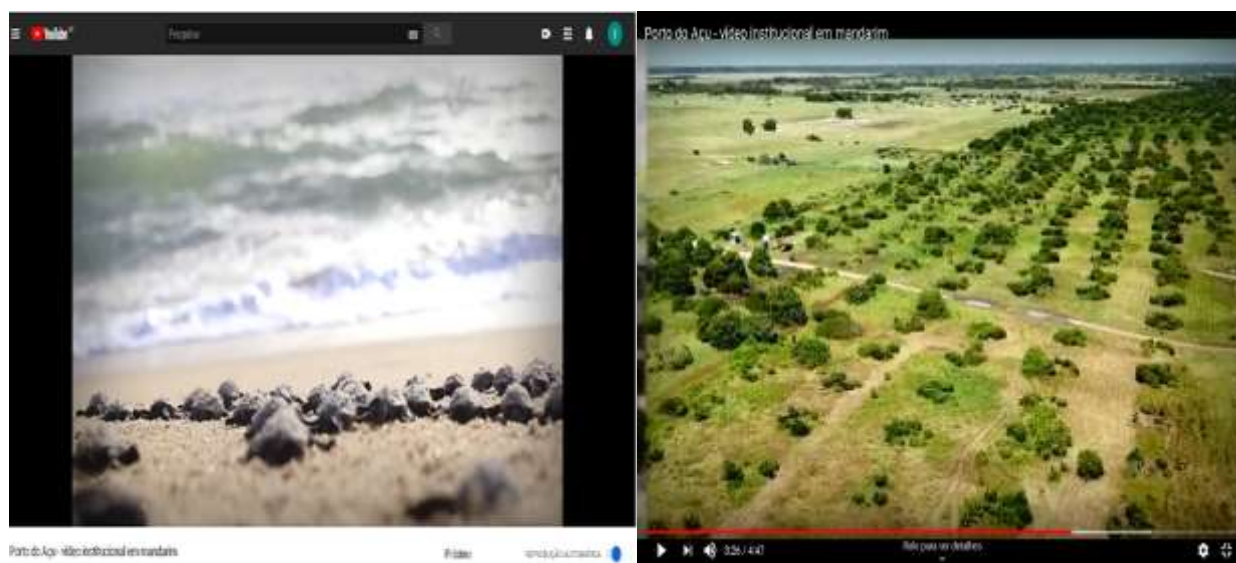
necessários à preservação de seus modos de vida, além de colocá-los sob o risco de insegurança alimentar ou fome, ao conservar a natureza.

Além disso, assim como acontece com o Vila da Terra, a RPPN Caruara também é utilizada corporativamente como ação de sustentabilidade, mostrada em vídeos disponíveis na web e em material informativo do Porto do Açú, sendo transformada de uma condicionante de proteção em peça de marketing ambiental e apresentada como *hub* verde (PORTO DO AÇU, p. 43)<sup>179</sup> (Figura 69).

Outra condicionante ambiental (MMX, 2006, p. 4-252, 4-386 e 7.24) é o Programa de Mitigação de Desova das Tartarugas Marinhas, realizado desde 2008 pela LLX/Prumo em parceria com o Projeto Tamar, com algumas atividades também em parceria com a Prefeitura.

Semelhante ao Vila da Terra e à RPPN Caruara, o Programa de Desova das Tartarugas Marinhas é veiculado em vídeos do Porto no idioma chinês mandarim - certamente visando clientes chineses e boas relações públicas com o Porto de Guangzhou -, como ação de sustentabilidade e responsabilidade empresarial (Figura 69).

**Figura 69:** Desova das tartarugas marinhas e RPPN Caruara em vídeo do Porto do Açú em mandarim



**Fonte:** <https://www.youtube.com/watch?v=WResepyOwW8>

Diante das medidas do licenciamento do Porto do Açú/DISJB, não é possível desconsiderar seu uso corporativo em detrimento da preservação social e ambiental dos modos de vida dos atingidos. As medidas que apresentam uma face de preocupação socioambiental, como o Vila da Terra, RPPN Caruara e Programa de Desova das Tartarugas Marinhas, sugerem

<sup>179</sup>

[https://portodoacu.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Fazendo-Neg%C3%B3cios-no-Porto-do-A%C3%A7u\\_WEB\\_2020.pdf](https://portodoacu.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Fazendo-Neg%C3%B3cios-no-Porto-do-A%C3%A7u_WEB_2020.pdf)

ser para fins de marketing verde (*greenwashing*)<sup>180</sup> e para criar uma imagem de responsabilidade social, escamoteando os impactos e seus efeitos ao adotar uma postura discursiva de sustentabilidade ambiental e justiça social.

Implantadas com o fito de mitigar e compensar, com base na preservação ambiental e na justiça social, porém, apropriadas ideologicamente pelas corporações empresariais (PAGOTO, 2013), o Vila da Terra, a RPPN Caruara e o Programa de Desova das Tartarugas Marinhas, além de outras medidas sociais e ambientais abordadas, indicam servir ao controle dos riscos a imagem, ao mascarar a associação do empreendimento com práticas sociais e ambientais destrutivas, como a tomada das terras sem a devida indenização, a salinização da água e solo, a erosão costeira, e, por conseguinte a ameaça aos modos de vida tradicionais pelos empreendimentos portuários e energéticos.

Com medidas de mitigação e compensação instrumentalizadas para possivelmente buscar legitimidade social e escamotear as injustiças sociais e os impactos ambientais, também servem para atender exigências junto às instituições financeiras, investidores e clientes. No entanto, poderiam/deveriam servir à preservação dos “modos de vida territorializados” se efetivamente funcionassem como contenção e mitigação dos impactos.

### 3.3.2. Principais medidas do licenciamento dos GPIs petrolíferos

Com os impactos dos GPI petrolíferos nos municípios da Bacia de Campos foram implantados vários projetos de Educação Ambiental (PEA). O Quadro 17 apresenta os principais PEAs identificados em São João da Barra e 5º Distrito.

**Quadro 17:** PEAs identificados em São João da Barra e 5º Distrito

PEA	Instituição/empresa executora	Instituição/empresa financiadora	Data
Territórios do Petróleo	UENF	Petrobras	2015
Pescarte	UENF	Petrobras	2014
Mulheres na Pesca	UENF	Chevron/Funbio	2017
PEA Observação	Ambiental Engenharia e Consultoria	PetroRio	Sem informação
Rede de Estudos para o Meio Ambiente – Rema	AECOM (empresa de consultoria ambiental)	Chevron	2013
Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de	Convênio entre Petrobras e a Associação NEA-BC	Petrobras, Chevron, Statoil, Shell Brasil, Petro Rio S.A.	2008

<sup>180</sup> Um termo criado pelo Greenpeace na década de 80/90 (PAGOTO, 2013).

“A preocupante evolução do *greenwashing* corporativo”. Disponível em: [https://www.theguardian.com.translate.goog/sustainable-business/2016/aug/20/greenwashing-environmentalism-lies-companies?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www.theguardian.com.translate.goog/sustainable-business/2016/aug/20/greenwashing-environmentalism-lies-companies?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc)

“Porto do Açú, quem diria, agora virou exemplo de “*greenwashing*” mais “*corporate washing*”. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2017/07/02/porto-do-acu-quem-diria-agora-virou-exemplo-de-greenwashing-mais-corporate-washing/>

Campos (NEA-BC)			
Projeto NEA - BC	Associação Raízes	Petrobras	2008
PEA - FOCO	Consultoria da TRANS FOR MAR	Equinor	2011

**Fonte:** Elaboração própria com base nas informações dos portais Territórios do Petróleo, Pescarte, Mulheres na Pesca, Observação, Rema, NEA-BC, Assoc. Raízes, Foco e UFRG, 2018

Os PEAs são condicionantes ambientais de mitigação, direcionados aos grupos sociais vulneráveis as atividades dos empreendimentos de P&G, como os pescadores e pescadoras e suas famílias, os trabalhadores rurais e os assentados.

O Programa de Educação Ambiental do IBAMA é desenvolvido por vários PEAs, com base em suas linhas de ação. Dentre os PEAs do Quadro 17, destacam-se o Projeto Territórios do Petróleo e o Projeto Pescarte. São projetos que além de serem condicionantes ambientais de mitigação exigidos pelo IBAMA às empresas petrolíferas que atuam na Bacia de Campos, por serem executados pela UENF se inserem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como também acontece com o Projeto Mulheres na Pesca sob a gestão da Fundação Brasileira para a Biodiversidade (Funbio).

Os PEAs Pescarte e Territórios do Petróleo surgem de um convite, em 2014, da Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Campos (UO-BC), para que a UENF participasse da elaboração e gestão técnicas conduzidas pelo IBAMA (GANTOS, 2016; 2019).

O PEA Territórios do Petróleo, que iniciou sua 3ª fase em agosto de 2021, tem como área de abrangência os municípios das Baixadas Litorâneas e do NF, entre eles São João da Barra. O objetivo é promover a discussão pública sobre a distribuição dos royalties e participações especiais e os impactos socioambientais, em grupos formados por até 20 pessoas, em cada um dos municípios atendidos pelo projeto, denominados de Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) - uma metodologia criada pela equipe do projeto para esse fim -, e de ações e atividades educativas.

As atividades do projeto são orientadas e executadas por professores pesquisadores e técnicos do Centro de Ciências do Homem (CCH) da UENF, tendo como público prioritário os grupos sociais mais vulneráveis aos impactos do extrativismo petrolífero. São os membros de associação de moradores, de comunidades quilombolas, de associações e colônias de pescadores, os trabalhadores rurais e os assentados, que são estimulados a ampliar sua autonomia, conhecer seus direitos e também deveres (PORTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO<sup>181</sup>, GANTOS, 2019).

O Pescarte é desenvolvido por meio de uma gestão compartilhada entre a Petrobras e a UENF, e tem como objetivo criar uma rede social regional de pescadores artesanais e seus familiares, para promover, fortalecer e aperfeiçoar sua organização comunitária, sua qualificação

<sup>181</sup> <http://pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-apresentacao&id=9>

profissional, seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda, por meio de ações e atividades educativas orientadas e executadas por professores pesquisadores e técnicos do CCH/UENF (PORTAL PEA PESCARTE)<sup>182</sup>.

No primeiro ciclo de atividades do Pescarte foi produzido o Censo Pescarte, que é uma atividade de pesquisa sobre o trabalho da pesca nos municípios das Baixadas Litorâneas e do NF<sup>183</sup>, entre eles São João da Barra, que gerou um expressivo banco de dados sobre a atividade da pesca, os sujeitos da pesca e os modos de vida da pesca nesses municípios (TIMÓTEO, 2019).

Outro PEA é o Projeto Mulheres na Pesca, também desenvolvido por professores pesquisadores e técnicos do CCH/UENF. Iniciado em 2017, é fruto da chamada pública por meio de edital de pesquisa da Funbio, com o objetivo de realizar uma cartografia dos conflitos socioambientais em sete municípios das Baixadas Litorâneas e do NF, entre eles São João da Barra. Com foco nas mulheres pescadoras, além dos seminários e outros trabalhos acadêmicos, entre os resultados do projeto está à pesquisa “Mulheres na Pesca: mapa dos conflitos socioambientais no norte fluminense e baixadas litorâneas” (MARTÍNEZ e HELLEBRANDT, 2019).

Além das pesquisas acadêmicas que resultaram em artigos, teses e dissertações, também são frutos das atividades desses PEAs as disciplinas incorporadas ao currículo dos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS), entre elas as disciplinas Políticas Públicas e Pesca Artesanal, Royalties e Região, e a disciplina Introdução Interdisciplinar aos Estudos sobre Mulheres e Gênero.

Importante salientar que os PEAs sob a regulação do IBAMA e do Funbio trabalham a partir de uma concepção crítica de Educação Ambiental, que se contrapõe às perspectivas conservadoras e do senso comum, buscando através de um processo argumentativo contínuo ressignificar ideologicamente a questão ambiental, ao articular educação ambiental crítica, justiça ambiental e ecologia política, e que está associada às lutas contra a injustiça ambiental (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

O Pescarte tem suas ações focadas na promoção de práticas educativas e associativas de participação social comunitária, e de geração de trabalho e renda, com o objetivo de “reforçar as identidades produtivas das comunidades pesqueiras”<sup>184</sup>. Quanto ao PEA Territórios do Petróleo, volta-se para a promoção da discussão pública sobre a distribuição e a aplicação dos royalties e

---

<sup>182</sup> <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-apresentacao&id=6>

<sup>183</sup> Os municípios atendidos pelo PEA Pescarte são Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

<sup>184</sup> <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-apresentacao&id=6>

participações especiais, focando no controle social pelos atingidos por meio dos Núcleos de Vigília Cidadã.

Ambos os projetos, de certa forma, contribuem para a preservação dos modos de vida dos pescadores artesanais e dos agricultores familiares atingidos pelo Porto do Açú/DISJB, que fazem parte de suas atividades. Não desconsiderando que paradoxalmente intervêm e servem ao controle dos conflitos sociais entre atingidos e GPIs -, esses projetos indicam se basear na autonomia e emancipação dos atingidos e no fortalecimento da soberania popular.

### 3.4. AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

As atividades de ensino, pesquisa e extensão, que formam o tripé de uma universidade, têm como objetivo transformar a sociedade através do conhecimento, devendo para esse fim que essas atividades funcionem de forma interdependentes e se retroalimentem.

A pesquisa é o aprofundamento e o avanço do conhecimento que já existe; é a busca por soluções que criam vínculos entre a teoria e a realidade social, e é a atividade que dá sustentação ao ensino. Quanto à extensão, ela é uma atividade que se vincula ao ensino e a pesquisa, e que dissemina o conhecimento e/ou as técnicas produzidas na universidade, e que possibilita um relacionamento entre sociedade e universidade (SLEUTJES, 1999).

A pesquisa documental, conforme Quadro 18, mostrou que em São João da Barra e no 5º Distrito foram realizadas outras ações de extensão, por grupos e núcleos de pesquisas, e por docentes de universidades localizadas em Campos dos Goytacazes e no Rio de Janeiro, além daquelas desenvolvidas pelos PEAs Pescarte, Territórios do Petróleo e Mulheres na Pesca.

**Quadro 18:** Principais ações de extensão universitária em São João da Barra e 5º Distrito

Ações de extensão	Núcleos de pesquisa/extensão/universidade
Relatório “Projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos”	Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (Neru/UFF/Campos) Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento (NEED/IFF) Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/Universidade Federal de Juiz de Fora)
Relatório técnico sobre análise da variação da linha de costa na Praia do Açú	Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA/UENF)
Relatório técnico sobre processo erosivo da Praia do Açú	Departamento de Geografia da UFF/Campos
Assessoria na elaboração de documento para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH)	Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Cidadania e Desenvolvimento (NETRAD/UFF/Campos)
Assessoria técnica e política a ASPRIN	Docentes UFF/Campos e UENF
Projeto “Horta Urbana: Rede de Hortas Urbanas”	Cursos de Engenharia Agrícola e de Engenharia Ambiental da UFF/Niterói
Observatório Norte Fluminense de Políticas Públicas - Complexo Portuário e Industrial do Açú	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Projeto Dia do Campo Limpo	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/Campos)

Curso “Operador de beneficiamento de pescado”	Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA/IFF/São João da Barra)
---	---

**Fonte:** Elaboração própria com base em documentos e sites

O Relatório “Projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos”, produzido em 2013 pela AGB e por vários grupos e núcleos de pesquisa de universidades públicas, informa ter como propósito o registro de fatos e dinâmicas dos atingidos pelo Projeto Minerário Minas-Rio, apontando a preocupação de professores, pesquisadores e organizações comunitárias sobre a escalada dos conflitos nos territórios de grandes empreendimentos, com o objetivo de servir de instrumento de ação-reflexão coletiva.

O relatório técnico intitulado “Análise da Variação da Linha de Costa na Praia do Açú”, produzido pelo LEEA/UENF, foi elaborado em 2014 para subsidiar o MPF sobre o agravamento da erosão costeira na Praia do Açú. Em resposta a solicitação do MPF, outro relatório sobre o processo erosivo foi elaborado pelo Departamento de Geografia da UFF/Campos, também em 2014.

O Dia do Campo Limpo<sup>185</sup> foi uma ação realizada em 2016, com a Associação de Revendedores de Insumos do Norte Fluminense (ASSINF), o Porto do Açú e a UFRRJ/Campos, que contou com o apoio da Prefeitura de São João da Barra e da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (Fundenor). A ação voltou-se para o recolhimento por um caminhão de coleta seletiva de embalagens, nas localidades de Mato Escuro e Sabonete, no 5º Distrito, e de um ponto fixo de recolhimento em um galpão no Vila da Terra, e de orientação, por professores da UFRRJ, aos agricultores quanto aos procedimentos corretos para destinação das embalagens com o objetivo de evitar riscos ambientais.

O Projeto “Horta Urbana: Rede de Hortas Urbanas” tem como objetivo a implantação de uma rede de hortas urbanas na região do Grande Rio, em municípios de Niterói, São Gonçalo e de outros do estado do Rio de Janeiro (PROJETO HORTA URBANA, em 29/08/2021)<sup>186</sup>.

A Figura 70 mostra a imagem de um convite do projeto Rede de Hortas Urbanas, para uma feira de produtores de São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes e São João da Barra, em 2019, e de uma placa do projeto em uma residência em Barra do Açú, em que seu morador informou ser cadastrado no projeto, e que sua horta recebe sementes e assistência técnica na forma presencial, mas devido à pandemia de COVID-19 as visitas foram suspensas, porém o apoio se mantém por meio de ligações telefônicas.

<sup>185</sup> <https://portal.ufrj.br/ufrj-e-porto-do-acu-promovem-dia-do-campo-limpo-junto-a-assinf/>

<sup>186</sup> <http://ter.sites.uff.br/projeto-rede-urbana-de-hortas-do-grande-rio/>



**Figura 70:** Placa em uma casa em Barra do Açu e convite para feira da agricultura familiar do projeto Rede de Hortas Urbanas



**Fonte:** Acervo próprio, captada em 21/01/2021 e perfil do projeto no Facebook<sup>187</sup>

O Observatório Norte Fluminense de Políticas Públicas - Complexo Portuário e Industrial do Açu<sup>188</sup>, é um projeto de extensão composto por uma equipe acadêmica da UNIRIO e equipe técnica de uma instituição denominada Solares Ação Social e Cidadania.

O objetivo do projeto é “verificar os mecanismos utilizados pela atividade governamental voltada para fomentar o desenvolvimento econômico regional por meio do Complexo Portuário e Industrial do Açu (Clipa)”, conforme o Relatório Final de Resultados de 2019 e de informações no portal do projeto que está em sua segunda fase.

O Projeto faz parte da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da UNIRIO, que conta com financiamento de emenda parlamentar de 2018, do senador Eduardo Lopes<sup>189</sup>. O senador, filiado ao partido Republicanos, foi ministro da Pesca em 2014, e assumiu em janeiro de 2019 como secretário estadual de Pecuária, Pesca e Abastecimento no governo de Wilson Witzel<sup>190</sup>.

<sup>187</sup> <https://m.facebook.com/redehortasurbanas/photos/a.555845678243411/589768098184502/?type=3&source=48&tn=EH-R>

<sup>188</sup> <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-34501620/documents/8091c6b069ab41788ec67860836dadb8/Revista%20Clipa-2.pdf>  
<http://www.projetoclipa.org/introdu%C3%A7%C3%A3o>

<sup>189</sup> Conforme processo n. 3102.004558/2018-59, do Edital 06/2019, de 21/03/2019, para seleção de pesquisadores-extensionistas.

<sup>190</sup> [http://www.emater.rj.gov.br/detalhe\\_noticia.asp?ident=1090](http://www.emater.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?ident=1090)

Outras ações de extensão foram de assessoria técnica e política a ASPRIN, realizadas por docentes pesquisadores de instituições acadêmicas, como UFF/Campos e UENF. Inclusive, como forma de apoio a causa dos atingidos, em frente ao Sítio do Birica há uma placa com menção a UENF.

**Figura 71:** Placa com menção a UENF em frente ao Sítio do Birica no 5º Distrito



**Fonte:** Acervo próprio, captada em 01/12/2019

Registra-se que os entrevistados vêm como importante o apoio dos docentes e discentes das universidades. Alguns relataram entrevistas fornecidas a pesquisadores discentes, outros relataram estudos feitos por pesquisadores discentes. Outros citaram nomes de docentes que participaram de audiências públicas, reuniões com grupos de moradores e que estiveram presentes e acompanharam a saga dos atingidos.

Em 2013 a Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA), do IFF de São João da Barra, ofereceu o curso<sup>191</sup> “Operador de beneficiamento de pescado” direcionado a comunidade pesqueira, realizado no Centro de Formação de Pescadores João Pereira, em Atafona. O curso faz parte do Programa CERTIFC/Pesca, do MEC com os Institutos Federais, e especialmente o Certific-Pesca do IFF tem parceria com o Banco do Brasil (UFRG, 2018).

Resultante do ensino e da pesquisa, as ações de extensão devem ser tratadas como um trabalho social, conforme a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). Dessa forma, a extensão universitária cumpre um papel essencial na sociedade, não somente na difusão de conhecimento, técnicas e tecnologia, mas na luta contra a exclusão social, nas questões ligadas ao meio ambiente e a diversidade cultural, como analisa Santos (2008):

<sup>191</sup> <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/polo-de-inovacao-campos-dos-goitacazes/noticias/iff-iniciara-curso-no-centro-de-formacao-de-pescadores>

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2008, p. 66).

As universidades são instituições plurais, e o ensino-pesquisa-extensão reflete as teorias com as quais se embasam docentes e discentes. Assim, enquanto há os que entendem que os impactos e danos provocados pelo Porto do Açú no 5º Distrito podem ser mitigados e compensados em nome de um bem maior, e que na medida em que “crescer o bolo ele será distribuído” - desde que com políticas públicas adequadas -, outros compreendem que nos moldes existentes - de subordinação das políticas públicas ao capital imperialista neoliberal -, as políticas de desenvolvimento distribuem os ônus e não os bônus do progresso, criando processos de injustiça social e ambiental contra os quais as Universidades precisam intervir a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão.

De acordo com as teorias que fundamentam suas pesquisas e estudos, pode-se dizer que existem intelectuais acadêmicos que são pró-Porto do Açú, e aqueles que com base em suas pesquisas e estudos compreendem que deve haver um estímulo as atividades econômicas tradicionais do 5º Distrito, devido à incompatibilidade evidenciada entre o desenvolvimento portuário e as atividades tradicionais no território, uma vez que as políticas públicas, ajustadas e subordinadas aos interesses econômico-financeiros e políticos não intervêm efetivamente.

Apesar das atividades de extensão identificadas não se voltarem para a preservação dos “modos de vida territorializados”, algumas podem ter contribuído para tal propósito quando apoiaram e assessoraram a organização política dos atingidos, sistematizaram dados e informações, deram visibilidade e se posicionaram contra as formas de exclusão e injustiça social e ambiental, e colocaram o conhecimento científico a serviço da inclusão social no 5º Distrito.

### 3.5. AÇÕES DE GESTÃO SOCIAL CORPORATIVA

Outras medidas sociais e ambientais no 5º Distrito foram executadas de forma voluntária pelas empresas portuárias, e classificadas como ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que segundo Misoczky e Böhm (2013) remetem ao início dos anos 1980, passando a ser dominante depois da Cúpula da Terra, a Rio 92, que como parte de um projeto neoliberal mais

amplo sedimentou o movimento que transferiu a regulação governamental (Estado) para a autogovernança e autorregulação das empresas.

Desta maneira, com o uso de dispositivos gerencialistas para fazer a gestão do social orientada pela economia de mercado, a RSC controla processos com intuito de alcançar os objetivos desejados e as corporações se fazem presentes nos territórios de GPIs não somente em sua função precípua de geração direta de lucro, mas de eliminar ou conter riscos ao negócio.

Além da RSC, outro dispositivo de controle e consenso para alcançar legitimidade da comunidade afetada é a “licença social para operar”, que surgiu nas discussões sobre conflitos sociais no Canadá. Ela é mais um mecanismo que busca a adesão das comunidades locais e o gerenciamento do “descontentamento social”, sendo uma “espécie de aprovação da comunidade às operações de uma determinada empresa” (GAVIRIA, 2015, p. 138).

Esse dispositivo de gerenciamento social corporativo tem caráter informal, mas está articulado às regulações formais, como as do licenciamento ambiental. É uma ferramenta de governança empresarial que visa reduzir os riscos de conflitos sociais, de danos a imagem da empresa, criando valor com a utilização de terminologia e discursos, como “responsabilidade social”, “sustentabilidade” e “investimento social” (GAVIRIA, 2015, p. 139).

Para os consultores e defensores desse instrumento não basta uma licença legal. Existe a necessidade de uma licença social fornecida pela comunidade, resultado de consulta, participação e diálogo entre a comunidade local, governo local, regional e nacional. Assim, a “licença” é um “mecanismo político de territorialização das empresas” (GAVIRIA, 2015, p. 142), tanto que o empreendimento, ao tentar regular conflito tem na “licença” um instrumento que funciona como um controle dos riscos sociopolíticos.

Um dos aspectos destacados por Misoczky e Böhm (2013) sobre a RSC é o foco nos projetos e nas ações de desenvolvimento social destinados a aumentar o capital humano, social e cultural do local, desenvolvendo parcerias com prefeitura nas áreas da agricultura, projetos habitacionais, escolas e outros, e as doações e os vínculos empresariais são acompanhados obrigatoriamente de reconhecimento público em favor da empresa.

Em São João da Barra e 5º Distrito, as empresas portuárias se posicionam como parceiras da gestão do social, provavelmente assentadas nos discursos que propagam a ineficiência do Estado e a eficiência da gestão privada, e a falta de recursos para atender as demandas sociais. Esses fatores favorecem práticas de controle pelas corporações, que se apresentam como partícipes da gestão do território, podendo em algumas questões de interesse dos negócios suplantarem o próprio Estado no território.

O Quadro 19 mostra as principais ações de RSC. Registra-se que com exceção de duas ações, não foram encontradas datas de implantação das demais.

**Quadro 19:** Principais ações de RSC em São João da Barra e 5º Distrito

Infraestrutura	Administração pública	Saúde	Segurança pública	Cultura - Apoio
Construção de linha de transmissão de energia elétrica estrada Cajueiro	Apoio na elaboração do Plano Diretor	Reforma do PU do Açu	Doação de 2 ônibus e equipamentos	Agremiações carnavalescas Concurso de marchinhas
Dragagem de canal Cehab	Construção das fundações do novo prédio do MPRJ (2014) <sup>192</sup>		Doação de 5 viaturas para PM e Polícia Civil	Festa de pescadores Colônia Z -2
Pavimentação de estradas no 5º e 6º distritos				Projeto teatral
Instalação de 2 poços artesianos e sistemas de distribuição no 5º Distrito				Projeto de capoeira
Entreposto pesqueiro (2011)				Certificação do Patrimônio Cultural e Centro de Desenvolvimento Territorial

**Fonte:** Elaboração própria com base em Porto do Açu<sup>193</sup> e Benevides-Guimarães e Terra (2020)

As ações de RSC nas áreas da infraestrutura, planejamento territorial, Ministério Público, saúde, segurança pública, cultura e pesca são estratégicas para gerar benefícios empresariais e essenciais para a proteção social, como chamaram a atenção Benevides-Guimarães e Terra (2020).

Conforme o Quadro 19, as doações atendem a grupos específicos, como os da cultura, com patrocínio de atividades carnavalescas e das festas tradicionais como a dos pescadores, e de outras atividades culturais em parceria com o Conselho M. de Cultura.

Outro receptor de doação é o MPRJ, ator relevante no âmbito dos conflitos relativos aos direitos sociais e ambientais dos atingidos, e onde há representações de agricultores e da ASPRIN contra a empresa Prumo e a CODIN, assim como na Comarca de São João da Barra se encontram vários processos de desapropriação representados pela CODIN.

A Segurança Pública, que fundamental na proteção da vida, mas que participou em vários episódios de apoio a CODIN e a empresa LLX/Prumo diante da remoção forçada de famílias que resistiram sair de suas terras e casas em face do mandado judicial de desocupação é outra instituição receptora de doações das empresas portuárias.

<sup>192</sup> <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-2719/inaugurada-nova-sede-do-ministerio-publico->

<sup>193</sup> <https://portodoacu.com.br/sustentabilidade/gestao-social/>

Outra doação refere-se ao apoio do Grupo EBX a contratação do escritório Jaime Lerner arquitetos associados, na elaboração do Plano Diretor que alterou o zoneamento territorial para adequar-se ao Porto do Açu.

O Quadro 19 destaca ainda o entreposto pesqueiro, que na informação das empresas portuárias é uma iniciativa voluntária de apoio à pesca, iniciado pela LLX em 2011, e não uma compensação econômica como sustenta a Colônia Z-2. Porém, sem intenção de entrar no mérito, as obras do entreposto ficaram paralisadas por seis anos, e mesmo depois de assumidas pela Prumo e a Ferroport com o objetivo de ao seu término ser doado a Prefeitura, ainda não se concretizou totalmente, apesar do término da obra e da compra dos equipamentos<sup>194</sup>.

No âmbito da licença social para operar está o estabelecimento de vínculos institucionais com universidades públicas e privadas. Em 2020, a empresa Prumo criou o Conselho de Desenvolvimento Local do Porto do Açu, um espaço corporativo formado por conselheiros, entre eles o reitor do IFF<sup>195</sup> e professores da UFF/Campos, objetivando o desenvolvimento para São João da Barra e o 5º Distrito. Segundo informações nos portais do Porto do Açu<sup>196</sup> e do IFF<sup>197</sup>, o Conselho de Desenvolvimento Local do Porto do Açu tem entre suas propostas “contribuir para a cocriação de soluções e articulações múltiplas para as necessidades socioeconômicas do território”.

A proposta do Conselho é fortalecer a educação, estimulando “práticas educativas inovadoras” no território, em parceria com o município, “engajando” os professores e equipes pedagógicas de escolas municipais. O foco é o “empreendedorismo sustentável”, inicialmente para a agricultura e também em temas como economia solidária, artesanato e turismo sustentável. Para isso, em 2020 ocorreu o 1º Fórum do Observatório Social, realizado pelo Conselho e transmitido pela Rádio IFF, tendo entre seus palestrantes e conselheiros docentes do IFF, da UCAM<sup>198</sup>, da UFF e UENF.

Esse Conselho e suas atividades também podem ser compreendidos dentro do tema do “engajamento comunitário”, recomendado no EIA/RIMA de instalações portuárias (MMX, 2006), que tem entre outros objetivos dirimir conflitos e criar um ambiente de diálogo.

---

<sup>194</sup> <https://www.folha1.com.br/conteudo/2017/09/blogs/blogdoarnaldoneto/1224878-entreposto-de-atafona-indefinicoes.html>

<sup>195</sup> <http://portal1.iff.edu.br/reitoria/noticias/conselho-de-desenvolvimento-local-do-porto-do-acu-elege-temas-prioritarios-para-atuacao-na-regiao>

<sup>196</sup> <https://portodoacu.com.br/porto-do-acu-da-vida-ao-conselho-de-desenvolvimento-local-e-elege-tres-temas-prioritarios-para-atuacao-no-norte-fluminense/>

<sup>197</sup> <https://eventos.iff.edu.br/observatoriosocial>

<sup>198</sup> Universidade Cândido Mendes

Outra ação corporativa na área da educação é o Projeto Escola do Século XXI, promovido pelo referido Conselho em parceria com a Secretaria M. de Educação, para ofertar cursos direcionados a professores e a toda equipe da comunidade escolar. Segundo informação sobre o Projeto no portal do Porto do Açu<sup>199</sup>, como parte de sua responsabilidade social o empreendimento tem compromisso com a formação da comunidade.

Nota-se que são ações que aparentam ser relevantes, no entanto, há que observar os objetivos não explicitados a fim de que as instituições universitárias não sirvam ao aumento do controle corporativo sobre o território. Antes, cabe o apoio à administração pública, que ao que tudo indica está perdendo o controle sobre seu próprio território, e propostas que viabilizem a sustentabilidade das atividades tradicionais. Outro problema quando se trata de educação é a interferência empresarial nessa política social, assim como na saúde e na política urbana, que planejadas para garantir cidadania, autonomia e emancipação são instrumentalizadas corporativamente escapando do controle social popular.

Ademais, salienta-se que questões territoriais, como educação, saúde, emprego e infraestrutura, geram benefícios para a empresa se bem direcionados, gerindo eventuais riscos sociais ao negócio, observando que os programas de “responsabilidade social” são “meios idôneos para blindar e despojar as populações de sua própria capacidade crítica pela via da construção da docilidade”, pela via da “gestão empresarial do consentimento” (GAVIRIA, 2015, p. 150).

Segundo Misoczky e Böhm (2013), a RSC visa produzir confiança e aceitação cultural, e as empresas, ao investirem recursos financeiros significativos para desenvolver e implementar “sistemas de gestão para as relações com a comunidade”, buscam obter a licença social ou liberdade para operar.

A RSC também é utilizada para “elevar as expectativas da comunidade”, e funciona como um instrumento de desmobilização das resistências, de silenciamento de contestações históricas, e de divisão dentro da própria comunidade, sendo também uma forma do empreendimento tentar êxito focando no risco social, conjuntamente com outros riscos tradicionais do negócio, explicitamente em situação de conflitos.

### 3.6. MEDIDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA ÓTICA DOS ATINGIDOS

---

<sup>199</sup> <https://portodoacu.com.br/projeto-escola-do-seculo-xxi-capacita-educadores-da-rede-municipal-de-sao-joao-da-barra/>



A pesquisa de Tese entrevistou quatro atingidos, considerando que eles expressam a perspectiva de seus grupos sociais quanto às medidas sociais e ambientais em São João da Barra e no 5º Distrito. Todos os entrevistados são moradores do 5º Distrito, e vivenciaram a expropriação das terras e/ou das águas.

O entrevistado 1 é aposentado, cultiva a terra e comercializa os produtos, mas não se enquadra como agricultor familiar, e não depende da terra para manutenção do seu “modo de vida”. Relata que recebeu notificação de expropriação de sua propriedade e desde o início faz parte do movimento de resistência contra a tomada das terras e da reivindicação da anulação dos decretos de desapropriação.

O entrevistado 2 é pescador aposentado, e complementa sua renda com a comercialização de hortaliças e frutas cultivadas em seu quintal, que vende em uma banquinha improvisada em frente à sua casa, e de peixes criados em um tanque. O entrevistado viveu o cerco às áreas de pesca, participa do Projeto PEA Pescarte, tendo atuado no grupo de gestores, e é assistido pelo projeto de extensão universitária “Horta Urbana”.

O entrevistado 3 morava em um pedaço de terra antes de ser expropriado, onde viveram seus avôs, pais e tios, que criavam algumas cabeças de gados e desenvolviam a agricultura familiar. Desde 2013 mora no reassentamento Vila da Terra, para onde foi levado com sua família. Atualmente aposentado, cria algumas cabeças de gado em uma área arrendada, e cultiva a terra com sua esposa.

O entrevistado relatou que tomou parte nas reuniões da ASPRIN desde seu início, como também nos protestos contra a tomada das terras e em uma das audiências públicas do licenciamento. Devido problemas de saúde que o impossibilitaram de trabalhar por um período, solicitou por várias vezes o Cartão Cidadão junto ao CRAS, mas segundo ele só conseguiu depois de muita insistência. Para o agricultor era uma afronta a maioria dos reassentados ser beneficiada com o PTR municipal e ele não. Sua esposa, que participou da entrevista, relatou que trabalha desde criança na agricultura e seu pai nunca precisou de benefícios da Prefeitura, vivendo exclusivamente do produto da terra, enfatizando a relação entre a terra e a família.

O entrevistado 4 é um pequeno comerciante. Filho e sobrinho de agricultores desapropriados, mas que nunca trabalhou na agricultura. Relatou que seu pai e tios herdaram as terras que eram de seus avôs, e onde a família plantava maxixe e outras culturas, e criava gados, porém, a maior parte da renda de seu pai, que continua criando gados que pastam nas terras em litígio, provém de outra atividade. O entrevistado vivenciou a erosão na Praia do Açú e foi um dos que participou de audiências públicas e de ações contra o processo erosivo.

Quando perguntado aos entrevistados a motivação para a luta contra as desapropriações, uma das respostas foi a seguinte:

as injustiças contra os agricultores me levaram a entrar na luta, além de estar na área a ser desapropriada (ENTREVISTADO 1, em 01/12/2019).

A tomada da terra é vista como uma injustiça contra os agricultores familiares, pois além de estarem naquela localidade há gerações, participam da produção de alimentos, possuem uma relação de dependência com o ecossistema da restinga, as lagoas e rios, os brejos, os canais, a terra.

No começo a resistência contra as expropriações foi tímida, segundo entrevistado 1. Havia um grupo pequeno, de 10 pessoas, que se mobilizou para enfrentar a expropriação com apoio de alguns deputados estaduais. Depois foi criada a ASPRIN, que passou a organizar a resistência.

Na visão dos entrevistados, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores de São João da Barra nada fizeram para impedir as desapropriações, e não houve atenção da administração municipal àqueles que tiveram suas terras expropriadas. A exceção foi um serviço de assistência jurídica para atender os moradores que recebiam notificações judiciais, e que não sabiam a quem recorrer, levando a Prefeitura a prestar esse serviço, porém, o interesse era fazer com que aceitassem o acordo oferecido pela CODIN.

Para os entrevistados a Prefeitura não tem ações para a agricultura:

Não fez nada para os pequenos agricultores.  
Mas tem muito agricultor aqui, tem muito, muito mesmo. Mas ninguém tem apoio não, temos não.  
A gente queria que pelo menos a prefeitura desse direito pra gente, pra gente tirar a mercadoria da gente para escola, creche, pra uma instituição.  
Que a gente pudesse ter um lugar certo pra gente consumir a mercadoria que nós colhesse, mas não temos isso não, ainda não (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Eles procuram muito obstáculo de documento. Muita coisa e aí acaba em nada. Acaba a mercadoria indo tudo para fora e o dinheiro também sai daqui, ao invés de ficar circulando aqui. Vai tudo para fora (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

No início fizeram uma mandala (uma horta mandala caracterizada por ter centro circular) aqui pra mim. Mas depois disso, mais nada! Os produtos daqui sai tudo para fora porque não tem um interessado em fazer uma feira aqui no Açú (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Sobre a Estufa de Mudanças e serviços da Patrulha Mecanizada:

Agora aqui nós estamos longe (longe da Prefeitura que fica no distrito sede). Que eu sei aqui não. Às vezes, uns tempos atrás tinha máquina que vinha aí nas

roças para tombar uma terra, uma coisa que ajudava um pouco o agricultor, mas não veio mais nada (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Hoje eu vi aqui no whatsapp que uma estufa que faz muda lá em Água Preta, que vai voltar a funcionar para fazer muda para o pessoal, não de graça, mas a pessoa leva a semente e eles preparam a muda (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

A Estufa está desativada (ENTREVISTADO 3, em 26/05/2021).

Sobre os cursos de qualificação, um dos entrevistados disse desconhecer atualmente a oferta por parte da Prefeitura.

Já teve curso profissionalizante. Geralmente em períodos de eleição, mas já tem uns 8 anos que não têm mais (ENTREVISTADO 4, em 12/06/2021).

Conforme a pesquisa documental, desde 2011 até 2020 foram ofertados cursos de qualificação profissional por parte de empresas portuárias, por meio de Programas de Qualificação, com participação da Prefeitura como parceira, disponibilizando as salas de aulas das escolas do município para ministração dos cursos, não havendo oferta direta de cursos pela Prefeitura.

Quanto ao Vila da Terra, a Prefeitura ajudou com o empréstimo de trator e oferta de transporte, ônibus e caminhão, para o deslocamento dos agricultores que participam das feiras do produtor em Atafona e em Grussaí, e a Feira do Porto, no Porto do Açú. Porém, no reassentamento há vários problemas, como a infraestrutura das casas, a distância de parentes e a falta de segurança devido assaltos. Enquanto que para um dos entrevistados que não reside no reassentamento, os reassentados são privilegiados pelo fato da secretária municipal do Meio Ambiente morar no local e por isso receber mais atenção da Prefeitura.

Está caindo o azulejo!  
Não pode pregar um prego!  
Tem muito assalto!  
As pessoas não querem ficar aqui! (ENTREVISTADO 3, em 26/05/2021)

E [...] lá é bom. Melhorou para alguns porque uma pessoa que trabalha lá dentro da prefeitura mora lá dentro (a secretária de Meio Ambiente). Aí, eu acho que mais apoio pode chegar pra lá.

Agora eles lá vivem bem porque as terras são mais ou menos, e com certeza que lá está mais perto de São João da Barra (distrito sede onde está localizada a prefeitura), eles têm apoio (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Gente vendeu casa na Vila da Terra para ficar perto dos familiares;  
Aqui na agricultura é a própria família que trabalha na lavoura.  
[...] É uma vitrine para o Porto.

Foi feita uma construção rápida, de placas (placas pré-moldadas). O Vila da Terra desmobilizou a resistência de famílias que não queriam sair de suas terras (ENTREVISTADO 4, em 12/06/2021).

Sobre a Feira do Porto, não são todos os agricultores que conseguem vender seus produtos, já que alguns agricultores possuem clientes fidelizados. Outro entrevistado vê a Feira do Porto como outro projeto que não possui efetiva preocupação com os agricultores, mas com a imagem do Porto, ou seja, com o que ela pode “dizer” sobre o empreendimento.

Aqueles que têm o cliente certo vendem. Eu voltei com tudo que levei (ENTREVISTADO 3, em 26/05/2021).

Teriam que fazer feira na Praça do Açú (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Outro (programa) pra “inglês ver<sup>200</sup>” (ENTREVISTADO 4, em 12/06/2021).

Ao se referir ao Programa de Desova das Tartarugas Marinhas, para um dos entrevistados:

Muitas tartarugas mortas apareceram quando estava fazendo o canal de navegação, e o Porto utiliza esse projeto para divulgar ação de sustentabilidade ambiental (ENTREVISTADO 4, em 12/06/2021).

Para os entrevistados a RPPN Caruara não os alcança, ou seja, não os contempla como pode ser inferido das seguintes falas:

Porque está ali [...] pode dizer que está ali só na presença para a gente pensar que tá. Mas também nunca entrei lá. Diz gente que é preservado, eu não sei! (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Também é “pra inglês ver” (ENTREVISTADO 4, em 12/06/2021).

É coisa de meio ambiente que trabalha com mudas e bichos (ENTREVISTADO 3, em 26/05/2021)

Ao se referirem a restrição pela RPPN Caruara e Pelag, para os entrevistados essas UCs controlam e inviabilizam a atividade da pesca, uma atividade autônoma, onde o pescador escolhia quando ia pescar sem interferência de terceiros.

---

<sup>200</sup> Essa famosa expressão tem como significado fingir que fez algo ou fazer mal feito. Ela surgiu na primeira metade do século 19, quando a Inglaterra, por interesses econômicos, tentou abolir a escravidão no mundo. Em sua lista, estava o Brasil, que tinha nos escravos a base de sua economia. Para enganar a potência, o Império colocava navios no litoral com a suposta missão de ir atrás das naus negreiras. Entretanto, na prática, nada acontecia a elas. Era uma encenação “para inglês ver”. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/principal-ver-confira-a-origem-das-principais-expressoes-populares-brasileiras/>

Não, não tem nada a ver. Essa Lagoa aqui (Lagoa do Açú), enquanto era nós, que não existia INEA e nem IBAMA. Enquanto era mandado pelo povo do lugar, era uma riqueza. Agora, depois que veio IBAMA primeiro, depois INEA, aí já foi modificando. Depois que chegou o Porto pegaram nossa área e fizeram um Parque Ambiental.

Aí acabou a pesca. Porque quando era por conta nossa, de ano a ano nós abria a Barra. E só tem fartura aqui quando abre a Barra, porque a Barra abrindo tem fartura para todo mundo.

Porque quando abria a Barra o pessoal vivia só da agricultura e da pesca. Hoje não tem mais a pesca... Partiram mais para a agricultura. Tem muito pescador ainda, sabe? Mas não tem a fartura conforme tinha (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Segundo entrevistados, a Prefeitura nada faz pelos pescadores. Ela não intervém para garantir o acesso às lagoas e a reprodução de peixes, que foi reduzida com o fechamento das barras (nas lagoas do Açú e Iquipari) pelo INEA. A abertura da barra da Lagoa do Açú, por exemplo, era realizada pelos próprios pescadores duas vezes ao ano, mas com o Pelag passou a ser considerado crime ambiental.

O que faz? Nada! Nada para os pescadores de lagoa  
Não pode abrir a barra  
Não tenho apoio nenhum da prefeitura.

Parece que eles tiveram aí no campo de bola, por aí assim e deram alguns sacolãozinho a alguns pescadores. Mas que eu sei que eles ajudam não (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Apesar da restrição nas lagoas impactar a pesca, o entrevistado 2 entende a necessidade da preservação ambiental, mas reforça que precisam encontrar uma solução para os pescadores que não tem mais peixe para pescar. Segundo informação do INEA e de pesquisadores da UENF, o melhor período para abertura das barras das lagoas costeiras, como Grussaí e Iquipari, é nos meses de verão<sup>201</sup>.

Perguntado ao entrevistado 2 sobre o Entreposto Pesqueiro:

Esse entreposto... já está construído só que não funciona. É um elefante branco que está lá. Ajudaria porque lá tem as fileteiras..., no entreposto né? E lá mesmo a produção do mar era para desembarcar lá, no entreposto né? Só que não é... já tem os frigoríficos.

O barco chega do mar carregado, já tem os frigoríficos chegando para embarcar, para tirar para fora. Não fica ali né, para ter emprego.

É muita burocracia. É muita burocracia mesmo. Então, a gente nem sabe. Só vai mudando as coisas, cada vez mais, né? E aí só vai dificultando (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

<sup>201</sup> <https://www.portalozk.com/vaf/noticias/cidades/ecoanzol-denuncia-abertura-da-barra-da-lagoa-de-iquipari-em-sao-joao-da-barra/22553/>

Para os entrevistados, a saúde básica atende razoavelmente, mas falta equipamento para casos complexos:

[...] sobre a saúde eu acho que não está muito ruim não [...]. Para os pescadores, um médico de vista vem todo mês atender os pescadores no Núcleo da Colônia (em Barra do Açu) (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

A saúde básica funciona, mas em casos mais complexos não. Precisamos de um hospital municipal. Quando a pessoa precisa é transferida para Campos (ENTREVISTADO 4, em 12/06/2021).

Sobre as casas populares, para os entrevistados não atendem os moradores do município, antes são locais de tráfico de drogas e servem a fins eleitoreiros.

Ah essas casinhas fizeram aí..., mas fizeram no meu modo de ver muito errado. Porque foi negócio de política. Já sabe como que é né? Essas casinhas eram para ser feita para a localidade, para o pessoal da comunidade. Só que na hora que fizeram as casinhas botaram mais gente de fora do que do lugar. Aí aconteceu que os bons..., veio um monte de ruim de fora e parou tudo ali. Acabou em nada. Acabou que hoje quase metade das casinhas estão vazias por causa da violência (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Os moradores são de fora. Muita violência (ENTREVISTADO 4, em 12/06/2021).

Quanto aos projetos de mitigação de GPIs petrolíferos e as ações de extensão:

Que esse projeto (Projeto Pescarte) é um projeto da Petrobras para ajudar os pescadores, para fazer criador de peixe assim... (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

É tipo um projeto (Projeto Hortas Urbanas). Então. Ali tem uma gerente que deve ter o emprego dela para dar apoio, entendeu? Aí o que ela fazia. Ela vinha aqui. Até parou por causa desse problema aí (COVID-19), mas ela vinha aqui e me apanhava com minha mercadoria. Até feira no centro de Niterói eu fui! É. Ela vinha aqui, pegava o carro, apanhava eu com a minha mercadoria, fazia feira em Niterói. É. Agora mudou o governo, entrou esses problemas... Mudou governo e eu acho que ela ficou meio desamparada, com certeza. Que o prefeito de lá perdeu eu acho, né? Não teve mais apoio aí ela teve uma parada (ENTREVISTADO 2, em 21/01/2021).

Da fala do entrevistado 2 é possível inferir que o Projeto Pescarte, da Petrobras/UENF e o Projeto Hortas Urbanas, da UFF, contribuem para o desenvolvimento da pesca e da agricultura, apesar do Hortas Urbanas sofrer descontinuidade por depender de apoio político e de recursos públicos.

O Quadro 20 apresenta um resumo das perspectivas dos atingidos entrevistados sobre as medidas sociais e ambientais.

**Quadro 20:** Perspectiva dos entrevistados sobre as principais medidas sociais e ambientais em São João da Barra e 5º Distrito

Medida	Perspectiva dos entrevistados
Vila da Terra	Visto como vitrine, propaganda e instrumento de desmobilização de resistência. É priorizado e tem a atenção da Prefeitura por lá residir uma secretária de governo.
Feira do Porto	Não contempla todos os agricultores e funciona para melhorar a imagem do Porto. É encenação. Atende somente os reassentados.
Pesca	Sem apoio da Prefeitura. Precisa resolver o problema do acesso.
Cartão Cidadão, cesta básica	As doações de cesta básica são eleitoreiras assim como o Cartão Cidadão.
RPPN Caruara e Pelag	Não alteram a vida dos atingidos. Os atingidos não se veem contemplados com as ações das UCs. Não tem efetividade para a vida dos atingidos. Restringiram a autonomia e a liberdade do pescador, e houve redução no estoque de peixes.
Entrepasto Pesqueiro	É burocrático.
Agricultura	A Prefeitura não faz nada para os agricultores. A documentação é um obstáculo para participar de editais públicos. Precisa dar apoio logístico e de comercialização.
Saúde	Não está ruim, mas precisa de hospital público.
Casas populares	É negócio de política.
Estufa de Mudas	Não funciona.
Projeto Pescarte	Ajuda técnica aos pescadores.
Horta Urbana (UFF)	O projeto ajudou, mas a gerente perdeu apoio político.
Projeto Desova das Tartarugas Marinhas	Utilizado para criar uma imagem de sustentabilidade ambiental do Porto.

**Fonte:** Elaboração própria com base nas entrevistas

Conforme o Quadro 20 é possível depreender que para os entrevistados as medidas do licenciamento servem para adequar os atingidos às necessidades do empreendimento e não o contrário. Outras, como Vila da Terra, RPPN Caruara e o Programa Desova das Tartarugas Marinhas, servem a imagem de sustentabilidade que o Porto quer passar. Algumas medidas da Prefeitura possuem fins eleitoreiros, enquanto que outras são vistas como privilégio dos reassentados, que recebem mais atenção da municipalidade do que os demais atingidos, e há aquelas que possuem seu acesso restringido pela burocracia.

Por fim, ao serem perguntados sobre a expectativa quanto ao futuro com o Porto, para alguns entrevistados havia muita esperança entre os moradores de que o empreendimento traria melhorias, de que haveria crescimento econômico, porém, isso não se concretizou como ilustra a seguinte fala:

No início nos disseram que seria muito bom para nós. As terras iam se valorizar. Seria bom pra quem tinha comércio. Não éramos organizados. Ninguém entendia bem o que estava acontecendo. Diziam que seria bom para nós. Eu e um grupo passamos a ir às audiências públicas, mas nada do que pedíamos foi atendido. Depois foram tirando as pessoas de suas casas. O caminhão da empresa (LLX/Prumo) parava em frente as casas e os moradores eram obrigados a sair (ENTREVISTADO 4, em 12/06/2021).



Ainda na visão dos entrevistados, a Prefeitura não tem investido para melhorar a infraestrutura social, não havendo uma melhoria nas condições de vida do 5º Distrito, e a oferta de empregos não atendeu às expectativas da população. Sobre os impactos negativos do Porto do Açu, para os entrevistados trouxeram e trarão muitas consequências negativas para a localidade, não existindo perspectiva de melhora.

Para um dos entrevistados a comunidade é carente e desorganizada, a Prefeitura não faz fiscalização das obras e há pouco investimento público em infraestrutura, podendo ocorrer um crescimento desorganizado do município. Tem assalto, tráfico de drogas, e muitas pessoas vivem do recebimento de cestas básicas, do Cartão Cidadão e do PBF por não ter emprego. Nas casas populares moram pessoas que trocaram o título de eleitor para votar em São João da Barra; outras vieram em busca de emprego e ficaram, e outras vieram de comunidades carentes de Campos.

Outro ponto é o afluxo de trabalhadores geralmente com baixa qualificação profissional, que diz muito sobre as expectativas criadas em torno do Porto do Açu e o cotidiano dos trabalhadores e de suas famílias, que sem emprego são transformados em dependentes de benefícios assistenciais.

Como melhorias foram citadas o asfaltamento de alguns quilômetros de estradas vicinais realizado pelo Porto em seu benefício, mas que favoreceu os moradores; a abertura de poços artesianos em localidades do 5º Distrito; e as doações realizadas pela Prumo mas que funcionam como propaganda na mídia.

Entre as expectativas dos entrevistados também está a de que as terras não indenizadas sejam devolvidas aos seus verdadeiros donos, que se traduz na expressão: “devolvam nossas terras!”.

### 3.7. PROTEÇÃO SOCIAL PARA PRESERVAÇÃO DOS MODOS DE VIDA DOS ATINGIDOS PELO OLHAR DO NOVO IMPERIALISMO E DO ESTADO DE EXCEÇÃO

Com base na lógica do novo imperialismo (HARVEY, 2015), “preservar modos de vida territorializados” no 5º Distrito seria um mecanismo regulador da mercadorização e do uso indiscriminado dos bens naturais como terra e água, que medeiam as atividades sociais e simbólicas dos agricultores familiares e dos pescadores artesanais. Funcionaria como um mecanismo de restrição da expansão territorial do capital financeiro imperialista sobre a restinga e os ambientes frágeis, e sobre o ar, essenciais para a proteção da biodiversidade e a proteção do clima.

A preservação de modos de vida dos atingidos, na perspectiva do novo imperialismo, inibiria a precarização dos agricultores familiares e pescadores jovens, que sem condições econômicas, sociais e ambientais sustentáveis “optam” por sair da lida com a terra e com as águas. Isso porque, as atividades do agricultor familiar e do pescador artesanal são relegadas por um número cada vez mais expressivo de jovens, e há pais que não querem que seus filhos deem continuidade à sua profissão. Além disso, as condições para a sustentabilidade dessas atividades se mostram cada vez mais obstaculizadas frente aos impactos do Porto e a posição de subserviência da administração pública local.

Em face disso, corporações imperialistas portuárias e energéticas executam medidas sociais e ambientais sem lastro nos direitos de cidadania, mas, como ações voluntárias que aos poucos podem tornar marginais instituições estatais designadas para a gestão do social no território.

Ademais, propõem programas, projetos e ações típicas de Estado, como o monitoramento e o cuidado com a saúde pública, com a educação, com a assistência social, com o meio ambiente, não para a promoção da proteção social, mas para um controle biopolítico corporativo, com ações nos CRAS, escolas e outras instituições públicas (com controle de nomes, idades, frequência nas atividades e outros mecanismos).

Trata-se de criar outro modelo de “segurança” social e ambiental no território, que se adeque aos empreendimentos, principalmente com a crise de confiança na capacidade do Estado de prover bem-estar social.

A empresa portuária e a CODIN alegam que fizeram tudo conforme a lei. Isto porque a exceção nas democracias liberais tende a ser mascarada pelo discurso da ordem e da segurança, e reivindicada pelas classes dominantes em tempos de crise social e econômica, juntamente com as narrativas do desenvolvimento e do emprego, a fim, de certa maneira, de consensuar com os “indesejáveis”, que por não se conformarem reivindicam, protestam e realizam manifestações públicas, devendo, na perspectiva dos empreendimentos serem controlados.

Observa-se que os serviços públicos de saúde, educação, assistência social, cultura e meio ambiente, pouco fazem para preservar os modos de vida dos atingidos, enquanto programas de perfil assistencialista e não estruturantes, que pelas suas características podem servir de concessão social de governantes e para tutela e cooptação, que não são estranhas à formação social e política do NF, possuem adesão.

Na região, com seu passado colonial escravista, o clientelismo, a tutela, a cooptação e o assistencialismo são práticas culturais conhecidas, e que estão associadas à formação social,

econômica e política do Brasil, como a colonização e o desenvolvimento excludente, a dependência e o papel das classes dominantes para com as classes subalternizadas.

Sobre isso, referindo-se ao populismo existente no município de Campos dos Goytacazes e também em São João da Barra, Almeida e Cruz (2021, p. 16) afirmam que reproduz “um vínculo perverso entre governo e necessitados, em contexto de cidadania incompleta, parcial e limitada”, e para Cruz (2016), ao tratar das rendas dos royalties recebidas pelos municípios petrorrentistas do NF, entre eles São João da Barra, afirma:

Numa visão geral, salta aos olhos a constatação, nas pesquisas, do saldo negativo do ciclo das rendas petrolíferas nos municípios petrorrentistas. Após dez anos de acesso às rendas, as administrações municipais não lograram resultados positivos em termos da melhoria na estrutura urbana, assentamentos humanos, mobilidade, saúde, educação, mitigação de impactos ambientais negativos, eficiência da gestão pública, melhorias das condições de vida nas periferias, mitigação dos crescentes índices de violências, diversificação econômica, dentre outros; em alguns casos esses indicadores pioraram, deixando no ar uma sensação para além do mau uso desses recursos, ou seja, da ocorrência de desvios de recursos públicos para fins particulares (CRUZ, 2016, p. 56).

A dependência dos royalties na oferta de serviços e programas sociais é verificada no Programa Municipal de Incentivo ao Ensino Universitário/Cartão Universitário e no Passe Estudantil, além de no Cartão Cidadão e outros, que ficam suscetíveis de ser descontinuados ou sua oferta reduzida.

A queda na arrecadação de São João da Barra, assim como de outros municípios do NF, internacionalmente decorreu da queda do preço do barril do petróleo a partir de 2014, e internamente da Operação Lava Jato, do MPF, ainda da deposição da presidente Dilma Rousseff e da reestruturação da Petrobras, fatores que levaram à redução dos royalties e participações especiais, e que evidenciaram o impacto da volatilidade das rendas petrolíferas nos programas sociais e nos serviços públicos, que no NF têm sua oferta (ou não), diretamente associada ao mercado internacional do petróleo.

Sendo os royalties uma compensação pelos impactos territoriais do setor de P&G, em pesquisa de Terra (2006), particularmente em Campos dos Goytacazes - mas que em certos aspectos não difere do que ocorre em São João da Barra -, a aplicação dos recursos das rendas extrativas em obras de investimento nas “áreas sociais”, não cumpre seu objetivo de uma renda compensatória, uma vez que “a riqueza do petróleo não torna o poder público mais solidário com a sua população na perspectiva de uma alocação redistributiva de seus investimentos” (2006, p. 6), como mostrou a pesquisadora em suas conclusões.

O que se vê em São João da Barra e no 5º Distrito é a adoção de programas sociais que não alteram estruturalmente as condições de vida dos beneficiários. Trata-se especialmente dos

PTRs, que beneficiam com uma renda mínima os que são tratados como se fossem eternamente pobres e dependentes da ajuda financeira do Estado, considerando como certa a perpetuação da pobreza e a necessidade não de contê-la, mas de controlar suas vítimas, e que, pondo em risco as conquistas sociais dão ênfase a políticas assistencialistas.

Em Gudynas (2012; 2009) há referências ao que denomina de “Estado compensador”, que nos períodos do boom das commodities mantinha territórios dominados pelas atividades extrativas predadoras em nome da redução da pobreza, direcionando recursos oriundos das atividades para a promoção da justiça social.

O “Estado compensador” teve papel ativo na legitimação de governos e empreendimentos extrativos nos governos progressistas na América Latina, quando pela via da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada pelas atividades extrativas em forma de royalties e tributos, capturou o excedente e o destinou a programas sociais, de forma que a população passou a ser inserida no ciclo da dependência de benefícios assistenciais, financiados pelas mesmas atividades que afetavam suas condições de vida e trabalho.

Apesar disso, diferente do que ocorreu nos governos progressistas, em que as rendas extrativas eram distribuídas e redistribuídas, aliviando a pobreza mesmo não retirando seus beneficiários do ciclo de dependência, nos governos neoliberais o excedente do extrativismo exportador serve para aumentar lucros e dividendos, e para o serviço da dívida.

Necessários diante das “urgências sociais”, respondendo às necessidades imediatas, mas devendo ser transitórios (RAICHELIS, 2006, p. 27), os PTRs encontram respaldo e recomendações nos documentos e nas políticas para países pobres e periféricos, por agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), agências que em uma linguagem gramsciana são aparelhos privados de hegemonia internacional, formuladores e disseminadores das ideias e interesses imperialistas, que intentam manter a dependência econômica e social e a subalternidade dos povos.

Dessa maneira, enquanto privilegiam-se programas sociais de corte focalizado, dá-se o desmonte progressivo da proteção social brasileira. Desregulamentação e privatização de direitos, com a denominada Lei do Teto de Gastos<sup>202</sup>, que desde que foi promulgada vem reduzindo substancialmente recursos para as políticas sociais de perfil universal; reformas como a Trabalhista e a Previdenciária, e a Administrativa que está na pauta do Congresso Nacional.

Na área ambiental, a flexibilização deixa de ser exceção, e a desproteção – vista no desmonte quase total das instituições de fiscalização, nas demissões e no assédio moral aos

---

<sup>202</sup>A Proposta de Emenda Constitucional 55(PEC 55) foi encaminhada pelo governo do ex-presidente Michel Temer ao Congresso Nacional, e transformada em Emenda Constitucional 95/2016, ao ser promulgada. Essa EC limita por 20 anos os gastos públicos do governo federal.

servidores públicos, nas alterações na legislação ambiental para beneficiar os grandes latifúndios, as empresas mineradoras, o agro-exportador e até o garimpo e outras atividades ilegais -, é normatizada.

Ocorrendo um desmonte quase que total da proteção social, que desde os anos de 1930 foi forjada nas lutas sociais, desfigura-se o papel político-institucional das políticas de proteção social às camadas populares, e o Estado vai se transformando jurídico-legal, institucional e administrativamente em serviçal das grandes corporações, do rentismo e dos bancos, imbricados com os GPIs e sem lastro na soberania popular.

Tal fato reflete na incapacidade de proteger e garantir seguranças sociais e ambientais, e de reduzir desigualdades pela via da cidadania. Ao mesmo tempo exige-se controle dos pobres e desalentados, que se não ocorre pelo direito dá-se pela exceção, ou seja, pelo autoritarismo, repressão e punição, e pela assistencialização, reforçando o controle sobre corpos, vida, bens comuns e território na periferia.

Periferia, que segundo Bercovici (2006) vive em um estado de exceção econômico permanente, pois na emergência de salvar o “mercado” se utiliza dos poderes constitucionais e da subordinação do Estado, adaptando o direito às necessidades do capital financeiro, exigindo cada vez mais flexibilidade que reduza a interferência da soberania popular.

Significa que quanto menor a oferta, e reduzido o acesso às políticas universais de cidadania - intensificando a precarização da cobertura social e ambiental - tanto se amplia a demanda por assistencialização, por conseguinte reduz-se a soberania popular e aumenta o controle do Estado/mercado sobre o território. Ademais, quanto maior a dependência de PTRs para atingir o patamar mínimo da sobrevivência biológica, tanto maior o cerceamento da soberania popular.

Analisando a perspectiva dos entrevistados, a impressão é de que havia uma tentativa de transformar o 5º Distrito em um campo. Um território à margem do ordenamento jurídico e onde seus habitantes estariam expostos e a mercê da corporação portuária e da violência do Estado, uma vez que no campo vigora o arbítrio, e onde a vida humana se encontra excluída dos direitos fundamentais e a biopolítica atinge seu ápice.

Isso porque não há preocupação efetiva com os atingidos, mas um esforço para alterar, flexibilizar e por vezes burlar a legislação ambiental, com a conivência e apoio de governantes e políticos, e até dos tribunais, com as medidas sociais e ambientais que parecem ser implementadas “pra inglês ver”.

Nos Estados contemporâneos ditos democráticos, a vida qualificada de cidadã (*bíos*), de determinados indivíduos, grupos sociais, comunidades e povos, é cotidianamente forçada ao

banimento social. Isso ocorre com aqueles historicamente marginalizados e também com os que se interpõem nos interesses do soberano, podendo ser este membro do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, e agentes privados a serviço do “mercado”.

A vida qualificada de cidadã é a vida política, tratada em Agamben (2007), que desprovida de direitos se transforma em *vida nua* (*zoé*), sem qualquer pertencimento ao *corpus* político, e onde a identidade de cidadão perde qualquer sentido, uma vez que no estado de exceção não há política, mas apenas o controle dos corpos e vontades pela biopolítica.

Ironicamente, nas democracias contemporâneas, defensoras dos direitos humanos e do direito à vida, esta considerada sagrada, o homem não pode ser sacrificado, mas pode estar suscetível à morte. Nem sempre uma morte física, mas quase sempre uma morte política.

Dessa forma, grupos sociais atingidos como os do 5º Distrito, podem estar suscetíveis de ser *homines sacris*, caso sejam vistos como uma ameaça ao Estado e aos interesses que ele representa. Potencialmente sujeitos à morte física - já que simbolicamente estão mortos -, uma vez que nenhuma vida (humana ou não humana) vive fora da esfera política, não se sustentando a dicotomia entre vida natural (*zoé*) e vida política (*bíos*).

Tal fato revela que na biopolítica moderna a economia e as finanças se sobrepõem à vida pela exceção, com o Estado suspendendo direitos constitucionalmente reconhecidos, como de povos tradicionais, de indígenas e camponeses. Declarando sua matabilidade e seu não direito à voz, passam a ser vistos como entraves ao dito desenvolvimento e óbices aos interesses políticos e econômico-financeiros por resistirem contra ao que ameaça seus modos de vida. Dessa forma, para garantir os interesses das grandes corporações e conter a violência em face do aumento da desigualdade, tornam-se vítimas do autoritarismo e do punitivismo do Estado.

Como uma “técnica ocasional de governos” (MARTINS, 2015), sem a suspensão da ordem jurídica, a exceção transforma-se em uma prática de governabilidade sobre muitos que já se encontram à margem da cidadania -, compreendida como um “conjunto de direitos positivos que vincula o cidadão a seu Estado”, conforme Fleury (1994, p. 59) -, retirando toda a condição objetiva dos sujeitos se reconhecerem como detentores legítimos de direitos e de poder reclamá-los.

Apesar dos atingidos compreenderem o papel das medidas sociais e ambientais no contexto do Porto do Açu, tem havido um esvaziamento da ação pública, que indica estar relacionada com uma população que aos poucos é controlada pelas intervenções biopolíticas do Estado e do empreendimento portuário, e com a soberania popular cerceada.

O Povo, sujeito formal da soberania, é sequestrado pela biopolítica no estado de exceção, passando a ser um objeto governado, e de sofrer a interferência do soberano (Estado/mercado)

em sua forma de ser, de vida e trabalho, forma de morar, se alimentar, da saúde, das condições de vida no território. Nesse sentido, permitir que “modos de vida territorializados” sejam ameaçados é o mesmo que consentir que São João da Barra seja novamente colonizado, agora, por um empreendimento portuário e seus acionistas majoritariamente estrangeiros.

Dessa maneira, a realidade do 5º Distrito mostra uma associação entre novo imperialismo e o estado de exceção, com a soberania do povo alijada em nome do dito desenvolvimento. Em face disso cabe evocar a condição de cidadão e a soberania popular - conotação jurídica da vida (*bíos*) - contrapondo-se ao controle e administração da vida, resistindo à sua captura e à *vidanua*, a fim de que a proteção social preserve modos de vida lastreada na cidadania.



## CONCLUSÃO

O poema “Devolvam nossas terras”, epígrafe desta Tese, exprime o clamor não somente de uma mulher atingida. Ele retrata as 1.500 famílias que tiveram suas terras tomadas, suas águas afetadas, seu território cercado e controlado, e que passados mais de 10 anos ainda esperam uma solução minimamente justa. Porém, enquanto a justiça não faz justiça vivenciam a negligência e o descaso.

Com o tema da proteção social para preservação de modos de vida dos atingidos pelo Porto do Açú, no 5º Distrito de São João da Barra/RJ, esta Tese propôs responder ao seguinte problema: até que ponto, as medidas sociais e ambientais no 5º Distrito de São João da Barra preservam os modos de vida dos atingidos, com base na “preservação de modos de vida territorializados” definida nesta Tese?

Com esse problema em vista, o objetivo geral foi investigar quais são as medidas sociais e ambientais, e se preservam econômica, social, ambiental e culturalmente os atingidos, no 5º Distrito de São João da Barra, norte fluminense, no período de 2011 a 2021.

Assim, foram desenvolvidos três capítulos. O primeiro, com base nos resultados sobre as relações do Porto do Açú com a geopolítica do novo imperialismo nos anos 2000, capitaneada, sobretudo pela China e EUA, mostrou que na dinâmica interestatal, o 5º Distrito serve apenas de suporte territorial e corredor logístico, sendo remunerado com os impostos para realizar tal serviço - possuindo um papel periférico no modelo de desenvolvimento organizado pelo capital financeiro internacional -, enquanto as condições sociais, econômicas, ambientais, culturais e territoriais que asseguram os “modos de vida territorializados” são estruturalmente alteradas.

O segundo capítulo evidenciou a expropriação de terras e águas pelo Porto do Açú no 5º Distrito, - um território petrolífero-portuário -, em sua relação com a manutenção dos modos de vida dos atingidos, e paradoxalmente, a presença de equipamentos sociais na paisagem. Ao mesmo tempo em que os conflitos sociais revelam a contradição entre desenvolvimento econômico e proteção de modos de vida dos atingidos, também mostram os interesses geopolíticos que influenciam o 5º Distrito. Os resultados ainda revelaram os papéis do Estado, que viola enquanto deveria proteger, em conformidade com os interesses econômico-financeiros e políticos do empreendimento, explicitando sua face controladora e repressiva sobre os “indesejáveis”, sem compromisso com a cidadania.

O Capítulo 3 mostrou uma presença expressiva de medidas sociais e ambientais em São João da Barra e 5º Distrito, o que dá margem para supor que os atingidos estariam protegidos dos impactos/efeitos do Porto do Açú e do seu complexo energético. Entretanto, pelos resultados,

não ficou evidenciado que as medidas universais e focalizadas preservam os modos de vida dos atingidos.

A explicação poderia estar na ausência de recursos financeiros no período da queda da arrecadação dos royalties, quando alguns serviços e benefícios socioassistenciais foram suspensos. Porém, se essa explicação fosse plausível naquele contexto, não se aplicaria no do restabelecimento das receitas municipais, a partir de 2018, quando também não se identificou essa preocupação por parte da administração pública.

Também não é ausência de equipamentos - mesmo que a construção de alguns seja recente -, e há uma distribuição mínima, porém satisfatória de equipamentos socioassistenciais (saúde, educação, assistência social) no território, com exceção de no Vila da Terra. Porém, há falta de profissionais e existem vínculos precários nos CRAS e CREAS, como também no ESF, o que interfere na qualidade e continuidade dos serviços aos indivíduos e famílias referenciadas.

De forma geral, os resultados permitem concluir que as “medidas universais e focalizadas” cumprem minimamente seu papel normativo, porém há programas/ações e recursos orçamentários que poderiam ser mais bem direcionados a fim de preservar de forma sustentável os modos de vida ameaçados pelo Porto do Açu.

Sobre as medidas para a agricultura e pesca artesanal, se mostraram importantes pelos seus objetivos. Porém, com exceção de algumas - como o Serviço de Patrulha Mecanizada -, a maioria possui acesso restrito, contempla um número reduzido de agricultores e pescadores, indicando necessidade de ampliar seu escopo, além de apresentar descontinuidade, inviabilizando a apresentação de resultados efetivos.

Quanto às medidas sociais e ambientais dos GPIs portuários, que como condicionantes deveriam atuar na proteção social dos atingidos, entretanto, algumas serviram para desmobilizar resistências, outras foram utilizadas primordialmente na contenção dos conflitos e outras para marketing corporativo. O Vila da Terra, a RPPN Caruara e o Programa de Desova das Tartarugas Marinhas indicam servir para fins de *greenwashing* - ao veicular propaganda de sustentabilidade socioambiental enquanto aproximadamente 60% dos expropriados ainda não foram indenizados, alguns estão sem terras ou foram obrigados a arrendar para trabalharem. Sobre as indenizações, as negociações não foram retomadas, e não há abertura de diálogo relativo à anulação dos decretos estaduais de desapropriação.

As medidas de mitigação de GPIs petrolíferos que se orientam pela educação ambiental crítica, como os PEAs Pescarte e Territórios do Petróleo, indicaram contribuir com a preservação dos modos de vida dos atingidos que participam de suas atividades. Entretanto, destaca-se que paradoxalmente atuam para atenuar os conflitos entre os atingidos e as empresas petrolíferas.

Sobre as ações extensionistas, algumas foram fundamentais na assessoria política e em dar visibilidade a causa dos atingidos. Contudo, há contra essas ações a sua descontinuidade, indicando a necessidade de repensá-las a fim de garantir uma presença mais duradoura junto aos atingidos, destacando que algumas foram desenvolvidas voluntariamente por docentes, portanto, sem mediação institucional. Além disso, os resultados apontaram a necessidade de ações de assessoria técnica e social, além da assessoria política.

As ações de RSC, pelo seu perfil, não estão preocupadas em preservar os modos de vida dos atingidos, antes, voltam-se para os interesses do empreendimento portuário, favorecendo o controle corporativo no território, apesar de algumas ações também beneficiarem a população de forma mais ampla.

Quanto às perspectivas dos atingidos, de certa maneira convergem com algumas evidências dos achados nos ICPs e nos documentos, entre elas a ausência de políticas públicas sociais e técnicas destinadas aos atingidos, como as voltadas a comercialização de produtos agrícolas e pesqueiros, além de solução para o impasse relativo as áreas tradicionais de pesca como as lagoas, e da redução de estoque de peixes.

Para os atingidos há um descaso por parte da Prefeitura, como se não fossem sua responsabilidade, enquanto desenvolve políticas de perfil assistencialista. Quanto às medidas do licenciamento, infere-se das falas dos entrevistados, e que também convergem com outros dados/informações da pesquisa, que elas não os protege dos impactos, antes buscam adequá-los as necessidades dos empreendimentos portuários.

De maneira geral, a administração pública de São João da Barra tem negligenciado sua responsabilidade para com a preservação dos modos de vida, demonstrando pouco ou quase nenhum compromisso com a condição de cidadania dos atingidos, além de permitir que consequências climáticas sejam geradas em seu território.

Os grandes empreendimentos portuários, além dos empreendimentos energéticos a combustível fóssil, como o parque termelétrico do Açú, sobre os ecossistemas e sua biodiversidade - restinga, rios, costa marítima e formações lagunares, e ainda sobre o ar atmosférico, cobrará sua fatura com eventos e desastres que vão deixando de ser episódicos para ser previsíveis em tempos de emergência climática.

Ademais, ficou evidenciado o controle da soberania popular com a aplicação do paradigma da exceção, que viabilizou a implantação do Porto e de seus empreendimentos - alterando as condições de existência material -, ameaçando a vida (*bíos*) de agricultores familiares e pescadores artesanais. Esses, vulneráveis, ficam suscetíveis a ser transformados em assistidos por políticas que perpetuam a pobreza, cerceiam a autonomia e a emancipação social.

Os atingidos são controlados por medidas de proteção ambiental que restringem a circulação e o acesso ao território e aos bens comuns - indicando existir uma relação entre “proteção” e estado de exceção, expropriação de modos de vida e recolonização do 5º Distrito - pelo grande capital financeiro e suas corporações norte-americanas, europeias e asiáticas -, que passa pelas técnicas de controle biopolítico do *homo sacer*.

Os resultados indicam a existência de uma combinação perversa entre novo imperialismo e estado de exceção em São João da Barra e 5º Distrito, cabendo construir propostas que fortaleçam os vínculos dos atingidos com seu Estado (vínculos de cidadania), através da “preservação de modos de vida territorializados” como definida nesta tese, que pode/deve ser um mecanismo estatal de proteção social.

Alguém pode questionar se há possibilidade de convivência pacífica e harmoniosa entre o Porto do Açu e os atingidos. Pelos resultados, as relações conflituosas podem até não ser constantes, apresentando períodos de acirramento e arrefecimento, mas os conflitos tendem a permanecer, mesmo que de forma latente, pois o que está em questão é a autopreservação e a luta dos agricultores familiares e pescadores artesanais para manterem-se territorializados.

O Porto do Açu não é um projeto de desenvolvimento, mas um projeto de investimento (GPI), que pelas suas características não tem compromisso com o desenvolvimento local e regional, mas, com seu perfil colonizador tende a exigir mais terras e águas, o que é incompatível com as atividades tradicionais do município.

Diante disso, o ponto de inflexão está no fortalecimento sustentável da agricultura e da pesca, principalmente em face de necessidade das administrações públicas locais, como de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, diretamente afetadas pelo Porto do Açu, de elaborarem políticas de proteção do clima - tendo no centro da agenda as atividades de baixo impacto ambiental e de produção de serviços ambientais -, em integração com as políticas de educação, ciência e tecnologia, saúde, assistência social, trabalho, cultura, meio ambiente e urbana.

Nesse sentido, as evidências mostram que as medidas sociais e ambientais que poderiam/deveriam preservar os modos de vida dos atingidos não o fazem. Antes, funcionam primordialmente para o controle dos conflitos sociais, dos pobres e dos atingidos no território, e para a legitimação do empreendimento. Dito de outra forma, as medidas sociais e ambientais preconizadas nos marcos constitucionais e normativos, cujo objetivo é o alcance da cidadania, no 5º Distrito estão mais para técnicas de controle biopolítico do *homo sacer*, com a preservação dos modos de vida secundarizada.

No geral, as medidas sociais e ambientais encontradas em São João da Barra e 5º Distrito, não compatibilizam uma estratégia de desenvolvimento baseada em megaempreendimentos

portuários e energéticos vinculados ao extrativismo petrolífero, com a preservação de agricultores familiares e pescadores artesanais.

Esse fato indica a premência em problematizar o papel das políticas sociais na fase atual do capitalismo, que como ficou evidenciado pelos resultados desta Tese possuem aparência de proteção social, entretanto negam a cidadania, funcionando primordialmente como dispositivos de controle e adequação dos atingidos, especialmente em territórios que servem de suporte para GPIs extrativistas que se movimentam conforme a geopolítica do novo imperialismo.

Desta forma, com um Estado cada vez mais subsumido ao mercado, intensificando a espoliação e a aplicação da exceção, a tese de que as políticas sociais, entre elas as ambientais compatibilizam desenvolvimento econômico com proteção social e ambiental, desde que implementadas, é falso. Não se comprova pelos resultados desta pesquisa, apesar de constitucionalmente possuírem esse papel.

Capturadas, contraditoriamente elas legitimam os grandes projetos portuários e energéticos do Porto do Açu, adequando e controlando o território, e modelando a existência dos atingidos, indicando que somente o controle social e a resistência à biopolítica nos marcos neoliberais serão capazes de alterar esse estado de coisas e alcançar a “preservação dos modos de vida territorializados” no 5º Distrito.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; FILHO, Jorge P. **Descolonizar o imaginário**: debate sobre o pós-extrativismo e as alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Editora Elefante, 2016.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Trad. de Henrique Burigo.

\_\_\_\_\_. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004. Trad. Iraci D. Pleti.

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Impactos socioambientais dos grandes projetos de desenvolvimento: o caso do Complexo industrial-Portuário do Açú. Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários. Seção Rio e Niterói, **Terra Livre**, n. 38, v. 1, p. 19-53, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/374610560/Terra-Livre>

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários. Seção Rio e Niterói. Relatório dos Impactos socioambientais do Complexo Industrial Portuário do Açú. **Relatório Técnico**, Rio de Janeiro, set., 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/561109-Relatorio-dos-impactos-socioambientais-do-complexo-industrial-portuario-do-acu-i.html>

ALMEIDA, Érica T. V. de; CRUZ, José L. V. Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, p. 11-36, maio-ago, 2021.

ALVARENGA, Felipe M. **Os deserddados do desenvolvimento**: o caso da implantação do complexo portuário e industrial do Açú e seus impactos socioterritoriais. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

AMIN, Samir. Geopolítica do imperialismo contemporâneo. **Novos Rumos**, n. 45, v. 21, p. 3-30, 2006. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2128/1755>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ARANIBAR, Antonio. Apresentação. *In*: GUTIÉRREZ, Fernando C. (coord.). **La protesta social en América Latina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012 (Cuaderno de Prospectiva Política 1). Disponível em: <https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/crisis-prevention-and-recovery/Understanding-Social-Conflict-in-Latin-America.html>

ARÁOZ, H. M. Extractivismo y “Consenso Social”: Expropiación – consumo y fabricación de subjetividades (capitalistas) en contextos neocoloniales. **Revista Cuestiones de Población y Sociedad**, v. 3, n. 3, Año II, p. 29-42, 2013.

ARRUDA, Ana Paula S. N. de. Condições habitacionais dos pescadores artesanais da Bacia de Campos. *In*: TIMÓTEO, Geraldo M (coord.) **Trabalho e Pesca no litoral fluminense**: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

ASSUMPTÃO, Jorge; NASCIMENTO, Marcelo T. Estrutura e composição florística de quatro formações vegetais de restinga no Complexo Lagunar Grussaí/Iquipari, São João da Barra, RJ, Brasil. **Act bot. Brasil**, v. 14, n. 3, p. 301-315, 2020.

AZEVEDO, Joyce R. L. **A implantação do Distrito Industrial do Porto do Açú e a judicialização das desapropriações**. 2019. Dissertação (Planejamento Regional e Gestão da Cidade), Universidade Cândido Mendes (UCAM), Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

BARCELOS, Eduardo (coord.). O projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos. **Relatório Preliminar**. Minas Gerais – Rio de Janeiro, dez. 2013.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENEVIDES-GUIMARÃES, Rosangela M. A.; TERRA, Denise C. T. (IN)Compatibilidade entre proteção social e ambiental das comunidades locais e o Complexo Portuário do Açú no norte do estado do Rio de Janeiro. *In*: MOREIRA, Edma S; REPETTO, Maxim; TEIXEIRA, Simonne (orgs). **Diálogos Críticos sobre sociedade e Estado: reflexões desde o projeto de cooperação acadêmica na Amazônia [E-Book]**. Boa Vista: Ed. UFRR, Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2020, p. 147-175. Disponível em: <https://ufrr.br/editora/index.php/editais?download=496>

BENEVIDES-GUIMARÃES; Rosangela M. A.; PEDLOWSKI, Marcos A.; TERRA, Denise C. T. Dependência e expropriação estatal de terras no contexto neodesenvolvimentista/neoextrativista: implicações para a reprodução das comunidades afetadas pelo mineroduto Minas-Rio e o Complexo Portuário do Açú. **DMA - Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 51, agosto, p. 180-201, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/60670/39379>

BERCOVICI, Gilberto. O estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. **Pensar**. Fortaleza, v. 11, p. 95-99, 2006.

BONFIM, Bruno de C; SANTOS, Alejandra F. G. N.; BENEDITTO, Ana Paula Di. A Pesca extrativa marinha no Porto de Atafona, São João da Barra - RJ: passado e presente. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, v. 21, n. 1, p. 1-7, 2017.

BRAGA, Gustavo B.; FIÚZA, Ana L. C.; REMOALDO, Paula C. A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Interface Sociologias**, ano 19, n. 45, maio/ago., p. 370-396, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde de Trabalhador. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Brasília: v. 1, Tomo 2, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS)**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Brasília, 2012.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Guia de cadastramento de grupos populacionais, tradicionais e específicos: cadastro único para programas sociais**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Plano Nacional de Atenção Básica**, Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS) 001/2002**. Portaria 373, de 27 de fevereiro de 2002, que amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro, Brasília, 2002.

BRASIL. **Norma Operacional Básica (NOB) 01/96**. Portaria 2.203, de 05 de novembro de 1996. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro, 1996.

BRASIL. Lei Orgânica da Saúde. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei 6938 de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, 1981. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)

CAMPOS, Mauro M.; TIMÓTEO, Geraldo M.; PEIXOTO, Vitor de M.; BELO, Diego C. Vulnerabilidade dos pescadores artesanais e acesso às políticas públicas de saúde nos municípios da Bacia de Campos (RJ). *In*: TIMÓTEO, Geraldo M. (coord.). **Trabalho e Pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

CANO, Wilson A. A desindustrialização no Brasil. **Texto para discussão**. EI/UNICAMP, Campinas, São Paulo, n. 200, jan. 2012, p. 1-20, 2012.

CARNEIRO, Paulo R. F. Água e conflito na Baixada dos Goytacazes. **REGA**, v.1, n. 2, p.87-100, jul./dez., 2004.

CARVALHO, Antônio I. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. *In*: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 – prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário** (on line). Rio de Janeiro: Fiocruz/IPEA/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, v. 2, p. 19-38, 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

CEZÁRIO, Raquel C. **Planejamento estratégico em São João da Barra (RJ)**: O planejamento urbano sob a ótica do Plano Diretor de 2006. Dissertação. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

CINTRA, Marcos A. M.; SILVA FILHO, Edison B. da; PINTO, Eduardo C. Introdução. *In*: CINTRA, Marcos A. M.; SILVA FILHO, Eduardo da; PINTO, Eduardo C. (orgs). **China em transformação**: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução n. 1 de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para avaliação de impacto ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CORÁ, Maria A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Administração Pública**, v. 48, n. 5, Rio de Janeiro, set./out. 2014.

COSAT – Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho. Parecer com relação aos danos à saúde da comunidade a instalação de torres e linhas de alta tensão ou qualquer infraestrutura que emita radiação eletromagnética gerada por alta tensão ou dispositivos no ambiente da FAGRO. Faculdade de Agronomia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/agronomia/joomla/files/COSAT/Parecer COSAT Instalao de torres de a lta tenso no ambiente da FAGRO.pdf](https://www.ufrgs.br/agronomia/joomla/files/COSAT/Parecer%20COSAT%20Instalao%20de%20torres%20de%20alta%20tensao%20no%20ambiente%20da%20FAGRO.pdf). Acesso em: 10 set. 2021.

COSTA, Ana M. A. **O processo de expropriação das terras do Açu e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas-Rio**. 2018. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual do Norte Fluminense (UERJ). Rio de Janeiro, RJ, 2018.

COSTA, Lucas A.; MARQUES, Amanda de A.; SAMPAIO, Juliana R. F.; SANTANA, Wilma J.; ROCHA, Élide M. B. Insegurança alimentar em agricultores: violação ao direito humano à alimentação adequada. **Cad. Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, 2021.

COUTINHO, Carlos N. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTO, Berenice R. **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010

CRUZ, José L. V. da; TERRA, Denise C. T. Petróleo e Porto no norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista EURE**, v. 46, n. 139, p. 189-208, set., 2020.

CRUZ, José L. V. da. Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e territorial da região fluminense do extrativismo petrolífero. **Caderno de Desenvolvimento Fluminense**, n. 9, Rio de Janeiro, p. 49-67, jan./jun., 2016.

\_\_\_\_\_. **Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense.** In: CARVALHO, Ailton M.; TOTTI, Maria Eugênia F. (orgs). Formação histórica e econômica do Norte fluminense. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

CUNHA, Altivo R. A. de A; CAMPOS, Mauro M; VARGAS, Annabelle de F. M; ALMEIDA, Lohana C. Insegurança alimentar entre os pescadores artesanais: status e perspectivas a partir do inquérito alimentar do Censo PEA Pescarte. *In*: TIMÓTEO, Geraldo M. (coord.). **Trabalho e Pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte.** Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

DEVERMONT, Judd; CHEATHAM, Amelia; CHIANG, Catherine. Assessing the risks of chinese investments in Sub-Saharan African ports. **CSIS – Center for strategic & international studies.** 04 Jun., 2019. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/assessing-risks-chinese-investments-sub-saharan-african-ports> Acesso em: 02 nov. 2020.

DIAS, Elizabeth, C.; SILVA, Thais L e. Contribuições da atenção primária em saúde para a implementação da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST). **Rev. Bras. de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 31-43, 2013.

DIAS, Elizabeth C. Condições de vida, trabalho, saúde, doença dos trabalhadores rurais no Brasil. *In*: PINHEIRO, Tarcísio M. M. **Saúde do Trabalhador Rural – Renast**, Ministério da Saúde, 2006.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. Katálysis.** Florianópolis v. 10 n. 1, p. 24-34 jan./jun. 2007.

DUMÉNIL, Gerárd; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, 29, p. 1-19, abr. 2007.

FALCÃO, Hully G.; MOTA, Fábio R. Infringir para resistir: mobilizações coletivas dos pescadores de Atafona – São João da Barra (RJ). **Avá**, n. 26, p. 107-124, jun. 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/6564/INFRINGIR%20PARA%20RESISTIR%20-%20Fabio%20Mota.pdf?sequence=1>

FARIA, Ivan D. Compensação ambiental: os fundamentos e as normas, a gestão e os conflitos. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa (Série Textos para Discussão/ Conleg, 43), jul., 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-43-compensacao-ambiental-os-fundamentos-e-as-normas-a-gestao-e-os-conflitos>

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. Grandes empreendimentos e impactos sobre a saúde. Série Fiocruz - Documentos institucionais. **Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**, v. 5, 2018. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/05\\_grandes\\_empreendimentos.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/05_grandes_empreendimentos.pdf).

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. “Fragilidade no processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário do Açú coloca em risco comunidades de 32 municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro”. *In*: **Mapa dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.** Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rj-fragilidade-no-processo-de-licenciamento-ambiental-do-complexo-portuario-de-acu-coloca-em-risco->

comunidades-de-32-municipios-dos-estados-de-minas-gerais-e-rio-de-janeiro. Acesso em: 01 jan. 2020.

FIORI, José L.; NOZAQUI, Willian. O aumento da tensão mundial e o desafio ao poder naval dos EUA. **Sul21**. Em 14, jun., 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/06/o-aumento-da-tensao-mundial-e-o-desafio-ao-poder-naval-dos-eua-por-jose-luis-fiori-e-william-nozaki/> Acesso em: 02 nov. 2020.

FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do estado do Rio de Janeiro. **Boletim estatístico da pesca do estado do Rio de Janeiro ano 2011 e 2012**. Fundação Instituto de Pesca do estado do Rio de Janeiro. Niterói, 2013. Disponível em: <http://pescarj.fundepag.br/sistema.html?id=60b4fc0cb8550d9000e8fb98>. Acesso em: 24 out. 2021.

FLEURY, Sônia. Proteção Social em um mundo globalizado. **Congresso da Abrasco**, 2007. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/ACF95B.pdf>

\_\_\_\_\_. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1994.

FOLHA na Foz. Porto do Açú é o 25ª maior cliente do BNDES, 22 jan. 2019. Disponível em: [http://www.folha1.com.br/conteudo/2019/01/na\\_foz/1243548-porto-do-acu-e-o-25-maior-cliente-do-bndes.html](http://www.folha1.com.br/conteudo/2019/01/na_foz/1243548-porto-do-acu-e-o-25-maior-cliente-do-bndes.html). Acesso em: 16 out. 2020.

FORPROEX – FORÚM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus/AM, maio, 2012. Disponível em: [http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica\\_Nacional\\_de\\_Extensao\\_Universitaria\\_-FORPROEX-2012.pdf](http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-2012.pdf)

GANTOS, Marcelo C. (coord). **Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties**. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF/EdUENF, 2019.

\_\_\_\_\_. (coord). **A Caravana Territórios do Petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF/EdUENF, 2016.

\_\_\_\_\_. Modos de ver e pensar o Patrimônio Agroindustrial: a Usina Cambahyba refletida através de um álbum fotográfico. **2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial**, São Carlos, 19 a 22 de outubro, 2010. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/03514.pdf>

GARCIA, Investimentos da China, no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. **Revista Tempo do Mundo**, IPEA, n. 22, p. 149-174, abr. 2020. Disponível em: <https://observatoriodosbricsunila.files.wordpress.com/2020/08/revista-tempo-do-mundo-n22-04.2020.pdf>

GAVIRIA, Edwin M. A “Licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação e suas apropriações e sentidos. **Rev.Bras. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 2, ago., 2015.

GOHN, Maria da G. Cidadania e Direitos Culturais. **Katálisis**, v. 8, n. 1, jan./jun., p. 15-23, 2005.

GROSSI, Mauro E. del (coord). **Políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar no Mercosul ampliado**: o caso do Brasil. COPROFAM/CONTAG, mar., 2019. Disponível em: <https://coprofam.org/wp-content/uploads/2019/06/PPAFICI-BRASIL-web1.pdf>

GUDYNAS, Eduardo. Los extractivismos sudamericanos hoy: permanências y câmbios entre el estalido social y la pandemia. *In*: ALISTER, Cristian; CUADRA, Ximena; JULIÀN-VEJAR, Dasten; PANTEL, Blaise; PONDE, Camila. **Cuestionamientos al modelo extractivista neoliberal desde el Sur**: capitalismo, territórios y resistencias. Ariadna Ediciones, Santiago de Chile, 2021.

\_\_\_\_\_. Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Tema Central**, n. 237, enero-febrero, 2012.

\_\_\_\_\_. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. *In*: CAAP y CLAES. **Extractivismo, política y sociedad**, Quito, p. 187-225, 2009.

GUEVARA, María de L. A.; MOREIRA, Edma S. Conflictos socioambientales, la lucha por tierra y el territorio em el sudeste del Pará. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. 23, 2020.

GUIMARÃES, Rosangela M. A. B. Impactos socioambientais e insegurança hídrica: o caso do Complexo Logístico e Industrial do Açú (CLIPA), no estado do Rio de Janeiro. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**, v. 5, n. 2, p. 201-224, jul., 2017.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HENIG, Edir V.; SANTOS, Irenilda A. dos. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do Pronaf. **Rev. Bras. de Pol. Públicas** (online), Brasília, v. 6, n. 1, p. 255-269, jan./jul. 2016.

HOFLING, Eloisa de M. Estado e Políticas (públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, novembro/2001.

IAMAMOTO, Marilda V. Mundialização do capital, “Questão Social” e Serviço Social no Brasil. **Revista em Pauta**, n. 21, 2008.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**, set. a out., 1989.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>

IGNORADOS. Brasil. 2012. Direção: Alexandro C. Florentino. Pesquisa e Produção: Ana Costa (UFF/Campos). Duração: 14,38 min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dpM\\_QLX9svM](https://www.youtube.com/watch?v=dpM_QLX9svM)

IPEA - Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. Grandes investimentos e a reestruturação do espaço regional do norte fluminense. **Anais do I Circuito de debates acadêmicos (CODE)**, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo18.pdf>

JARDIM, Maria C.; SILVA, Márcio R. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo? (online). *Cultura Acadêmica*, UNESP, 2015. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/s5k33/pdf/jardim-9788579837432.pdf>

LAMEGO, Alberto R. **O Homem e a Restinga**. Serviço gráfico do IBGE. Rio de Janeiro, 1946.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andrea. Conflitos Ambientais. Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI\\_LASCHEFSKI\\_-\\_Conflitos\\_Ambientais.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf).

LATINI, Juliana R. **A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) enquanto instrumento participativo e preventivo no contexto do neodesenvolvimentismo: o caso do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Campos dos Goytacazes, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016.

LEAL, Giuliana F. Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do norte fluminense. **Ambiente e Sociedade** [online], v.16, n.4, p.83-99, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice B. Pereira e Sergio Martins (do original *La production de l'espace*). 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEME, Taciana N. Governança ambiental no nível municipal. *In*: MOURA, Adriana M. M. de **Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016.

LIMA, Ana C. C.; CALLOU, Angelo B. F. Políticas Públicas e Assistência Técnica para a pesca artesanal em Pernanbuco. **Contexto e Educação**, ano 30, n. 95, jan./abr., 2015.

LLX. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) Terminal Sul, s/d. Disponível em: [https://portodoacu.com.br/wp-content/uploads/2021/01/19.RIMA\\_LLX\\_TerminalSul\\_Compac1.pdf](https://portodoacu.com.br/wp-content/uploads/2021/01/19.RIMA_LLX_TerminalSul_Compac1.pdf)

LLX. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) Infraestruturas do Distrito Industrial de São João da Barra. *Ecologus Engenharia Consultiva*, maio de 2011. Disponível em <http://ceivap.org.br/downloads/eia-rima-distrito-industrial-de-sao-joao-da-barra.pdf>

LLX. Estudo de Impacto Ambiental – EIA complementar do Porto do Açú, Pátio logístico e operações portuárias. *Ecologus*, abr., 2010. Disponível em: [https://www3.opic.gov/environment/eia/toil/03\\_ESIA\\_ACU\\_Port\\_Logistics\\_Yard\\_and\\_Operations\\_Project\\_Modification\\_2009.pdf](https://www3.opic.gov/environment/eia/toil/03_ESIA_ACU_Port_Logistics_Yard_and_Operations_Project_Modification_2009.pdf)

LOPES, Amanda; HENDLER, Bruno. Portos, parques industriais e cidades: os PPC's como ponta-de-lança da projeção da China no Indo-Pacífico. **Diálogos Internacionais**, v. 7, n. 75, set., 2020 (online). Disponível em: <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2020/09/portos-parques-industriais-e-cidades-os.html?m=1>

LOUREIRO, Carlo F. B.; LAYRARGUES, Philippe P. **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica**: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trab. Educ. Saúde*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr., 2013.

MARQUES, Márcia S. C. **O Blog como meio de comunicação**: origem, apropriações e horizontes da blogosfera na sociedade contemporânea. Tese. (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2012.

MARTÍNEZ, Silvia A.; HELLEBRANDT, Luceni (orgs). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF/EdUENF, 2019.

MARTÍNEZ, Vinicio C.; SCHERCH, Vinícius A. Teorias do Estado no século XXI: da Razão de Estado às fontes disruptivas do poder político. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, n. 16, p. 145- 167, jan./abr., 2020.

MARTINI, Luiz C. P.; LANNA, Antônio E. Medidas compensatórias aplicáveis à questão da poluição hídrica de origem agrícola. **RBRH – Rev. Bras. de Recursos Hídricos**, v. 8, n. 1, p. 11-136, jan./marc., 2003.

MARTINS, José de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, Lucas M. Estado de exceção permanente: o campo e a experiência biopolítica. **Sequêncian**. 71, p. 177-196, dez. 2015.

MESQUITA, Clívia. Cabral confessa propina de Eike para desapropriar terras e construir Porto do Açu. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 28 de fev., 2019 (online). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/28/sergio-cabral-confessa-propina-de-eike-batista-para-construir-porto-do-acu-rj/>

MILANEZ, B.; SANTOS, R. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *In: 37 ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*. Águas de Lindóia, 2013. <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2013-Neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda.pdf>.

MINAYO, Maria Cecília (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 2, artigo 6, pp. 311–339, 2013. Rio de Janeiro, Jun. 2013. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/9222>

MMX. Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) Porto do Açu – RJ. Consultoria Ambiental, vol. único, ago, 2006. Disponível em [https://www3.opic.gov/environment/eia/toil/01\\_ESIA\\_ACU\\_PORT\\_CAL\\_2006.pdf](https://www3.opic.gov/environment/eia/toil/01_ESIA_ACU_PORT_CAL_2006.pdf)

MONIÉ, Frédéric. Análise geopolítica dos conflitos territoriais na área de influência do Complexo Portuário e Industrial do Açu – São João da Barra, RJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 69–83, jan/jun, 2016a.

\_\_\_\_\_. Cidades e Portos em busca de políticas inovadoras, 2016b. Disponível em: <http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/Cidades-e-Portos-%E2%80%93-Em-Busca-de-Pol%C3%ADticas-Inovadoras-Frederic-Monie.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade/porto no Brasil. In: SILVEIRA, Márcio R. (org). **Geografia dos transportes, circulação e logística no Brasil**. São Paulo: Outras expressões, p. 299-330, 2011.

MONIÉ, Frédéric; VASCONCELOS, Flávia N. Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. **CONFINS**, v. 15, 2012.

MONTEIRO, Jéssica de O.; TEIXEIRA, Simonne. O Canal Campos-Macaé e sua importância como patrimônio hidráulico na região Norte Fluminense: uma análise sobre sua construção e viabilidade turística nos dias atuais (Brasil). **Boletín Antropología**. Universidad de Antioquia Medellín, v. 31, n. 52, p. 129-150, 2016.

MOREIRA, Jéssica P. de L.; OLIVEIRA, Bruno C. L. A. de; MUZI, Camila D.; CUNHA, Carlos L. F.; BRITO, Alexandre dos S.; LUIZ, Ronir R. A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 8, p. 1698-1708, ago., 2015.

MOURA, Adriana M. M. de. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: MOURA, Adriana M. M. de **Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016.

NACHT, Pablo A. El Dragón en América Latina: las relaciones económico-comerciales y los riesgos para la región. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, n. 45, Quito, p. 141-154, septiembre, 2013.

NARRADORES do Açú. Brasil. 2011. Direção: Bianca Alonso, Cléber Rodrigues, Letícia Bucker. Duração: 18 min. Disponível em: <https://curtadoc.tv/curta/povosidentidade/narradores-do-acu/>

O PREÇO do desenvolvimento. Brasil. 2019. Direção: Danilo Barreto. Duração: 10 min. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2019/09/19/estudantes-da-uenf-produzem-video-documentario-sobre-as-desapropriacoes-do-porto-do-acu/>

ORTEGA, Antônio C. As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do governo federal. In: ORTEGA, Antônio C.; PIRES, Murilo J. de S. As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170725\\_livro\\_as%20politicais\\_territoriais\\_rurais.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170725_livro_as%20politicais_territoriais_rurais.pdf)

PACHECO, Wedson F. C. Porto do Açú, entre as forças de conservação e modernidade. In: MARAFON, Glaucio J.; RIBEIRO, Miguel A. (orgs). **Revisitando o território fluminense, VI** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p. 275-290.

PAES, Raquel da S. ZAPPES, Camilah A. Agricultura familiar no norte do estado do Rio de Janeiro: identificação de manejo tradicional. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 385-395, set./dez, 2016.



PAGOTO, Érico L. *Greenwashing*: os conflitos éticos da propaganda ambiental. Dissertação. (Mestrado em Mudanças Sociais e Participação Política) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.

PARDO, David W. de A.; NASCIMENTO, Elimar P. do. A moralidade do conflito na teoria social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. *Rev. Direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 117-140, jan-jun, 2015.

PASTORINI, A. **As políticas sociais e o serviço social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades?** In: MONTAÑO, Carlos. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2006.

PAUTASSO, Diego. O papel da África na Rota da Nova Seda Marítima. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 1, n. 2, jul./dez., p. 124-136, 2016.

PECEQUILO, Cristina S.; CARMO, Corival A. do. A China, o sistema internacional e o Sul: ascensão pacífica? *BJIR*, v.3, n. 1, p. 31-69, jan./abr., 2014.

PEDLOWSKI, Marco A. Porto do Açú: acumulação por espoliação à brasileira do petismo. *Revista IHU* – (online), 2017a.

\_\_\_\_\_. O Complexo Industrial-Portuário do Açú: modelo de projeto Neodesenvolvimentista ou caso aplicado de acumulação por espoliação? *Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Campos dos Goytacazes/RJ – ano XVI, n. 55, p. 5-10, mar., 2017b.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico sobre a análise da variação da linha de costa na Praia do Açú**. Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEAA). Centro de Ciências do Homem (CCH). Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Campos dos Goytacazes, set., 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/240522488/Relatorio-Tecnico-Sobre-a-Analise-da-Variacao-da-Linha-de-Costa-na-Praia-do-Acu>. Acesso em: 04 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. When the State Becomes the Land Grabber: Violence and Dispossession in the Name of 'Development' in Brazil. *Journal of Latin American Geography*, v. 12, n. 3, Conference of Latin Americanist Geographers, p. 91-111, 2013. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/522424>

\_\_\_\_\_. Mega-Projects and State-driven land grabbing in Brazil: violence and dispossession in the Name of Economic Development. Paper presented at the **International Conference on Global Land Grabbing II**, Ithaca, NY, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Proteção Social contemporânea: cui prodest? *Serv. Soc. Soc.*, n. 116, p. 636-651, out./dez., 2013.

PESSANHA, Laila de S. G.; PIQUET, Rosélia; TERRA, Denise C. T. O Complexo Portuário do Açú: as relações comerciais entre as empresas âncoras e as fornecedoras locais. **Terceiro Milênio**: Revista crítica de sociologia e política, v. 4, n. 1, p. 125-146, jan./jul., 2015.

PESSANHA, Roberto M. **A relação transescalar e multidimensional Petróleo-Porto como produtora de novas territorialidades**. (Tese). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

\_\_\_\_\_. Infraestrutura logística portuária: o Estado cooptado pelo setor privado e a população à mercê do capital. **Instituto Humanitas Unisinos (IHU)**. Entrevista em 11 dez. 2015.

PESSANHA, Roberto M.; GOMES, Hélio G. F.; QUINTO JÚNIOR, Luiz de P. de. Complexo Logístico Industrial Porto do Açu: o MIDAS tentando renascer no Norte Fluminense. **Anais do XV ENANPUR**, v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/202>

PINTO, Jorge R. P. **O Ciclo do Açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes: edição do autor, 1995.

PIQUET, Rosélia; RANGEL, Hevilmar C.; CASTRO, Richard de. Fluxos transnacionais e espaços em reconversão econômica: análise do caso do município de São João da Barra, RJ. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 1-17, 2020.

PIQUET, Rosélia; SHIMODA, Eduardo. De braços abertos: as expectativas quanto aos impactos do Porto do Açu, Rio de Janeiro. **Rev. Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 121-137, jan./jun., 2014.

PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs). **Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIRES, Beatriz de O. **Transformação produtiva de espaços rurais e seus impactos sobre populações locais: uma análise da construção do Complexo Portuário Industrial do Açu no município de São João da Barra, RJ**. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Das geografias às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECÊNA, Ana Ester (org). **A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002, p. 217-256.

PPEA - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. **Considerações sobre a instalação do TEPOR – Terminal Portuário de Macaé, Macaé/RJ – Relatório Técnico**. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação. Instituto Federal Fluminense, Campus Macaé. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacaostricto-sensu/mestrado-em-engenharia-ambiental/publicacoes/relatorios-etramalhos-tecnicos/relatorio-tepor.pdf>. Acesso em 05 dez. 2020.

PRADO, Fellipe; ROCHA, Betty N. R. Territórios em Disputa: resistência e luta no processo de implantação do Complexo Industrial Superporto do Açu. **Rev. Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 329 a 349, jul./dez., 2015.

PRADO, Fellipe S. **A construção de nova territorialidades a partir da implantação do Complexo do Superporto do Açu em São João da Barra – RJ**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, 2014.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2 ed. revista. Brasília: IBAMA, 2006

QUINTSLR, Suyá. Desenvolvimento e escalas de conflito ambiental: o caso do Complexo Logístico-Industrial do Porto do Açú em São João da Barra (RJ). **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 116-140, maio, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAICHELIS, Rachel. Gestão Pública e a questão social na grande cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 13-48, 2006.

RANGEL, Hevilmar C.; PIQUET, Rosélia P. da S.; SHIMODA, Eduardo. Na análise do papel do Porto do Açú no emprego formal e nas receitas do município de São João da Barra, RJ. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, Ano XX, v. 1, n. 39, p. 142-167, abr., 2018.

RANGEL, Hevilmar C. **O Complexo Portuário do Açú e suas relações industriais e comerciais em municípios selecionados do norte fluminense**. Tese. (Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) - Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes/RJ, 2020.

\_\_\_\_\_. São João da Barra: O Ciclo Histórico de uma Importante Cidade Portuária, sua Decadência Econômica e a Revitalização com o Complexo Portuário do Açú. **Seminário Integração UCAM**, 2013. Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2013/11/xii-seminario-integracao-2013-hevilmar-carneiro-rangel.pdf>. Acesso em: 29 abr. de 2020.

RIBAS VILAS, Jordi. Planificación y gestión del paisaje rural. In: BOLÓS, Maria de. **Manual de ciência del paisaje: teoria, método y aplicaciones**. Madrid: Masson, p. 250-262, 1992.

ROCHA, Rosana M. A restinga como exemplo de ecossistema e sua urbanização: subsídios para possíveis intervenções. **Paisagem ambiente ensaios**. São Paulo, n. 6, p. 57-73, dez., 1994.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, v. 14, n. 2, p. 4-22, jan./jun., 2012.

SAMPAIO, JR. Plínio de A. Vivemos um processo de reversão neocolonial. Entrevista, **IHU**, em 13 de maio 2012a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509442-neodesenvolvimentismo-uma-estrategia-de-propaganda-dos-governos-lula-e-dilma-entrevista-de-plinio-de-arruda-sampaio-jr>. Acesso em: 05 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Desenvolvementismo e neodesenvolvementismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez., 2012b.

SANTOS, Boaventura de S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. In: SANTOS, Boaventura de S.; FILHO ALMEIDA, Naomar. **A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova**, Coimbra, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. 1998.

SANTOS, Valdir JR dos. Trabalho e Relações de Gênero na Pesca Artesanal: mudanças e permanências. In: TIMÓTEO, Geraldo M. (coord.). **Trabalho e Pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte**. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF/EDUENF, 2019.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D., GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, n. 1, p. 1-15, jul., 2009.

SCHROEDER, Jocimari T.; SCHROEDER, Ivanir. Responsabilidade Social Corporativa: limites e possibilidades. **ERA**, v. 3, n. 1, jan./jun., 2004.

SCOTELARO, Marina; RAMOS, Leonardo; TEIXEIRA, Rodrigo C. Acumulação por despossessão, novo imperialismo e neoliberalismo: notas sobre David Harvey e o internacional. **Crítica Marxista**, n. 46, p. 163-171, 2018.

SILVA, Rosimeri A. da.; DOS SANTOS, José V. T. Violências e conflitualidades. **Rev. Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, maio/ago., 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMON, Alba; AFONSO, R. V.H.; NASCIMENTO, Camila A. L. do. Zona de Impacto - Conservação da natureza, Porto do Açú e populações: o caso das comunidades extrativistas artesanais no Parque Estadual da Lagoa do Açú – RJ. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Ano XIV, n. 55, p. 11 – 16, março, 2015.

SLEUTJES, Maria H. S. C. Refletindo sobre os três pilares de sustentação da universidade: ensino-pesquisa-extensão. **Rev. Administração Pública – RPA**, v. 3, n. 33, p. 99-111, maio/jun, 1999.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Brasília (DF), p.13-55, 2009.

TCE - RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudos socioeconômicos municípios do estado do Rio de Janeiro. São João da Barra, 2020. Disponível em: [https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos\\_socioeconomicos](https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos). Acesso em: 10 mar. 2021.

TERRA, Denise C. T. Royalties em Campos dos Goytacazes ampliam as desigualdades. **Boletim Petróleo, Royalties & Região**. Campos dos Goytacazes, ano IV, n. 13, set. 2006.

TIMÓTEO, Geraldo M. **Trabalho e Pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

UFRG – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Análise sobre as comunidades de pescadores artesanais da Região Norte Fluminense – Rio de Janeiro. **Relatório III**. Instituto de Oceanografia. Laboratório de gerenciamento costeiro, 2018. Disponível em: [https://maress.furg.br/images/PROJETOS/IMPACTOSNAPESCA/PUBLICACOES/nortefluminense/Relatorio\\_3\\_-\\_Norte\\_Fluminense.pdf](https://maress.furg.br/images/PROJETOS/IMPACTOSNAPESCA/PUBLICACOES/nortefluminense/Relatorio_3_-_Norte_Fluminense.pdf).

VAINER, Carlos. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, Franklin D. (org). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, p. 39-63, 2008.

\_\_\_\_\_. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, 2007.

VALEJJO, Luiz R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de territórios e políticas públicas. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, p. 3-22, 2002.

VERONEZZI, Fernando; FAJARDO, Sérgio. A paisagem na análise geográfica: considerações sobre uma paisagem rural em Guarapuava – PR. **GEOgraphia**, ano 17, n. 34, p. 207-224, 2015.

YAZBEK, Maria C. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serv. Soc. Rev.**, v. 21, n. 1, p. 183-194, jul./dez., 2018.

ZAPPES, Camilah A; OLIVEIRA, Pablo da C.; BENEDITTO, Ana Paula M. DI. Percepção de pescadores do norte fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaempreendimento portuário. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 73-88, 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais**. *In*: ZHOURI, Andrea, et al. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2004, vol. 2.

WEIBERMEL, Soren. A negociação da despossessão: violação de direitos e violência psicológica na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. *In*: BLANKE, S.; KURTENBACH, S. (coord.) **Violencia y Desigualdad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Nueva Sociedad: Friedrich-Ebert-Stiftung: ADLAF, 2017.

WOLKMER, Antônio C. Pluralismo, justiça e legitimidade dos novos direitos. **Revista Sequência**, v. 28, n. 54, p. 95-106, jul., 2007.

## APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO - UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**Roteiro de entrevista com agricultor atingido pela desapropriação e reassentado**

1. Onde residia antes de vir para o Vila da Terra?
2. Conte-me como foi a desapropriação. Conte-me sua história e de sua família
3. Qual a sua principal atividade de trabalho e renda?
4. Para você a vida melhorou aqui no reassentamento? O que precisa melhorar?
5. Tem escola, creche, posto de saúde, CRAS no reassentamento? Tem oferta de água, esgoto, transporte público?
6. Como estão vivendo atualmente as famílias desapropriadas?
7. Como vê o papel da prefeitura no processo de desapropriação e na proteção social às famílias desapropriadas e as reassentadas? Alguma medida social e ambiental? E o papel do legislativo municipal nas desapropriações?
8. O Porto do Açu tem trazido melhorias para o 5º Distrito. Se sim, quais?
9. Participou ou conhece pessoas que participaram na construção/elaboração (reunião, envio de propostas etc) de medidas sociais e ambientais para os atingidos?
10. Teve contato e/ou participou de alguma atividade com algum professor ou estudante de instituições universitárias (UFF, IFF, UENF)?
11. Qual a sua perspectiva sobre o futuro com o Porto?
12. O que acha que poderia ser feito para melhorar a vida dos pescadores? Quais ações sociais e ambientais do Porto do Açu para os reassentados e demais agricultores atingidos? Elas atendem ou não as necessidades dos reassentados e demais agricultores?
13. O que cultiva aqui no reassentamento? Para quem vende?
14. A empresa portuária oferece algum benefício financeiro ou cesta básica?
15. O pensa do projeto Feira do Porto, RPPN Caruara e do projeto Desova das Tartarugas Marinhas para os agricultores e pescadores atingidos?
16. E sobre o Parque Estadual do Açu?
17. Desde que a ASPRIN, com o apoio de movimentos sociais começou a reivindicar o retorno às terras e a denunciar a expropriação no MP, nos protestos, etc, alguma coisa mudou? Vocês foram atendidos nos seus pleitos, nas suas demandas, denúncias?
18. Participou de reuniões com representante da empresa e prefeitura sobre o projeto do reassentamento?
19. Qual a sua perspectiva sobre o Porto para vocês agricultores e para São João da Barra? O que acha que poderia ser feito para melhorar para vocês agricultores?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO - UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**Roteiro de entrevista com pescador de lagoa atingido**

1. Você é associado da Colônia de Pescadores?
2. Participa de algum projeto da Petrobras?
3. Você identifica alguma influência do Porto na pesca? Se sim, quais?
4. O Porto do Açu tem compensado os problemas na pesca? Como?
5. Conhece o Projeto Desova das Tartarugas Marinhas? Se sim, há algum benefício para a vida dos pescadores atingidos que queira destacar?
6. Tem algo a falar sobre o Parque Estadual do Açu na pesca?
7. Conhece ou já ouviu falar sobre a RPPN Caruara? Se sim, qual sua perspectiva para a pesca?
8. Você acha que existe satisfação ou insatisfação dos pescadores sobre o Porto? Justificar resposta.
9. O Porto do Açu tem trazido melhorias para os pescadores do 5º Distrito? Se sim, quais?
10. O que a prefeitura tem feito pelo pescador (medidas sociais e ambientais)?
11. Participou ou conhece pessoas que participaram na construção/elaboração (reunião, envio de propostas etc) de medidas sociais e ambientais para os atingidos?
12. Participa de algum movimento social? Participou de alguma manifestação pública e de audiência pública? A que atribui a existência de protestos e manifestações públicas no 5º Distrito?
13. Teve contato e/ou participou de alguma atividade com algum professor ou estudante de instituições universitárias (UFF, IFF, UENF)?
14. Qual a sua perspectiva sobre o futuro com o Porto para vocês pescadores?
15. O que acha que poderia ser feito para melhorar a vida dos pescadores?
16. A vida na localidade melhorou? Como vê o desenvolvimento econômico e social na vida dos moradores com a presença do empreendimento (emprego, renda, água, saneamento)?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO - UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**Roteiro da entrevista com atingido pela desapropriação**

1. Pode nos dizer a quanto tempo reside na localidade?
2. Você (ou sua família) teve terras desapropriadas?
3. Conte-me como foi? Conte-me sua história e de sua família
4. Como estão vivendo as famílias desapropriadas atualmente?
5. Como era a vida do 5º Distrito antes do empreendimento?
6. Participa de algum movimento social? Participou de alguma manifestação pública e de audiência pública? A que atribui a existência de protestos e manifestações públicas no 5º Distrito?
7. Desde que a ASPRIN, com o apoio de movimentos sociais começou a reivindicar o retorno às terras e a denunciar a expropriação no MP, nos protestos, etc, alguma coisa mudou? Vocês foram atendidos nos seus pleitos, nas suas demandas e nas denúncias?
8. O que o empreendimento trouxe de impactos positivos e negativos para o 5º Distrito?
9. Como estão vivendo as famílias desapropriadas atualmente?
10. Qual sua perspectiva sobre o reassentamento Vila da Terra?
11. Como vê o papel da prefeitura no processo de desapropriação e na proteção social às famílias desapropriadas? Alguma medida social e ambiental?
12. Como vê o papel do legislativo municipal nas desapropriações?
13. Conhece ações de assistência social, saúde e de educação às famílias desapropriadas e aos pescadores atingidos?
14. Teve contato com algum professor ou estudante de instituições universitárias (UFF, IFF, UENF)?
15. Na sua visão, como os moradores viram as desapropriações?
16. A vida na localidade melhorou? Como vê o desenvolvimento econômico e social na vida dos moradores com a presença do empreendimento (emprego, renda, água, saneamento)?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO - UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**Roteiro de entrevista com filho de agricultor atingido pela desapropriação**

1. Você (ou sua família) teve terras desapropriadas?
2. Conte-me como foi? Conte-me sua história e de sua família
3. Em que data e hora? Como ocorreu?
4. Como estão vivendo as famílias desapropriadas atualmente?
5. Participa de algum movimento social? Participou de alguma manifestação pública e de audiência pública? A que atribui a existência de protestos e manifestações públicas no 5º Distrito?
6. Desde que a ASPRIN, com o apoio de movimentos sociais começou a reivindicar o retorno às terras e a denunciar a expropriação no MP, nos protestos, etc, alguma coisa mudou? Vocês foram atendidos nos seus pleitos, nas suas demandas, denúncias?
7. Conte-me sobre a erosão na Praia do Açú. A prefeita e Porto do Açú tomaram alguma medida? E o MPF?
8. O que acha do projeto Feira do Porto para os atingidos?
9. O que acha do reassentamento Vila da Terra para os atingidos?
10. O que acha do Parque Estadual do Açú para os pescadores?
11. Conhece a RPPN Caruara, qual o benefício dela para os atingidos?
12. Quais as medidas sociais e ambientais implementadas pela prefeitura para os atingidos?
13. Você ou sua família participou, ou conhece alguma ação desenvolvida pela assistência social, saúde e de educação e outras políticas voltadas às famílias desapropriadas e aos pescadores atingidos?
14. Qual a importância do Projeto Desova das Tartarugas Marinhas para os atingidos?
15. Participou ou conhece pessoas que participaram na construção/elaboração (reunião, envio de propostas etc) de medidas sociais e ambientais para os atingidos?
16. Teve contato com algum professor ou estudante de instituições universitárias (UFF, IFF, UENF)?
17. Qual a sua perspectiva sobre o Porto? E para São João da Barra? O que acha que poderia ser feito para melhorar a vida dos agricultores e pescadores atingidos?
18. A vida na localidade melhorou? Como vê o desenvolvimento econômico e social na vida dos moradores com a presença do empreendimento (emprego, renda, água, saneamento)?

## APÊNDICE B - TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE O PORTO DO AÇU

**Quadro 21:** Trabalhos acadêmicos sobre o Porto do Açú defendidos nas universidades de Campos dos Goytacazes (2009 a 2021)

Título	Autores	Programa/Instituição	Data
Transformação produtiva de espaços rurais e seus impactos sobre populações locais: uma análise da construção do Complexo Portuário da Barra do Açú no município de São João da Barra, RJ	Beatriz de Oliveira Pires	PPGPS/UENF	2009
Avaliação das transformações socioambientais oriundas da implantação do Complexo Portuário Industrial do Açú	Roger Rangel Coutinho	PPEA/IFF	2009
Avaliação dos impactos causados pela implantação do Complexo Portuário do Açú sobre as atividades de pesca artesanal marinha na região norte fluminense	Thaís Nacif de Souza	PPEA/IFF	2010
Cana-de-açúcar, petróleo e grandes intervenções regionais: projetos setoriais em disputa no campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento de Campos dos Goytacazes	Willian Souza Passos	PPGPS/UENF	2011
Reestruturação produtiva e portuária no Brasil: análise dos portos de Suape, PE Itaguaí, RJ, Açú, RJ	Davi Rodrigues T. de Freitas	PPGPRGC/UCAM	2011
Cartografia de um conflito: a implantação do Distrito Industrial do Complexo do Açú, em São João da Barra, RJ	Jane de Souza Teixeira	PPGPRGC/UCAM	2012
Complexo Portuário do Açú: impacto do empreendimento no município de São João da Barra	Hevilmar C. Rangel	PPGPRGC/UCAM	2012
Os laços entre Estado e capital privado: o Grupo EBX como o X da questão	Cláudia de Oliveira	PPGPRGC/UCAM	2012
Sustentabilidade justa e a pesca marinha artesanal no município de Campos dos Goytacazes (RJ) frente à implantação de um mega empreendimento portuário e industrial	John Marr Ditty	PPGPS/UENF	2013
O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú (CLIPA) e os desafios socioeducacionais para o município de São João da Barra	Alessandro Luiz X. B. Pereira	PPGSP/UENF	2013
Os deserdados do desenvolvimento: o caso da implantação do Complexo Portuário e Industrial do Açú e seus impactos socio-territoriais	Felipe Medeiros Alvarenga	PPGPS/UENF	2013
O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú e seus impactos no sistema de drenagem e na estruturação urbana da região norte fluminense	Larissa Carneiro Rangel	PPEA/IFF	2013
Transformações territoriais e ambientais em Campos dos Goytacazes e São João da Barra em função do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú	Luis Gustavo de S. Xavier	PPEA/IFF	2013
Planejamento estratégico em São João da Barra (RJ): o desenvolvimento urbano sob a ótica do Plano Diretor de 2006	Raquel Chaffin Cezário	PPGPS/UENF	2014
Transformações territoriais e socioambientais do norte fluminense: das usinas de açúcar ao Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú	Leonardo Ribeiro M. Pessanha	PPEA/IFF	2014
Análise comparativa socioambiental dos portos de tipologia MIDAS: estudo de casos dos complexos portuários de Suape/PE e do Açú/RJ	Mirian C. Salih Teixeira	PPEA/IFF	2015
O Complexo Portuário do Açú: as relações comerciais entre as empresas âncoras e as fornecedores locais	Laila de Souza G. Pessanha	PPGPRGC/UCAM	2015
O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú	Dayana R. Coutinho	PPEA/IFF	2015

(CLIPA) e seus reflexos na dinâmica ecossistêmica da Lagoa de Iquipari, São João da Barra/ RJ	Vilaça		
A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) enquanto instrumento participativo e preventivo no contexto do Neodesenvolvimentismo: o caso do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu (CLIPA)	Juliana Ribeiro Latini	PPGERN/UENF	2016
Concentração de metais na água e nos sedimentos superficiais costeiros no entorno do Complexo Industrial do Superporto do Açu (São João da Barra, RJ)	Letícia de Souza Gomes	PPGERN/UENF	2016
Impactos Socioeconômicos da Implantação do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açu no Distrito de Pipeiras São João da Barra – RJ	Assis Rangel Leandro	PPG/UFF	2016
Porto do Açu: uma análise de conteúdo na mídia impressa regional	Dayanne Vieira Maia	PPGPRGC/UCAM	2016
Valoração do impacto da atividade portuária na pesca em São João da Barra - RJ	Saulo Cristiano Barbosa	PPEA/IFF	2016
Agricultura Familiar versus salinização: uma abordagem etnopedagógica no Norte Fluminense	Raquel da Silva Paes	PPG/UFF	2017
Exigências globais e respostas locais: desenvolvimento, mudança e a luta por recursos naturais no interior do Rio de Janeiro	John Marr Ditty	PPGSP/UENF	2017
O Porto do Açu e o município de São João da Barra-RJ: impactos na dinâmica socioeconômica – 2007 a 2017	Guilherme V. Pereira	PPGDAP/UFF	2018
A produção do espaço e o zoneamento urbano: São João da Barra/RJ e o Porto do Açu	Luna Barreto C. E. Assad	PPGDAP/UFF	2019
A implantação do Distrito Industrial do Porto do Açu e a judicialização das desapropriações	Joyce Rios L Azevedo	PPGPRGC/UCAM	2019
O novo perfil do emprego em São João da Barra/RJ sob a influência do Complexo Portuário do Açu	Richard Frederico H de Castro	PPGPRGC/UCAM	2019
O Porto do Açu (RJ): a superexploração do trabalho e os conflitos socio-espaciais	Nina Maria de Souza Barreto	PPG/UFF	2020
O Complexo Portuário do Açu e suas relações industriais e comerciais em municípios selecionados do Norte Fluminense	Hevilmar Carneiro Rangel	PPGPRGC/UCAM	2020
Vila da Terra: percepção dos impactos pós-reassentamento	Elaine Ribeiro Mendes Emerick	PPG/UFF	2021

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados dos sites do PPGDAP<sup>203</sup>, PPGPRGC<sup>204</sup>, PPG<sup>205</sup>, PPEA<sup>206</sup>, PPGPS<sup>207</sup>, PPGERN<sup>208</sup> e PPGSP<sup>209</sup>, extraídos em 10/2020 e 13/12/2021.

<sup>203</sup> <http://www.ppgdap.uff.br/index.php/dissertacoes/>. Na página do PPGDAP constavam informações de dissertações defendidas das turmas de 2016 e 2017.

<sup>204</sup> <https://cidades.ucam-campos.br/>. Na página do programa constavam informações de teses defendidas até 2021 e de dissertações defendidas até 2020.

<sup>205</sup> <http://www.ppg.uff.br/>

<sup>206</sup> <https://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-em-engenharia-ambiental/dissertacoes-de-mestrado>

<sup>207</sup> <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/>. Na página do PPGPS constavam informadas de teses e dissertações defendidas até 2020.

<sup>208</sup> <https://uenf.br/posgraduacao/ecologia-recursosnaturais/corpo-discente/dissertacoes-defendidas/>

<sup>209</sup> <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/teses/>. Na página do PPGSP constavam informações de teses e dissertações defendidas até 2019.

## ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
 DARCY RIBEIRO - UENF  
 CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia – Campos dos Goytacazes-RJ, CEP: 28013-602

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Dados de identificação**

Título da Pesquisa: Estudo sobre Conflitos Sociais nos territórios do petróleo-porto no norte do estado do Rio de Janeiro

Pesquisador Responsável: Rosangela M. A. Benevides Guimarães

Nome do participante: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “Estudo sobre Conflitos Sociais nos territórios do petróleo-porto no norte do estado do Rio de Janeiro”, de responsabilidade da pesquisadora Rosangela M. A. Benevides Guimarães.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

**Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

1. O objetivo desta pesquisa é investigar a presença de conflitos sociais no norte do estado do Rio de Janeiro, tendo em vista os impactos provenientes da construção de infraestrutura portuária e das atividades petrolíferas.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas de um roteiro semiestruturado, de forma livre e espontânea, feita pela pesquisadora acima citada, com duração média de 1h, com registro de áudio e imagem de vídeo, a ser realizada ..... (local de escolha da entrevista).

**Declaração de consentimento**

Eu....., declaro que de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, que aceito participar da pesquisa com o título provisório “*Estudo sobre Conflitos Sociais nos territórios do petróleo-porto no norte do estado do Rio de Janeiro*”, realizada pela pesquisadora, estudante do Programa de Pós-

Graduação em Políticas Sociais da UENF, Rosangela M. A. B. Guimarães, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Terra, autorizando o conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Estou plenamente ciente da minha participação neste estudo. Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentações em seminários e similares.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

**Assinatura do Entrevistador**

---

**Assinatura do Entrevistado**